
NOVEMBRO DE 2023

BRASIL URBANO

Estratégias de
Sobrevivência
em Serviços



FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA
Professor Titular do IE-UNICAMP

ESTUDO TRANSDISCIPLINAR
Fenômeno Complexo com Múltiplos
Componentes Interativos

COSTA, Fernando Nogueira da

Brasil Urbano: Estratégias de Sobrevivência em Serviços.
Campinas, SP: Blog Cidadania & Cultura, 2023. 250p.

1. Estrutura Produtiva. 2. Urbanismo.
 3. Violência Urbana. 4. Teologia da Prosperidade.
- I. Título.

330
C837a

Brasil Urbano: Estratégias de Sobrevivência em Serviços

Sumário

<i>Prefácio</i>	5
Capítulo 1. Vida Urbana	9
Comparação entre Graus de Urbanização e Estruturas Produtivas e Ocupacionais do G15... 12	
Desigualdade Educacional e Pobreza	17
Movimentação da Sociedade Brasileira	22
Grandes Concentrações Urbanas Brasileiras	26
Necessidade de Revisão dos Modelos de Gestão Urbana	30
P.O.V.O.: Passivo Oneroso, Vida Ordinária	34
Moradia: quanto vale o maior bem familiar	37
Capítulo 2. Economia Urbana	42
Classificação dos Setores de Atividade	42
Relação entre Economia de Escala e Produtividade	47
Baixa Produtividade em Serviços Urbanos	48
Medição do Valor Adicionado em Serviços Urbanos	51
Serviços Urbanos	53
Estratégias de Sobrevivência em Ocupações Precárias	58
Moradores de Rua nas Metrôpoles	64
Produção e Renda proporcional à Ocupação e Consumo das Famílias	70
Agronegócio exporta, Indústria importa e Famílias consomem.....	75
Capítulo 3. Sociologia Urbana	81
Dominância do Éthos dos Mercadores-Financistas	81
Da Sociedade dos Rentistas À Sociedade dos Executivos	84
Os Ricos e Os Pobres: O Brasil e A Desigualdade	87
Mundinho Exclusivo do Mercado de Luxo	89
O Brasileiro, O Mercado e O Governo.....	96
Lógica do Mercado e da Família X Lógica Cívica	99
Capítulo 4. Famílias Urbanas	103
Divisão de Trabalho por Gênero	103
Chefias das Famílias	105
Urbanização e Declínio da Fertilidade	109

Cuidadoras: Maior Ocupação Feminina	115
Capítulo 5. Violência Urbana	123
Crime Organizado pela Polícia	123
Cárcere: a 18ª ‘cidade’ mais populosa do Brasil	128
Violência Policial	136
Domínio de Territórios pelas Milícias de Policiais Militares.....	143
Capítulo 6. Teologia da Prosperidade e Partido do Crime.....	148
Igreja com Partido e Partido sem Igreja	148
Metanoia contra “Noia” Urbana.....	154
De Policiais Assassinos a Crentes	159
Andá com fé eu vou... Que a fé não costuma faiaá	163
“Traficrentes” no Poder Popular	166
Mercado da Fé e das Armas.....	169
Era Pentecostal: Legado da Era Neoliberal	173
Irmão Vota em Irmão.....	178
Crime Organizado como Empreendimento	182
Igreja Evangélica como Empreendedorismo	189
Capítulo 7. Consequências Políticas	193
Avanço Pentecostal nas Periferias	193
Bancada de Parentes, Dinastias ou Clãs.....	196
Bancada da Bíblia e Lógica de Ação Mercantil-Religiosa	199
Bancada da Bala e Lógica de Ação Militar.....	204
Bancada da Bola e Lógica de Ação Mercantil-Corrupta	207
Bancada do Boi em Defesa de Interesses Ruralistas.....	212
Sonegadores e Conservadorismo	217
Evangelismo e Antipetismo	220
Considerações Finais	234
Bibliografia	241
Obras do Autor com links para download.....	243
Sobre o Autor.....	250

Prefácio

*Todo dia
O sol da manhã vem e lhes desafia
Traz do sonho pro mundo
Quem já não queria
Palafitas, trapiches, farrapos
Filhos da mesma agonia, ô*

*E a cidade
Que tem braços abertos num cartão postal
Com os punhos fechados da vida real
Lhe nega oportunidades
Mostra a face dura do mal, ô*

*Alagados, Trenchtown, Favela da Maré
A esperança não vem do mar
Nem das antenas de TV
A arte de viver da fé
Só não se sabe fé em quê
A arte de viver da fé
Só não se sabe fé em quê
(Os Paralamas do Sucesso)*

Sérgio Buarque de Holanda, no livro *Raízes do Brasil*, identifica a autoridade do patriarca ultrapassar a esfera doméstica e estender-se ao domínio público. O tradicional comportamento patriarcal e personalista dificulta o estabelecimento não só do Estado democrático, mas também a impessoalidade exigida no trato das relações públicas com o pagamento monetário devido, independentemente de com quem for o (con)trato.

Depois da extinção (tardia) da escravidão, os trabalhadores livres deveriam trocar sua força de trabalho por dinheiro. Infelizmente, por muitos anos, no Brasil, perdurou desde “a troca de favores” clientelista até a protelação dos pagamentos, tipo “devo, não nego, pagarei quando puder”... no dia do São Nunca!

Por exemplo, o meeiro ocupava-se de todo o trabalho, e repartia com o dono da terra o resultado da produção, devido pelo pequeno lote cedido para o cultivo pelo agricultor e sua família. Praticamente, o dinheiro não entrava nessa relação pré-capitalista.

Submisso à pregação do *catolicismo crítico da usura*, “o brasileiro” despossuído e sem posse recebeu, em lugar da impessoalidade do dinheiro, as falsas promessas das “relações de simpatia”. Avanço seria a obtenção de empréstimo bancário de capital de giro pelo patrão para pagamento do trabalho assalariado em uma relação contratual impessoal onde se troca uma atividade laboral por dinheiro.

As relações pessoa a pessoa, como fossem um favor e não uma obrigação, diante de um *direito da cidadania*, dificultam ter no país uma ordem social mais racional e menos emocional, tal como ocorre na pressuposta “troca de favores”. Todos os trabalhadores demandam remunerações justas em dinheiro para poderem planejar a aplicação financeira de uma parcela da renda no sentido de obter reservas de segurança, comprar moradia, complementar a previdência e fazer um planejamento sucessório patrimonial.

O *personalismo* levou à dificuldade de gerar e manter formas de associação entre indivíduos autônomos orientadas para objetivos comuns e à estigmatização dos trabalhos manuais. Favoreceu o predomínio na ex-sociedade colonial escravista das relações pessoais, marcadas aparentemente pelo afetivo e o emotivo, e não a *impessoalidade profissional* do capitalismo plenamente implantada.

Dificultou o surgimento de formas de organização social mais amplas, não baseadas em vínculos familiares, como as corporações urbanas de ofícios. Em consequência da grande exploração rural escravista, as cidades e as organizações de artesãos livres tiveram aqui, desde a Era Colonial, poucas condições estruturais de se desenvolverem.

Os *serviços urbanos-industriais*, inclusive a rede de agências bancárias, passaram a se desenvolver mais após a II Grande Guerra Mundial. Quando os direitos trabalhistas passaram a ser impostos, a mão-de-obra foi expulsa do campo para sobreviver nas cidades.

Antes, no Brasil, faltava bancos para conceder *crédito como capital de giro*, para pagamentos aos assalariados com recursos de terceiros. Não se dava escala aos empreendimentos de brasileiros com a *alavancagem financeira*: despesas financeiras inferiores diante o novo lucro operacional obtido em relação aos mesmos recursos próprios, portanto, com *elevação da rentabilidade patrimonial*.

Quando obtivesse o faturamento com as vendas, o devedor pagaria o crédito mercantil de seus fornecedores e o crédito bancário. Algum banco lhe adiantou o dinheiro para efetuar os pagamentos dos salários durante o processo de produção das mercadorias.

Passada a fase da indústria nascente e urbanização crescente (1945-1985) e superada as Eras do Neoliberalismo I (1988-2002) e II (2016-2022), após *o fim do Estado desenvolvimentista*, a economia brasileira deixou de ser a de maior crescimento médio anual no mundo (7,4% aa) e entrou em processo de *desindustrialização* e *retrocesso* no ranking do PIB nominal. Em 2022, o FMI registrou-a na 12ª colocação entre o Irã e a Coreia do Sul.

Em PIB por Paridade do Poder de Compra (relacionando custo de vida local com poder aquisitivo da renda em dólar), no ano 2022, a economia brasileira permanecia ainda como a 8ª maior no ranking mundial com US\$ 3,9 trilhões, abaixo dos US\$ 4,7 trilhões da Indonésia. Este país tinha a 4ª maior população (260 milhões), enquanto a brasileira caiu para a 7ª maior (203 milhões), também atrás da paquistanesa (220 milhões) e nigeriana (218 milhões).

Minha *hipótese explicativa*, em *abordagem estruturalista*, é o crescimento populacional, concentrado em cidades, ter levado à predominância de ocupação em *serviços urbanos*, por definição, de *baixa produtividade*. Ele se refere a encontros de produtores diretamente com consumidores – muitas vezes de um para um.

Apesar da baixa produtividade, o sustentáculo maior da economia brasileira encontra-se em *serviços*. Desde 2000, adicionou a cada ano, em média, 68% do valor total.

A *centralidade do investimento*, para explicar o funcionamento da economia capitalista, em seu conjunto, pelos seus impactos quer sobre a determinação do *nível de atividade*, quer sobre a sua *dinâmica*, não deriva certamente do peso percentual do investimento no produto, muito inferior ao do consumo. Deve-se à sua muito *maior autonomia* em relação ao nível de atividade e/ou renda, impulsionado seja pelo capital estatal, seja pelo capital estrangeiro.

A despesa de *consumo das famílias* representou entre os componentes da demanda no PIB, de 2000 a 2022, em média, 62,8% do PIB. Há uma proximidade correlacionada entre *o valor adicionado*

em serviços (R\$ 5,8 trilhões) e *a renda consumida pelas famílias* (R\$ 6,2 milhões). Com o elevado *grau de urbanização* (87% da população total), 70% da força de trabalho ocupada está em serviços, 13% na indústria geral, 8% na construção civil e 9% na agricultura, pecuária, produção florestal e pesca.

Meu *objetivo*, neste livro, é uma reapresentação da realidade socioeconômica brasileira após ½ século do grau de urbanização predominar sobre a população rural. Os *fatores de repulsão do campo*, dada a ausência de uma reforma agrária, foram, de fato, mais determinantes para a emigração emocionalmente justificada por *fatores de atração das cidades*.

Outra *hipótese* é, mais adiante, o desapontamento das gerações descendentes desses emigrantes ter se dado pela ascensão e queda da industrialização, ou seja, pela *desindustrialização*. Sem sua capacidade de geração de bons empregos formais com carteira assinada, para absorver a massa popular, esta se encontra em dificuldade para oferecer serviços com boa remuneração.

A maioria é iletrada e inculta, devido à carência de oferta de educação com qualidade suficiente para a formação massiva e aumento das oportunidades de ocupação, inclusive na moderna economia digital. Diante desse impasse, muitos jovens recorrem ao crime nas violentas periferias urbanas como será mostrado.

Com a inoperância do Estado, para o planejamento da infraestrutura (física e de serviços públicos), adequada à expansão das cidades, quem “botou ordem na quebrada” (pedaço periférico das cidades), infelizmente, foi o crime organizado e a Teologia da Prosperidade. “Tá tudo dominado” por oportunistas – e assim se manterá enquanto o eleitorado não aprender a votar não só para presidente, como também nos demais “representantes do povo”, para a plena democracia, onde o povo exerce a soberania com sabedoria.

Fernando Nogueira da Costa

Novembro de 2023

Capítulo 1. Vida Urbana

A velocidade e a escala do crescimento urbano são surpreendentes. Um relatório do McKinsey Global Institute, *Urban world: Cities and the rise of the consumer class*, apresenta o fenômeno da urbanização e o impacto de bilhões de pessoas em cidades de mercados emergentes em rápido crescimento. Previa, em 2012, elas se tornarem consumidoras até 2025.

Nesse relatório, as cidades são apresentadas como sendo, há muito tempo, *os dínamos econômicos do mundo*. Destaca a velocidade e a escala da sua expansão atual não ter precedentes.

Através de uma combinação de consumo e investimento em capital físico, as cidades em crescimento injetariam até 30 trilhões de dólares por ano na economia mundial até 2025. Compreender as cidades e as suas mudanças demográficas é fundamental para alcançar os consumidores urbanos e se preparar para aproveitar as oportunidades empresariais multinacionais.

Haverá aumento da demanda por recursos naturais (como água e energia) e de capital, para investir em novas habitações, edifícios de escritórios e mobilidade urbana.

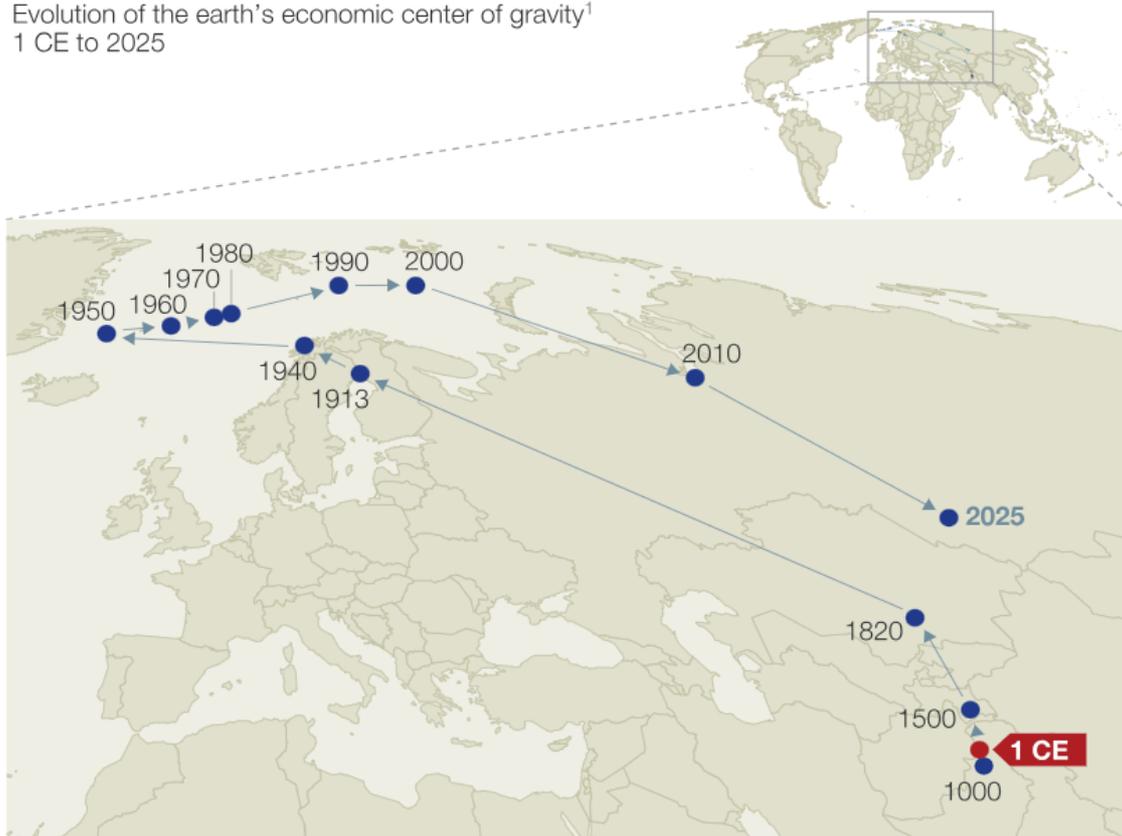
Este relatório do *McKinsey Global Institute* conclui: as 600 cidades com a maior contribuição para um PIB global mais elevado gerariam quase 65% do crescimento econômico mundial em 2025.

No entanto, a história mais inovadora, dentro da *City 600*, envolve pouco mais de 440 cidades em economias emergentes. Estas cidades seriam responsáveis por *quase metade do crescimento global*.

Segundo a previsão, bilhões de pessoas entrariam na classe consumidora global até 2025. Teriam rendimentos suficientemente elevados para serem classificados como *consumidores significativos* de bens e serviços, e cerca de 600 milhões delas viveriam nas 440 Cidades Emergentes principais.

O *centro de gravidade econômica mundial* mudou ao longo dos últimos séculos. Mas desde meados da década de 1980, o ritmo dessa mudança – dos Estados Unidos e da Europa em direção à Ásia – tem aumentado acentuadamente. Espera-se esta tendência continuar, então, os executivos e os políticos tomadores de decisões de políticas públicas devem estar preparados para responder a ela.

Evolution of the earth's economic center of gravity¹
1 CE to 2025



¹Calculated by weighting national GDP by each nation's geographic center of gravity; a line drawn from the center of the earth through the economic center of gravity locates it on the earth's surface. For detailed analysis, see the appendix in the McKinsey Global Institute (MGI) report *Urban world: Cities and the rise of the consuming class*.

Source: MGI analysis using data from Angus Maddison, University of Groningen; MGI Cityscope v2.0

De longe, a mudança mais rápida no centro de gravidade econômica mundial aconteceu entre 2000 e 2010. Houve a ascensão da classe consumidora nas principais cidades do mundo.

Para aproveitar as oportunidades, surgidas da *urbanização*, as empresas necessitarão de ampla "inteligência de mercado". Muitas das 440 cidades "pesos médios" emergentes não são amplamente conhecidas fora de seus próprios países.

Destaca-se na história atual da urbanização o papel desempenhado pelas chamadas *Emerging 440*. Estas *cidades de*

mercados emergentes da City 600 representam quase metade (47 %) do crescimento esperado do PIB global entre 2010 e 2025.

O *Emerging 440* possui 20 megacidades, incluindo Xangai na China, São Paulo no Brasil, Istambul na Turquia e Lagos na Nigéria. A China constitui a parte maior com 242 cidades deste grupo, dos quais 236 são *pesos médios*. A América Latina tem 57 cidades neste grupo dinâmico, 53 delas consideradas *pesos médios*, destacadamente, Belo Horizonte no Brasil e Cali na Colômbia.

As *tendências demográficas e de rendimento* variam de país para país e de cidade para cidade. O consumo de diferentes produtos e serviços começa a aumentar em diferentes níveis de rendimento.

Munidas de informações detalhadas sobre os mercados urbanos relevantes, as empresas multinacionais precisam de alocar recursos de forma proativa e agressiva para aproveitar as oportunidades. "As empresas capazes de compreender e responder às mudanças nos mercados urbanos provavelmente obterão enormes benefícios", anuncia a consultoria internacional.

No entanto, esse inquérito da McKinsey, em 2012, revelou menos de 20% dos executivos tomarem decisões de localização no nível municipal.

Os políticos tomadores de decisões enfrentam um conjunto diferente de desafios.

No *mundo em desenvolvimento*, a tarefa é gerir o crescimento de uma forma a evitar *deseconomias de escala* e criar a base para um desempenho econômico sustentável.

No *mundo desenvolvido*, o objetivo é manter uma taxa saudável de crescimento através de uma maior produtividade, novos investimentos empresariais e ligações reforçadas com regiões emergentes.

Este é o *contexto internacional atual* apresentado por uma das mais afamadas consultorias no mundo. Vale como *pano-de-fundo* para o drama do Brasil Urbano com brasileiros em busca de estratégias de sobrevivências em serviços com baixa produtividade.

Comparação entre Graus de Urbanização e Estruturas Produtivas e Ocupacionais do G15

Quando comparei os graus de urbanização dos países do G15 (quinze maiores economias inclusive União Europeia), em 2011 (ano disponível para todos os países quando fiz a pesquisa), destacou-se haver *predominância da população rural* apenas na Índia: 68,6%. No Brasil, este percentual foi registrado pelo Censo de 1940.

Na China, a população urbana ultrapassou a população rural, alcançando 50,5% em 2010. Por sua dimensão, foi um fenômeno mundial. O Censo de 1970 registrou essa ultrapassagem no Brasil: 55,9% contra 44,7% em 1960.

Hoje, com 87,1% de sua população habitando cidades, o País tem mais da metade da população brasileira (57,7% ou 123 milhões de habitantes) concentrada em apenas 5,8% dos municípios brasileiros: os 326 municípios do país com mais de 100 mil habitantes. Em 2021, eram 49 os municípios brasileiros com mais de 500 mil habitantes e 17 com mais de 1 milhão.

Apenas 49 municípios do país com mais de 500 mil habitantes concentravam aproximadamente 1/3 da população brasileira (31,9% da população do país ou 68 milhões de habitantes). Em contrapartida, 3.770 municípios (67,7%) possuíam menos de 20 mil habitantes e concentravam 31,6 milhões de habitantes, correspondente a apenas 14,8% da população.

Excluindo-se as 23 capitais com população acima desta cifra, 26 municípios possuíam mais de 500 mil habitantes em 2020. Eles distribuem-se pelos estados de São Paulo (8), Rio de Janeiro (6), Minas Gerais (3), Espírito Santo (2), Pernambuco (1), Bahia (1), Santa Catarina (1), Goiás (1), Paraná (1), Pará (1) e Rio Grande do Sul (1).

A população das 27 capitais mais o Distrito federal superava os 50 milhões de habitantes, representando 24% da população total do país. A região metropolitana de São Paulo continuava sendo a mais populosa do país, com 22,04 milhões de habitantes, seguida pelas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro (13,19 milhões), Belo Horizonte (6,04 milhões), e da Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) do Distrito Federal e Entorno (4,75 milhões).

Somadas, as populações das 28 regiões metropolitanas, RIDes e Aglomerações Urbanas com mais 1 milhão de habitantes superam os 100 milhões, equivalente a 47,7% da população do Brasil. Entre as principais regiões metropolitanas e RIDes, 20 têm como sede um município da capital, enquanto as sedes das outras oito são municípios do interior dos estados.

MUNICÍPIOS COM MAIS DE 1 MILHÃO DE HABITANTES			
ORDEM	UF	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO 2020
1º	SP	São Paulo	12.325.232
2º	RJ	Rio de Janeiro	6.747.815
3º	DF	Brasília	3.055.149
4º	BA	Salvador	2.886.698
5º	CE	Fortaleza	2.686.612
6º	MG	Belo Horizonte	2.521.564
7º	AM	Manaus	2.219.580
8º	PR	Curitiba	1.948.626
9º	PE	Recife	1.653.461
10º	GO	Goiânia	1.536.097
11º	PA	Belém	1.499.641
12º	RS	Porto Alegre	1.488.252
13º	SP	Guarulhos	1.392.121
14º	SP	Campinas	1.213.792
15º	MA	São Luís	1.108.975
16º	RJ	São Gonçalo	1.091.737
17º	AL	Maceió	1.025.360
TOTAL			46.400.712
% em relação ao total Brasil			21,9%
TOTAL BRASIL			211.755.692

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas - DPE, Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS.

De acordo com dados da ONU, a população da Índia atinge 1,428 bilhão de habitantes, tornando-se ligeiramente superior à da China, estimada em 1,425 bilhão. O país ocidental mais bem classificado são os Estados Unidos: com sua população de 340 milhões fica em terceiro lugar do ranking mundial.

China e Índia possuem 2,853 bilhões habitantes, representando mais de 1/3 dos 8 bilhões de habitantes do Planeta Terra. Não só

seus menores graus de urbanização se diferenciam dos demais países do G15, como também se verifica uma correlação particular entre sua estrutura produtiva e a ocupacional.

A China possuía 10% de sua renda gerada na Agricultura, setor produtivo onde se ocupava 33,6% de sua população. Esses percentuais na Índia eram, respectivamente, 17,4% e 49%.

Os países possuidores dessas participações um pouco maiores diante dos demais eram justamente *outros grandes países emergentes*: Brasil (5,5% de valor agregado e 15,7% de ocupação rural), Rússia (4,2% e 9,7%, respectivamente), México (3,6% e 13,4%).

Pode-se deduzir daí o baixo grau de produtividade da população rural, porém, não se deve generalizar para todo o campo de atividades. Por exemplo, a *agricultura de exportação* brasileira tem alta produtividade em contraste com a baixa produtividade da *agricultura familiar* produtora de alimentos para o mercado interno.

Os países de "capitalismo avançado" tinham, relativamente, baixíssimo valor agregado e pouca gente ocupada na Agricultura: EUA, 1,1% e 0,7%, respectivamente; UE, 1,8% e 5,2%; Japão, 1,1% e 3,9%; Alemanha, 0,8% e 1,6%; Inglaterra, 0,7% e 1,4%; França, 1,9% e 2,9%; Itália, 2% e 3,9%; Coreia do Sul, 2,6% e 6,9%; Canadá, 1,7% e 2%, Espanha, 3,1% e 4,2%.

A população urbana alcançava 57,5% da população mundial em 2023. *Desconsiderando os casos da Índia e da China, os graus de urbanização dos demais emergentes eram elevados*: Brasil, 87,1%; México, 78,1%; Rússia, 73,8%. Eles se dividiam em dois agrupamentos nítidos: entre os 68,4% da Itália e os 79,6% da Inglaterra estavam a Alemanha (73,9%) e a Espanha (77,4%).

Todos os outros do G15 estavam na faixa superior aos 80,7% do Canadá: Estados Unidos, 82,4%; Coreia do Sul, 83,2%; França, 85,8%; e Japão, o país mais urbanizado, com 91,3%.

Na estimativa para 2020, considerando os países da América do Sul, Uruguai (95,5%), Argentina (92,1%) Venezuela (88,3%) e Chile (87,7%) superavam o grau de urbanização do Brasil (87,1%). No

ranking mundial, ficava em 20º. lugar, desconsiderando os Estados-cidades A fonte desses dados é *CIA World Factbook* (2020).

Portanto, *a população brasileira se situa entre as mais urbanas das maiores economias*. Interessante é correlacionar esse ranking de *graus de urbanização* com os *serviços predominantemente urbanos*, tanto em termos de valor agregado pelo chamado “Setor Terciário”, quanto pelo percentual da população ocupada com a produção direta de serviços junto aos consumidores.

2011 Grau de Urbanização			Valor Agregado em Serviços			Ocupação em Serviços		
Ordem	Países	%	Países	%	Países	%		
1	Índia	31,3	China	46,1	Índia	31,0		
2	China	50,6	Índia	56,9	China	36,1		
3	Itália	68,4	Coreia do Sul	58,2	Rússia	62,5		
4	Rússia	73,8	Rússia	58,3	México	61,9		
5	Alemanha	73,9	México	59,8	Itália	67,8		
6	Espanha	77,4	Brasil	68,1	Coreia do Sul	69,4		
7	México	78,1	Alemanha	69,0	Japão	69,8		
8	Inglaterra	79,6	Canadá	69,9	Brasil	71,0		
9	Canadá	80,7	Espanha	70,8	Espanha	71,7		
10	Estados Unidos	82,4	UE	72,8	UE	72,2		
11	Coreia do Sul	83,2	Japão	73,2	Alemanha	73,8		
12	Brasil	84,6	Itália	73,5	Canadá	76,0		
13	França	85,8	Inglaterra	78,9	França	76,4		
14	Japão	91,3	Estados Unidos	79,4	Estados Unidos	79,0		
15	UE	0	França	79,4	Inglaterra	80,4		

Fonte: CIA- The World Factbook - June 2014

Analisando o Quadro acima com os diversos rankings das quinze maiores economias, no ano 2011, percebe-se uma maior correlação entre os graus de urbanização de cada qual e as participações tanto no valor agregado quanto nas ocupações de Serviços. Os “*sete países mais industriais*”, em termos de participação industrial na renda – China, Coreia do Sul, Rússia, México, Alemanha, Canadá, Brasil –, constituem praticamente *o mesmo conjunto dos relativamente menos dependentes de agregação de valor em Serviços* no G15.

Entretanto, é surpreendente – e chocante – *a baixa participação da Indústria brasileira em oferta de empregos* (13,3%) diante da ocupação em Serviços (71%) e mesmo em Agricultura (15,7%). A hipótese explicativa relaciona-se à “*desindustrialização*” quanto à Indústria de Transformação, porém, com substituição de seu valor agregado pelos da Indústria Extrativa (minérios com Vale e petróleo

com Petrobras), da Indústria de Construção e dos Serviços de Utilidade Pública (como Energia Elétrica).

2011 Grau de Urbanização			Valor Agregado em Indústria			Ocupação em Indústria		
Ordem	Países	%	%	Países	%	Países	%	
1	Índia	31,3	31,0	Estados Unidos	19,5	Brasil	13,3	
2	China	50,6	36,1	França	18,7	Inglaterra	18,2	
3	Itália	68,4	62,5	Inglaterra	20,5	França	18,7	
4	Rússia	73,8	61,9	Itália	24,4	Estados Unidos	19,5	
5	Alemanha	73,9	67,8	UE	25,2	Índia	20,0	
6	Espanha	77,4	69,4	Japão	25,6	UE	22,5	
7	México	78,1	69,8	Índia	25,8	Coreia do Sul	23,6	
8	Inglaterra	79,6	71,0	Espanha	26,0	México	24,1	
9	Canadá	80,7	71,7	Brasil	26,4	Itália	24,4	
10	Estados Unidos	82,4	72,2	Canadá	28,4	Espanha	24,0	
11	Coreia do Sul	83,2	73,8	Alemanha	30,1	Japão	26,2	
12	Brasil	84,6	76,0	México	36,6	Rússia	27,8	
13	França	85,8	76,4	Rússia	37,5	Itália	28,3	
14	Japão	91,3	79,0	Coreia do Sul	39,2	Canadá	28,4	
15	UE	0	80,4	China	43,9	China	30,3	

Fonte: CIA- The World Factbook - June 2014

A Indústria Geral pouco alterou sua contribuição percentual ao valor agregado anualmente. Porém, a Indústria de Transformação oferece proporcionalmente mais empregos diante das demais indústrias.

Embora a força de trabalho brasileira dependa muito dos empregos gerados em Serviços Urbanos, no *ranking* das quinze maiores economias, nesse quesito, a do Brasil se coloca em posição intermediária (8^{a.}), aliás a mesma do seu PIB por Paridade do Poder de Compra. Como visto, *as participações da Agricultura no Brasil, assim como nos outros países emergentes do BRIC e no México, seja em valor agregado, seja em ocupação, ainda é o maior diferencial em relação às economias dos países de "capitalismo maduro"*.

Na realidade, *as maiores características dos países emergentes estão em suas agriculturas e indústrias*. As economias europeias e norte-americanas se destacam em *serviços*. O Brasil acompanha esse agrupamento com a elevação de suas participações nessas atividades urbanas.

Não é mais um país de industrialização nascente. Sua população já emigrou do campo para as cidades. Talvez por isso esteja em uma "crise de meia-idade", isto é, uma *crise de desenvolvimento psicológico*, quando se tem de decidir qual rumo tomar, crescer menos, porém com estabilidade... Devagar e sempre...

Mas o mais triste é constatar o Brasil aparecer em 7º. lugar no ranking mundial de Índice de Gini, demonstrando estar entre as piores concentrações da renda familiar. Isto apesar de estar em 8º. lugar no ranking mundial de PIB por Paridade de Poder de Compra (US\$ 2,989 trilhões), acima da França (US\$ 2,832 trilhões) e Inglaterra (US\$ 2,798 trilhões) entre os dez maiores. É um país rico com a maioria da população pobre...

No *grau de desigualdade social*, em 2018, com 53,9, o país só era superado por países africanos como África do Sul (63,0), Namíbia (59,1), Zâmbia (57,1), São Tomé e Príncipe (56,3), Eswatini ou Suazilândia (54,6), Moçambique (54,0). Desvendar e tratar tal fenômeno socioeconômico, junto aos líderes políticos, deveria ser o maior desafio para todos os cientistas sociais brasileiros, em especial, os economistas.

Desigualdade Educacional e Pobreza

O Brasil possuía, em 2021, um dos piores coeficientes de Gini do mundo (0,529), ficando empatado com Equador e estando à frente apenas de alguns países africanos e latino-americanos. No ano anterior, com a assistência social contra a pandemia, tinha caído para 0,489, comprovando uma política pública ter o poder de combater à desigualdade. *Entre os 15 países mais desiguais do mundo, 10 estão na América Latina.*

Os países menos desiguais em todo o mundo, conforme as medições do coeficiente de Gini, são Hungria (0,244), Dinamarca (0,247) e Japão (0,249). Em situação alarmante, além do Brasil e dos demais países mencionados, destacam-se a África do Sul (0,593) e a Namíbia (0,707).

Apesar de ter a importante função de demonstrar o nível de desigualdade existente em um determinado território, o índice de Gini possui algumas limitações. Entre outras, esse dado não verifica a potencialidade de crescimento da população mais rica em face da população mais pobre e vice-versa, apresentando apenas informações "estáticas".

No caso, o Brasil possui um dos maiores níveis de concentração de renda porque uma pequena parcela da população recebe o maior

fluxo de renda. Sua “sobra de renda” é retida acumulada, na maior parte, em riqueza financeira, mas também imobiliária, automotora etc.

Entretanto, o país apresenta *a melhora mais significativa do índice de Gini em todo o mundo nas últimas décadas*. Em 1989, o valor do coeficiente era de 0,633 e, em 2015, caiu para 0,519. Com a volta da Velha Matriz Neoliberal, voltou a subir até 0,529 em 2022.

Os motivos de melhoria anteriores, nos governos social-desenvolvimentistas, estavam relacionados, sobretudo, ao aumento real do salário-mínimo, à estabilização da inflação e à difusão de programas governamentais de base assistencialista, como o Bolsa Família.

Apesar do *modelo educacional brasileiro* ainda ser considerado precário, houve algumas melhorias. Quando conseguiu ser aliado a um aumento da oferta de empregos, ofereceu melhores oportunidades à parcela mais pobre da população no caso das pessoas destacadas pelo maior nível de escolaridade.

No ano de 2021, foram registradas 46,7 milhões de *matrículas* nas 178,4 mil escolas de Educação Básica no Brasil – número acima do tamanho de diversas populações europeias. São encontradas majoritariamente na área urbana (88,5%). Na rede privada, 99% das matrículas estão em *escolas urbanas*. Na rede pública, as escolas municipais apresentam a maior proporção de matrículas na área rural, com 19%, seguidas das escolas federais, com 12,2%.

No mesmo ano, foram registradas 26,5 milhões de matrículas no Ensino Fundamental e 7,8 milhões de matrículas no Ensino Médio. O número de matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) segue em tendência de queda, chegando a 3 milhões. O número de matrículas da Educação Profissional tem girado em torno de 1,9 milhão.

Naquele ano, foram registrados 2,2 milhões de *docentes* na Educação Básica brasileira. A maior parte deles (quase 1,4 milhão docentes) atua no Ensino Fundamental (62,7%). Entre estes, 86,4% têm nível superior completo (83,4% em grau acadêmico de licenciatura e 3,0% de bacharelado) e 9,2% têm ensino médio

normal/magistério. Foram identificados ainda 4,4% com nível médio ou inferior.

Entre as 178.370 escolas de Educação Básica, a *rede municipal* é responsável por aproximadamente dois terços das escolas (60,2%), seguida da *rede privada* (22,7%). O Ensino Médio é ofertado por apenas 29.167 escolas.

Ao avaliar a disponibilidade de internet nas escolas da Educação Básica, percebe-se esse recurso estar pouco presente (proporção geral inferior a 60%) nos estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Roraima e Amapá. Apesar de possuir o maior número de escolas do Ensino Fundamental, a *rede municipal* dispõe de menos recursos tecnológicos, como lousa digital (10,8%), projetor multimídia (55,4%), computador de mesa (39,2%) ou portátil (25,8%) e internet para uso dos estudantes (27,8%).

A disponibilidade de recursos tecnológicos nas escolas de Ensino Médio é maior diante das de Ensino Fundamental. Recursos como internet banda larga, computador de mesa, computador portátil e tablet para os alunos são encontrados na rede estadual para, respectivamente, 81,0%, 78,8%, 40,7% e 13,2% das escolas.

Entre 2012 e 2022, o número de matrículas na Educação Superior (graduação e sequencial) aumentou 33,8% e atingiu quase nove milhões e meio (9.444.116) diante de 7.058.084 em 2012. A média de crescimento anual do número de matrículas é de 3%.

O problema foi, no período, as matrículas de cursos de graduação à *distância* aumentaram 288,8%, de 1,1 milhão para 4,3 milhões, enquanto na *modalidade presencial* não houve crescimento, e sim queda de -13,7%: de 5,9 milhões para 5,1 milhões.

Mais de cinco milhões de matrículas estão nas Universidades, correspondendo a 54,4% do total. Em cursos presenciais, há quase dois alunos matriculados na *rede privada* para cada aluno matriculado na *rede pública*, cujo ensino é, de fato, de qualidade superior.

A participação no total de concluintes de graduação foi de 62,4% em 2022: 803 mil na *modalidade presencial* contra 484 mil à *distância*. Nos últimos onze anos, o número de *concluintes em cursos*

presenciais partiu de 876 mil em 2012 até atingir o pico próximo de 900 mil em 2018 e cair para 803 mil em 2022.

Grosso modo, nesse período, graduaram-se quase 9,7 milhões nesses cursos – número praticamente acima de todas as populações dos países nórdicos com melhores IDH e menores Índices de Gini. No Brasil, segundo o *Education at a Glance 2023*, apenas 21% das pessoas de 25 a 64 anos alcançaram nível de escolaridade do Ensino Superior, uma percentagem menor diante do percentual concluintes do Ensino Secundário ou Médio (38%).

A explicação simplória, dada por economistas adeptos da Teoria do Capital Humano, para *a extrema desigualdade na distribuição de renda no Brasil* é comparativa. Quando uma força de trabalho é homogeneamente bem-educada, como ocorre em países desenvolvidos, tende-se a congestionar os postos de trabalhos mais qualificados, enquanto os menos qualificados podem sofrer escassez de mão de obra.

Isso implica em uma pressão para baixo nos salários mais altos e para cima nos salários mais baixos. O efeito desse fechamento do “leque salarial” seria extremamente redistributivo de renda.

Porém, a força de trabalho não pode ser considerada uma “mercadoria” semelhante àquelas cujo preço de mercado equilibra via oferta e demanda. A *quantidade da oferta* diante da demanda por força de trabalho educada não explica toda a desigualdade.

Há “falhas” no funcionamento do mercado de trabalho, ou seja, aspectos institucionais, entre os quais a repressão ou a desmobilização sindical, a falta de reposição do total das perdas de poder de compra dos salários, inclusive no funcionalismo público, as hierarquias organizacionais etc. Acima de tudo tem o requisito da *qualidade da educação*, ignorada por essa visão convencional.

Em uma dedução lógica da linha de análise baseada no investimento em capital humano, os economistas adeptos do individualismo metodológico acusam: as *reformas liberalizantes incompletas do mercado de trabalho* não permitem bom ritmo de crescimento da produtividade nos países latino-americanos! *Imagine...*

Essa “agenda [neoliberal] inacabada”, porque os mercados de trabalho continuam altamente regulados, não alcançou a ambicionada por eles *plena flexibilidade nas regras trabalhistas*. Defendem o mercado ter de funcionar livremente, sem “travas” de proteção ao salário, ao emprego e à seguridade... Brotaria espontaneamente, em busca de sobrevivência, o empreendedorismo!

Na realidade, a sociedade demanda mais vagas e ao mesmo tempo espera do governo a manutenção de defesas associadas com a regulamentação de profissões, a limitação do acesso às mesmas para os diplomados e a contenção de um fluxo de formados em determinadas carreiras. Visa reduzir a concorrência e não comprimir os salários.

Países com melhores distribuições de renda conquistaram-nas com *lutas sociais*, desde o violento sindicalismo de resultados norte-americano, passando pelo ideológico sindicalismo social-democrata europeu, até as revoluções totalitárias do Leste-europeu e da Ásia. Daí, *a menor desigualdade educacional foi uma consequência de política pública e não de lei do mercado*, como sugerem os economistas neoliberais.

Os defensores da *hipótese do capital humano* afirmam a massificação do Ensino Superior seria capaz de conter o elitismo dos profissionais bem formados, gerada pela escassez de talentos, disputados em um mercado de trabalho exigente. No entanto, Educação à Distância, explorado pela mercantilização do ensino pelo setor privado, é tipo “me engane porque eu gosto”... A “compra de diplomas” não funcionará para diminuir a desigualdade educacional!

No Ranking Universitário da Folha (RUF 2023), USP (nota 98,85) e UNICAMP (nota 98,20) com diferença de apenas 0,65 ponto, em uma escala até cem, se destacam no topo. Ampliaram a distância em relação às demais, antes de 0,9 ponto, para quase 2 pontos.

Têm a dianteira em *pesquisa científica*. A Unicamp, pela primeira vez, lidera no indicador de *ensino*. A USP segue à frente nos demais, em especial, em contratações do mercado de trabalho paulistano. É muito superior ao de Campinas no interior do Estado de São Paulo.

Movimentação da Sociedade Brasileira

O trabalho de coleta e apuração do Censo Demográfico 2022 foi concluído, em 28 de maio de 2023, com 4,23% de domicílios ocupados *sem entrevista*, em relação ao total de domicílios particulares permanentes ocupados. Foi percentual superior ao apurado em 2010, 1,6% correspondente ao percentual de *não resposta da pesquisa*.

O menor percentual de domicílios particulares *sem entrevista* ocorreu na Região Nordeste com estados registrando abaixo de 2,5%, bem abaixo da média nacional. Rio de Janeiro e São Paulo encerraram a coleta com percentual de domicílios *sem entrevista* acima da média.

Como elevou-se o número de domicílios com um único morador, provavelmente, ele estava ocupado no trabalho durante os dias úteis da semana. Não foram encontrados para entrevista.

Para o ano de 2010, foi incluída a população estimada (de 2,8 milhões de habitantes), resultado do *processo de imputação da população residente nos domicílios fechados*. Para o ano de 2022, a população resultante desse processo de imputação, incluída na população final, foi de aproximadamente 8 milhões de pessoas, ou seja, quase três vezes maior. *Aconteceu isso por falha técnica ou por razão social?*

Na comparação entre os Censos Demográficos de 2010 e 2022, o crescimento anual da população não se deu de maneira uniforme entre as Grandes Regiões. A Região Centro-Oeste mostrou maior crescimento, com uma taxa média de 1,23% ao ano, nos últimos 12 anos. O Nordeste (0,24%) e o Sudeste (0,45%) apresentaram os menores crescimentos populacionais anuais, abaixo da média do Brasil, de 0,52% ao ano.

A região Sudeste se manteve como a região mais populosa, totalizando 84,8 milhões de habitantes ou 41,8% da população brasileira. Foi seguida pela Região Nordeste (54,6 milhões ou 26,9%), somando ambas quase 69% da população brasileira. Por isso, *as eleições presidenciais se decidem nestas duas grandes regiões populacionais*.

A participação relativa da população residente por Grandes Regiões no total do país de 1991 a 2022 revela uma queda de dois pontos percentuais do Nordeste – de 28,9% para 26,9% –, quase um ponto percentual do Sudeste – de 42,7% para 41,8 – e 0,4 pontos percentuais do Sul. Em contrapartida, a parcela relativa do Centro-Oeste aumentou em 1,6 pontos percentuais e do Norte em 1,7 pontos percentuais.

No capitalismo tardio brasileiro, a “conquista do Oeste”, atravessando várias latitudes pelos emigrantes do Sul e do Nordeste, é também retardatária em comparação ao avanço migratório na direção Leste-Oeste, na mesma latitude no mapa dos Estados Unidos. Lá, a Marcha para o Oeste ocorreu na segunda metade do século XIX, sobretudo, após o fim da Guerra de Secessão, em 1865.

Aqui, o desafio de *plantar no cerrado* (equivalente às savanas africanas) foi superado devido às pesquisas tecnológicas da EMBRAPA – e não só ao empreendedorismo dos pioneiros. Conhecida como região produtora de grãos e carne, o Centro-Oeste tornou-se fundamental para o balanço comercial brasileira. A soja produzida localmente responde por mais da metade do plantio no país.

A partir da década de 1970, o cerrado transformou-se na nova fronteira agrícola brasileira. Essa transformação impulsionou a produtividade agropecuária com duas safras/ano, tornando o Brasil um dos principais produtores mundiais de *commodities*.

Pelos efeitos multiplicadores de renda e ocupações elevar a possibilidade de enriquecimento dos pioneiros, isso se tornou um fator de atração da migração para o Centro-Oeste. Quem chega antes, nas *idades emergentes*, compra barato lotes e constrói imóveis a serem vendidos ou alugados bem mais caros adiante. Esta estória se repetiu em inúmeras cidades brasileiras quando tiveram crescimento significativo.

O Censo Demográfico 2022 apurou a existência de 90,7 milhões de unidades domiciliares no Brasil, um grande crescimento (34%) em relação ao registrado em 2010, quando foram recenseadas 67,5 milhões de unidades domiciliares. Entre os domicílios particulares permanentes, 72,4 milhões (80%) encontravam-se *ocupados* (com ou sem a realização de entrevistas) na data de referência do Censo.

Relativamente a 2010, embora o número absoluto de domicílios particulares permanentes ocupados tenha crescido, a *proporção de ocupação dos domicílios particulares permanentes declinou*. Em 2010, foram registrados 57,3 milhões, representando 85% do total.

A ocorrência proporcional de *domicílios particulares vagos* apresentou variações entre as Grandes Regiões. A Região Nordeste destacou-se como a de mais elevado percentual (15%), assim como ocorreu em 2010, sobretudo em Municípios localizados no interior. Foi seguida pelo Norte com 12,6% e o menor percentual foi no Sul com 10,5%. Será um sintoma de maior *fator de repulsão*, justificador de emigração, no interior nordestino?

Quanto aos *domicílios de uso ocasional*, foram recenseados nessa categoria 6,7 milhões de domicílios, representando 7,4% do total de domicílios particulares permanentes, superando os 5,8% apresentados em 2010. O maior percentual ocorreu em Santa Catarina (10,3%), porque os municípios com maiores proporções de domicílios de uso ocasional são predominantemente localizados no litoral e com marcante presença de atividade econômica ligada ao turismo.

Os estados de São Paulo (22%), Minas Gerais (10%) e Rio de Janeiro (8%) continuam sendo os mais populosos, concentrando 40% da população residente total no país, seguidos da Bahia (7%), Paraná (6%) e Rio Grande do Sul (5%). No outro extremo estão os Estados situados na fronteira norte do Brasil: Roraima segue como o estado menos populoso (com 636.303 habitantes), seguido do Amapá (733.508) e do Acre (830.026).

Em recorte geográfico, 14 Estados e o DF apresentaram taxas médias de crescimento anuais acima da média nacional (0,52%) entre 2010 e 2022. Quatro apresentaram crescimento anual de 0,1% ou menos em suas populações, no período entre 2010 e 2022: Alagoas (0,02%), Rio de Janeiro (0,03%), Bahia (0,07%) e Rondônia (0,10%).

Essa estagnação populacional em condições de taxa de fecundidade superior à taxa de mortalidade só seria justificada por *fenômenos emigratórios particulares*. Seriam suas condições econômicas muito inferiores às dos demais Estados? A conferir.

Quando a migração é interna aos estados, em longo prazo, pode provocar uma *conurbação*. Uma extensa área urbana vai sendo formada por cidades e vilarejos, desenvolvendo de modo interligado. O surgimento de cada não é necessariamente vinculado ao processo de conurbação, mas ao espraiamento posterior.

Do total de 5.570 municípios do país, um pouco menos da metade (2.495 ou 45%) possuía até 10 mil habitantes. Nesses municípios residiam uma população total de 12,8 milhões pessoas, equivalendo a 6,3% da população do Brasil.

Os 319 grandes municípios concentram 115,6 milhões pessoas (57% da população). Essa *concentração municipal* soma a população nos 278 municípios com mais de 100 mil a 500 mil habitantes (56,8 milhões) e nos 41 municípios com mais de 500 mil habitantes (58,9 milhões).

Dentre os 20 maiores, concentrando 22,1% da população residente total, estão 17 capitais. Entre eles, não são capitais somente Guarulhos-SP (1,291 milhão), Campinas-SP (1,138 milhão) e São Gonçalo-RJ (898 mil habitantes).

As *migrações internas* são influenciadas por uma combinação de fatores econômicos, sociais, políticos e ambientais. As razões específicas variam de acordo com cada região.

Embora os *fatores de atração* sejam mais expostos pelos emigrantes, é comum os *fatores de repulsão* contarem mais para a decisão de mudança. A busca por melhores oportunidades de emprego é por conta de não as encontrar onde mora. Justifica migrar de regiões menos desenvolvidas para regiões mais prósperas em busca de melhores salários, condições de trabalho e perspectivas de crescimento profissional.

As disparidades econômicas entre diferentes regiões dentro de um país levam à *migração*. As áreas urbanas oferecem melhores serviços em saúde, educação, infraestrutura e qualidade de vida, atraindo migrantes de regiões rurais.

Conflitos armados impulsionam às pessoas deixarem suas regiões de origem e buscarem segurança em outras partes do país.

Em busca de refúgio e proteção, muitos moradores se deslocam das periferias violentas, afastando-se do crime organizado e das milícias.

A escassez de recursos naturais, secas, inundações ou outros eventos climáticos extremos tornam determinadas áreas menos habitáveis. Seus habitantes as abandonam e se deslocam para áreas mais seguras e sustentáveis em termos de meio-ambiente.

Grandes Concentrações Urbanas Brasileiras

O fenômeno da *redução da população*, antes restrito aos municípios pequenos, passou a ser mais observado entre os municípios maiores. Entre os 319 maiores municípios do Brasil, acima de 100 mil habitantes, 39 municípios apresentaram diminuição populacional na comparação entre os Censos de 2022 e 2010. Entre os Censos de 2010 e 2000, somente 4 municípios (Ilhéus, Foz do Iguaçu, Lages e Uruguaiana) do grupo dos maiores de 100 mil habitantes apresentaram diminuição populacional.

Dentro os 39 municípios, destaque para algumas capitais de Estado com redução de população, algo inédito dentro dos censos demográficos recentes. Entre elas, o destaque foi a taxa média geométrica de crescimento anual da população residente de 2010 a 2022 em Salvador (-0,84%), só ficando abaixo da queda de São Gonçalo (-0,90%) entre os Municípios de mais de 100 mil habitantes. Entre as capitais diminuíram também, expressivamente, os habitantes de Belém (-0,55%) e Porto Alegre (-0,47%).

Quanto a isso, é necessário analisar o fenômeno de 61,1% da população total residir em *Concentrações Urbanas*. Foram 124,1 milhões de pessoas em 2022, correspondente a um aumento populacional bruto de 9,2 milhões em relação a 2010, quando nelas residiam quase 115 milhões de habitantes.

O aumento populacional nas Concentrações Urbanas foi equivalente a 74,5% do incremento de população residente do país entre 2010 e 2022. Logo, foi o maior fator explicativo da mudança populacional, absorvendo contingentes populacionais e expandindo-se, numericamente (185), no território.

As concentrações de grande porte, na faixa de população acima de 750 mil habitantes, são em menor número (28). *A maior presença das Concentrações Urbanas ocorre ao longo do litoral*, sendo resultado do povoamento desde o passado colonial.

As 11 maiores Concentrações Urbanas detêm uma participação relativa da população de 51,1% da população residente nestes recortes geográficos. Destacam-se São Paulo com 16,7% (20,7 milhões), Rio de Janeiro com 9,5% (11,8 milhões), Belo Horizonte com 4% (5 milhões). Nesta listagem, a concentração em torno de Salvador possui 3,3 milhões pessoas e, além das três citadas, há outras cinco maiores: Brasília (3,9 milhões), Recife (3,8 milhões), Porto Alegre (3,7 milhões), Fortaleza (3,4 milhões) e Curitiba (3,4 milhões).

Abaixo, na ordem, a 10^a concentração encontra-se em Goiânia (2,5 milhões) e a 11^a na Grande Campinas (2,1 milhões). No Sudeste, adensam-se bem mais as Concentrações Urbanas, quando comparadas às do restante do país: Rio de Janeiro/RJ corresponde a 73,3% da população do Estado (16 milhões habitantes), São Paulo/SP representa 46,6% da população do Estado (44,4 milhões), e Belo Horizonte/MG participa com 24,2% do total de Minas Gerais (20,5 milhões).

A dinâmica espacial da população do Brasil no período 2010-2022 indica perdas e ganhos de população. Revela, por exemplo, a geografia de grandes manchas de crescimento da população constituídas pelos municípios em torno da capital paulista, da capital catarinense e do litoral desse Estado, além daquelas em torno das capitais nordestinas.

Quanto ao maior crescimento absoluto da população no período intercensitário de 2010-2022, os resultados do Censo Demográfico 2022 revelam uma *interiorização da população brasileira* nesse período. Destacaram-se, numericamente, municípios localizados tanto no Norte, como no Centro-Oeste, em seguida àqueles situados no Sudeste e na faixa contínua entre o litoral catarinense e o entorno de Curitiba no Sul.

Em Estados de grande dimensão espacial, as perdas ocorridas na população municipal ficam muito evidentes quando contrastadas

com o crescimento populacional ocorrido nos municípios componentes das Concentrações Urbanas das capitais estaduais.

A dinâmica espacial da população brasileira no período 2010-2022 aponta para uma tendência de um padrão geográfico de *maior crescimento de médias Concentrações Urbanas e de perda de dinâmica demográfica das grandes Concentrações*. Pela primeira vez, quatro destas grandes Concentrações tiveram crescimento demográfico negativo: Rio de Janeiro, Salvador, Belém e Porto Alegre. Cada qual pertence a distintas Grandes Regiões.

Um indicador da gravitação em torno das grandes Concentrações Urbanas brasileiras encontra-se na tabela abaixo, onde se registra *o percentual da população da cidade central diante da região metropolitana*. A ordem de grandeza da população residente dos 14 maiores Municípios brasileiros não corresponde exatamente à ordem das 14 maiores Concentrações Urbanas, ou seja, os processos de conurbação são distintos.

Exceto os dois primeiros (São Paulo e Rio de Janeiro), os demais se deslocam. Belo Horizonte tem a sexta população e seu entorno o coloca como centro da terceira maior região metropolitana. Respectivamente, Recife sai do 9º município para 5ª concentração urbana, Porto Alegre de 11º para 6ª, Campinas de 14º para 11ª. Curitiba se mantém na posição (8ª) nos dois rankings, assim como Goiânia (10ª).

Posição	Município	População residente	Concentração Urbana	Em %
1	São Paulo (SP)	11.451.245	20.684.947	55%
2	Rio de Janeiro (RJ)	6.211.423	11.760.789	53%
3	Brasília (DF)	2.817.068	3.858.028	73%
4	Fortaleza (CE)	2.428.678	3.424.141	71%
5	Salvador (BA)	2.418.005	3.318.986	73%
6	Belo Horizonte (MG)	2.315.560	4.963.116	47%
7	Manaus (AM)	2.063.547	2.063.547	100%
8	Curitiba (PR)	1.773.733	3.381.333	52%
9	Recife (PE)	1.488.920	3.783.101	39%
10	Goiânia (GO)	1.437.237	2.480.667	58%
11	Porto Alegre (RS)	1.332.570	3.679.095	36%
12	Belém (PA)	1.303.389	1.956.249	67%
13	Guarulhos (SP)	1.291.784	Grande São Paulo	
14	Campinas (SP)	1.138.309	2.092.456	54%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010/2022. Elaboração Fernando Nogueira da Costa

Os demais perdem posição no ranking de Concentrações Urbanas: Brasília (de 3º para 4º), Fortaleza (de 4º para 7º), Salvador (de 5º para 9º), Manaus (de 7º para 12º), Belém (de 12º para 14º).

Outro destaque é Belo Horizonte (47%), Recife (39%) e Porto Alegre (36%) terem menos da metade da população residente em toda a região metropolitana.

As *conurbações* e as *megalópoles* são termos utilizados para descrever regiões urbanas altamente desenvolvidas e densamente povoadas. Embora haja alguma sobreposição entre os conceitos, eles têm diferenças sutis em termos de escala e características.

Uma *conurbação* refere-se a um fenômeno de crescimento urbano no qual cidades adjacentes crescem tanto a ponto de suas áreas urbanas se unirem, formando uma única área contínua de desenvolvimento urbano. As cidades individuais ainda podem ser identificadas, embora compartilhem uma fronteira comum ou apresentem áreas urbanas sobrepostas.

As cidades dentro de uma conurbação geralmente mantêm alguma independência administrativa e identidade local. Um exemplo de conurbação é a região metropolitana do Rio de Janeiro, a qual

inclui várias cidades, como Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo e Duque de Caxias, todas localizadas na mesma área geográfica. A Grande BH reúne 23 municípios em torno de Belo Horizonte.

Uma *megalópole* é uma vasta área urbana consistente em várias cidades e seus subúrbios próximos, fundidas e formando uma única área metropolitana contínua. Geralmente, uma megalópole é formada pela união de várias cidades de grande porte e centros urbanos menores expandidos e se conectados ao longo do tempo.

Por exemplo, São Paulo não formará uma área urbana contínua com a Baixada Santista por razão geográfica (Serra do Mar), mas possivelmente com um trem-bala formaria uma com Campinas a 100 km.

Em resumo, a principal diferença entre *conurbações* e *megalópoles* é a natureza e o grau de fusão das cidades e áreas urbanas envolvidas. Enquanto as *conurbações* são marcadas por uma sobreposição e interligação de áreas urbanas adjacentes, mas com cidades ainda distintas e identificáveis, as *megalópoles* são caracterizadas por uma fusão completa e contínua de cidades em uma única área metropolitana. *Quem viver, verá...*

Necessidade de Revisão dos Modelos de Gestão Urbana

Os primeiros dados do Censo Demográfico 2022, divulgados em junho de 2023 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), trouxeram novos desafios para os gestores das cidades brasileiras segundo reportagem assinada por Lucianne Carneiro e Alessandra Saraiva (Valor, 24/07/2023).

Demógrafos e urbanistas destacam a necessidade de repensar *a organização das cidades e as estratégias de ocupação urbana* devido a:

1. a desaceleração do crescimento da população,
2. o esvaziamento das cidades maiores,
3. a necessidade de mais domicílios diante da redução do tamanho das famílias e

4. a contínua expansão dos territórios.

Nesse cenário, é necessário rever as políticas públicas para lidar com os vazios urbanos em áreas onde se dispõe de infraestrutura e de serviços para a população. A estratégia de “revitalização dos centros urbanos” dá prioridade à ocupação desses territórios e evita a expansão das cidades com maior espalhamento da população com *baixa densidade demográfica*: relação entre o número de habitantes e o tamanho dos territórios.

Cidades mais espalhadas têm custo maior de manutenção com infraestrutura de transporte, saúde e educação. O fato de a população não crescer não significa a cidade ter parado de expandir, inclusive com a saída dos filhos da casa dos pais. Essa questão crucial precisa ser revista.

Expandir a cidade não é bom negócio, a não ser para quem especula com a terra. Aumenta os custos urbanos de infraestrutura e mobilidade, fora o investimento em infraestrutura.

Portanto, é preciso planejar *a reorganização das cidades*. A dinâmica de crescimento da população e a existência de áreas desocupadas nos grandes centros reforçam essa necessidade.

Se a população cresce menos ou recua, isso vai requerer:

1. um rearranjo de como essa população vive,
2. de como vai utilizar os meios de transporte,
3. de qual é a infraestrutura de cada área.

Isso reforça a necessidade de reorganização das atividades das pessoas dentro das cidades. Para se ter um *rearranjo urbano*, exige-se um *planejamento indicativo* para tratar dessa questão.

O Censo Demográfico 2022, finalmente divulgado pelo IBGE, apontou o crescimento anual da população entre 2010 e 2022 ter sido o menor em 150 anos, de apenas 0,52%, ante 1,17% entre 2000 e 2010. No país, *a média de moradores por domicílio* caiu de 3,31 em 2010 para 2,79 em 2022.

A pesquisa mostrou uma queda de população em cidades maiores, como capitais, e em grandes concentrações urbanas, ou

expansão em ritmo menor, enquanto cidades médias e pequenas se destacaram em aumento de habitantes. Cinco dos dez municípios mais populosos perderam população entre 2010 e 2022: Salvador, Recife, Belo Horizonte, Rio e Fortaleza.

A expansão contínua das cidades reflete:

1. o número cada vez menor de pessoas por casa;
2. a ausência de políticas de habitação; e
3. a percepção de uma cidade em crescimento sinalizar futuro progresso.

Dois movimentos tendem a ocorrer neste processo de aumento da extensão das cidades.

O primeiro é, como *faltam políticas públicas para habitação, desenvolvimento urbano e mobilidade*, a expansão se dá por áreas pobres, com pouca ou nenhuma infraestrutura.

O segunda é, como ocorre a expansão sem aumento de população, há *perda de habitantes na área da cidade consolidada*, implicando na *perda de vitalidade*.

Logo, o cenário atual, cujas consequências socioeconômicas e políticas são discutidas neste livro, é haver ao mesmo tempo construção de uma periferia miserável, na expansão urbana, e perda de vitalidade da cidade consolidada. Serviços urbanos não têm tanta vitalidade quanto tinha o antigo processo de industrialização.

Outra informação atualizada pelo Censo é a *densidade populacional*. Indica o número de habitantes por quilômetro quadrado do território.

Pelo Censo 2022, o indicador de todo o território brasileiro subiu de 22,43 em 2010 para 23,86 em 2022. Mas seis municípios têm densidade superior a 10 mil habitantes/km²: São João de Meriti (RJ) e as paulistas Taboão da Serra, Diadema, Osasco, Carapicuíba e São Caetano do Sul.

Os dados sobre a densidade demográfica dos diferentes locais do país dão novas diretrizes para algumas das maiores cidades reverem seus Planos Diretores, como nos casos de São Paulo, Rio de

Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza e Porto Alegre. Os indicadores devem ser analisados com olhar focalizado em cada local da área urbana, como bairros e regiões, e não apenas de maneira genérica para todo o município.

A despeito da conotação negativa de casos de *densidade extrema*, por causa dos reflexos em esgotamento de infraestrutura urbana e perda de qualidade de vida, *densidade elevada* não é necessariamente ruim. Por exemplo, os países desenvolvidos são densos, inclusive porque muito são bem menores diante o Brasil.

A densidade urbana pode ser uma oportunidade para a economia de recursos e de menores emissões de carbono. Isso gera menor custo do poder público para gerir aquela cidade.

Outros aspectos devem ser considerados nessa análise, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) local. Os dados sobre densidade podem ajudar a *identificar os vazios urbanos*, locais onde há menos população, mas a infraestrutura está presente, como transporte, saúde e educação.

Ao identificar os vazios urbanos, em áreas “infraestruturadas”, cabe destiná-los à *política de habitação de interesse social*. Essa revitalização dos centros urbanos evitaria o crescimento para os extremos das cidades, o movimento da população mais pobre indo cada vez mais para as periferias, em áreas sem infraestrutura, elevando os custos das prefeituras.

Os urbanistas destacam a importância da vinculação entre densidade demográfica e infraestrutura instalada. Quando se começa articular essas duas coisas, há uma *economia de escala* – e recursos.

Indiferentes ao custo da posse de imóveis abandonados nos centros, acham possível se delinear o montante adequado de infraestrutura para atender determinado número de pessoas em uma localidade. Necessita-se de saneamento, de transportes ou até mesmo de estruturas para a saúde pública.

Um dos problemas da ocupação urbana, é ela ser definida por *lógica do livre mercado imobiliário*. Está fora do controle do gestor público, porque depende sim de iniciativas privadas concorrenciais.

Por haver mais terra (lotes urbanos e imóveis abandonados) com o setor privado, em vez de ser de posse pública, o “empresariado” – na verdade, os proprietários de imóveis – define o preço do metro quadrado mais elevado em áreas com maior infraestrutura urbana. Assim, a desapropriação desses locais com indenizações torna-se inacessível às Prefeituras e, em consequência, à população mais pobre.

Daí nascem as favelas e a expansão da cidade se dá em periferias sem infraestrutura. Afinal, as ocupações ilegais constituem o único local onde é possível *autoconstrução de moradias* para as populações pobres.

Para dar conta dos desafios, a *questão urbana* necessita entrar como prioridade de tratamento nas pautas políticas e econômicas. Eleição após eleição, quando é federal, nenhum candidato discute a *questão da reorganização das cidades*.

Temas como educação, saúde e segurança são discutidos setorialmente. Mas a *questão urbana é transversal a todas essas*. Por exemplo, se não articula educação com o território e com a população, constrói escolas onde não se precisa mais e deixa de ter escola onde precisa.

P.O.V.O.: Passivo Oneroso, Vida Ordinária

Em 2010, graças à ocorrência na China, aconteceu *fenômeno histórico irreversível*: a população urbana ultrapassou a rural no Planeta.

Daí, nas periferias das metrópoles, as chamadas “favelas” não têm apenas o nome de seu batizado carioca. Alhures, são denominadas de outras formas: morro, periferia, comunidade, vila, *muquifo, slums, villas-miseria, barriada* etc.

Mas todas são o resultado de movimento populacional de abrangência mundial da migração campo-cidade. Em suas periferias, os pobres buscam *autoconstrução informal sem planejamento urbano*, ou seja, com a ausência do Estado para coordenar a ocupação.

A questão-chave, em todas as economias de mercado, é se é possível atender a *demanda social de acabar com déficit habitacional*, composto de habitações precárias, através do crédito imobiliário. A “realização do sonho da casa própria” tornou-se o lugar-comum que designa a democracia da posse imobiliária. A propriedade de maior valor das famílias é a residência.

A *democracia da posse do lar* foi construída na América. O *New Deal* de Franklin Delano Roosevelt, em reação política aos efeitos da Grande Depressão de 1929, foi a tentativa de o governo norte-americano cobrir o déficit habitacional, onde o mercado livre fracassou. Foi também o antídoto para a ameaça de revolução comunista, inspirada pela revolução soviética, ocorrida uma década e meia antes.

A expansão mundial dessa “democracia da propriedade” prometia tornar a maioria dos eleitores possuidora de residência. Favoreceu o *sentimento conservador de proprietários*, diferentemente do modelo de locação social da moradia, adotado na maioria dos países europeus.

Margaret Thatcher, nos anos 80, encorajou esse sentimento conservador ao vender as casas das locações sociais a preços baixos para um milhão e meio de famílias da classe trabalhadora inglesa, base eleitoral do Partido Trabalhista. Dispararam tanto o estoque de propriedades de donos residentes quanto o apoio à privatização do Partido Conservador.

Bush assinou a *American Dream Downpayment Act* [Lei do Pagamento Inicial do Sonho Americano], em 2003, como medida destinada a subsidiar as compras da primeira casa para os grupos de baixa renda. Os credores foram encorajados pela administração Bush a não pressionar os tomadores de empréstimos *subprime* com exigências de documentação integral.

Os NINJA – *No Income No Job or Assets* (Sem Renda Sem Emprego ou Bens) – foram transformados em “bodes expiatórios” da crise imobiliária norte-americana. Os negros e latinos despejados e desempregados simbolizaram o apogeu da democracia da propriedade imobiliária. Sempre, e em todos os lugares, a culpa das mazelas acaba sendo do P.O.V.O.: **P**assivo **O**neroso, **V**ida **O**rdinária!

Em termos simples, os *conservadores* (ou republicanos) quiseram dar uma “solução de mercado” para um problema de natureza social e política. Os *trabalhistas* (ou democratas) dão outra solução com implementação de política habitacional usando recursos públicos. É a socialização dos benefícios – urbanização das favelas – com o compartilhamento social do ônus.

Na Tropicalização Antropofágica Miscigenada brasileira, a originalidade é aperfeiçoar ideias vindas de fora. O PAR (Programa de Arrendamento Residencial) é um *leasing* residencial com opção de aquisição após quinze anos de pagamento do arrendamento sem nenhuma inadimplência.

Foi inspirado em modelo francês de locação social, porém o próprio *Ministre de la Cité* reconheceu a solução criativa brasileira para o impasse vivenciado pelo Estado francês, pois ele se converteu na maior imobiliária do país!

No Programa MCMV (Minha Casa Minha Vida), o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) é usado como *funding* para a construção de habitações de interesse social, mas o OGU (Orçamento Geral da União) dá o subsídio social necessário para *equalização dos juros* (e não oneração do fundo de origem e destino trabalhista), cobrados de famílias com baixíssima capacidade de pagamento de crédito imobiliário. Elas compõem 95% do déficit habitacional brasileiro.

Outra inovação seria fazer aqui apenas a *securitização dos créditos* concedidos pelo SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo) com recursos da poupança, para a classe média, com o originador compartilhando do risco do crédito vendido. Não cabe securitizar o crédito imobiliário concedido com recursos do FGTS. Evitar-se-ia assim uma crise do *subprime*.

Encorajar a posse da casa própria pode ajudar a construir um eleitorado político. Entretanto, para o devedor não entrar em fragilidade financeira, tem de haver uma diferença sustentável entre o passivo oneroso (o custo da dívida) e a vida ordinária, dada a baixa renda recebida pelo povo.

Moradia: quanto vale o maior bem familiar

Nas DIRPF, o subtotal de ativos imobiliários nos bens e direitos das Pessoas Físicas, declarados à Secretaria da Receita Federal, representa cerca de 40%. As moradias (apartamentos, casas, prédios residenciais), declarado por valores históricos, isto é, não corrigidos para valores de mercado atuais, representam $\frac{1}{4}$ do total desses bens ou $\frac{2}{3}$ dos ativos imobiliários.

Os aluguéis de imóveis atingiram R\$ 7,9 bilhões ou 2% do total de pagamentos e doações no ano calendário de 2020. Surpreende a muitos ao tomar conhecimento da distribuição da população por condição de ocupação do domicílio: 67,2% residem em imóvel próprio de algum morador, 6,3% ainda sendo pago, ou seja, 73,5% ou *quase $\frac{3}{4}$ da população brasileira possui a própria moradia*. Alugadas são 17,7% e cedidas, 8,7%.

Lembro: nos anos 60, antes da política habitacional financiada pela Caixa Econômica Federal, os *domicílios alugados* eram 27,6% do total. A população estava abaixo de "90 milhões... em ação".

Em 2019, os domicílios com rendimento per capita inferior a US\$ 5,50 PPC diários, não se distinguiam desse todo: 67,7% moravam em imóvel próprio e 3% ainda sendo pagos. Eram 70% nesse componente e menor proporção (15,9%) era locatária, enquanto 13,1% residiam em imóveis cedidos.

Naquele ano, existiam 13.151 favelas no Brasil com 14 milhões (6,6%) moradores. Em cinco regiões metropolitanas – Rio de Janeiro (22%), Recife (23%), São Luís (25%), Salvador (26%) e Belém (54%) – mais de $\frac{1}{5}$ da população moravam em favelas.

Cerca de 12% da população brasileira é residente em *domicílios com condições inadequadas*. Entre os pobres (menos de US\$ 5,5 PPC / dia ou R\$ 387 mensais de renda domiciliar per capita), 26% são *inadequadas*. O déficit habitacional gira em torno de 7,8 milhões unidades habitacionais, 52% por ônus excessivo com aluguel (mais de 30% da renda), 28% por coabitação familiar, 15% em habitação precária e 5% em adensamento excessivo.

A falta de habitação atinge mais as famílias de baixa renda: 91% no estrato social até três salários-mínimos. A publicação do

Perfil das Despesas no Brasil, referente à Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, revelou a Habitação ser o custo de maior peso para todas as famílias: 37%. No Sudeste, atinge 39%.

Em outros termos, 39% da despesa total das classes com renda mensal familiar (inclusive sem rendimentos) até R\$ 1.908 eram em habitação. Somava aluguel 21%, serviços e taxas 11%, mobiliários e artigos do lar 2% e eletrodomésticos 3%.

Dedução: a aquisição de “casa própria” levaria a 1/5 do orçamento familiar ser destinado às outras despesas – a segunda maior dos mais pobres é com alimentação (22%), enquanto os mais ricos gastam menos de 8% com esse item, e mais com transporte (15%) e educação (5%). Em famílias “remediadas”, essa “sobra” de 20% no orçamento poderia ser destinada à acumulação de reservas financeiras para manter o padrão de vida na aposentadoria.

Fica claro – “não necessita nem desenhar” – a política habitacional ser *uma política pública fundamental neste novo governo social-desenvolvimentista*. A MCMV (Minha Casa Minha Vida) foi revista, embora tenha sido o maior programa habitacional da história brasileira, e substitui o inepto CVA (Casa Verde-Amarela).

No último trimestre de 2015, antes do golpe de abril de 2016, eram 8,1 milhões de trabalhadores empregados na construção civil: 8,8% do total da população ocupada com 92,4 milhões. No ano 2021, eram quase 7,5 milhões ou 7,8% da população ocupada com 95,7 milhões.

Será socialmente estratégico superar aquele pico anterior com a geração de empregos. São direcionados, principalmente, às camadas com menor nível de capacitação profissional.

Se fica evidente *a importância social da aquisição da moradia*, não são tão claros os *valores de mercado* dessa riqueza imobiliária. Eles flutuam, continuamente, em vez de permanecerem estáveis como os registrados em *valores contábeis*, conforme exigido nas DIRPF, para cálculo do ganho de capital na revenda e consequente tributação, caso na utilize esse para recompra de nova moradia em um prazo de 180 dias.

Desde 2014, o metro quadrado (m²) de imóveis *novos* ficou mais barato, enquanto o de *usados* ficou um pouco mais caro. Dados da cidade de São Paulo, levantados pelo FipeZap, mostram: entre 2014 e 2019, o valor médio do m² de um imóvel usado subiu 12%. Já o dos *novos*, vendidos diretamente pelas construtoras ainda na planta ou recém-concluídos, caiu 20%.

Com isso, os valores quase encostaram: em 2014, um imóvel novo cobrava em média R\$ 11.838 / m² e, um usado, R\$ 7.922 / m², desconto de 33% em relação aos recém-lançados. Em 2019, o preço do novo caiu a R\$ 9.451 /m² e o do usado subiu para R\$ 8.888 /m², ou apenas 6% menos.

Esses preços seguem lógicas de mercado muito diferentes. Nos *empreendimentos novos*, as construtoras e incorporadoras trabalham com *centenas de unidades sendo vendidas ao mesmo tempo*. Isso faz eles acompanharem mais de perto as tendências macroeconômicas – se a demanda agregada cai, o número de apartamentos encalhados sobe e esses vendedores tendem a baixar os preços para desovarem o estoque.

Já nos *imóveis usados*, geralmente o “estoque” do dono é uma casa só, não raras vezes aquela onde mora. De acordo com as Finanças Comportamentais, a pessoa tende a não baixar o preço só porque está difícil de vender. Aí perde a competição na oferta de sua moradia no mercado imobiliário e sequer calcula o custo de oportunidade.

Caso contrário, verificaria, por exemplo, entre insistir em um preço de R\$ 1,5 milhão por seu imóvel em vez de dar um desconto (“liquidação”) de 10% para o vender logo por R\$ 1,350 milhão, quando se espera a taxa de juro permanecer em torno de 1% mensal, no fim de um ano ele passaria o R\$ 1,5 milhão pretendido. Caso contrário, ao insistir em não flexibilizar seu preço, poderia levar mais de um ano para o vender..

Em outro exemplo, teima em não vender por R\$ 450 mil uma casa comprada por 500 mil. Deixa o anúncio com este valor mínimo e fica esperando dois, três anos sem aparecer quem compre.

Esses fenômenos de Finanças Comportamentais – *Efeito Dotação* é dar mais valor (emocional) ao possuído em relação a outro

imóvel semelhante e *Ancoragem* se refere ao valor nominal de aquisição ser jamais esquecido – impediram uma queda dos preços no mercado dos usados como houve no dos novos. Ao mesmo tempo, *não houve uma alta expressiva*, nos mesmos cinco anos (2014-2019), quando o preço médio dos usados subiu 12%, a inflação acumulada, medida pelo IPCA, foi de 36,7%.

As vendas de imóveis usados, em dezembro de 2021, apuradas em pesquisa do CreciSP com 260 imobiliárias da Capital, ficaram divididas entre casas (51%) e apartamentos (49%) e com 50% delas realizadas com financiamento bancário. As vendas à vista somaram 48%. Os consórcios financiaram a compra de 0,96% e similar percentual de 1% dos proprietários parcelaram o pagamento por conta própria.

Os imóveis mais vendidos, com 56% do total, foram os de preços médios até R\$ 800 mil. Na maioria das regiões do *Interior*, pesquisadas pelo CreciSP, oscilou entre R\$ 300 mil e R\$ 500 mil. Por faixa de preço, a maioria (53,5% do total) das casas e apartamentos, vendidos na *Capital*, se enquadraram nas de até R\$ 8 mil /m².

O auge do *ciclo de preço médio de vendas* ocorreu em abril de 2015, antes dos efeitos da volta da Velha Matriz Neoliberal na condução da política econômica, em especial no Rio de Janeiro. Era R\$ 2.936 /m² em janeiro de 2008 (início da série histórica do FipeZap) e atingiu R\$ 10.758 /m², ou seja, multiplicou-se quase quatro vezes. Em São Paulo, respectivamente, saiu de R\$ 2.609 /m² e foi para R\$ 8.426 /m², variando pouco mais de três vezes. Mas continuou subindo até atingir R\$ 9.831 /m² em março de 2022.

No Rio de Janeiro, prolongou-se a queda nominal até R\$ 9.294 /m², em dezembro de 2019, e subiu um pouco até R\$ 9.701 /m² em março de 2022. Em comparação com o menor custo de vida por morar no interior (Campinas-SP), em abril de 2015, era R\$ 5.239 /m² e se elevou só para R\$ 5.499 /m² em março de 2022.

Portanto, custava 128% mais caro adquirir imóvel no Rio de Janeiro, na época do “pico” dos preços, ou seja, em Campinas podia-se comprar mais do dobro do espaço em moradia pelo mesmo preço carioca. Hoje, os preços no Rio e em São Paulo praticamente se igualaram e são $\frac{3}{4}$ maiores em relação aos cobrados em média por

imóveis em Campinas. No caso de moradias com 4 dormitórios são 88% maiores!

São múltiplos *os determinantes dos preços de imóveis*, não permitindo o diagnóstico de ter havido uma bolha imobiliária à americana, em todo país, durante o período 2008-2015. Depende-se, para ganhos de capital, obter uma dependência de trajetória com tendência firme de alta de preços, diante de um cenário macroeconômico incerto, dado o atual desgoverno.

A evolução da taxa de juro de referência afeta o custo de oportunidade em juros para investimentos alternativos. Atingem também as condições do crédito imobiliário: o valor da entrada, os juros e os prazos de amortização.

A localização do imóvel importa muito porque *os preços são dessincronizados por locais*. Da mesma forma, as características do imóvel, tipo planta, tamanho e acabamento, diferenciam os preços. Enfim, a documentação também os afeta, por exemplo, se é de espólio e/ou inventário, além do seu custo em torno de 9% do valor do imóvel até o registrar, variando por Estado ou Município.

A favor da compra de imóvel conta a segurança contra desemprego e/ou perda real de renda, a elevação do status social e a possível valorização do imóvel ao longo do tempo futuro. *Contra a aquisição da "casa própria"*, considera-se a imobilização de capital por longo prazo, dada sua baixa liquidez, o comprometimento de renda em lugar de receber juros com investimentos financeiros, a depreciação natural (+/- 1% ao ano) e o custo de manutenção. Isso sem considerar os recursos necessários para uma eventual reforma.

Capítulo 2. Economia Urbana

Classificação dos Setores de Atividade

Alguns pesquisadores da história do pensamento econômico acham a classificação das atividades econômicas em setor primário, secundário e terciário não deve ser atribuída a um autor específico, mas sim a uma categorização, cuja evolução ao longo do tempo alterou a teoria econômica. Essa classificação é frequentemente associada às ideias de economistas clássicos por desempenharem um papel fundamental nos primórdios da teoria econômica no fim do século XVIII e início do século XIX.

Adam Smith (1723-1790), em sua obra *A Riqueza das Nações* (1776), discutiu a divisão do trabalho e a especialização na produção de bens, com ênfase no papel da indústria na geração de riqueza do “setor secundário da economia”. Estava no início da Revolução Industrial inglesa (1760-1840).

Antes dele, a Fisiocracia, cuja etimologia vem do grego “Governo da Natureza”, foi uma teoria econômica desenvolvida por um grupo de economistas franceses do século XVIII. Destacou a *riqueza das nações como derivada do valor de terras agrícolas*.

Esta escola é ainda hoje conhecida pelo *Tableau Économique*, um modelo econômico descrito por François Quesnay (1694-1774) e publicado em 1759. É compreendido como o *esquema visual* das ideias econômicas desenvolvidas pelo sistema filosófico fisiocrático ao representar geometricamente as regras da ordem natural.

Quesnay, antes da Revolução Industrial, não colocava o comércio e a indústria como fontes de riqueza, mas sim os *excedentes agrícolas*. Fluíam através da economia sob a forma de arrendamentos, remunerações e compras, como o real “motor” econômico.

Outros historiadores do pensamento econômico atribuem a Colin Grant Clark (1905-1989), economista e estatístico britânico-australiano, o pioneirismo no uso do Produto Nacional Bruto (PNB)

como base para o estudo e a classificação setorial de economias nacionais.

A classificação dos setores econômicos em *primário*, *secundário* e *terciário* foi uma forma simplificada de entender as diferentes atividades econômicas com base na natureza de seu trabalho e na produção de *bens tangíveis* ou *serviços intangíveis*. Essa classificação se tornou uma ferramenta útil para analisar a estrutura econômica de uma sociedade.

Hoje, o desafio metodológico é uma *abordagem sistêmica econômico-financeira*, porque a economia moderna é muito mais complexa e diversificada. A fronteira entre os setores se tornou menos clara, com atividades híbridas e *uma ênfase crescente no setor de serviços*. Todas as atividades são interligadas por meios de pagamentos.

A classificação dos setores econômicos é uma simplificação dos componentes de um sistema complexo. Foi adaptada e expandida, ao longo do tempo, para refletir a realidade econômica contemporânea.

O *setor terciário*, também conhecido como *setor de serviços*, é uma das três categorias principais da classificação dos setores econômicos, ao lado do *setor primário* (agricultura, pecuária e piscicultura) e do *setor secundário* (indústria de transformação, extrativa, de construção e serviços de utilidade pública). O setor terciário compreende uma ampla gama de atividades econômicas sem estar diretamente envolvidas na produção de bens materiais, mas sim na prestação de serviços, *intangíveis* ou *não físicos*.

As atividades do setor terciário incluem, mas não se limitam a:

1. educação;
2. saúde e assistência médica;
3. serviços financeiros e bancários;
4. transporte e logística;
5. turismo e hospitalidade;
6. comércio varejista e atacado;

7. tecnologia da informação e serviços de *software*;
8. serviços jurídicos e contábeis;
9. entretenimento e cultura;
10. administração pública e governamental.

Essa classificação dos setores econômicos em primário, secundário e terciário foi concebida no contexto da Revolução Industrial, quando houve uma mudança significativa na estrutura econômica da sociedade.

O setor terciário, hoje, engloba uma vasta gama de *serviços*. Atendem a diversas necessidades da sociedade brasileira, em uma economia antes industrializada, mas com a *desindustrialização* cada vez mais dependente de serviços como ocupações profissionais.

A Pesquisa Anual de Serviços (PAS) do IBGE levanta dados de empresas, cuja atividade principal está compreendida nos seguintes segmentos da CNAE 2.0:

1. água, esgoto, atividades de gestão e resíduos e descontaminação (exceto captação, tratamento e distribuição de água);
2. transporte, armazenagem e correio (exceto transporte espacial);
3. alojamento e alimentação;
4. informação e comunicação;
5. atividades imobiliárias;
6. atividades profissionais, científicas e técnicas (exceto cartórios; sedes de empresas e unidades administrativas locais; e pesquisa e desenvolvimento científico);
7. atividades administrativas e serviços complementares (exceto condomínios prediais);
8. artes, cultura, esporte e recreação (exceto atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental);

9. outras atividades de serviços (exceto atividades de organizações associativas);
10. atividades auxiliares dos serviços financeiros;
11. atividades de apoio à agricultura e à pecuária e atividades de pós-colheita;
12. atividades de apoio à produção florestal;
13. manutenção e reparação de veículos automotores;
14. manutenção e reparação de motocicletas;
15. atividades de apoio à educação;
16. outras atividades de ensino.

A fronteira entre os setores econômicos se tornou menos clara. Atividades híbridas, combinando elementos de vários setores, são comuns. Além disso, o setor terciário desempenha um papel cada vez mais proeminente em economias urbanas do mundo ocidental, refletindo não só a crescente importância da prestação de serviços para o valor adicionado, mas também a nova divisão internacional do trabalho.

A Ásia virou “a fábrica do mundo”. Restou aos outros continentes ser “a fazenda do mundo” e/ou suas populações buscar *estratégias de sobrevivência em serviços urbanos*, muitas vezes precários, mas geradores de ocupações e uma renda mínima.

Em resumo, o setor terciário é uma classificação abrangente de uma ampla variedade de serviços não relacionados à produção de bens materiais. A classificação dos setores econômicos foi criada para entender a estrutura econômica, embora sua aplicabilidade direta à economia contemporânea esteja cada vez mais limitada.

A *produtividade em serviços urbanos*, porém, é mais baixa em comparação às de outros setores (industriais ou agrícolas), devido a uma série de características específicas. Isto embora, como mostrarei adiante, contribuam com *a maior parte do valor adicionado e das ocupações*, em praticamente todas as economias do mundo ocidental, mesmo sendo algumas consideradas *subocupações*.

Serviço é uma atividade prestada por alguém, para atender a necessidade de outra pessoa ou empresa, mas não é um bem material físico. A *prestação de serviços* é a realização de um trabalho contratado por terceiros, podendo ser pessoa física ou jurídica.

O *serviço* é produzido ao mesmo tempo no qual é consumido, não implicando na posse de algum bem material por parte do cliente. É o *encontro direto do produtor com o consumidor*.

Em vez da transferência de uma mercadoria, o consumidor paga pelo desfrute do trabalho do ofertante e/ou produtor. Para separar a definição de serviço e de produto, utiliza-se quatro conceitos: *tangibilidade, propriedade, perecibilidade e inseparabilidade*.

A *tangibilidade* é a facilidade para mensurar claramente por qual coisa o cliente está pagando e, para o empresário, quanto custou para produzi-la. O *produto* tem uma tangibilidade maior, enquanto no *serviço* é mais difícil de mensurar o esforço despendido para a sua prestação.

Quanto à *propriedade*, o produto muda de propriedade privada, passando da empresa fabricante para o cliente comprador. Em um serviço, por não envolver um produto tangível, não há troca de propriedade. Por exemplo, o aluguel de um carro, o espetáculo artístico, a palestra etc.

A *perecibilidade* é a duração de um produto. O bem material pode estragar ou perder a sua validade, seja quando ainda está em estoque, seja quando está de posse do cliente. Com o serviço, isso não ocorre por causa do resultado imediato, embora um serviço malfeito, como um conserto malsucedido, precise ser refeito.

A *inseparabilidade*, por fim, é uma característica dos serviços ao serem prestados na presença do cliente, diferentemente das mercadorias, bens produzidos em etapas diferentes e levados à venda no mercado. Logo, um prestador de serviços tem uma maior preocupação com a satisfação imediata do cliente.

Por muitas vezes ser uma relação de uma pessoa para outra pessoa, *sem economia de escala*, por definição sua produtividade é

baixa em comparação às demais atividades na mensuração tradicional.

Relação entre Economia de Escala e Produtividade

A *economia de escala* ocorre quando o processo produtivo maximiza a utilização dos fatores produtivos envolvidos no processo. Alcança maiores resultados com o aumento da oferta de bens e do valor adicionado e a manutenção de baixos custos de produção.

Economia de escala e produtividade estão intimamente relacionadas ao valor adicionado na economia e nos negócios. A *economia de escala* refere-se à redução dos custos médios de produção à medida que uma empresa aumenta a produção. Geralmente, resulta em um aumento da *produtividade*, por esta ser a relação entre a produção (saída de bens e serviços) e os insumos (*entrada* de trabalho, capital e matérias primas).

Quando uma empresa produz em maior escala, um número maior de unidades produzidas é distribuído pelos mesmos custos fixos, como manutenção de fábricas, equipamentos e despesas administrativas. Leva a uma redução nos *custos médios de produção* (custo total / quantidade produzida). É inversamente proporcional à elevação da escala: quando a produção aumenta, os custos por unidade produzida diminuem.

A *economia de escala* envolve:

1. uma alocação mais eficiente de recursos,
2. um uso mais intensivo da mão de obra e
3. uma maior utilização de máquinas e equipamentos.

Resulta em aumento da produtividade porque a empresa obtém mais saída com os mesmos recursos de entrada.

Quando uma empresa atinge certa *economia de escala*, ela reduz seus custos médios de produção e oferece produtos a preços mais competitivos para ganhar mercado. Leva a um aumento na demanda e nas vendas, impulsionando ainda mais a produção e a produtividade.

Ao aumentar a produtividade e diminuir os custos médios de produção, a empresa tem a oportunidade de melhorar sua margem de lucro. Resulta em maior lucratividade operacional – e maior alavancagem financeira com ela superando as despesas financeiras.

No entanto, a economia de escala não é ilimitada. Em algum momento, uma empresa pode atingir *o ponto de eficiência máxima*, após o qual os custos de produção podem começar a subir novamente. Em fenômeno conhecido como “deseconomia de escala”.

Encontrar o equilíbrio certo entre a escala de produção e a produtividade é um desafio contínuo para as empresas.

A economia de escala pode ser afetada por fatores como tecnologia, gestão eficiente, qualidade do trabalho e demanda do mercado. As empresas têm de estar atentas a esses fatores e ajustarem suas operações de acordo para manter ou melhorar sua produtividade e competitividade.

Baixa Produtividade em Serviços Urbanos

Há algumas razões possíveis de contribuir para a baixa produtividade em serviços urbanos.

Muitos serviços urbanos dependem fortemente da mão de obra, de acordo com sua geração. Essa proporcionalidade direta torna a produtividade mais difícil de aumentar. Por exemplo, serviços de saúde, educação, transporte público e de atendimento ao cliente, em geral, exigem interações pessoais e, portanto, dependem do número de servidores ou funcionários.

Alguns serviços urbanos, como saúde e educação, envolvem tarefas complexas e de alta responsabilidade. Podem ser difíceis de automatizar ou simplificar.

Compare, por exemplo, a qualidade de uma aula presencial interativa e a educação à distância gravada para um espectador passivo. Aumentar a oferta, por exemplo, de *educação com qualidade*, eleva os custos e limita a produtividade, caso tenha excesso de alunos por professor.

Muitos serviços urbanos precisam ser adaptados às necessidades individuais dos clientes. Isso torna a padronização e a automação muito difíceis por conta da variedade e personalização de cada serviço.

Alguns serviços urbanos, como transporte público e serviços de manutenção de infraestrutura, dependem da infraestrutura física e da densidade populacional das cidades. O gerenciamento e a eficiência sofrem os *efeitos do local*.

Certos serviços urbanos são altamente regulamentados e precisam cumprir uma série de normas e regulamentos. Todas essas exigências adicionam complexidade no sistema de oferta e somam custos adicionais ao processo.

Nem todos os serviços urbanos adotaram tecnologias inovadoras ou automação na mesma extensão como em outros setores de atividade. Nesse caso, a *eficiência* é menor por falta de inovação tecnológica.

Essa “palavrinha-mágica” – *eficiência* – sempre na boca dos neoliberais, significa a virtude ou a característica de (alguém ou algo) ser competente, produtivo, de conseguir o melhor rendimento com o mínimo de erros e/ou dispêndios. Ao se apresentar como a capacidade de um administrador conseguir mais produtos (e valor adicionado) em relação aos insumos necessários para obtê-los se torna, praticamente, sinônimo de *produtividade*.

A qualificação e treinamento adequados do pessoal são essenciais para melhorar a produtividade nos serviços urbanos. Isso é difícil em algumas regiões sem condições adequadas para oferecer treinamento e qualificação para a força de trabalho lá disponível.

Certos serviços urbanos envolvem uma *coordenação complexa e logística*, como no gerenciamento de tráfego em uma cidade ou na programação de rotas para serviços de entrega. O rápido crescimento populacional e a urbanização não planejada, inclusive com muitos subúrbios e favelas, em cidades metropolitanas, sobrecarregam os serviços urbanos existentes, dificultando o atendimento eficiente das necessidades da população.

Embora a produtividade em alguns serviços urbanos possa ser mais baixa em comparação com outros setores, a qualidade e o acesso a esses serviços são fundamentais para o *bem-estar da população*. Portanto, as melhorias na produtividade devem ser obtidas sem prejudicar o objetivo de fornecer serviços de alta qualidade e acessíveis às comunidades urbanas.

A inovação tecnológica e a melhoria na gestão são frequentemente consideradas estratégias-chave para enfrentar esses problemas. Elas podem aumentar a produtividade nos serviços urbanos, como no exemplo recente de comércio eletrônico com a entrega doméstica.

Em síntese, serviços são classificados como produtivos, embora não produzam mercadorias estocáveis. A produtividade não se limita à produção de bens materiais, ela também se aplica à produção de serviços.

A produtividade é uma medida da eficiência com a qual recursos, como mão de obra, capital e tecnologia, são usados para criar valor, independentemente de ser por meio da produção de bens ou serviços.

Os serviços desempenham um papel fundamental na economia urbana. Dado seu peso superior no valor adicionado e nas ocupações, a produtividade dos serviços é um indicador importante do desempenho econômico.

Como mostrarei adiante, serviços como saúde, educação, tecnologia da informação, finanças, entre outros, contribuem significativamente para o Produto Interno Bruto (PIB) de um país. Avaliar e aumentar a produtividade nesses setores é essencial para o crescimento econômico.

Além disso, muitos serviços têm *uma influência significativa na qualidade de vida das pessoas*. Por exemplo, serviços de saúde e educação desempenham um papel crucial na *formação do capital humano* de uma nação. Isto, por sua vez, tem implicações econômicas substanciais em longo prazo.

Em resumo, embora sem receber a devida atenção de especialistas setoriais em agricultura e indústria, a produtividade nos

serviços é um aspecto fundamental do estado da economia. As estratégias para melhorar a produtividade nesse setor podem incluir a adoção de tecnologias avançadas, melhoria nos processos de entrega de serviços, aprimoramento do treinamento de pessoal e aumento da eficiência operacional.

A produtividade nos serviços é um indicador-chave da eficiência e da capacidade de uma economia de fornecer serviços de alta qualidade à sua população. *É sintoma do bem-estar social.*

Medição do Valor Adicionado em Serviços Urbanos

De acordo com a definição de serviços apresentada, uma dúvida comum é: como se mede o valor adicionado neles se não utilizam insumos? É válido o método de subtrair do valor de produção o custo intermediário com insumos?

Serviços são atividades econômicas *intangíveis*. Envolve a *entrega de valor* a consumidores, empresas ou outras organizações.

Eles abrangem uma ampla gama de atividades. Não resultam na produção de bens físicos, mas sim na prestação de assistência, conhecimento, habilidades, entretenimento, experiências ou soluções para necessidades específicas.

O valor adicionado em serviços pode ser medido por meio de várias abordagens. Embora os serviços sejam intangíveis e não envolvam insumos físicos da mesma forma como a produção de bens, *ainda é possível calcular o valor adicionado.*

Entre algumas maneiras de medir o valor adicionado em serviços, há as seguintes, considerando despesas, receitas, geração de renda e eficiência na utilização de recursos.

Primeiro, há o *Método da Despesa*. O valor adicionado em serviços pode ser calculado com base na despesa dos consumidores. Isso envolve somar todos os gastos com serviços, excluindo os custos diretos de produção como matéria-prima e equipamentos. A fórmula clássica é: Valor Adicionado = Despesa dos Consumidores - Custos Diretos de Produção.

Outro é o *Método via Valor Bruto da Produção*. Este método mede o valor adicionado com base no valor bruto da produção, apresentado como a receita bruta, e verifica sua diferença diante dos custos intermediários. Estes são os custos de insumos usados, como materiais e serviços adquiridos de terceiros.

Um terceiro é o *Método de Geração de Renda*. Este método se concentra na renda gerada durante o processo de prestação de serviços. Ele considera salários, aluguéis, juros e lucros como componentes do valor adicionado.

O *Método da Produtividade Total dos Fatores* (PTF) avalia a eficiência e a produtividade dos fatores de produção utilizados na prestação de serviços, como mão de obra, capital e tecnologia. Ele pode ajudar a determinar quanto valor é gerado em relação aos recursos empregados.

A Produtividade Total de Fatores (PTF) é interpretada como o aumento da quantidade de produto não explicado pelo aumento da quantidade dos insumos, mas sim pelos ganhos de produtividade destes. Por essa *definição tautológica*, a PTF mede a relação entre o produto total e o insumo total.

Medir o valor adicionado em serviços é mais difícil, diante da mesma medição em setores de produção de bens físicos, devido à natureza intangível e diversificada dos serviços. Além disso, *os serviços frequentemente envolvem interações humanas e podem variar em qualidade e eficiência*.

No entanto, a medição do valor adicionado é fundamental para entender a contribuição dos serviços para a economia. Com ela se avalia a eficiência na prestação de serviços.

Um estudo de caso interessante, para o conhecimento da economia urbana, diz respeito aos *serviços financeiros*.

São registrados na Contabilidade Social como *valores apropriados* ou *valores adicionados*? Os serviços financeiros são geralmente registrados como *valores apropriados*, não como *valores adicionados*.

O *valor apropriado* se refere ao valor total da transação financeira. Além do *spread* do crédito entre a taxa de juro cobrada e

a taxa de juro paga, na captação do *funding*, inclui as taxas, tarifas e comissões cobradas pelas instituições financeiras em troca dos serviços prestados.

Os *valores adicionados*, em comparação, são uma medida de valor econômico, criado durante o processo de produção ou prestação de serviços, após a dedução dos custos de insumos diretos: matérias-primas, mão de obra, serviços adquiridos etc. Esse método é um dos usados para calcular o PIB (Produto Interno Bruto) de um país, no caso, o *valor adicionado bruto* é a diferença entre o valor da produção (ou receita bruta) e os custos intermediários.

Nos serviços financeiros, a ênfase recai sobre as taxas de juros, tarifas bancárias, comissões e outras receitas, cobradas pelas instituições financeiras de seus clientes em troca de serviços, como empréstimos, depósitos, gerenciamento de investimentos, transferências de fundos e outros.

Por isso, o valor registrado na contabilidade social para serviços financeiros se refere ao *valor total* das transações financeiras – e não ao *valor adicionado*. Isto embora os bancos tenham grande proporções de despesas com pessoal e tecnologia de informática e telecomunicação (TIC).

De acordo com a Teoria do Valor-Trabalho marxista, o sistema financeiro seria *improdutivo* por não gerar valor novo, mas apenas se apropriar de parte do valor excedente, gerado em outros setores exploradores da força de trabalho. Afinal, *o capital financeiro só atua no âmbito da circulação*, transferindo temporariamente a posse de dinheiro próprio (via empréstimos) para terceiros.

O *valor adicionado* é mais comumente aplicado a setores de produção de bens e serviços onde ocorre uma transformação mais *tangível* de insumos em produtos acabados. Em contraste, os serviços financeiros são mais *intangíveis* e sua mensuração na Contabilidade Social se concentra nas receitas e custos associados a esses serviços.

Serviços Urbanos

Serviços são produzidos tanto no campo quanto nas cidades, embora a natureza dos serviços possa variar de acordo com o

ambiente onde são prestados. A distinção entre *serviços urbanos* e *serviços rurais* geralmente se baseia nas características demográficas e nas necessidades específicas das áreas urbanas e rurais.

Entre os serviços tipicamente urbanos encontram-se os prestados por Instituições de Educação Superior e Instituições de Pesquisa. As universidades, faculdades e instituições de pesquisa estão concentradas em áreas urbanas, oferecendo ensino superior e pesquisa em uma variedade de disciplinas.

Hospitais, clínicas e centros de saúde de alto nível, bem como médicos especializados, também são mais comuns em áreas urbanas. Serviços de internet de alta velocidade, redes de comunicação avançadas e empresas de Tecnologia da Informação e Telecomunicações são mais encontrados em ambientes urbanos.

Teatros, cinemas, galerias de arte, casas de espetáculos, restaurantes sofisticados e outras opções culturais e de entretenimento costumam ser encontrados em cidades. Da mesma forma, os centros financeiros com bancos comerciais têm maior presença em áreas urbanas.

Nas áreas rurais, a ênfase costuma estar em Escolas Primárias. Este e outros serviços estão relacionados à agricultura e às atividades rurais, bem como às famílias dos habitantes em zonas rurais.

Certas áreas rurais oferecem serviços de atendimento médico de nível básico, clínicas de saúde locais e serviços de saúde comunitária. Também em algumas existe acesso à tecnologia da informação e às telecomunicações, embora seja mais limitado por ter menos infraestrutura de alta velocidade para a "banda larga" e/ou 5G.

As áreas rurais com cultura própria oferecem atividades ao ar livre, como caminhadas, pesca e eventos comunitários. Turistas apreciam cultura local e atividades ao ar livre.

Mas cooperativas de crédito, agências bancárias ou pontos lotéricos atendem em pequenos municípios de zonas rurais. Oferecem serviços mais simples em comparação com os das complexas instituições financeiras urbanas.

A distinção entre serviços urbanos e rurais pode variar de um país para outro, dependendo do desenvolvimento econômico, da infraestrutura e das características demográficas. Além disso, muitos serviços são interconectados, assim, as pessoas nas áreas rurais têm acesso a serviços urbanos à distância, embora em menor quantidade e de maneira diferente.

Portanto, serviços são produzidos em ambas as áreas, mas a disponibilidade e a natureza desses serviços variam de acordo com o ambiente e as necessidades locais.

As ocupações precárias ou subocupações em serviços urbanos são aquelas nas quais os trabalhadores enfrentam condições de trabalho com baixos salários, falta de segurança no emprego e/ou falta de benefícios adequados. Essas ocupações são caracterizadas por uma falta de estabilidade e oportunidades de crescimento na carreira.

Um exemplo comum de ocupações precárias em serviços urbanos se refere aos *trabalhadores em fast food*. Os funcionários desses restaurantes costumam baixos salários, longas horas de trabalho e falta de benefícios, como plano de saúde ou aposentadoria. São espécie de “bico” temporário, até para pagar os estudos em outro horário.

Muitos trabalhadores realizam serviços de limpeza em escritórios, hotéis e residências, inclusive de limpeza de piscina e jardinagem. Como informais, sem carteira de trabalho assinada, enfrentam condições de trabalho precárias, intermitentes, remunerações baixas e exposição a produtos químicos e riscos à saúde.

Recentemente, os motoristas de aplicativos de transporte trabalham de forma independente, mas enfrentam incertezas em relação à renda, ausência de benefícios e desgaste do veículo. Do mesmo modo, funcionários em lojas de varejo podem enfrentar turnos irregulares, baixos salários e falta de estabilidade no emprego.

Todos os trabalhadores em ocupações temporárias ou por meio de agências de emprego costumam não ter segurança no emprego. Recebem salários mais baixos e têm benefícios trabalhistas limitados.

Outro exemplo são os entregadores de alimentos, pacotes e mercadorias. Eles trabalham de forma independente, mas podem enfrentar longas horas de se colocarem à disposição, riscos de segurança e condições de trabalho de enfrentamento de trânsito perigoso.

Cada vez mais fundamentais são as pessoas prestadoras de serviços cuidados de saúde não licenciados, como cuidadores de idosos. Ainda enfrentam baixos salários e têm falta de treinamento adequado como justificativa.

Os funcionários em hotéis, bares, restaurantes e setores de turismo também enfrentam salários baixos, longas horas de trabalho e pressões para atender às necessidades dos clientes. Dependem de gorjetas e boa-vontade deles.

Essas ocupações precárias em serviços urbanos são associadas a empregos de baixa remuneração, trabalho informal, contratos de curto prazo e falta de benefícios sociais e de proteção. Elas destacam a importância dos direitos trabalhistas, incluindo salário digno, segurança no emprego e condições de trabalho adequadas.

Estes direitos dos trabalhadores são temas discutidos em debates sobre políticas públicas. Diminuiu o número de organizações e sindicatos em luta para melhorar as condições de trabalho nessas ocupações.

Micro e pequenas empresas responderam por 1,1 milhão (ou 71%) do total de 1,5 milhão de novos empregos formais gerados entre janeiro e setembro de 2023 no Brasil. Os números constam do relatório divulgado no dia 06/11/2023 pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), com base nos dados ajustados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Segundo o Sebrae, das 211.764 novas contratações com carteira assinada em setembro, 147.173 foram em micro e pequenas empresas ou 69,5% do total. Das cerca de 219.330 vagas celetistas geradas em agosto, 160.899 foram pequenos negócios, correspondente a 73,17% do total de postos criados no mês.

Empresas de médio e grande portes geraram, no acumulado do ano, 307,9 mil novas vagas. Esse número corresponde a 19,2% dos cerca de 1,5 milhão novos empregos gerados entre janeiro e setembro de 2023.

Na avaliação do presidente do Sebrae, esses números positivos refletem a retomada da prosperidade do país. “A geração de empregos garante o Brasil se tornar novamente um país com empregabilidade, permitindo o brasileiro voltar a gerar renda e consumir”. A economia do país se fortalece com um PIB (soma dos bens e serviços produzidos no país) em expansão, com o superávit do balanço comercial, e com a inflação controlada.

“O empreendedorismo é um dos caminhos para o país resgatar a dignidade e a inclusão social”, complementa. Paradoxalmente, como mostrarei adiante, o crime organizado e a Igreja Evangélica também colaboram com empreendimentos.

No acumulado de 2023, o cenário continua o mesmo com as micro e pequenas empresas liderando em termos de criação de vagas, com destaque nos setores de serviços (590,6 mil), construção (218 mil) e comércio (162 mil), detalha o levantamento.

Entre as empresas de médio e grande porte, no acumulado do ano, o destaque ficou com serviços (177,6 mil), indústria da transformação (90 mil) e construção (26 mil).

De acordo com a Classificação Nacional por Atividades Econômicas (CNAE), as atividades mais geradoras de empregos formais em setembro – entre micro e pequenas empresas – foram as de restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas com 11 mil empregos gerados. Em seguida veio a construção de edifícios com 6,6 mil empregos.

Entre as empresas de médio e grande porte, as atividades com mais se destaque foram as de fabricação de açúcar em bruto (16,7 mil empregos gerados), locação de mão de obra temporária (5,3 mil) e limpeza em prédios e em domicílios (2,9 mil).

Estratégias de Sobrevivência em Ocupações Precárias

As estratégias de sobrevivência em serviços urbanos no Brasil, subtítulo deste livro, variam amplamente com base nas circunstâncias individuais dos trabalhadores e das condições econômicas específicas. No entanto, há algumas estratégias comuns, adotadas instintivamente por pessoas, quando enfrentam ocupações precárias ou de baixa remuneração nos serviços urbanos.

Muitas pessoas buscam múltiplas fontes de renda, como trabalhos em período parcial, trabalhos temporários ou atividades paralelas, para complementar sua renda principal. Essa diversificação de renda exaure os trabalhadores informais ao *utilizar recursos online*, como sites de busca de emprego e redes profissionais, para procurar empregos e oportunidades de carreira.

Adotar estratégias de orçamento, “economia” ou poupança planejada com gerenciamento financeiro ajuda a fazer reservas financeiras. Enfrentam os maus momentos e garantem a estabilidade.

Participar da “economia compartilhada” ou “economia colaborativa”, como os motoristas de aplicativos de transporte, tem sido uma nova forma de gerar renda adicional. No entanto, falta estabilidade a esse tipo de trabalho.

Um caminho é investir em treinamento e capacitação profissional, inclusive o conhecido com *Educação Continuada* do Ensino Superior, para desenvolvimento pessoal. O *networking* estabelecido entre colegas mais qualificados abre portas para oportunidades de emprego melhores e mais bem remuneradas.

A rede de contatos pessoais e profissionais desempenha um papel fundamental na obtenção de oportunidades de emprego e no avanço na carreira profissional. O QI (*Quem Indica*) é chave!

Em alguns setores de atividade, trabalhadores se unem em sindicatos ou associações para lutar por melhores condições de trabalho, salários justos e benefícios. Essas organizações são uma “voz coletiva” para defender os direitos dos trabalhadores.

Algumas pessoas optam por iniciar seus próprios negócios ou empreendimentos, seja como autônomos, microempreendedores individuais (MEI) ou pequenos empresários. Quando não têm

recursos para tanto, os mais pobres buscam acesso a programas sociais. Em algumas situações, tentam a assistência de programas sociais governamentais, como Bolsa Família, seguro-desemprego e outros benefícios.

Essas *estratégias de sobrevivência* variam de acordo com a região do Brasil, as oportunidades locais, a educação e as habilidades individuais. As políticas governamentais e as iniciativas da sociedade civil tentam operar melhorias nas condições de trabalho e aumentar a qualidade de vida dos brasileiros em ocupações precárias nos serviços urbanos, mas nem sempre têm sucesso.

A *estratégia de sobrevivência nas periferias das metrópoles* é custosa por exigir horas no transporte urbano para idas-e-voltas diárias no trajeto moradia-trabalho. O *Índice Folha de Mobilidade Urbana* surge a partir da necessidade de reunir e consolidar dados para servir de base para a produção de reportagens e, conseqüentemente, de tomada de decisões por parte do poder público.

A proposta é agregar dados de modo permitir observar cidades tão distintas quanto São Paulo e Palmas, por exemplo — a mais e menos populosas capitais brasileiras, respectivamente.

A coleta e a análise de informações tão abrangentes tornam possível identificar, com critérios bem definidos, quais as capitais com maior e menor pontuação no geral e nos mais diversos quesitos. Vão desde aspectos ambientais até a infraestrutura do transporte público.

Com os dados, pode-se, por exemplo, ter um indicativo de qual delas tem lidado da melhor forma com *a mobilidade ativa*, com infraestrutura adequada para pedestres e ciclistas. Aquela com *a melhor circulação urbana*, envolvendo, entre outras coisas, os níveis de congestionamento, pode ser um exemplo para a gestão urbana.

O projeto conta ainda com reportagens em sete das capitais. Elas não só observaram *in loco* pontos positivos ou negativos sinalizados pelos resultados do índice, mas também identificaram aspectos não captados pelos dados.

Esse grupo amostral, bastante heterogêneo, é composto de capitais nas duas pontas do índice, com pontuação mais baixa (Porto

Velho e São Luís) e mais alta (Aracaju, Fortaleza e São Paulo), além de capitais (Rio de Janeiro e Brasília), cujas características diferem de forma significativa das demais.

De maneira geral, as cidades analisadas estão *longe do ideal de mobilidade sustentável*, porque o maior valor encontrado (0,543, em Fortaleza) ficou apenas ligeiramente acima da metade do intervalo considerado, ou seja, 0,500. Além disso, somente outras três cidades (Aracaju, São Paulo e Curitiba) conseguiram ultrapassar este valor intermediário.

As cidades com os maiores valores do índice não tiveram nenhum indicador com avaliação muito boa ou muito ruim, ou seja, individualmente os valores dos indicadores oscilaram ao redor do valor intermediário. Algumas cidades tiveram bons resultados (valores altos) em alguns indicadores, mas foram penalizadas no valor final do índice porque apresentaram outros indicadores com valores bastante baixos. Não há um esforço coordenado para atingir *um padrão consistente de mobilidade sustentável* nestas cidades.

Quando analisados separadamente, os indicadores revelaram, por exemplo, faltarem incentivos a outros meios de transporte fora dos modos motorizados individuais. *É o caso da bicicleta: possui pouca, quando não nenhuma, infraestrutura para seu uso adequado e seguro, enquanto a rede viária para meios motorizados é densa e bem conectada.*

O índice, elaborado em parceria com a 99, baseia-se em tese de doutorado apresentada por Marcela da Silva Costa, em 2008, à Escola de Engenharia de São Carlos, da USP. Essa tese levou à criação do IMUS (Índice de Mobilidade Urbana Sustentável), desenvolvido ao longo de quase um ano.

O levantamento original, feito por Marcela Costa, contou com nove grandes domínios. São assuntos gerais a respeito de mobilidade.

Cada domínio é correspondente a um conjunto de indicadores capazes de calcular e observar o desempenho de municípios em temas tão diversos quanto gratuidade na tarifa do transporte público e extensão da rede de ciclovias. A pontuação é calculada dentro de um intervalo entre 0 e 1.

Como nem todas as capitais tinham ou disponibilizaram informações em quantidade suficiente para uma avaliação tão detalhada quanto aquela sugerida pela tese, o Índice Folha de Mobilidade Urbana adota cinco desses domínios, agrupando 13 dos 87 indicadores originais.

São aqueles com os quais foi possível criar um índice sem gerar grandes distorções. De forma geral, eles são representativos o bastante para desenhar o cenário atual de cada cidade e mostrar quais pontos merecem mais atenção.

O domínio *aspectos ambientais*, por exemplo, lida com temas como o controle dos impactos no meio ambiente e o uso de recursos naturais, representados por indicadores como o volume de emissões de monóxido de carbono (CO) e o consumo de energia limpa e combustíveis alternativos em cada município. Quanto menos dependente do diesel, por exemplo, melhor.

Essencial para garantir o acesso à mobilidade nas grandes cidades, a *infraestrutura de transportes* é outro domínio destacado. No índice, ela aparece por meio da densidade e da conectividade da rede viária: podem ser resumidas como o conjunto de corredores, terminais, estações, pontos, entre outros, e a forma como estão dispostos na cidade. Os municípios mais bem avaliados são aqueles com capacidade de ligar diversos bairros entre si de forma eficiente.

Os *modos não motorizados* também estão representados entre os grandes assuntos. Espaços para pedestres caminharem pela cidade, ciclovias e as ações adotadas para reduzir o tráfego de veículos a motor foram avaliados, com base em informações fornecidas pelas prefeituras. Menor dependência dos carros ajuda a pôr a capital com maior pontuação no índice.

As 27 capitais também aparecem de acordo com o *tráfego* e a *circulação urbana*. Acidentes de trânsito em geral, incluindo aqueles envolvendo pedestres e ciclistas, bem como a quantidade de veículos por habitantes, estão presentes neste domínio. De forma geral, quanto menos ocorrências, melhor.

Pesadelo de todo motorista, os *congestionamentos* também estão contemplados, baseados em cálculo feito pela 99.

O *sistema de transporte urbano* é outro item abordado. Quantidade de passageiros, diversidade dos modais, tarifas, descontos e gratuidades são os indicadores avaliados. O equilíbrio entre a demanda e a oferta traz pontos positivos no *ranking*.

Esses indicadores são fundamentais para as cidades conseguirem detectar e resolver questões impeditivas do desenvolvimento da mobilidade urbana.

Compara-se o IMUS com o diagnóstico feito por um médico. Se tem um problema específico e não sabe o que é, não se toma um remédio próprio para aquela doença.

Embora não conte com todos os indicadores do trabalho original, o índice atual é útil para avaliar a situação atual das capitais. Muitas prefeituras não disponibilizam informações básicas. Parte das capitais não forneceu, por exemplo, nem mesmo mapas detalhados de por onde passam suas linhas de ônibus.

Por falta de dados, ficaram de fora assuntos como *acessibilidade, aspectos sociais, aspectos políticos e planejamento integrado*. Seriam fundamentais para estabelecer comparativos e aprofundar as análises.

Inicialmente, eram 87 indicadores, no fim do projeto reduziram-se para os 13 seguintes.

Acidentes de trânsito: número de mortos em acidentes em vias urbanas por 100 mil habitantes, sendo 0 para 400 ou mais por 100 mil/h e 1 sem registro de mortes, com base em dados do Datasus.

Acidentes com pedestres, ciclistas e motociclistas: porcentagens dos acidentes de trânsito envolvendo pedestres e ciclistas, sendo 0 com 25% ou mais e 1 para até 5%, com base em dados do Datasus.

Ações para redução de tráfego motorizado: adoção de campanha educativa, rodízio, delimitação de áreas com restrição para circulação de veículos e pedágio urbano, sendo 0 sem a instituição de nenhuma delas e 1 de todas*.

Ciclovias: porcentagem de vias do sistema viário urbano com ciclovias ou ciclofaixas e conectividade dessa rede, sendo 0 sem ciclovias ou ciclofaixas e 1 com mais de 25%*.

Congestionamento: razão entre a velocidade média realizada por motoristas no horário de pico e a velocidade média realizada na madrugada, com base em dados da 99. Quanto mais próximo de 1 o resultado, melhor a pontuação da cidade.

Densidade e conectividade da rede viária: extensão de vias por área urbana e conectividade da rede viária, sendo 0 para densidade baixa $< 10 \text{ km/km}^2$ e conectividade baixa $< 50\%$ dos nós e 1 para densidade alta $> 10 \text{ km/km}^2$ e conectividade alta $> 50\%$ dos nós*.

Emissões de CO: porcentagem das emissões anuais por veículos que excederam o parâmetro de controle, sendo 0 com emissão anual por veículo 100% maior que o parâmetro e 1 com emissão anual igual ou inferior; com base em dados do Denatran, da KBB Brasil e fator de emissão da Cetesb.

Energia limpa: porcentagem de veículos da frota municipal de transporte público que utilizam combustíveis menos poluentes ou fontes de energia alternativas, sendo 0 para 0% da frota e 1 para 100% da frota*.

Modos de transporte: número de modos de transporte disponíveis, sendo 0 para até 3 (caminhada, ciclismo e carro) e 1 para 7 ou mais (caminhada, ciclismo, carro particular, táxi, ônibus e sistema sobre trilhos - metrô leve, metrô ou trem de subúrbio).

Motorização: número de automóveis registrados por mil habitantes, sendo 0 para 450 ou mais por mil/h e 1 até 250 por mil/h, com base no Denatran e IBGE.

Passageiros transportados: variação percentual do número de passageiros transportados na rede pública em um período de dois anos, sendo 0 para decréscimo superior a 25% e 1 para crescimento superior a 25%*.

Tarifas de transporte: variação percentual dos valores de tarifa em comparação à inflação do mesmo período, sendo 0 para reajuste superior à inflação e 1 sem aumento*.

Vias para pedestres: porcentagem de vias do sistema viário urbano com vias especiais ou preferenciais para pedestres e conectividade dessa rede, sendo 0 sem vias especiais ou preferenciais e 1 com mais de 25%*.

*Com dados declarados das prefeituras

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/05/indice-mostra-como-capitais-brasileiras-lidam-com-a-mobilidade-urbana.shtml>

Moradores de Rua nas Metrôpoles

Marsílea Gombata e Marcos de Moura e Souza (Valor, 17/10/23) fizeram uma reportagem sobre a dramática situação da *população brasileira moradora em ruas das metrôpoles*. Como sobrevive?

Só nos últimos cinco meses, 17.184 pessoas no país passaram a figurar nas estatísticas da população em situação de rua. É como se a cada dia as ruas do país ganhassem 140 novos moradores. Ou como se, a cada hora, quase pessoas se tornassem sem-teto.

O ritmo vem acelerando. De junho a agosto de 2023, a população em situação de rua no Brasil cresceu 5,16%, ante alta de 0,37% nos três meses anteriores.

Os números oferecem um retrato apenas parcial porque englobam só pessoas em situação de rua inscritas no Cadastro Único (CadÚnico). Pesquisadores do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua da Universidade Federal de Minas Gerais (Polos/ UFMG) compilaram os dados acima. Estimam cerca de 30% das pessoas sobreviventes nas ruas ainda não estarem no CadÚnico.

O CadÚnico é a plataforma de dados do governo federal. Funciona como porta de entrada para diversas políticas de proteção social, entre elas o Bolsa Família.

O aumento da população em situação de rua nas estatísticas do CadÚnico se deve à conjuntura econômica ainda sem crescimento sustentado, com queda do padrão de vida de muitas famílias e dificuldade para pagar por serviços básicos e moradia. Mas também

reflete o reforço dado pelo governo federal a municípios para fazerem busca ativa de indivíduos em situação de rua não registrados no CadÚnico.

O esforço dos municípios, apoiados com recursos financeiros do governo federal, por meio do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do CadÚnico da Assistência Social, também tem o objetivo de *refinar melhor o cadastro*, retirando algumas pessoas já sem se encaixarem no perfil de beneficiários de políticas sociais.

A melhoria do cadastro permite “otimização” de *investimentos em políticas públicas*. O trabalho de aperfeiçoamento e de aumento dos cadastrados é necessário para se garantir o recurso ser dirigido, de fato, para quem precisa.

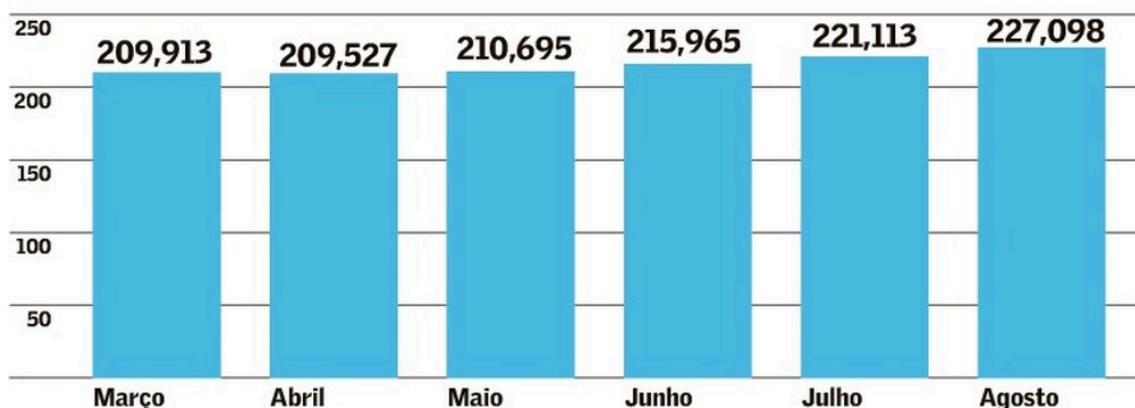
Apesar de a população em situação de rua ser considerada público prioritário pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS), nem todos recebem benefícios sociais. Em São Paulo, cidade com 24,7% da população em situação de rua do país, há hoje 56.288 pessoas nessa condição. Dessas, 47.709 recebem o Bolsa Família, segundo dados de agosto de 2023.

Dos 8.579 restantes, 4.887 vivem na rua e não recebem Bolsa Família porque têm renda per capita mensal acima de meio salário mínimo. Este é o limite para ingressar no programa. Outros 3.692 não recebem o benefício por razões diversas, como a falta de documento.

Pessoas no CadÚnico que vivem na rua

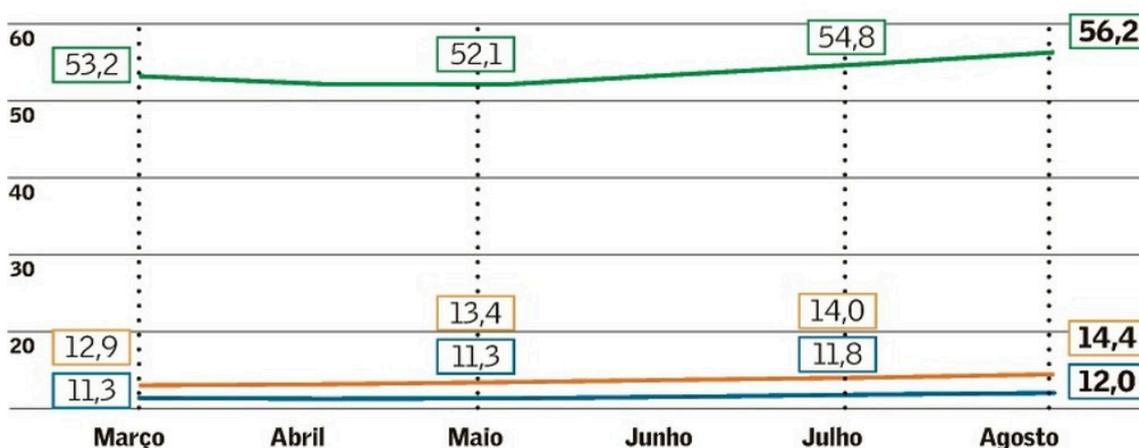
Dados do país e das capitais com maiores números

No Brasil - em milhares



Em 3 capitais - em milhares

● São Paulo ● Rio ● Belo Horizonte



Fonte: CECAD, ferramenta com dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Dados compilados pelo POLOS/UFMG.

Um morador de rua, depois de completar 18 anos e deixar o orfanato onde cresceu em Sobradinho, no Distrito Federal, foi para Porto Alegre tentar a vida com uma família adotiva. Teve problemas envolvendo golpe e assédio sexual e resolveu voltar.

No meio do caminho, mudou de ideia: quando o ônibus parou em São Paulo, decidiu ficar. Desde então tem passado dias difíceis: vive na rua desde dezembro de 2022, não consegue emprego e não sabe como voltar a receber benefícios sociais como o Bolsa Família.

Chegou a receber o Auxílio Brasil (atual Bolsa Família), mas teve o benefício bloqueado por desatualização do cadastro. Quando foi atualizar, disseram ter de esperar 90 dias. Foi ao CRAS [Centro de Referência de Assistência Social] e falaram o problema ser na Caixa. Foi à Caixa e falaram o problema ser no CRAS.

Então, dorme nas ruas entre Santa Cecília e Arouche, centro paulistano. Para piorar, dormiu com o documento na mão e lhe roubaram.

Ele se diz sem ânimo de ir atrás de um novo RG para regularizar sua situação no CRAS e voltar a receber o benefício. Seu sonho é arrumar emprego, morar em uma quitinete e ter vida "normal".

Quer voltar à sociedade. Poder ir em um barzinho, uma lanchonete, e as pessoas não o ficarem olhando e julgando, pensando estar lá para roubá-las.

Na rua há 20 anos, outro morador sem teto de 47 anos, tampouco recebe o Bolsa Família. Sem documento de identidade há dois anos, ele disse na última tentativa de ir ao Poupatempo tirar um novo, o sistema estava fora do ar.

Estudou até o oitavo ano do Ensino Fundamental, concluído com a ajuda do Telecurso 2000. Chegou a trabalhar com carteira assinada como revelador de fotografia na zona sul de São Paulo. Ficou dez anos detido por algo sobre o qual desconversa.

Depois da prisão, vive de catar latinha, cujo quilograma (ou 72 unidades) lhe rende R\$ 4,50. Almoça no Bom Prato, restaurante social do governo paulista, por R\$ 1. Banho e repouso custam R\$ 13 por diária em pensões da região central. Usuário de *crack*, espera conseguir emprego em uma tabacaria em Higienópolis, se reerguer e escrever um livro sobre sua história.

Não tem barraca, não quer ir para abrigo. Da última vez, um alcoólatra lhe ameaçou com faca porque achou o estar encarando. Como vai dormir em um lugar desses?

Segundo diretrizes do MDS, logo quando as pessoas sobreviventes na rua têm o cadastro no CadÚnico atualizado, passam a receber o benefício no mês seguinte. O cadastramento dessas

peças deve ser feito junto à área de assistência social dos municípios.

O coordenador de Gestão de Benefícios da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) de São Paulo, argumenta: hoje cerca de 80% da população a viver nas ruas da metrópole recebe o Bolsa Família. A prefeitura possui 97 pontos para inscrição no CadÚnico, sendo seis centros de referência para a população em condições de rua.

Uma porta de entrada é as pessoas irem e se cadastrarem, a outra é a busca ativa feita com unidades móveis.

Há 40 anos convivendo e trabalhando com pessoas em situação de rua em São Paulo, o padre Júlio Lancelotti é crítico quanto à provisão do Estado a essa população. “As respostas do Estado geralmente vão ao encontro dos efeitos, e não das causas”, diz o coordenador da Pastoral do Povo de Rua de São Paulo. O mais eficiente seria o Estado criar condições para as famílias não terem de ir para as ruas.

“Um sistema de proteção social mais estruturado, com saúde, educação, trabalho, assistência social faria com muitos não estarem nas ruas. O quadro atual revela a falha da proteção social.”

Apesar de o momento de crise mais aguda parecer ter ficado para trás, o número de famílias com mulheres e crianças nas ruas aumentou. O mesmo ocorreu com os mais jovens e idosos.

O IBGE não inclui a população em situação de rua no Censo Demográfico. Um projeto de lei para incluí-la tramita no Congresso. A prefeitura de São Paulo, contudo, vem realizando pesquisa censitária com adultos moradores nas ruas da cidade. Os dados divergem do CadÚnico.

Segundo o último levantamento, a população em condições de rua em São Paulo, hoje, é de 31,8 mil pessoas. A diferença é explicada pela metodologia. A prefeitura contabiliza pessoas em caráter mais permanente. O CadÚnico inclui também quem está na rua há menos tempo e tem a perspectiva de deixá-la em breve.

A pesquisa, cujos dados foram coletados em 2021 e divulgados em 2022, mostra a maioria vive nas ruas por conflitos familiares

(34,7%), seguido por perda de trabalho ou renda (28,4%), dependência de drogas ilícitas (16,6%), perda de moradia (13,9%), e dependência de álcool (12,9%). A soma de dependência de álcool e outras drogas chega a 29,5%.

O principal motivo por trás dos conflitos familiares é o uso abusivo de álcool e outras drogas (28,6%). Em seguida vêm episódios como fim de relacionamento (20,7%), a pessoa ter sido vítima (9,7%) ou autora (6,7%) de violência doméstica, e questões envolvendo sexualidade e identidade de gênero (4,3%).

Outro exemplo é de uma *trans* de 23 anos e de um homem de 41 anos. Eles se conheceram na rua. Porque é dependente do álcool, ele teve de deixar casa dos pais em Parelheiros, extremo sul de São Paulo. Passou a morar em albergues e a trabalhar montando palcos para shows em estádios. Conheceu-a. Ela saiu de casa, em Belo Horizonte, porque a família não a aceitava como *trans*.

Viveram cerca de um ano em um hotel social. Após vários desentendimentos entre o casal, ele teve de sair – e ela quis ir junto. Hoje moram em uma barraca sob o Elevado Presidente João Goulart, o Minhocão. Têm a companhia de Ferrugem, cachorra do vizinho.

Cada qual recebe R\$ 600 de Bolsa Família por mês, apesar de formarem uma única família. A esperança, contudo, é deixar a rua, o benefício – e mudar de vida.

“Gostaria de sair da rua. A minha família está ajudando e vem falando de a gente se mudar para lá”, conta ele. Também planeja voltar a montar palcos.

Ambos cursaram até o terceiro ano do ensino médio. Ela começou a graduação em artes visuais. Largou no meio. Se puder, quer voltar à sala de aula. “Quero focar em outra área. Não sei ainda se moda ou assistência social”, diz.

Segundo a prefeitura, 42,2% da população em condição de rua em São Paulo está nessa situação há menos de dois anos, sendo 28,4% há menos de um ano. Outros 37,3% vivem na rua há mais de 5 anos.

Dos 2.021 entrevistados, 14,9% relataram ter trabalhado em atividades da construção civil antes de passar a viver na rua, 12,4%

como ajudante geral, 11,6%, autônomos, 10,8%, em serviços de limpeza ou cozinha, 8,6%, no varejo e 7,9%, na indústria, e 7% não trabalharam. Do total, 73,8% tiveram vínculo formal de trabalho e registro em carteira. Em 2019, antes da pandemia, esse percentual era de 75,7%.

Uma parcela residual de pessoas nas ruas é de difícil acesso, porque não quer ser identificada ou por questões de saúde mental. No período 2019-2022 muita coisa mudou. A renda per capita caiu, pessoas foram para a rua.

Muitas famílias, nessa situação de rua, nunca tiveram contato com programas sociais. Famílias, nitidamente, empobreceram.

Produção e Renda proporcional à Ocupação e Consumo das Famílias

O PIB encerrou o ano de 2022 com crescimento de 2,9% em relação a 2021. O PIB em valores correntes totalizou R\$ 9.915,3 bilhões, dos quais R\$ 8.568,9 bilhões se referem ao valor adicionado (VA) a preços básicos e R\$ 1.346,4 bilhões aos impostos sobre produtos líquidos de subsídios.

Em decorrência desta alta, o PIB per capita alcançou R\$ 46.154,6 (em valores correntes) em 2022, um avanço (em termos reais) de 2,2% em relação ao ano anterior. É definido como a divisão do valor corrente do PIB pela população residente no meio do ano.

A dedução é essa população ter sido estimada em 214.827.991 pessoas, bem acima (11,765 milhões ou 5,8%) da população registrada no Censo 2022: 203.062.512 pessoas.

Segundo os dados censitários, a população recenseada aumentou em 12.306.713 pessoas (6,5%) desde 2010 (190.755.799) até 2022. Representa uma taxa de crescimento geométrica de 0,52% ao ano ou uma média anual de 1.025.559.

Caso o PIB de 2022 fosse dividido pela população encontrada no Censo, a renda per capita seria R\$ 48.829,00, aumento de 5,8%. Porém, provavelmente a população do ano anterior, bem como as demais da década teriam sido superestimadas.

Desse modo, estimei na tabela seguinte a população a cada ano com o aumento da média anual. Em 2022, PIB per capita em lugar de US\$ 8.918 seria US\$ 9.456.

Anos	População	PIB (US\$ atual)	PIB per capita	PIB PCPPP	Pop. Estimada	PIB PC Estimado
2010	196.353.492	2.208.838.108.593	11.249	14.255	190.755.799	11.579
2011	198.185.302	2.616.156.606.735	13.201	14.989	191.781.358	13.641
2012	199.977.707	2.465.228.293.863	12.328	14.994	192.806.918	12.786
2013	201.721.767	2.472.819.362.259	12.259	15.536	193.832.477	12.758
2014	203.459.650	2.456.043.766.064	12.071	15.665	194.858.037	12.604
2015	205.188.205	1.802.211.999.556	8.783	14.693	195.883.596	9.200
2016	206.859.578	1.795.693.265.824	8.681	14.208	196.909.156	9.119
2017	208.504.960	2.063.514.688.762	9.897	14.478	197.934.715	10.425
2018	210.166.592	1.916.933.708.404	9.121	14.971	198.960.274	9.635
2019	211.782.878	1.873.288.159.001	8.845	15.308	199.985.834	9.367
2020	213.196.304	1.476.107.292.037	6.924	14.900	201.011.393	7.343
2021	214.326.223	1.649.622.972.159	7.697	16.260	202.036.953	8.165
2022	215.313.498	1.920.095.560.995	8.918	17.822	203.062.512	9.456

Fonte: <https://data.worldbank.org/country/brazil?locale=pt>

Obs: US\$ internacional atual

A tabela acima demarca bem o fim da Era Social-Desenvolvimentista em 2014 e o início do golpismo, a volta da Velha Matriz Neoliberal e suas reformas expropriadoras de direitos trabalhistas, e a aliança dos neoliberais com os neofascistas armados. A extrema-direita assumiu o Poder Executivo de 2019 a 2022 e agravou o retrocesso brasileiro.

No exercício realizado, para calcular *nova renda per capita em dólares com base na população recenseada*, o valor nominal encontrado ainda fica na quarta pior colocação no ranking do G20 ou Grupo dos 20, formado em 1999 pelos ministros de finanças e chefes dos Bancos Centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia. Só supera a da África do Sul (US\$ 6.019), Indonésia (US\$ 4.074) e Índia (US\$ 2.085).

Permanece abaixo dos demais países do grupo BRICS: Rússia (US\$ 10.079) e China (US\$ 11.560). É inferior também à renda per capita dos outros países latino-americanos do G20: México (US\$ 9.756) e Argentina (US\$ 12.932).

Naturalmente, a *renda per capita nominal* é um indicador dependente do porte da população. Por exemplo, a Suíça (US\$

88.464) e Cingapura (US\$ 67.360) superam os Estados Unidos (US\$ 62.867).

Lideram o ranking do G20 porque suas populações são as menores entre seus membros: Suíça tem 8,7 milhões habitantes e a Cingapura, 5,6 milhões, ou seja, a primeira é inferior à população de São Paulo (11,4 milhões) e a segunda à do Rio de Janeiro (6,2 milhões).

No *ranking populacional*, em 2022, estavam no primeiro patamar a China (1,412 bilhão) e a Índia (1,361 bilhão) – em 2023, esta superou aquela. No segundo patamar, estavam a Zona Euro (343 milhões) e os Estados Unidos (334 milhões). No terceiro, Indonésia (276 milhões), Paquistão (239 milhões), Nigéria (222 milhões) e Brasil (203 milhões). Em seguida, Bangladesh (172 milhões), Rússia (146 milhões), México (129 milhões), Etiópia (125 milhões), Japão (123 milhões), Filipinas (116 milhões), Egito (112 milhões), República Democrática do Congo (101 milhões). São quinze países com mais de cem milhões habitantes.

Todas as demais populações do G20 ficam abaixo dos 85,3 milhões da Turquia e 84,4 milhões da Alemanha, variando de 67,8 milhões da França aos 17,6 milhões da Holanda.

No *ranking do PIB*, Estados Unidos lideram com US\$ 25,5 trilhões seguidos da China com praticamente US\$ 18 trilhões e a Zona Euro com US\$ 14 trilhões. Caso não considere esta União Europeia, o Brasil ficaria em 11º lugar com US\$ 1,9 trilhão.

Somados, o PIB nominal das 10 maiores economias representam mais de dois terços (66%) de toda economia mundial. As 20 maiores contribuem com mais de 80%.

Para ser comparável entre países, usa-se PIB por Paridade dos Poderes de Compra (PPC). Em 2022, a China liderava com US\$ 27,2 trilhões, seguida pelos Estados Unidos (US\$ 23 trilhões) e Índia (US\$ 10,2 trilhões). Bem abaixo, em valor, seguiam o Japão (US\$ 5,6 trilhões), Alemanha (US\$ 4,9 trilhões), Rússia (US\$ 4,5 trilhões), Indonésia (US\$ 3,6 trilhões) e o Brasil (US\$ 3,4 trilhões) em 8º lugar.

Então, a *questão-chave* é: por qual razão o país sob esse critério PIB PPC seria uma economia *rica*, mas *pobre* sob o critério de

PIB PC PPC? Obviamente, pelo tamanho da população, porque no ranking das maiores renda per capita os Estados Unidos é uma exceção: o único país acima de 200 milhões de habitantes (no caso cerca de 340 milhões) com uma boa colocação (6ª.) ao lado de países com população pequena, mas com um grande fluxo de renda pela exportação ou pelo fluxo de capital para um “paraíso fiscal”.

São os casos de Luxemburgo, Irlanda, Singapura, Catar, Suíça, Emirados Árabes Unidos, Noruega, San Marino, Hong Kong, Brunei, Dinamarca, Países Baixos, Taiwan, Áustria, Islândia, Alemanha, Suécia, Austrália, Bélgica, Andorra, Canadá e Finlândia.

Cabe a advertência: o PIB não é um *estoque de riqueza* existente na economia, como fosse uma espécie de tesouro nacional. Na realidade, ele é um indicador de *fluxo de novos bens e serviços finais*, produzidos durante um período. Se um país não produzir nada, em um ano, o seu PIB será nulo.

O Brasil produz volume significativo de bens e serviços de acordo com o poder de compra de um dólar aqui. Mas é baixa a produtividade do fator de produção ocupado em serviços: sua grande população urbana.

Ao observar a estrutura do PIB a custo de fatores nas estatísticas do século XX, publicadas pelo IBGE, de 1947 a 1989, em *fase do processo de urbanização do país*, a participação relativa de Serviços flutuou em torno da média anual de 54%. A Indústria Geral saiu de 26% em 1947 e atingiu o pico de 48% em 1985, quando a Indústria de Transformação alcançou 35,9%. A Agropecuária foi perdendo posição na Era Desenvolvimentista de industrialização: caiu do pico de 25% em 1954 até atingir 9,8% em 1989.

Na *fase da indústria nascente*, pensava-se a economia brasileira se tornar perenemente urbano-industrial. Entretanto, após o desenvolvimentismo, deparou-se com o *processo de desindustrialização*, quando se impôs a Era Neoliberal em defesa do Estado Mínimo e de total prioridade ao eterno combate à inflação para evitar a “eutanasia dos rentistas”.

Período	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA				SERVIÇOS	VA	
	Total	Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Eletricidade e	Construção	Total		Total
1995	5,8%	1%	16,8%	2%	7%	27%	67%	100%
2002	6,4%	2%	14,5%	3%	6%	26%	67%	100%
2010	4,8%	3%	15,0%	3%	6%	27%	68%	100%
2014	5,0%	4%	12,0%	2%	6%	24%	71%	100%
2018	5,2%	3%	12,3%	3%	4%	22%	73%	100%
2022	7,9%	5%	12,9%	3%	3%	24%	68%	100%

Fonte: SCN-IBGE (elaboração de Fernando Nogueira da Costa)

Hoje, a renda na economia brasileira é gerada principalmente pelos Serviços. Por definição – “serviço é o encontro do produtor diretamente com o consumidor” –, sua produtividade é baixa.

Porém, esse setor abrange a maior parcela de ocupações (68% em média de 2012 a 2022), divididas em comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (19%), transporte, armazenagem e correio (5%), alojamento e alimentação (5%), informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (11%), administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais (17%), serviços domésticos (6%) e outros serviços (5%). Na média anual da série temporal da PNADC (2012-2022), agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura ocuparam 10%, a indústria geral 14% e a construção 8%.

População Ocupada por Setor	Médias anuais (Valor Absoluto em mil pessoas e %)										
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Total	89.643	91.036	92.236	92.195	90.344	90.634	92.201	94.258	86.958	91.297	98.046
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e	10.226	10.071	9.452	9.298	9.042	8.464	8.440	8.449	8.232	8.825	8.684
Indústria geral	13.268	13.149	13.465	13.127	11.768	11.904	12.000	12.254	11.425	11.871	12.623
Construção	7.624	8.058	7.971	7.667	7.425	6.984	6.839	6.888	6.110	6.955	7.371
Comércio, reparação de veículos automotores e	16.808	17.375	17.627	17.780	17.573	17.671	17.826	18.068	16.426	17.306	18.928
Transporte, armazenagem e correio	4.169	4.286	4.239	4.371	4.544	4.599	4.708	4.934	4.518	4.702	5.166
Alojamento e alimentação	3.838	4.021	4.245	4.407	4.654	5.152	5.354	5.582	4.385	4.623	5.353
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	9.579	9.830	10.392	10.383	9.724	10.060	10.250	10.705	10.419	11.130	11.695
Administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais	14.274	14.348	14.815	15.036	15.291	15.244	15.802	16.147	16.146	16.171	17.111
Outros serviços	3.842	4.038	4.196	4.181	4.247	4.508	4.873	5.080	4.384	4.446	5.238
Serviços domésticos	5.985	5.848	5.815	5.933	6.072	6.028	6.064	6.117	4.893	5.220	5.843
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e	11%	11%	10%	10%	10%	9%	9%	9%	9%	10%	9%
Indústria geral	15%	14%	15%	14%	13%	13%	13%	13%	13%	13%	13%
Construção	9%	9%	9%	8%	8%	8%	7%	7%	7%	8%	8%
Comércio, reparação de veículos automotores e	19%	19%	19%	19%	19%	19%	19%	19%	19%	19%	19%
Transporte, armazenagem e correio	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
Alojamento e alimentação	4%	4%	5%	5%	5%	6%	6%	6%	5%	5%	5%
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	11%	11%	11%	11%	11%	11%	11%	11%	12%	12%	12%
Administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais	16%	16%	16%	16%	17%	17%	17%	17%	19%	18%	17%
Outros serviços	4%	4%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
Serviços domésticos	7%	6%	6%	6%	7%	7%	6%	6%	6%	6%	6%

Há grande correlação dessa participação relativa média em ocupação (68%) com a do valor adicionado em serviços com média de 71% do total nesses onze anos. Por sua vez, a participação do

consumo das famílias no PIB, de 2012 a 2022, ficou na média de 63%, valor relativo pouco superior à participação média dos serviços de 61% do PIB.

Essa diferença do valor adicionado diante do PIB se dá por conta dos impostos contabilizados neste. Quando se considera a participação somente percentual no *valor adicionado*, serviços ficaram na média de 71% entre 2012 e 2022. Considerando um período maior, em 1995 atingia 67%, ou seja, próximo dos 68% de 2022.

A indústria geral foi cadente de 27% em 1995 até 24% em 2022, dentro dela, a Indústria de Transformação caiu de 16,8% para 12,9%. A agropecuária flutuou em torno de 5,4% – e só no último ano da série alcançou 7,9%.

Deste *diagnóstico estruturalista*, qual terapia se deduz? Tem maior importância o *mercado interno*, em especial o consumo familiar, para sustentar o crescimento em longo prazo, diante do mercado externo.

As *exportações líquidas* deduzem da exportação (com 20% do PIB) a importação (com 19,3%), resultando em apenas 0,7 pontos percentuais do PIB. Este superávit comercial é relevante para evitar crise cambial: o agronegócio e a extrativa de minerais e petróleo cobrem a importação de bens industriais e, em parte, as remessas de lucro das multinacionais aqui instaladas e os pagamentos de juros ao exterior do *carry trade* feito por elas: tomar dinheiro mais barato no exterior e se aproveitar do juro mais elevado aqui.

Melhorar a distribuição de renda e ampliar o mercado interno seria estratégico em uma economia onde os 10% mais ricos recebem uma parcela da massa de rendimentos (42,7%) acima da recebida pelos 80% da população com os menores rendimentos (41,4%). Essencialmente, os mais ricos são *rentistas* e os mais pobres são *consumidores* de bens e serviços com baixa poupança pessoal.

Agronegócio exporta, Indústria importa e Famílias consomem

A especificidade do conhecimento dos economistas é o *macrossistêmico*. Embora a Macroeconomia se assente sobre a Microeconomia, o maior interesse na fronteira do conhecimento está

em uma abordagem sistêmica capaz de vislumbrar como a complexidade emerge de interações de diversos componentes interativos entre si.

Os setores institucionais, convencionalmente divididos entre famílias, empresas não-financeiras, instituições financeiras, governos e o resto do mundo, não têm os mesmos pesos. A partir de uma *visão holista*, percebe-se o todo ser qualitativamente distinto da mera soma das partes e pondera-se as participações relativas dos diversos componentes para destacar, de modo analítico, os "nós" dos quais parte o maior número de interconexões com os demais.

Há uma tendência de extrapolar das experiências vivenciadas pessoalmente *uma visão do todo*, mas isso é limitado. Por exemplo, a disseminação da influência nas redes sociais obedece à chamada Regra dos Três Graus de Influência.

Tudo dito ou escrito tende a reverberar por pequena rede social, exercendo impacto sobre os amigos (um grau), os amigos de nossos amigos (dois graus) e até os amigos dos amigos de nossos amigos (três graus). Não influenciemos nem somos influenciados pelas pessoas a quatro graus e/ou além dessa fronteira social.

Os laços nas redes não duram para sempre: amigos deixam de ser amigos; vizinhos se mudam; cônjuges se divorciam; pessoas morrem...

Perda de uma conexão direta com um conhecido significa um desaparecimento de laço social. Há uma rotatividade constante nos laços por todo o caminho da vida.

O *número de Dunbar* (150) define o limite cognitivo teórico do número de pessoas com as quais um indivíduo pode manter relações sociais estáveis. Nesse caso, o indivíduo conhece cada membro do grupo social e sabe identificar a hierarquia da relação de cada qual com os outros indivíduos do grupo.

O *sofisma de composição* é considerado um modo errado de raciocínio, de acordo com uma boa teoria econômica, crítica de se atribuir ao conjunto teses válidas apenas para certas partes do todo. Nem sempre um princípio útil para um indivíduo costuma ser válido para a sociedade – daí nasce o maior número de erros de análise dos

“homens de negócio”, aprendizes em suas atividades por tentativas-e-erros e arrogantes de extrapolar suas experiências pessoais para todo o sistema capitalista, dito O Mercado.

Em um exercício de economista, vou esboçar aqui uma análise macrossistêmica da economia brasileira contemporânea com base na localização da importância estratégica dos seus principais componentes. O objetivo é verificar como eles interagem.

A publicidade televisiva sistemática divulga o slogan “*agro é tech, agro é pop, agro é tudo*”. Propaga uma série de *sete mitos enganadores*, como bem resumiu Arilson Favareto (*Diplô*, maio 2023).

O primeiro mito é “a pujança do agronegócio brasileiro teria resultado apenas do empreendedorismo pioneiro dos produtores rurais e ao Estado restaria não obstaculizar as iniciativas privadas”. Ora, e o BB, a Embrapa e a Moderfrota do BNDES não foram (e são) fundamentais para sua emergência?

O segundo mito é “a destruição da Amazônia não poderia ser posta na conta do agronegócio, pois suas modernas tecnologias aumentam a produção sem demandar mais terra”.

O terceiro mito é “o desmatamento e erosão da biodiversidade seriam feitos nos limites da lei e representariam uma espécie de custo do progresso”. As plantações são extensivas.

Não só parte ínfima da riqueza circula na própria região produtora, como também a sociedade brasileira não se beneficia tanto com a arrecadação de impostos. A produção de *commodities* é isenta de impostos de produção e circulação e pouquíssimo se arrecada de Imposto Territorial Rural em todo o país.

O quarto mito é “o agro estar puxando a geração de trabalho com seu dinamismo”. A população ocupada em agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, segundo a PNADC do IBGE, caiu de 10,226 milhões pessoas em 2012 para 8,684 milhões em 2022, ou seja, de 11,4% para 8,9% da população ocupada total.

O quinto mito é “os grandes produtores seriam muito mais produtivos, enquanto a agricultura familiar e de pequena escala seria inviável”.

O sexto mito é “a população mundial seguirá em crescimento e o Brasil atenderá a demanda por produção de alimentos para diminuição da fome, sustentando o dinamismo da economia brasileira”.

O sétimo mito, finalmente, é “o agro brasileiro já estaria preparado para enfrentar os desafios da sustentabilidade e das exigências por alimentação”.

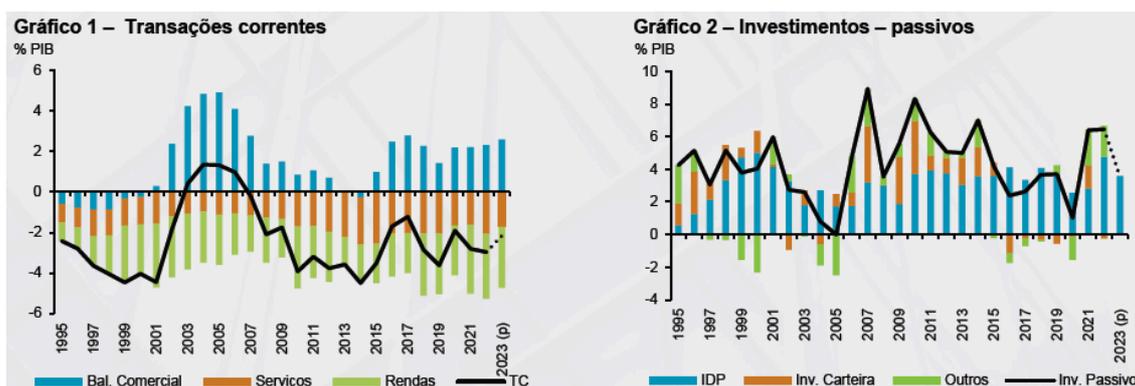
Favareto, talvez por ser sociólogo, não destacou um oitavo mito: o agronegócio brasileiro seria o maior responsável pelo equilíbrio do balanço de pagamentos brasileiro.

A trajetória dos preços de *commodities* nos mercados internacionais está em redução, em relação a 2022, e deve ocorrer em maior intensidade, principalmente no caso de produtos básicos, como soja e petróleo.

O aumento no volume de exportações decorrente da safra recorde de grãos, esperada para o ano, deve compensar apenas parcialmente a revisão dos preços para baixo. A projeção do Banco Central do Brasil incorpora volume exportado maior de produtos manufaturados e semimanufaturados.

Além disso, as trajetórias de queda das compras internacionais de bens de capital e intermediários, com a normalização nas cadeias globais de suprimento, foram, ao menos temporariamente, interrompidas. A exportação das *commodities* consegue cobrir a importação dos bens industriais, mas não a remessa de lucros e juros.

No gráfico 1 abaixo, mesmo com seguidos superávits no balanço comercial [em azul], o balanço de transações correntes [em preto] só esteve superavitário de 2003 a 2007. Grande parte do agronegócio, apesar de impulsionar as exportações, é de propriedade estrangeira. Em consequência, há grandes remessas de dividendos e juros [em verde] para o exterior. Somam-se aos pagamentos de serviços como viagens e transportes [em laranja].



Na conta financeira (Gráfico 2), a projeção para a entrada líquida de Investimento Direto no País (IDP) está em US\$ 75 bilhões (3,6% do PIB), seguindo em patamar superior ao déficit esperado para as transações correntes. *É um círculo vicioso desnacionalizante.*

PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PELO BRASIL EM 2022 (Valor FOB - US\$ Bilhões)

	Produto	Valor	% do total
1º	Soja	46,6	13,9%
2º	Óleos Brutos de Petróleo	42,6	12,7%
3º	Minério de Ferro	28,9	8,7%
4º	Óleos Combustíveis de Petróleo	13,0	3,9%
5º	Carne Bovina	11,8	3,5%
6º	Açúcares e Melaços	11,0	3,3%
7º	Farelos de Soja	11,0	3,3%
8º	Carnes de Aves	8,9	2,7%
9º	Celulose	8,4	2,5%
10º	Produtos Semi-acabados de Ferro ou Aço	6,4	1,9%

Fonte: ComexStat

Se na *pauta de exportação* se destacam grãos e farelo de soja (17,2%), petróleo bruto e óleos combustíveis (16,6%) e minérios de ferro e aço (10,6%), somando quase a metade (44,4%) dela, na *pauta de importação* se destaca a indústria de transformação (90%). Dentro dela destacam-se óleos combustíveis (7,5%) e adubos ou fertilizantes (10%), mas também tem partes e acessórios dos veículos automotivos (3%) e automóveis (2%). Exportação destes é, respectivamente, 1,1% e 1,4%, devido à *cadeia global de valor*, ou melhor, da divisão de linhas de produção da indústria automotiva junto à Argentina.

Para captar o valor adicionado pelos diversos setores de atividade econômica no Brasil, é necessário consultar o Sistema de Contas Nacionais. Em média, a *agropecuária* adicionou em média 5,2% do total de 2000 a 2019, mas o distanciamento social durante a pandemia, nas cidades, propiciou o campo avançar para 6,6% em 2020, 8,8% em 2021, 7,9% em 2022.

Avolumou-se também a *indústria extrativa* de 2,9% no período anterior para 5,5% nesses dois últimos anos. A *indústria de transformação* tinha atingido 17,4% em 2005, mas desde 2011 mantém-se em torno de 12,5% do valor adicionado a preços básicos. A *indústria de construção* declinou do patamar de 6,4%, alcançado na Era Social-Desenvolvimentista (2003-2014), para a metade (3,2%) em 2022. *Serviços de utilidade pública* produzem cerca de 2,7% do valor adicionado.

Apesar de baixa produtividade, o sustentáculo maior da economia brasileira encontra-se em *serviços*. De 2000 a 2013 adicionou, em média anual, 68% do valor total. Com a recessão de 2014 a 2019, sua contribuição média se elevou para 72,5%. Com o distanciamento social, retornou para o patamar de 68% nos três últimos anos.

A despesa de *consumo das famílias* representou entre os componentes da demanda no PIB, de 2000 a 2022, em média, 62,8% do PIB. Uma comparação interessante é entre o valor adicionado em serviços (R\$ 5,8 trilhões) e a renda consumida pelas famílias (R\$ 6,2 milhões). Indica a predominância, na economia brasileira, de serviços urbanos consumidos pela sétima maior população do mundo. *Viva o povo brasileiro!*

Em uma grande população (7ª maior do mundo), cuja maioria afrodescendente ainda é pouco beneficiada com um programa massivo de educação de qualidade, as políticas públicas têm de a priorizar. Com essa estratégia de crescimento, a ampliação do mercado interno atrairá os investimentos estrangeiros com tecnologia aqui indisponível.

Capítulo 3. Sociologia Urbana

Dominância do *Éthos* dos Mercadores-Financistas

O mundo ocidental está voltando aos níveis de desigualdade social da *Belle Époque*, um período de cultura cosmopolita na história da Europa. Começou no fim do século XIX, após a Guerra Franco-Prussiana, em 1871, e durou até à eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Nos Estados Unidos, foi a *Era dos Barões-Ladrões*.

Na Era do Neoliberalismo, após trinta anos (1980-2010) de dominância da casta dos comerciantes, ninguém deveria estar perplexo com a extraordinária transferência de riqueza. *Essa ocupação, quando livre de amarras, ama a flexibilidade e odeia imobilizar seu capital por medo de perder lucro maior* – o eufemismo do custo de oportunidade.

Entregar a regulação da economia da casta dos sábios-tecnocratas aliados com os trabalhadores organizados em sindicatos, configurando a socialdemocracia do após II Guerra Mundial, para o (des)controle empresarial do comerciante, fatalmente, criaria *uma elite de executivos e investidores super-ricos*. Pautou-se por uma ideologia da meritocracia e demonstrou pouco interesse com o bem-estar social dos párias com rendimentos muito abaixo das deles.

Pior, houve a propagação do seu *éthos*, sua mentalidade neoliberal, para faixas cada vez maiores da população. A classe média “instruída” passou a sonhar em imitar a impessoalidade dos banqueiros, tornando-se mais “flexível” em seus valores e adotando aqueles com boa resposta às necessidades do mercado.

O *éthos* é o conjunto dos costumes e hábitos fundamentais, no âmbito do comportamento (instituições, afazeres etc.) e da cultura (valores, ideias ou crenças), característicos de uma determinada coletividade, época ou região. É a reunião de *traços psicossociais* definidores da identidade de uma determinada cultura, ou seja, *a personalidade com base em certos costumes sociais de natureza ocupacional*.

Casta é o termo usado por David Priestland em seu livro – *Uma Nova História do Poder: Comerciante, Guerreiro, Sábio* –, para analisar os grupos sociais não só como organismos em busca do *interesse próprio e da vantagem econômica*, mas também como *encarnações de ideias e estilos de vida*. Com frequência, procuram os *impor aos outros*.

Quando uma *casta* toma de empréstimo o conjunto de valores típico e influenciadores de uma determinada manifestação (obra, teoria, escola etc.) filosófica típica de outra *casta*, inevitavelmente, *ela cai sob o domínio desta*. No caso recente do Brasil, assistimos a transição da hegemonia da *lógica neocorporativa* para a da *lógica de mercado* como predominante sobre outras lógicas de ações, como a *familiar, a cívica e a militar*, embora esta tenha se aliado ao neoliberalismo de 2018 a 2022.

A *perda de dominância por parte de uma casta* fica clara, de repente, depois de um fracasso, como uma derrota em guerra, uma crise econômica, uma revolução social, ou essas três coisas juntas. Em geral, um grande colapso desse tipo abre caminho para uma casta concorrente, antes marginalizada, assumir a proeminência.

O fracasso da casta dominante e a conseqüente crise ideológica trazem mudanças. As ordens sociais podem desmoronar quando seus governantes acreditam estar fracassando – e, sob pressão, não adotarem profundas reformas.

A ordem de cada casta fica em situação mais vulnerável quando é menos inclusiva. *O domínio irrestrito exercido por qualquer uma das castas tem suas desvantagens*:

- os *sábios-tecnocratas* podem trazer a burocratização ou a presunção arrogante típica dos especialistas;
- os *trabalhadores e artesãos* podem excluir “os de fora” na sua busca de espírito comunitário ou corporativista;
- os *guerreiros-militares* atijam guerras intermináveis por honra e vingança contra “inimigos” criados para se justificarem; e,
- os *mercadores* infligem instabilidade econômica e elevação das desigualdades.

As maiores vítimas do renascimento do comerciante-financeiro foram os *sindicatos* – reduto dos *trabalhadores organizados* – e o *Estado* – cidadela dos *sábios-tecnocratas*. O desemprego, bem como a desregulamentação do mercado de trabalho, destruiu grande parte do poder sindical.

Os financistas usaram seu poder de pressão para forçar os governos a obter superávit primário suficiente para a solvência da dívida pública, assim como a manter sob controle a taxa de inflação, para evitar a eutanásia dos rentistas investidores em renda fixa. Se eles recusassem, eles ameaçavam barrar o refinanciamento do setor público e depreciavam a moeda nacional em fuga de capital para o exterior.

Nem mesmo os governos socialdemocratas e democratas-cristãos europeus foram capazes de manter uma economia saudável por meio do *capitalismo coordenado*, face à pressão para sua desregulação na Era Neoliberal. Para o ajuste fiscal, tiveram de *reverter seu generoso Estado de bem-estar social*, sob o temor de serem punidos pelos mercados financeiros.

Os *governos do tipo comerciante brando*, tanto de esquerda reformista como de direita mais civilizada, se esforçam para *estender a influência dos comerciantes às antigas fortalezas sábias da educação e saúde*. Introduzem segmentos de mercado até nos serviços de saúde.

Alunos passam a ser tratados como consumidores e instituições acadêmicas se tornam meras prestadoras de serviços educacionais com fins lucrativos. São “formas mais flexíveis” para quem precisa trabalhar, durante o dia, conseguir diplomar-se em cursos à noite.

São alternativas às difíceis exigências das universidades convencionais, ainda dirigidas por sábios-intelectuais. Quem estiver apenas preocupado em cumprir metas e maximizar seus lucros, provavelmente, estará menos interessado em atender bem seus pacientes e alunos...

Da Sociedade dos Rentistas À Sociedade dos Executivos

Thomas Piketty, no livro “*O capital no século XXI*”, dá uma contribuição necessária à compreensão de nossa Era Econômica.

“Em grande medida, *passamos de uma sociedade de rentistas para uma de executivos* — isto é, de uma sociedade onde o centésimo superior era representado por *rentistas* (pessoas que detinham um patrimônio suficientemente importante para viver de rendas anuais produzidas por esse capital) para outra na qual o pico da hierarquia de rendas, incluindo o centésimo superior, é composto de *assalariados muitíssimo bem remunerados*, pessoas capazes de viver bem da renda do seu trabalho. É possível dizer, para ser mais preciso, ou, se preferir, para ser menos otimista: *passamos de uma sociedade de super-rentistas para outra de rentistas menos extremos diante dos do passado*, com a vantagem de um maior equilíbrio entre o sucesso do trabalho e o do capital” (2014: 271).

Será este também ser o caso brasileiro? A “lavagem de roupa suja” da Petrobras em público levou os tapuias a conhecer mais o mundo dos super-executivos brasileiros.

O *lawfare* da Lava-Jato, para a mobilidade social e política de seus membros do Poder Judiciário, foi *uma forma de golpe de Estado na qual o direito foi usado como arma*. Basicamente, empregou manobras jurídico-legais, sustentadas por manchetes da mídia não-investigativa, como substituto da Força Armada até a eleição de 2018. Aí essa extrema-direita se uniu o neoliberalismo empresarial para se apoderar do Poder Executivo.

Quanto ganhava um diretor da maior empresa estatal brasileira? Os vencimentos anuais dos empossados em 2003 saltaram de R\$ 369.711,36 para R\$ 706.260,68 em 2007. Não era extraordinário se fosse comparado ao de qualquer grande empresa privada – mas seu controle acionário é majoritariamente estatal.

Em 2023, em assembleia de acionistas, o novo governo social-desenvolvimentista decidiu intervir na proposta de aumento da remuneração dos diretores da Petrobras, aprovada pelo Conselho de Administração da estatal no fim de março. A proposta era de correção da remuneração fixa dos administradores pelo INPC (Índice Nacional

de Preços ao Consumidor) acumulado de 2013 a 2022, período no qual o índice registrou alta de 43,88%.

O aumento do salário mensal dos diretores contribuía para elevar em 85% a proposta de orçamento global dos administradores da companhia estatal, inflada também com a previsão de pagamento de até R\$ 16 milhões em bônus durante o ano de 2023.

Por qual razão eles ganham tanto acima da média dos altos assalariados do setor público? A ambição por cada vez maior enriquecimento é desmesurada? Não tem limite?!

Ao contrário dos demais servidores da Petrobras, cujos aumentos salariais são definidos em acordo coletivo da categoria, os *vencimentos dos diretores* são decididos em Assembleia-Geral Ordinária uma vez por ano. É encaminhada uma proposta pelo Conselho Administrativo e Fiscal da empresa, do qual participam ministros de Estado e empresários “independentes”.

Essa assembleia fixou, então, os próprios salários dos Conselheiros de Administração e Fiscal em 10% dos vencimentos dos diretores. É simples assim a explicação...

Uma pista para a diferenciação dessa “casta” não é seguir a mitológica Teoria da Produtividade Marginal, mas sim entender o *poder de fixar a própria remuneração*. Parte do raciocínio autojustificador: “Eu mereço o máximo! Mamãe sempre me disse eu sou o melhor!” Honestidade se aprende desde o berço...

A autorreferência de um grupo de alta administração justifica a competição individual para exibir “quem ganha mais”. Seus membros formam espécie de *cluster*.

Um *cluster*, no mundo da indústria, é uma concentração de empresas capazes de se comunicarem por possuírem características semelhantes e coabitarem no mesmo local. Elas colaboram entre si e, assim, se tornam mais “eficientes”. Na realidade, no mundo dos superexecutivos, eles se tornam apenas mais ricos...

No caso dos indivíduos participantes desse “mundinho”, as razões e motivações principais em dois grandes grupos:

- primeiro, “a necessidade de conseguir maior flexibilidade em decisões próprias da própria renda”, e
- segundo, “a procura de maior eficiência na satisfação de uma oportunidade temporária”, por exemplo, uma licitação corrompida por cartel.

Essa *prática de auto remuneração* não fica restrita ao mundo corporativo-empresarial. Por exemplo, no ano antes do golpe de 2016, os vencimentos dos ministros do STF, do procurador-geral da República e dos deputados e senadores foram para um valor bem superior diante do Poder Executivo.

Para os parlamentares do Poder Legislativo, atuantes junto com o Poder Judiciário, na época das “pautas-bombas”, para derrubar o governo da Presidenta reeleita, o aumento representou 26,2% a mais.

O acordo foi negociado pelo presidente da Câmara de Deputados (Eduardo Cunha depois preso por corrupção), diretamente com Executivo, Judiciário e Ministério Público, em reuniões com o ministro da Casa Civil, o ministro de Relações Institucionais, o presidente do STF e o procurador-geral da República. O acerto foi chancelado em reunião de líderes partidários na Câmara.

Mas não foi só isso. Em meio à tentativa de aumentar o orçamento do Judiciário em 2015, o Supremo e o Conselho Nacional do Ministério Público já tinham aprovado o pagamento mensal de auxílio-moradia para todos os juízes, promotores e procuradores do país, retroativo a 15 de setembro de 2014. Havia 12.262 integrantes do Ministério Público e 16.429 juízes. O benefício foi concedido por meio de liminar (decisão provisória) por um único ministro do STF, e regulamentado posteriormente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o CNMP.

A medida gerou protesto do Executivo e a Advocacia-Geral da União avaliou entrar com uma ação contestando a legalidade das resoluções do CNJ e do CNMP. Pelas decisões dos conselhos, o auxílio-moradia seria concedido a todos os juízes e integrantes do Ministério Público Federal e das promotorias estaduais, *até para quem possuísse residência própria e fossem atuantes em suas cidades de origem. Só*

não receberia o benefício quem já tivesse imóvel funcional à disposição.

Enfim, todos viveriam felizes para sempre – e sem má consciência pelo golpe semi-parlamentarista, aprovado com aval do Poder Judiciário, para derrubar a presidenta democraticamente eleita! Enquanto isso, *o povo, oh...*

Os Ricos e Os Pobres: O Brasil e A Desigualdade

No livro “Os ricos e os pobres: O Brasil e a desigualdade”, recém-lançado pela Companhia das Letras, Marcelo Medeiros oferece exemplos concretos sobre o que é desigualdade e como os mais pobres têm de fazer para ter um padrão de vida mínimo. É *a estratégia de sobrevivência em serviços* de acordo com minha hipótese levantada aqui.

No livro, Medeiros buscou explorar três ideias principais. A primeira é: *a preocupação com desigualdade tem de estar em todas as formulações de política*, desde a taxa de juros à legislação trabalhista, passando pelos subsídios a empresas.

“Não dá para pensar em nada isoladamente, tudo tem de ser pensado em termos desiguais. Porque *a sociedade é desigual*, temos de desenhar tudo levando a desigualdade nessa avaliação”, afirma Medeiros. Ele tem total razão, porque a sociedade complexa emerge de interações entre seus componentes, nas quais a política econômica e social interfere.

Isso tem implicações sobre como devemos ver o mundo. Por exemplo, não importa tanto o crescimento total da economia, mas sim quanto cresce cada grupo social.

Ao se desenhar políticas econômicas com foco exclusivamente no crescimento total, a preocupação com a distribuição do crescimento é deixada de lado. É preciso trazer a preocupação com desigualdade para dentro de todas as políticas públicas desenhadas e implementadas. Ele sintetiza essa ideia ao argumentar toda política pública ser, no fundo, política social, pois atinge a sociedade.

A segunda ideia principal é: *não há “solução mágica” para reduzir sensivelmente ou acabar com a desigualdade no Brasil.*

Combatê-la dará trabalho, custará caro, levará tempo e consumirá muito capital político, porque exige enfrentar os “conflitos distributivos” da sociedade.

“Não se deve subestimar o tamanho desses conflitos: no abstrato todo mundo será a favor, mas a cada medida concreta haverá muita resistência”, alerta Medeiros.

Medidas isoladas contra a desigualdade não dão conta do todo. “Não será apenas a educação, não será somente a tributação. Terá de haver uma combinação dessas iniciativas e de várias outras medidas”. No livro, Medeiros destaca a educação ser um investimento de longo prazo de maturação.

“Leva mais de uma década para formar um jovem no ensino médio – e isso desconsiderando a evasão e a repetência, dois problemas ainda muito comuns no começo dos anos 2020. Na hipótese otimista de se melhorar radicalmente toda a educação brasileira em uma década, levará outra década até quando a primeira geração de alunos estará formada no sistema melhorado e pronta para entrar no mercado de trabalho”.

“Essa geração, porém, será uma pequena minoria em uma força de trabalho de adultos pouco qualificados. Serão décadas até quando as novas gerações qualificadas dominem o mercado de trabalho.”

Soma-se a isso o fato de ser inviável estimar hoje como será o mercado de trabalho daqui a 50 anos.

Medeiros afirma: o *combate à desigualdade* é, antes de tudo, um “problema de mobilização política”. Não são, portanto, soluções fáceis, demandam a combinação de várias políticas e precisam afastar ideias clássicas de vários lados espectro político, como só investir em educação básica ou apenas tributar milionários.

O terceiro alerta é em relação ao *ângulo sob o qual se analisa a desigualdade*. “Para falar de pobreza devemos olhar para os pobres, mas para falar de desigualdade devemos olhar para os ricos”, afirma Medeiros. A desigualdade brasileira está concentrada no topo, porque o restante – a grande massa da população brasileira – é bastante igualitária, pois é nivelada por baixo.

A renda de uma pessoa situada no limite dos 90% mais pobre fica abaixo de R\$ 80 mil por ano, equivalente a 13 salários de R\$ 6.600 por mês de um trabalhador formal. O rendimento médio mensal das pessoas ocupadas está, segundo a PNADC do 2º trimestre de 2023, em R\$ 2.921. Isso se situa no sétimo decil. A mediana gira em torno de um salário-mínimo.

“A maior parte dos não pobres é bastante parecida com os pobres e fica entrando e saindo da pobreza. A desigualdade está nas diferenças entre os 10% mais ricos e o restante, e nas diferenças dentro dos ricos.” Em particular, destacam-se o 1% mais rico e, dentre eles, o 0,1% com os bilionários.

Medeiros argumenta a massa de baixa renda ser relativamente uniforme. Existem diferenças dentro dela, mas são pequenas quando comparadas às vistas nos estratos mais altos. “Já no topo, a cena muda. Há muita diferença entre os mais ricos”, escreve.

Mundinho Exclusivo do Mercado de Luxo

O vício de desejos materiais resulta em um estado de insatisfação contínua em lugar de uma boa vida. Quem continuamente almeja mais riqueza e *status*, comparando-se com outros (e “quem compara sempre perde”), tem sintomas de comportamento viciado: esse estado psicológico não melhora com maior capacidade de gastar e exhibir.

Para a Economia da Felicidade, são necessárias políticas públicas para diminuir os índices de divórcio, desemprego, saúde física e mental. Eles dão mais pistas sobre o bem-estar social em lugar do PIB. Descobriu uma separação conjugal ter efeito tão negativo sobre o bem-estar quanto a perda de 2/3 de seus rendimentos.

Quando eu disse isso, um aluno me retrucou: – *O que é isso, professor?! É perda total!*

S.nob era a sigla ao lado do nome de cada aluno, nas listas de presença de Cambridge/Oxford, não pertencente à nobreza inglesa. Invertendo o sentido, passou a designar a pessoa com sentimento

exacerbado de ser superior às demais, desprezando o convívio com quem é humilde.

Geralmente, copia ou mimetiza os hábitos de quem tem prestígio social por ser membro da "classe alta". Os esnobes humilham o povo.

Gastos esnobes são destinados a destacar a posição social. Classificam-se os bens adquiridos sob três critérios de acordo com a "idade mental" dos consumidores.

Primeiro, típicos da *idade infantil*, estão os "bens da moda". São desejados porque outros já os possuem, ou seja, em função de inveja: querer ter igual aos outros.

Depois, referentes à *idade adolescente*, estão os "bens esnobes". São desejados porque os outros *não* os possuem. Trata-se do desejo de ser diferente, exclusivo, de se "destacar da multidão" pelo gosto peculiar.

Finalmente, ligados à *idade senil*, estão os "bens de consumo conspícuo", desejados porque são reconhecidos socialmente como *caros*. A designação "conspícuo" aparece na *Teoria da Classe Ociosa*, livro de autoria de Thorstein Veblen (1857-1929), cuja primeira edição é de 1899, na *Era dos Barões Ladrões* nos Estados Unidos.

Os "economistas pesquisadores da felicidade" dizem o maior estado de felicidade ser proporcionado pelos relacionamentos afetivos pessoais, ou seja, com a família, o(a) companheiro(a), os filhos e os amigos. O sentimento de fazer algo de útil ou altruísta também é muito gratificante.

O amor desinteressado ao próximo aparece, por exemplo, em uma relação professor/mestre/mentor e aluno/discípulo/seguidor. Quando as perdemos, percebemos a importância crucial da liberdade e da saúde.

Para uma vida boa duradoura, são necessários para todos os cidadãos em todo mundo:

1. *Saúde*: não ter impedimento físico do corpo;
2. *Segurança*: não sofrer por violência física ou econômica;

3. *Personalidade*: ter espaço privado para se assumir plenamente;
4. *Respeito*: ser mútuo, com tolerância e civilidade nas relações interpessoais;
5. *Harmonia com a Natureza*: fundamental ao animal humano para sua transcendência;
6. *Amizade*: afeto desinteressado, com igualdade e solidariedade;
7. *Lazer*: atividade criativa em lugar de trabalho alienante.

Transcendente e imanente são conceitos antagônicos.

Transcendente seria aquilo além do estado material, pertencente ao mundo espiritual, cujo fim seria externo a si mesmo.

Imanente, por sua vez, representa uma realidade material. Ela é conhecida e experimentada de imediato. Nós a explicamos com a utilização dos nossos sentidos.

Finanças Comportamentais alertam contra o Viés da Auto Atribuição de Riqueza. Ao se priorizar o dinheiro acima de tudo, querendo ter mais para gastar em consumo de luxo, as pessoas fazem escolhas equivocadas, inclusive financeiras, de modo sistemático.

A Heurística da Afeição aparece em *investimentos passionais*. Trata-se do apego irracional em relação a qualquer propriedade de coleção. Surge por conta da memória afetiva, porque as respostas sentimentais à determinada possibilidade da perda da posse ocorrem rápida e automaticamente.

O Efeito da Dotação é exigir para vender valor mais alto em relação ao disposto a pagar para comprar.

Como tentativa de medição desse Viés da Auto Atribuição de Riqueza, pesquisei quantas pessoas se sentem milionárias no Brasil pela *posse de suas moradias*. Esse item é descartado nos rankings internacionais de riqueza pessoal por não representar liquidez imediata e/ou comando de decisões econômico-financeiras. Quando se vende a residência principal, em geral, se tem o propósito de substituí-la.

No dia 6 de dezembro de 2019, registravam-se 660.490 imóveis à venda no ZapImóveis com valor a partir de um milhão de reais. Comparei com o registrado na então divulgada DIRPF 2018 AC 2017: 672.578 milionários em bens e direitos per capita correspondentes à faixa mensal acima de 30 salários mínimos, ou seja, ao 1% mais rico no Brasil.

Porém, há a seguinte observação crucial: apartamentos e casas foram declarados em valores históricos de R\$ 2,325 trilhões pelos 29 milhões declarantes, equivalendo a 26% do total de R\$ 8,918 trilhões em bens e direitos. Junto com outros imóveis somavam 38%. Veículos (R\$ 599 bilhões) representavam 7%. Portanto, o restante (R\$ 4,9 trilhões), classificado *latu sensu* como ativos financeiros, equivalia a 55% dos bens.

Comparativamente, *joia, quadro, objeto de arte, de coleção, antiguidade etc.* somados foram declarados valer R\$ 14,3 bilhões. Socialmente, são inexpressivos na função “reserva de valor” como se prestam os produtos financeiros, mas servem para *esnobar*!

No Viés de Auto Atribuição de Riqueza é necessário sempre um discurso justificador de seu valor fictício ou imaginário. Atribuir muito valor para um bem supérfluo tem a função psicossocial de *esnobar*.

O *Éthos* dos brasileiros, aparentemente, seria *a mistura*. No entanto, o *Éthos* dos ricos, historicamente, é a busca de *exclusividade*. Obtida a mobilidade social, eles desejam se distinguir da “plebe rude”.

No passado, esta era escrava, fazia o trabalho manual. Hoje, os ricos tentam passar um verniz “cultural” em rápidas pinceladas de consumo de luxo para demonstrar uma distinção em lugar de ter consciência social, altruísmo e empatia com os mais pobres.

O *Éthos* também exprime o conjunto de valores característicos de um movimento cultural ou de uma obra de arte. Nesse caso, os multimilionários buscam curadores para adquirir pinturas decorativas de suas mansões de luxo. Além disso, alguns as usam para “lavar dinheiro-sujo” ou sonogado ao fisco.

A desaceleração econômica levou à queda do número de milionários e bilionários no mundo no ano anterior à pandemia.

Encolheu 4,3%, e a fortuna ficou em US\$ 8,5 trilhões, segundo pesquisa global PwC-UBS.

No Brasil, o número de afortunados avançou de 42 para 58 pessoas e a fortuna somada avançou de US\$ 176 bilhões para US\$ 180 bilhões.

Pela Forbes, o número de bilionários brasileiros em reais se elevou de 180 em 2018 para 206 em 2019. A fortuna deles passou de R\$ 975,6 bilhões para R\$ 1.205,8 bilhões. Comparava-se, na ocasião, com a riqueza financeira dos 118 mil clientes *Private Banking* precificada em R\$ 1,225 trilhão pela ANBIMA.

O acúmulo de fortunas avança devido a operações de fusões e aquisições de empresas, abertura de capital (IPO) e empreendedorismo de alto impacto como o das *startups* e das *fintechs*. Mas, na verdade, cresce mais o número pela morte de velhos bilionários e fracionamento de seus bilhões entre os herdeiros.

A nova geração de milionários em renda vem especialmente de pequenos empresários, médicos, herdeiros e executivos de grandes companhias.

Os *millennials*, nascidos entre 1981 e 1996, representavam 27% do mercado global de luxo. A expectativa era eles corresponderem a 40% da clientela desse universo em 2025.

O segmento do mercado de consumo de luxo passou ao largo da crise. Manteve o comportamento descolado. Um dos motivos foi o crescimento de 8,4% do rendimento médio do grupo 1% mais rico, segundo o IBGE.

Cerca de 14 mil brasileiros entraram para o grupo dos possuidores patrimônio superior a US\$ 1 milhão, conforme a consultoria Capgemini. Em 2019, havia 186 mil milionários em dólares no Brasil.

A alta gastronomia e os hotéis de luxo representavam apenas 4% do mercado de luxo. Só ficava acima de champanhes, vinhos finos e destilados *premium*, correspondentes a 3%.

Responsável por 51% desse universo, o segmento maior era o de carros de luxos. As marcas de roupas, sapatos, joias, óculos, relógios, canetas e cosméticos respondiam pelos 42% restantes.

A indústria do luxo brasileira, segundo a Euromonitor International, tinha faturamento anual de R\$ 28,5 bilhões. É um “arredondamento” nominal para o estoque de R\$ 1,225 trilhão do estoque de riqueza financeira do *Private*. Impressionava só em termos micros.

O resultado representava crescimento de 13,5% em comparação a 2014. O desempenho foi alavancado principalmente pela indústria automotiva e pelo segmento do qual a moda fazia parte, sobretudo em razão das vendas de perfumes e peças de roupa.

“Cultura” exibicionista também envolvia a *enogastronomia* com direito a *selfie* para mostrar aos outros. Ponto de convergência entre os prazeres da mesa, o senso de aventura e a conexão com a natureza, visitar e comer em lugar exótico era uma tendência em alta. Em roteiro de 12 dias, a parte terrestre ficava a partir de U\$ 14,7 mil por pessoa.

O *mercado de turismo de luxo* faturou no ano pré-pandemia R\$ 870 milhões no Brasil. Só.

Para comparar, o mercado mundial de vinhos *premium* era estimado em US\$ 71 bilhões por ano, pela consultoria inglesa Bain & Company. Virou moda entre novos ricos mimetizar, ou melhor, macaquear os *sommeliers*.

Os *automóveis* representavam metade da receita total das vendas no segmento de luxo, mas apenas 2% das vendas totais de veículos no país são de *premium* como Mercedes-Benz, BMW, Mini, Audi, Volvo, Land Rover, Porsche, Jaguar e Lexus. No ano de 2018, a Mercedes-Benz emplacou 12.131 unidades no país. Foram vendidos 11.375 de carros BMW, custando entre R\$ 165.950 e R\$ 799.950. Cada uma dessas duas marcas respondia por cerca de 25% do segmento das montadoras de luxo.

O conceito de “*segunda residência*” se referia à casa para fins de semana e férias. Além de contar com todo o complexo de lazer de uma fazenda de luxo – cavalos, trilhas, campos de golfe, de polo,

quadra de tênis, espaço para triatlo, ciclismo e lago voltado para natação –, havia a novidade de piscina com ondas de até 2,70 metros de altura. Um achado para os “surfistas do campo” esnobarem!

Era para quem pudesse dispor de, no mínimo, R\$ 2,5 milhões para viver uma experiência capaz de ultrapassar o simples ato de comprar um bom imóvel. Teria uma casa exibicionista de um estilo de vida de luxo e *glamour*, diferenciada da medíocre vidinha besta da plebe rude na periferia das metrópoles.

Iates e lanchas custavam a partir de R\$ 3 milhões. Havia estaleiro cujo *ticket* médio estava em torno de R\$ 6,5 milhões. Quanto mais caro, melhor era para exibir!

Na *aviação executiva*, o luxo era uma marca para se distinguir. Por exemplo, o Phenom 100, jatinho da Embraer mais usado no país, com 86 unidades voando, custava US\$ 4,5 milhões. O cliente tinha 11 opções de design de interior para se distinguir dos outros.

Dos 5.570 municípios do país, 1.110 eram acessíveis por jatinhos particulares. A aviação comercial atendia pouco mais de 140 cidades.

No total, eram cerca de 11.800 aeronaves executivas em operação, *a terceira maior frota do mundo*. Depois da turbulência da crise golpista, quando o segundo lugar foi para o México – a maior frota era a dos EUA –, o agronegócio tornou-se o principal propulsor do avanço nesse setor, seguido por varejistas como Magazine Luiza, Havan e jogadores de futebol. Neymar optou pelo helicóptero ACH145, com preço básico de US\$ 11 milhões. *Gente de bens...*

Enfim, o mercado de luxo impressiona em termos individuais, mas é irrisório em comparação com quaisquer agregados macroeconômicos. É “queima” de reserva de valor para os ricos, mas pouco agrega socialmente.

É muito inferior ao potencial de uma economia de escala com mercado de consumo massivo constituído pela sétima maior população do mundo, caso houvesse menor concentração de renda e riqueza.

O Brasileiro, O Mercado e O Governo

Habituei-me a tratar com reverência (e ironia) O Mercado. Assim, com artigo definido e nome próprio em maiúscula, tal como merece *O Mercado como Deus*.

Harvey Cox, professor de Teologia da Universidade de Harvard, recebeu o conselho de “caso quisesse saber sobre os acontecimentos no mundo real, deveria ler as páginas de Negócios”.

Embora o interesse ao longo de sua vida tenha sido o estudo da religião, sempre disposto a expandir seus horizontes, ele seguiu o conselho, embora com o medo de quem teria de lidar com um novo e desconcertante vocabulário. Em vez disso, ficou surpreso ao descobrir: a maioria dos conceitos com os quais deparou foi bastante familiar!

Seu depoimento é impagável. “Esperando uma terra incógnita, encontrei-me, em vez disso, na terra do *déjà vu*. O léxico do *The Wall Street Journal* e as seções de negócios da *Time* e *Newsweek* acabaram por ter uma semelhança impressionante com o *Genesis*, a *Epístola aos Romanos*, e a *Cidade de Deus* de autoria de Santo Agostinho. Atrás de descrições de reformas *pro* mercado, a política monetária e as circunvoluções do Dow-Jones, eu gradualmente juntei as peças de uma grande narrativa sobre o significado mais profundo da História Humana, porque as coisas tinham corrido mal e elas diziam como colocá-las no rumo correto. Os teólogos chamam isso de *Mitos de Origem*, *Lendas da Paixão*, e *Doutrinas do Pecado e da Redenção*. Mas lá estavam todos eles, novamente, e apenas com leve disfarce: as crônicas sobre a criação de riqueza, as tentações sedutoras do estatismo, o cativo aos ciclos econômicos sem rosto e, por fim, a salvação através do advento de mercados livres, com uma pequena dose de cinto ascético apertado ao longo do caminho.”

Deus é um cara gozador. Adora brincadeira. Pois prá me jogar no mundo, tinha o mundo inteiro, mas achou muito engraçado me botar cabreiro. Na barriga da miséria, nasci O Brasileiro! Eu sou do terreiro!

Pois é, comentários de “sociólogos de botequim” direitistas deitam falação, primeiro, contra O Brasileiro. *Quis? Quid? Ubi? Quibus auxilliis? Cur? Quomodo? Quando?* [Quem? O que? Onde? Por que

meios? Por quê? Como? Quando?]. Gasto meu latim para circunstanciar a pessoa, o fato, o lugar, os meios, os motivos, o modo, o tempo.

Inútil. Não consigo observar esse *arquétipo*. Desconheço cada uma das ideias preexistentes na mente de Deus, a partir das quais o universo foi constituído, particularmente, aquela capaz de singularizar o habitante de *Terrae Brasilis*, tão plena de diferenças, desigualdades, disparidades...

Disse o dramaturgo e cronista "pó-de-arroz" (torcedor passional), Nelson Rodrigues: "por 'complexo de vira-lata' entendo eu a inferioridade em que O Brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. (...) *O Brasileiro é um narciso às avessas, cospe na própria imagem*. Eis a verdade: não encontramos pretextos pessoais ou históricos para a autoestima".

O jornalista inglês Alex Bellos, autor do livro "*Futebol - O Brasil em Campo*" (2002), premiado em 2004, no Reino Unido, correspondente do jornal "*The Guardian*" no Rio de Janeiro entre 1998 e 2003, fez um comentário muito pertinente, típico de arguto observador estrangeiro sobre a cena brasileira.

"Quando eu estava fazendo pesquisas para o meu livro percebi diversos aspectos da literatura brasileira sobre futebol. Em primeiro lugar, *os brasileiros são muito mais interessados em derrotas do que em vitórias*. As Copas sobre as quais mais se escreveu são as de 1950 e 1982, quando o Brasil perdeu tragicamente. Existem provavelmente mais páginas sobre a Copa de 1970 escritas em inglês em vez de português!

Eu também fui surpreendido pelo fato de *não existir uma biografia séria e definitiva sobre Pelé*.

E, em terceiro lugar, *os brasileiros parecem muito mais interessados em escrever inesgotavelmente sobre rivalidades locais em lugar de contar histórias épicas do esporte*. O futebol é muito 'bairrista' e isso se reflete na literatura." (Valor – Eu&Fim-de-Semana, 07/02/14).

A segunda crítica contumaz dos liberais-conservadores, naturalmente, incide sobre O Governo. Este é o desaguadouro de tudo capaz de lhe importunar no dia-a-dia.

No *viés heurístico da auto validação*, os “culpados” pelas mazelas pessoais são sempre “os outros”. Quanto a eventuais sucessos, lógico, é claro ser o próprio sujeito!

Então, desde o caráter imoral dos “outros”, em País onde “todos (exceto si próprio) são corruptos”, até a amoralidade particular de O Político, o pior representante de O Brasileiro, é culpa dos outros! Está lá no Congresso Nacional, obviamente, por culpa dos outros, pois ele próprio ou abomina A Política ou votou em... *ah, sei lá!*

Mas quem é O Governo? É uma entidade cuja existência é considerada à parte, independentemente dos atributos de qualquer coisa.

É um único ser humano, ente, indivíduo?! Pela maneira como é tratado de maneira vulgar, parece ser tudo aquilo existente, seja na realidade, seja na ficção!

A Presidenta Dilma podia ter qualidades excepcionais, ter demonstrado ser uma pessoa de grande valor e honestidade, de suma importância, mas ao cronista direitista e seus epígonos, ela personificava uma instituição, uma sociedade, enfim, a realidade total do ser individual: O Governo. Esta entidade mística, unificada (mesmo em heterogênea coalizão-presidencialista), era tratado como ser espiritual objeto de culto à esquerda e ódio à direita – ou vice-versa, em eventual alternância de poder.

A inteligibilidade dos sistemas complexos, como um Povo, uma Nação, um Estado, nunca é imediata. Há a *aparência imediata na superfície*, afeita às observações pseudomoralistas dos inconsequentes quanto ao abuso das liberdades democráticas, mas há também a *própria estrutura encontrada subjacente* ou “escondida”, cujos nexos internos deviam ser investigados e refletidos.

Esta estrutura está, inerentemente, formada por relações de oposição entre elementos ou grupos de elementos, cujas resultantes causais constituem as propriedades desses sistemas. Enfim, não cabe

o *reducionismo* no tratamento de O Brasileiro, O Mercado e O Governo.

Lógica do Mercado e da Família X Lógica Cívica

Os diálogos entre Mario Sergio Cortella e Renato Janine Ribeiro, reproduzidos no livro "*Política: para não ser idiota*", são inspiradores para se rever alguns conceitos. Um deles é o de *idiota*.

Eu o uso de maneira contumaz para classificar o "interniota", isto é, aquele frustrado sem consciência do mal, feito a si e aos outros, ao se aproveitar do recurso do anonimato para navegar na Web 2.0 injuriando as ideias alheias. Com sua agressividade acaba por desestimular uma plataforma social de discussão possível de ser civilizada e educativa.

Cortella ensina o conceito original de *idiota*. A expressão *idiótes*, em grego, significa aquele só interessado na sua vida privada, averso à política, só diz não à política.

Cabe a retomada desse conceito para designar quem vive fechado dentro de si e só se interessa pela vida no âmbito pessoal. Um lugar-comum é dizer: "*Não me meto em política*".

Outro conceito adotado por mim é o de *Política como ação coletiva* não só para conquistar direitos e proteção social, mas também para a defesa de interesses particulares. Janine afirma: "atualmente há certa convergência de conceituação entre Política e Democracia".

De fato, ambas passam pela fala, pela conversa, pelo diálogo. Elas se opõem às ditaduras porque nestas não há liberdade de expressão. Mas, nesse sentido estrito, o conceito não caberia em regimes escravocratas, ou seja, durante a maior parte da história humana.

Na República Romana, por exemplo, mesmo excluindo as mulheres, os estrangeiros e os escravos, não haveria política entre as facções de senadores? Essa longa tradição não se mantém ainda hoje?

A política do Congresso não permanece restrita aos deputados e senadores? Não se mantém a “política de coronéis e seu curral eleitoral paroquial”?

Pouca importância dão os *oligarcas de dinastias políticas* à satisfação de seus eleitores a não ser nos dois meses de campanha eleitoral. Isso é quadrienal no caso de deputados, e a cada oito anos, no dos senadores.

Quando Cortella e Janine conversam a respeito do desinteresse pela política, a reflexão recai sobre o *falso moralismo com o diagnóstico simplista*: “boa parte das pessoas está enojada pela descoberta ou pelo avanço da corrupção”. Aliás, eles reconhecem ser discutível se ela realmente aumentou ou apenas se tornou mais visível pelo *lawfare* midiático.

De fato, muitas pessoas se sentem desse modo em relação a um determinado modo de fazer “politicagem” – política de interesses pessoais, de troca de favores, ou de realizações insignificantes. Não corresponde à ideia mais abrangente de Política. Há conexão entre Liberdade, Democracia e Política.

O idiota não é livre porque só toma conta da própria vidinha. Na realidade, só é verdadeiramente livre quem se envolve na vida pública ou coletiva.

Há convergência entre *liberdade política* e *liberdade pessoal*. Esta se tornou possível com o avanço da noção de *indivíduo*, desde a Renascença. Contudo, o *individualismo* se transformou em obsessão em vários momentos, o que é especialmente evidente na substituição do *indivíduo* pelo *individual*, entendido como *exclusivo*.

A Política deve vista como *ação e/ou convivência coletiva*. Mesmo caso moremos cada um em sua própria *domus*, ou seja, em sua casa, nós só temos *con-domínios*. Viver é conviver, seja na cidade, ainda seja em casa ou prédio, seja no país, seja no planeta.

A vida humana é *condomínio*. E só existe *Política como capacidade de convivência*, exatamente, em razão desse condomínio.

Daí o indivíduo idiota pergunta: “Mas, e meu direito de fazer ruído na minha casa até a hora quando eu desejar?”. Não pensa nos vizinhos...

Essa *lógica do proprietário*, isto é, “do meu”, significa “eu faço o que quero na minha (e com a minha) propriedade, sou livre porque paguei por isso”. Ora, afirma Cortella, “esse exercício da liberdade como soberania se aproxima da ideia da *idiótes*”.

Ninguém é soberano em uma *Res-pública*. Entretanto, o indivíduo idiota afirma: ‘Eu sou soberano sobre mim mesmo’. “*Mas ser soberano sobre si mesmo não é Política.*” É apenas justificativa para o individualismo egoísta.

Alguns idiotas entendem Liberdade e Direito como *uma propriedade* ou como *um objeto de consumo*. Tentam entender o mundo a partir de uma visão consumista.

Tendem a pensar possuírem *direitos de propriedade sem obrigações*. O *consumismo* chegou ao ponto de até entender o Direito, Dever e Liberdade enquanto *objetos de consumo e/ou propriedade*.

Atentemos para os verbos usados na expressão “temos de *enobrecer* (ou *enriquecer*) a nossa capacidade de convivência”. Significam: nós, *os proletários*, só cuidamos da nossa *prole*, mas temos de viver a Política, isto é, *a ação coletiva de convivência*, como os nobres ou os ricos.

Nesse sentido a Política seria uma atividade “nobre” ou “rica”. Não apenas para cuidar dos próprios *interesses particulares*, mas sim do Reino ou da Nação. Nós, *os cidadãos*, temos de apropriar da Política para cuidar da defesa dos *interesses coletivos* da Sociedade.

Cada *lógica de ação* – um conceito de inspiração weberiana chamada também de *lógica institucional* – pode ser definida como um sistema de regras socialmente compartilhadas de pensamento e comportamento. Envolve a definição de um *domínio ou esfera de ação*, incluindo suas fronteiras e as pessoas, seus papéis ou posições, os agentes coletivos e os objetos pertencentes a esse domínio. Associados aos papéis ou posições há *objetivos* ou *obrigações*.

Destacam-se, entre as lógicas de ação, *a lógica do mercado, da família e a cívica*, correspondentes aos mais importantes *domínios de provisão econômica*. A *provisão* é o ato ou efeito de prover.

O *provimento* refere-se a um conjunto de artigos de consumo e uma reserva pecuniária necessários à manutenção de uma comunidade, uma família ou uma pessoa durante certo período.

Diferentes lógicas de ação coexistem ou podem ser contrapostas umas às outras. Isso gera um tipo de *complexidade*, por exemplo, misturando Política e Economia.

Se existe um asco pela Política, é porque ela é associada à política partidária dos acordos espúrios e da corrupção. Esse enojamento exige a instituição Parlamentar não se misturar a *lógica cívica* – referente ao cidadão como elemento integrante do Estado – com a *lógica do mercado* ou mesmo com a *da família*.

No *nepotismo* – favoritismo para com parentes, especialmente pelo poder público – até netos de políticos profissionais se sentem na obrigação de seguir a carreira do avô! É como apenas eles – e não o civil comum – tivessem a “nobre” vocação para a “velha política”...

Capítulo 4. Famílias Urbanas

Divisão de Trabalho por Gênero

Anaís Fernandes e Álvaro Fagundes (Valor,22/07/23) fizeram uma reportagem muito informativa para entender a nova realidade brasileira.

Apesar de os homens terem 5,6 milhões de empregos com carteira assinada a mais diante dos correspondentes empregos formais das mulheres, essa superioridade da formalidade não se dá em todo o país: *em 30% das cidades brasileiras, quem tem mais carteiras assinadas são as mulheres*, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Este relatório de informações socioeconômicas é solicitado pelo Ministério do Trabalho e Emprego brasileiro às pessoas jurídicas e outros empregadores anualmente.

Elas são maioria em 34% das cidades com no máximo 20 mil habitantes, onde as prefeituras são os principais contratantes e o nível de escolaridade é um fator decisivo na contratação por causa de concursos públicos. Só dois dos 44 municípios com mais de 500 mil habitantes têm presença feminina preponderante no mercado de trabalho formal: Porto Alegre e Florianópolis.

Considerando os estados, no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba e Alagoas, mais da metade dos municípios tem predominância de trabalho formal feminino.

Onde lideram o mercado de trabalho as atividades formais em *serviços de cuidados*, vistos como “femininos”, tais como professoras e enfermeiras, a *administração pública* é responsável por 64% das contratações. Esta parcela cai para 15% nas demais localidades.

Na *saúde*, três em cada quatro trabalhadores formais no Brasil são mulheres; na *educação*, as mulheres são 64% da força de trabalho formal; e na *administração pública*, 60%. Em trabalhos manuais, sua participação cai para 11% na *construção*, 14% na *indústria extrativa* e 30% na *indústria de transformação*.

Em cidades pequenas, os homens estão mais concentrados em trabalhos ligados à agricultura, em geral, em *situação informal*. Além disso, eles podem estar trabalhando em outras cidades próximas, onde a economia tem maior diversificação setorial, dispondo de indústria, enquanto as mulheres ocupam os empregos locais.

A oferta de ocupação depende muito da *vocação econômica da cidade*. Caso seja uma cidade pequena com alguma indústria ou agroindústria, os empregos aparecem no setor secundário em maior número. Nesse caso, mulheres são maioria em atividades do setor terciário ou em funções de escritório como fossem “continuidade” de tarefas domésticas como cozinhar e arrumar.

Onde predomina o emprego feminino, o *setor de serviços* representa 67% das vagas totais desse grupo de municípios, ante 55% na média geral do emprego formal. Em quase um quarto dessas cidades, os serviços oferecem mais de 90% das vagas.

Na última RAIS (2021), as mulheres tinham 44,2% dos postos com carteira. Nos dez anos anteriores, a força de trabalho masculina cresceu 1,03%, enquanto a feminina saltou 11,03%.

Entre 2011 e 2021, os maiores avanços da empregabilidade feminina no mercado formal ocorreram não só em saúde humana e serviços sociais (54,8%). Também aconteceram em atividades imobiliárias (62,4%), atividades científicas e técnicas (36,3%) e nas indústrias extrativas (30,1%).

Pelos dados do IBGE, em 2022, 18,1% das mulheres com 14 anos ou mais tinham *ensino superior completo*, ante 13,8% dos homens. Segundo a RAIS, a participação de trabalhadores com, pelo menos, *nível superior completo* entre as mulheres (30,1%) é quase o dobro da participação dos homens (15,7%).

Não há informação estatística disponível, mas suspeito as mulheres, preocupadas com a Economia Doméstica, serem no Varejo brasileiro as maiores depositantes de poupança, senão investidoras mais atentas. Segundo a ANBIMA, em dezembro de 2020, no segmento de clientes do Varejo Tradicional eram 11 milhões de contas aplicadas em Fundos de Investimentos e Títulos e Valores Mobiliários e 86 milhões em depósitos de poupança.

Com a elevação da taxa de juro Selic, a partir de março de 2021, em dezembro de 2022, esses números passaram, respectivamente, para 53 milhões e 76 milhões. Houve a abertura de 42 milhões de contas de investimento em produtos financeiros mais rentáveis e fechamento de 10 milhões de contas de poupança menos rentáveis.

Fica a pergunta para o leitor responder: essa movimentação financeira teria sido de agricultores, vaqueiros e operários ou de mulheres empregadas nos serviços urbanos?

Chefias das Famílias

Marsílea Gombata (Valor, 08/05/2023) fez reportagem noticiando *as mulheres já estarem chefiando mais de metade dos lares brasileiros*. A inserção no mercado de trabalho deu impulso à liderança doméstica feminina em dez anos.

O crescimento de domicílios chefiados por mulheres, especialmente sem cônjuge, acelerou nos últimos dez anos, impulsionado pela maior inserção das mulheres no mercado de trabalho e sua autonomia financeira. No período, o número de lares chefiados por *mães solo* explica boa parte do cenário atual, segundo levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV IBRE).

Os números, compilados com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), mostram: juntamente com o crescimento do número de domicílios, ocorrido na última década, a quantidade de lares com mulheres ocupando a função de responsável da família, devido a ter remuneração mais alta do lar, cresceu 72,9% entre 2012 e 2022, passando de 22,2 milhões para 38,3 milhões.

A participação das mulheres entre *os responsáveis pelos domicílios* saiu de 35,7% para 50,9%. Em contrapartida, a dos homens caiu de 64,3% para 49,1%.

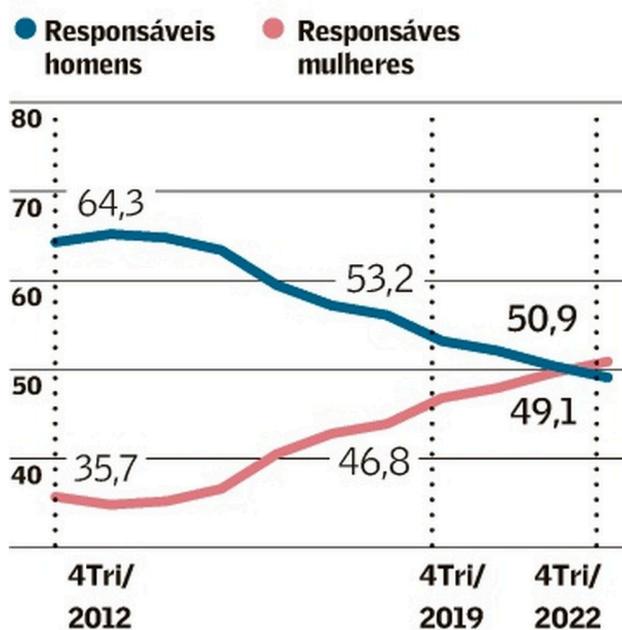
A participação de domicílios chefiados por *homens casados com filhos* caiu de 40,2% para 22,7%, na última década. Ocorreu isso em virtude do crescimento da participação de domicílios chefiados por

mulheres casadas com filhos (de 8,8% para 17,1%) e *mulheres casadas sem filhos* (3% para 7,2%).

Lares onde a pessoa de referência não possui cônjuge, mas só filhos, cresceram de 10,9 milhões no quarto trimestre de 2012 para 13 milhões no último trimestre de 2022. O aumento de *mães solo*, moradoras apenas com seus filhos e responsáveis por sustentar a casa, responde por 82,3% do crescimento.

Mulheres na chefia

Evolução da composição de gênero dos responsáveis nos domicílios - em %



Fonte: PNADC. Elaboração: Janaína Feijó/ FGV Ibre.

*Domicílios podem ter a presença ou não de agregados ou parentes.

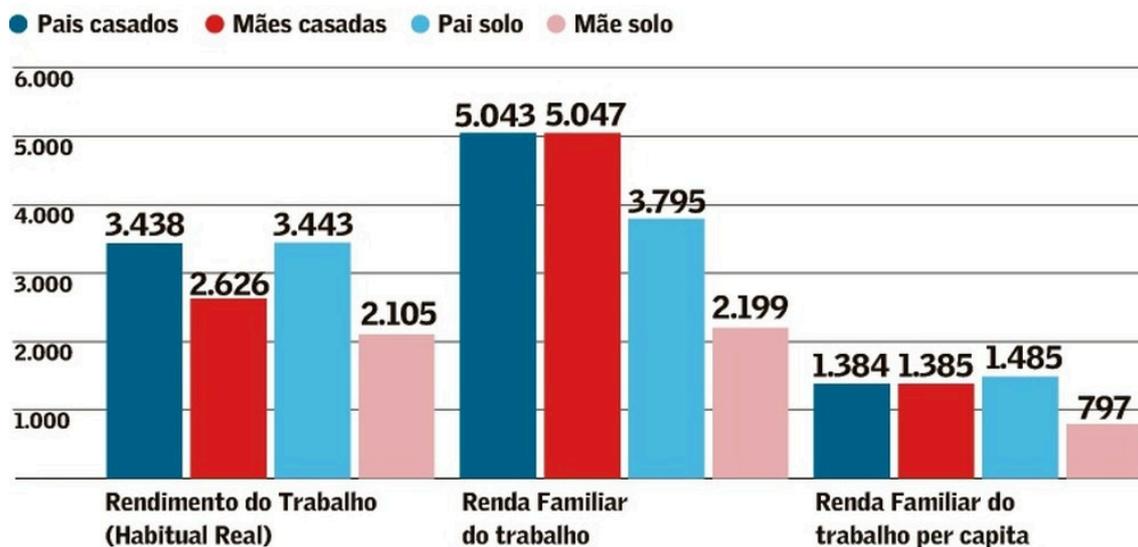
Esse fenômeno é explicado por mudanças econômicas e sociais. A maior inserção da mulher no mercado de trabalho possibilitou o aumento da renda domiciliar, trazendo *autonomia e independência financeira* para muitas mulheres.

O aumento de mulheres como pessoa de referência também está associado às mudanças nas normas sociais e combates a estereótipos de gênero.

Mães solteiras têm a menor renda familiar

Em R\$

Comparativo do rendimento familiar - 4Tri/2022



Fonte: PNADC. Elaboração: Janaína Feijó/ FGV Ibre. *Domicílios podem ter a presença ou não de agregados ou parentes.

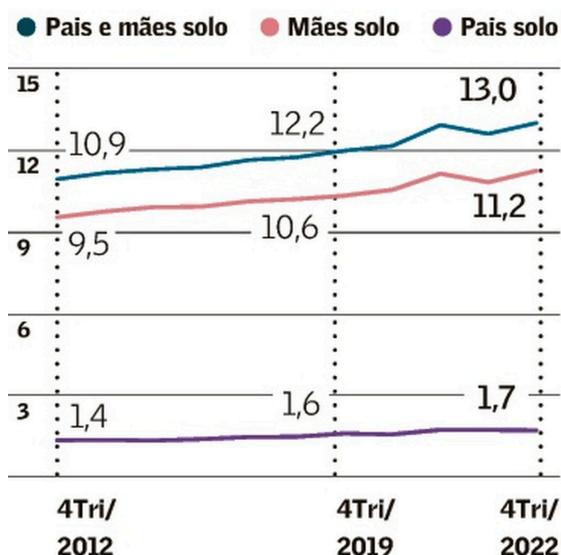
Esses arranjos domiciliares já eram característicos de países desenvolvidos, mas menos perceptíveis aqui. É consequência de um processo de *maior equidade* na proporção de homens e mulheres considerados chefes no domicílio.

Também se relaciona com a *postergação da maternidade*. As mulheres assumem protagonismo na família, se inserem no mercado de trabalho, muitas decidem postergar a maternidade, para permanecerem nesse mercado, ocuparem posições mais estratégicas na empresa e ganharem mais.

Isso explica em parte a razão de o número de lares chefiados por *mães solo* ter mais de quadruplicado em relação ao total de domicílios chefiados por *pais solo*. Enquanto os chefiados por *mães moradoras apenas com seus filhos* cresceu 1,7 milhão, indo de 9,55 milhões em 2012 para 11,25 milhões em 2022, os de *pais solo* aumentou em 370 mil, indo de 1,39 milhão em 2012 para 1,76 milhão em 2022, de acordo com o levantamento.

Carreira solo

Domicílios em que mães e pais solteiros são referência - em milhões



Fonte: PNADC. Elaboração: Janaína Feijó/ FGV Ibre.

*Domicílios podem ter a presença ou não de agregados ou parentes.

A mulher vem aumentando a participação no mercado de trabalho desde os anos 1970. Isso trouxe configurações diferentes para as famílias. Há uma redução de famílias nucleares com cônjuge e filhos para aumenta daquelas nas quais *a mulher ou o homem mora sozinho ou com filhos*.

Nas *famílias monoparentais*, há prevalência de famílias chefiadas por mulheres. Aumentou o número de *casamentos desfeitos*. Com isso, as mulheres assumem a criação dos filhos e passam a ser as chefes de família.

Um caso não raro é, antes de um filho(a) nascer, a mulher já ser a pessoa de referência do domicílio. Sustenta sozinha a casa na qual ela e marido viviam.

Quando a criança nasce, para de trabalhar até ela ir para a creche. O casamento acaba quando a esposa volta a trabalhar – e o homem passa ao papel secundário em termos de atenção.

Ela fica todos os dias da semana com o/a filho(a), exceto algumas horas no domingo. Fica com o pai o papel de dividir os gastos maiores com a criança, como escola e transporte escolar.

A mulher precisa se esforçar muito mais no trabalho porque é mãe. Recebe uma maior remuneração, graças às horas extras e plantões assumidos para conseguir pagar todas as contas. Tem de mudar toda a vida, trabalhar até meia-noite, pegar plantões aos domingos para incrementar a renda – e estar bem com o/a filho(a).

O aumento do número de mães solo deve-se a uma questão cultural. É muito arraigada a ideia de atribuir à mãe *a questão do cuidar*. Como a mulher é quem “dá a luz” e amamenta, então, historicamente, ela é muito associada à questão de cuidados, não apenas da criança, mas também de idosos e deficientes.

No longo prazo, essa sobrecarga à mãe pode ser reduzida relativamente. Isso caso confirme a tendência do aumento do número de *pais solo* e de casos de *guarda compartilhada*.

Apesar do aumento da inserção das mulheres nas atividades econômicas, elas continuam sendo as primeiras responsáveis pelas atividades de cuidados. A participação masculina nesta esfera não acompanhou o crescimento das mulheres no mundo do trabalho.

Outro estudo de caso mostra a mulher, quando ganha mais dinheiro em casa e o casal tem filho(s), tem de fazer uma escolha e decidir quem passa a ser a responsável por pagar escola, despesas domésticas, plano de saúde etc. Afinal, essa previsibilidade permite assumir um financiamento imobiliário ou consórcio para comprar uma moradia.

Pior é quando o futuro ex-marido é dependente químico de álcool e nunca trabalha regularmente. Não dá para contar com ele...

Para cuidar das crianças, precisa da ajuda de amigos e vizinhos. Ela não escolhe ser mãe solo, a “vida de paixão-e-desilusão” lhe obriga. O pai não dá conta, porque antes a paternidade era algo apenas idealizado, mas a dura vida familiar real é demais para um egoísta.

Urbanização e Declínio da Fertilidade

O artigo de coautoria de George Martine, Suzana Cavenaghi e José Eustaquio Diniz Alves, intitulado *Urbanização e Declínio da Fertilidade: Aproveitando a Mudança Estrutural* (IIED, dezembro de

2013), ajuda muito no conhecimento das mudanças demográficas no processo de urbanização.

A *urbanização* – o processo através do qual uma proporção crescente da população total reside em vilas e cidades – tem sido apontada há muito tempo pelos analistas como um fator principal no *declínio da fertilidade*. A fertilidade urbana é inferior à fertilidade rural, exceto nas zonas urbanas mais pobres e precárias.

Superficialmente, isso parece ser atribuído a o fato de as populações urbanas, em todo o mundo, desfrutarem de vantagens sobre as populações rurais em relação a todos os fatores capazes de afetar os níveis de fertilidade. Destacam-se a educação e o emprego das mulheres, a igualdade de gênero e um melhor acesso a todos os tipos de serviços.

Quem discorda desta percepção, alega os impactos da urbanização sobre a fertilidade serem irrelevantes. Como os coautores mostram neste artigo, correlações simples entre o declínio da fertilidade e a urbanização nem sempre são consistentes, por uma série de razões decorrentes da grande variedade de trajetórias de urbanização e de fertilidade.

Outras discrepâncias resultam de limitações de dados, desenhos de estudos defeituosos ou diferentes perspectivas teóricas. Mas outros críticos ainda parecem ser, pelo menos em parte, influenciados por percepções diferenciadas relativamente à natureza dos problemas populacionais e, conseqüentemente, à natureza das prioridades a destacar na política populacional.

A preocupação com o rápido crescimento populacional e o desejo de intervir mais diretamente no processo de declínio da fertilidade levaram a uma maior atenção aos determinantes imediatos do comportamento reprodutivo e, portanto, à importância dos programas de planejamento familiar. Mas também conduziram por vezes à negação do próprio impacto das mudanças estruturais no declínio da fertilidade.

Este artigo de Alves, Cavenaghi e Martine (2013) tenta combinar uma análise de *causas estruturais e imediatas*. Defende se levar mais a sério os *fatores estruturais* e não se presumir a sua influência se dar apenas através de *causas próximas*.

Dada a enorme escala de crescimento urbano vivida atualmente nas regiões em desenvolvimento, propõem-se fazer duas coisas:

- a) contribuir para um esclarecimento do papel desempenhado pela urbanização na redução da fertilidade, e
- b) discutir a importância de acertar as políticas na transição urbana em curso nos países em desenvolvimento, tanto para a promoção do desenvolvimento social em geral e da melhoria da saúde reprodutiva em particular.

As análises empíricas mostram, embora os níveis de fertilidade urbana sejam sistematicamente inferiores aos das zonas rurais e a própria urbanização esteja altamente correlacionada com praticamente todos os fatores capazes de afetar a redução da fertilidade, a simples correlação entre os níveis de urbanização e a fertilidade nem sempre é um comprovante. Pode ser uma correlação espúria com um 3º. fator.

Esta aparente discrepância dá margem a diferentes interpretações. Contudo, modelos mais complexos e um estudo de caso permitem uma análise mais detalhada dos fatores envolvidos e sugerem *a urbanização* ser importante na promoção de uma variedade de mudanças sociais como *a transição da fertilidade*.

O processo em curso de urbanização maciça é uma das mudanças estruturais mais importantes deste século. Produz benefícios para *o desenvolvimento humano*, favorecendo o exercício dos direitos humanos em uma variedade de áreas, incluindo na *divulgação de serviços de saúde reprodutiva de qualidade* de modo a permitir às pessoas escolher e gerir o seu comportamento reprodutivo.

Sob o ponto de vista político, a contribuição indireta da urbanização para o declínio da fertilidade se torna, em última análise, muito importante. Algumas transições urbanas são mais propícias à promoção da inclusão social e ao exercício da cidadania em lugar de outras.

Simplificando, pode haver “boas” transições urbanas capazes de acelerar o processo de desenvolvimento humano e proporcionar às pessoas escolhas reais. Quando decisões políticas tentam impedir a

urbanização e adotam atitudes específicas de modo a dificultar a inserção no contexto urbano, o cumprimento da promessa urbana é atrasado ou obstruído.

Políticas urbanas mais inclusivas, quer aumentem ou não a taxa de urbanização, provavelmente encorajarão o tipo de urbanização capaz de reduzir a fertilidade. As *políticas urbanas exclusivas*, ou seja, capazes de excluir certos grupos, especialmente os migrantes de baixos rendimentos, de virem ou de se integrarem no mundo urbano, são muito susceptíveis de contribuir para a manutenção de elevados níveis de fertilidade no país, quer sejam ou não eficaz na prevenção de as pessoas se estabelecerem nas cidades.

O enfoque no planeamento familiar apoia claramente a implementação de objetivos de *redução da fertilidade*. A *bancada da bíblia*, no Congresso Nacional, obstaculiza qualquer debate sobre aborto, por exemplo.

Os dados das Nações Unidas, em 2013, apontam 64% dos países em desenvolvimento gostariam de uma grande mudança na distribuição espacial da sua população e 82% implementaram políticas para conter a migração rural-urbana. Tais atitudes apenas intensificam as dificuldades encontradas por grandes contingentes de pessoas pobres na procura de habitação adequada e de oportunidades de trabalho digno, bem como no acesso a serviços básicos de todos os tipos, incluindo os do domínio da saúde reprodutiva.

Paradoxalmente, estas políticas negativas estão na origem da expansão desenfreada dos bairros degradados e de muitas das dificuldades diante das pessoas pobres. Constituem o maior contingente social nas áreas urbanas da maioria dos países em desenvolvimento.

Isto tem implicações importantes para a persistência da pobreza e para a melhoria da vida das pessoas. Políticas inadequadas inibem o direito dos pobres à cidade e impedem-nos de beneficiar de tudo oferecido pelas localidades urbanas em termos de serviços, comodidades e qualidade de vida.

De acordo com a ONU Habitat, um terço da população urbana mundial (e três quartos da população de África) reside em "bairros de

telhado de zinco". A residência em bairros degradados leva a uma maior fertilidade e a "favela" de um bairro tem um efeito nos níveis de fertilidade independente de outras características sociodemográficas do bairro e dos indivíduos.

"Especificamente, o caminho para a saúde reprodutiva e a redução da fertilidade seria mais fácil se as políticas fossem concebidas para aproveitar as oportunidades urbanas para aumentar o emprego, alargar a educação, melhorar o saneamento e fornecer serviços de saúde de qualidade e de baixo custo (incluindo serviços de saúde reprodutiva); mas será prejudicada se forem impostas medidas para impedir a migração rural-urbana ou o crescimento urbano" (Alves, Cavenaghi e Martine; 2013).

A perspectiva desenvolvida neste artigo é, portanto, 'o exercício da cidadania ser o melhor contraceptivo', seja nas áreas urbanas ou rurais, mas a urbanização potencializar este efeito positivo. Assim, abordagens positivas e proativas aos processos inevitáveis de concentração urbana contribuiriam muito para fomentar a inclusão social e melhorar a vida das pessoas.

A insistência do *establishment* populacional em descartar o papel do desenvolvimento e da urbanização no declínio da fertilidade, a fim de reforçar a importância do planejamento familiar, tem sido contraproducente. Nesse sentido, o artigo citado alinha-se com a mudança de paradigma no sentido de *afastar-se do individualismo metodológico* para uma abordagem conceitual sistêmica com um foco renovado nos efeitos estruturais.

A experiência histórica dos programas de planejamento familiar, no caso de ter sido exercida alguma forma de coerção inaceitável, tiveram relativamente pouco impacto nos países pobres e predominantemente rurais.

Consequentemente, são necessárias políticas mais eficazes quanto à saúde reprodutiva, mas também referentes ao processo de urbanização. Estima-se cerca 215 milhões de mulheres, de um total de 1,8 bilhão de mulheres em idade reprodutiva em todo o mundo, não terem *acesso à contracepção*.

A maioria destas *mulheres sem acesso à contracepção* são mulheres africanas rurais pobres, cuja motivação para regular a

fertilidade ainda não é elevada. Isso torna a prestação de serviços de saúde reprodutiva mais importante sob o ponto de vista dos *direitos humanos* em vez do seu provável impacto imediato sobre a fertilidade mundial.

O planejamento familiar permite as pessoas regularem a sua fertilidade de acordo com as suas preferências. As próprias aspirações de redução da fertilidade provêm de outras fontes e não da disponibilidade de contracepção.

Sem pelo menos algum progresso no sentido do desenvolvimento socioeconômico e, especialmente, no nível educacional, de modo a aumentar as aspirações das pessoas e, portanto, a sua motivação para regular o tamanho da sua família, *a influência dos programas de planejamento familiar é reduzida*, exceto caso sejam aplicadas medidas coercivas como foram na China. A urbanização pode sim ajudar a acelerar o desenvolvimento de *influências diretas e indiretas* no bem-estar humano e na saúde reprodutiva, especialmente se for devidamente gerida.

Os fatores estruturais podem acelerar a melhoria do acesso das pessoas a estes e a muitos outros benefícios através da urbanização, especialmente se ajudar a perpetuar atitudes negativas ou *laissez-faire* em relação ao crescimento urbano maciço enfrentado sem planejamento pelos países em desenvolvimento. As vantagens da escala e da proximidade nas zonas urbanas ajudam a difundir os serviços e os benefícios sociais do crescimento econômico com custos per capita mais baixos.

Há cerca de 40 anos, surgiu um debate sobre se o “desenvolvimento” e não a “contracepção” era o melhor contraceptivo. Este artigo de Alves, Cavenaghi e Martine (2013) sugere uma terceira alternativa: *a inclusão social e o exercício da cidadania são o melhor contraceptivo*.

“Devidamente orientada, a transição urbana pode ser um veículo fundamental para o exercício mais pleno dos direitos humanos, incluindo *o acesso a serviços de saúde reprodutiva*. Aproveitar este determinante estrutural da transformação social faz todo o sentido”.

Cuidadoras: Maior Ocupação Feminina

Ana Amélia Camarano, técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (DISOC/IPEA), organizou um livro – *Cuidar, Verbo Transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil* (2023) – somente com autoras.

Justifica-se. “O cuidado tem cara, sexo, cor e idade. Quem cuida, em geral, são mulheres, e majoritariamente negras. Elas predominam, seja no cuidado remunerado, seja no cuidado não remunerado, como parte das obrigações familiares”.

Uma proporção significativa de demandantes de cuidados são mulheres idosas. Cuidaram de seus maridos e familiares.

Muitas, quando ficam dependentes não têm quem cuide delas. Para agravar a situação, a oferta de serviços públicos de cuidados no Brasil é reduzida.

Cuidar *custa tempo e dinheiro* porque gera perda de oportunidades no mercado de trabalho. Muitas mulheres abandonam os estudos ou o trabalho para cuidar de familiares, sejam eles mais novos ou mais velhos.

Isso pode implicar, entre outras questões, baixa qualificação, menor participação nas atividades econômicas, redução de renda e, conseqüentemente, dificuldade para conseguir a sua aposentadoria no futuro. Perpetuando, desse modo, o ciclo vicioso da pobreza.

Assim sendo, Camarano lança as perguntas: quem cuida de quem cuidou dos outros? Afinal, não possibilitou ao Estado se ausentar de sua responsabilidade nesse campo?

“A atividade passa da esfera do cuidado como obrigação ou por afeto para a de uma ocupação importante, geradora de renda, principalmente, para as mulheres e para a economia, tornando-se um setor produtivo expressivo, tendo sido responsável por cerca de 25% dos empregos gerados no Brasil em 2019”.

Cabem às mulheres as funções de parir e amamentar, logo, as atividades de cuidar acabam sendo fortemente associadas ao feminino.

Porém, as condições de trabalho são precária. Entre outras, incluem o deslocamento para a casa dos empregadores em transportes públicos lotados e sem higienização e proteção. Pela própria natureza do serviço, expõe essas pessoas ao risco de contaminação por estarem em domicílios com pessoas doentes.

O livro recém-lançado pelo IPEA, tem como objetivo apontar caminhos possíveis ser traçados pelo Estado brasileiro para a *provisão de cuidados para a população*. Essa medida requer administrar os riscos e os recursos tanto para quem desempenha a atividade como para quem necessita de cuidados.

Os textos apresentados buscam responder à pergunta: como dividir essa responsabilidade entre a família, o Estado e o mercado privado? São considerados três dos principais atores envolvidos no processo (família, mercado e Estado), mas se excluiu a comunidade, ou seja, as "ajudas". Costumam desempenhar um papel muito importante na nossa sociedade.

A quarta parte, composta por dois capítulos, mostra a contribuição dos cuidados para a economia – ou a Economia dos Cuidados. Ela se refere ao espaço de reprodução e manutenção da força de trabalho.

Inclui um leque amplo de atividades, como o cuidado de crianças, idosos e deficientes, preparação da alimentação, limpeza e organização do domicílio, lazer etc. Essas atividades têm um enorme potencial de geração de empregos, como mostra o capítulo 10, de autoria de Nadya Araujo Guimarães e Luana Simões Pinheiro.

No texto, as autoras lidaram com uma série de dificuldades para dimensionar a amplitude das ocupações de cuidado no mercado de trabalho brasileiro, dada a complexidade da atividade. Envolve tanto tarefas e habilidades instrumentais quanto relações de afeto.

Trata-se de um serviço baseado numa recorrente interação pessoal, em geral contínua e face a face. Visa propiciar o bem-estar da pessoa cuidada em várias dimensões: saúde, autoestima, educação, preparo de alimentos etc.

As autoras propõem uma tipologia das ocupações do cuidado e chamam a atenção para a importância da atividade – em termos de

magnitude, 25% da força de trabalho – e para as formas heterogêneas das ocupações em termos de remuneração e proteção social, diferenciadas por gênero e raça.

O capítulo 11 destaca as oportunidades perdidas pelas mulheres para realizar o trabalho de cuidado de forma não remunerada na esfera familiar. Devido à realização dessas atividades, muitas deixam de ter renda própria ou têm seus ganhos reduzidos por não poderem dedicar o tempo desejado ao mercado de trabalho. Nas famílias pobres, a perda de remuneração impacta a renda domiciliar com significativo custo de oportunidade.

O quadro 1 do Capítulo 10, reproduzido abaixo oferece uma visão de conjunto entendido pelas autoras ser o halo capaz de abarcar o setor do cuidado no Brasil. Deixa entrever a sua diferenciação interna, sistematizada na tipologia nele apresentada.

Assim concebido, *o halo do cuidado compreende quase setenta ocupações*. Elas se encontram listadas no apêndice deste texto do IPEA.

QUADRO 1
Agrupamento das ocupações do cuidado

Recor- rência da interaç- ão	Natureza da interação			
	Em emprego doméstico – maior intimidade		Fora do emprego doméstico – menor intimidade	
	Direta – maior interação	Indireta – menor interação	Direta – maior interação	Indireta – menor interação
Demanda maior recorrência e dependência da relação de cuidado	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	-
	Cuidadoras de crianças (50%) Cuidadores pessoais (50%)	Trabalhadores dos serviços domésticos em geral (94%)	Nível médio de enfermagem (33%) Professores do ensino pré-escolar (23%) Enfermagem nível superior (14%) Cuidadoras de crianças – não domésticas (13%)	
Demanda menor recorrência e dependência da relação de cuidado	-		Grupo 4	Grupo 5
			Profissionais de saúde (26%) Professores do ensino fundamental (20%) Cabeleireiros (16%) Especialistas em tratamentos de beleza (15%)	Trabalhadores de limpeza (33%) Cozinheiros (18%) Porteiros e zeladores (11%)

Elaboração de Nadya Araujo Guimarães e Luana Simões Pinheiro.

Impressiona a magnitude desse setor na economia e no mercado de trabalho brasileiros. Em 2019, quase 24 milhões de

trabalhadores e trabalhadoras estavam ocupados em atividades classificadas como pertencentes ao setor dos cuidados, correspondente a cerca de 25,2% do total da população ocupada no país.

O setor de cuidados só perde para o restante dos subsetores de serviços. Estes respondem, em conjunto, por 27,3% dos ocupados, sendo seguido de longe pelo comércio com 18,6%, indústria com 12,6%, agricultura e pecuária com 9%, construção com 7,3%.

“O *cuidado remunerado* é – e seguirá sendo no futuro – uma importante fonte de empregos, especialmente para mulheres, podendo funcionar como um dinamizador das economias nacionais”. É, portanto, indispensável esse trabalho ser considerado nas *estratégias e definições políticas e programáticas dos governos*, de modo as ações voltadas à geração de emprego e renda de qualidade considerarem as características e particularidades do setor.

Quando as coautoras dividem as setenta ocupações de cuidado por cinco círculos concêntricos, o resultado deixa entrever os círculos não apenas diferirem em seu tamanho, mas também tal diferenciação ser sugestiva do relevo ganho pelos modos de provimento, porque o cuidado se “comodifica” (tabela 2).

TABELA 2
População ocupada no setor de cuidados por círculos no Brasil (2019)

Círculos do cuidado	Frequência	%
Círculo 1 – recorrente, direto e doméstico	1.184.624	5,0
Círculo 2 – recorrente, indireto e doméstico	4.877.358	20,4
Círculo 3 – recorrente, direto e não doméstico	2.926.411	12,2
Círculo 4 – menos recorrente, direto e não doméstico	7.342.647	30,7
Círculo 5 – menos recorrente, indireto e não doméstico	7.616.478	31,8
Total	23.947.518	100,0

Fonte: PNAD Contínua, 2019.

Assim, quase dois terços das pessoas ocupadas em prover cuidados (62,5%) o fazem nos círculos mais se distantes do núcleo onde são mais recorrentes e, provavelmente intensas, as relações de cuidar. Enquanto isso, os dois círculos mais próximos a esse núcleo respondiam por um quarto (25,4%) do setor. O círculo intermediário, por sua vez, reunia pouco mais de 12% da força de trabalho do cuidado.

O *sentido relacional do trabalho de cuidado* é reconhecido apenas quando há o estabelecimento de conexões emocionais, sustentadas e recíprocas entre duas pessoas. Mas devem ser incluídas em suas reflexões atividades hoje consagradas com a denominação de *cuidados indiretos*, como lavar, cozinhar e cuidar das roupas.

A inclusão dessas atividades no marco do cuidado significa, no caso brasileiro, contabilizar mais 7,6 milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Exercem suas atividades no grupo 5 e mais 280 mil atuantes no grupo 2 – descontando-se, aqui, as classificadas como *trabalhadoras domésticas de serviços gerais*.

Tal como mencionado anteriormente, possivelmente também realizam atividades diretas de cuidado. A afinidade desse grupo com a força de trabalho do cuidado também transparece em uma característica de seu perfil: do total desses(as) trabalhadores(as) “adicionais”, 60% são negros(as) e 37,5% mulheres negras.

Os dados analisados pelas coautoras confirmam esses achados: 75,3% dos quase 24 milhões de postos de trabalho do setor estão ocupados por mulheres (tabela 3).

TABELA 3
População ocupada no setor de cuidados por subsetor, sexo e raça/cor no Brasil (2019)
(Em %)

Subsetores de cuidados	Sexo		Total	Cor/raça		Total
	Homens	Mulheres		Bran- cos	Negr- os	
Círculo 1 – recorrente, direto e doméstico	2,2	97,8	100,0	36,3	63,7	100,0
Círculo 2 – recorrente, indireto e doméstico	9,5	90,5	100,0	32,3	67,7	100,0
Círculo 3 – recorrente, direto e não doméstico	11,8	88,2	100,0	46,7	53,3	100,0
Círculo 4 – menos recorrente, direto e não doméstico	26,6	73,4	100,0	50,5	49,5	100,0
Círculo 5 – menos recorrente, indireto e não doméstico	40,9	59,1	100,0	36,2	63,8	100,0
Total	24,7	75,3	100,0	41,1	58,9	100,0

Fonte: PNAD Contínua, 2019.

O emprego doméstico no Brasil segue sendo uma das principais portas de entrada para as mulheres no mercado de trabalho, em especial para mulheres negras e de baixa renda e baixa escolaridade. A cada 100 brasileiras ocupadas, cerca de 14 eram trabalhadoras domésticas em 2019, podendo estar exercendo atividades tão diversas quanto as de cuidado de crianças ou de idosos –

correspondente, na classificação acima ao círculo 1 – ou as de cozinheiras, faxineiras ou governantas – classificadas no círculo 2.

Se os negros são maioria entre os trabalhadores do cuidado, ocupando 59 de cada 100 postos de trabalho disponíveis, a sua participação varia quando se considera os diferentes círculos do cuidado.

Os dois círculos têm, em comum, o fato de abarcarem ocupações entendidas como “elementares”, para cujo exercício não há necessidade de *qualificação em nível superior*. Contam com pouco prestígio e escasso reconhecimento social e econômico.

Esses círculos aparentemente extremos – isto é, os dois mais internos e o mais externo ao diagrama – compartilham *a precariedade, a baixa remuneração e a desproteção social*.

O único círculo no qual negros(as) não são maioria é o círculo 4, precisamente aquele em que se concentram as ocupações com a barreira de entrada de nível superior – como médicos, professoras e assistentes sociais. Mas ali também estejam incluídas ocupações para as quais tais barreiras são inexistentes, como profissionais da beleza e de nível técnico na área de saúde.

Nesse grupo específico, negros e brancos dividem de forma mais ou menos equânime os postos de trabalho disponíveis. No entanto, se restringir o olhar para as posições, nesse círculo, demandantes de nível superior, os brancos são maioria (59%), enquanto entre aquelas ocupações sem essa exigência, o inverso se dá, e os negros passam a compor a maior parte da força de trabalho (58%).

No Brasil, o provimento de cuidado remunerado é não somente feminino, mas se constitui no espaço por excelência no qual se encontram as mulheres negras. Em 2019, quase 45% de todas as ocupações de cuidado no Brasil estavam preenchidas por mulheres negras.

Chegavam a dois terços das ocupações quando se tratava do emprego doméstico, tanto no círculo 1 quanto no 2. Significativamente, no círculo 4, as mulheres negras se faziam menos

presentes, ainda assim respondendo por 36% das posições de trabalho.

Em 2019, as mulheres negras eram apenas 29% da população de 15 anos ou mais do país. As mulheres brancas respondiam por 31% das ocupações de cuidado e representavam 23% da população do país. Estavam sobrerrepresentadas em quase todos os subsetores, à exceção daquele mais afastado do núcleo do cuidado.

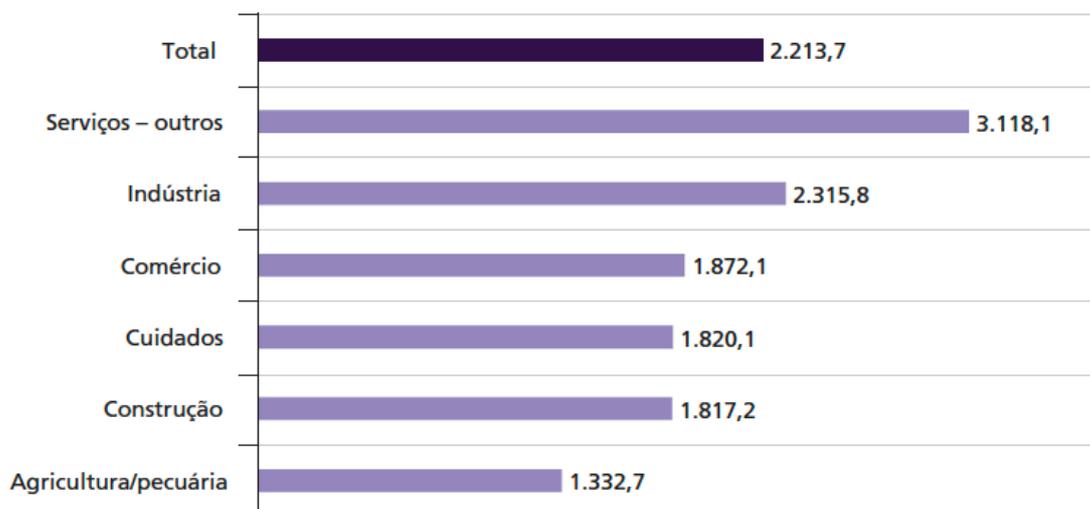
Para as mulheres, o trabalho doméstico segue como a principal porta de entrada, mas o Estado assume proporcionalmente maior relevância para elas em lugar de ser para eles. A grande oferta de cuidados públicos em assistência, saúde e educação – áreas tradicionalmente entendidas como femininas –, aliada à entrada via concurso público, podem explicar parte importante dessa diferença.

No caso delas, o peso mais expressivo do trabalho doméstico das negras (35% ante 25% das brancas) se reflete em uma menor presença comparativamente às brancas no serviço público. A grande diferença aqui parece ser marcada mais pelo atributo do sexo em lugar de ser pelo atributo racial de trabalhadores e trabalhadoras.

Por fim, embora sabendo a maior parte do cuidado ofertado às pessoas se dá de forma não remunerada pelas mulheres em suas famílias: *quanto vale o trabalho remunerado de cuidar?*

Os R\$ 1.820,1 recebidos a cada mês por seus e suas trabalhadores(as) eram menores, em 2019, diante do auferido em média no mercado de trabalho brasileiro (R\$ 2.213,7). Contrastavam especialmente com os R\$ 3.118,1 recebidos por trabalhadores também atuante no campo dos serviços, mas fora dos serviços de cuidado.

GRÁFICO 4
Renda média habitual do trabalho principal dos ocupados, por setor de atividade econômica no Brasil (2019)
 (Em R\$)



Fonte: PNAD Contínua, 2019.

O setor, de forma geral, apresenta baixa remuneração, como mostra o gráfico 4. Comparativamente, o setor de cuidados é também um dos mais desiguais em termos de diferenciais de gênero na renda, *com as mulheres auferindo 72% do salário dos homens*, perdendo apenas para a indústria, onde essa razão era de 64%.

Na relação da renda de brancos e negros, as desigualdades verificadas não diferem tanto dos demais setores: negros recebiam, em 2019, somente 60% do recebido pelos brancos, razão levemente superior à do mercado de trabalho como um todo (57,5%).

Logo, as desigualdades de renda entre os círculos do cuidado refletem, em boa medida, as desigualdades no perfil de trabalhadores(as) e na qualidade dos postos de trabalho ofertados.

Enfim, o texto de coautoria de Nadya Araujo Guimarães e Luana Simões Pinheiro, *O Halo do Cuidado: desafios para medir o trabalho remunerado de cuidado no Brasil*, oferece um retrato muito oportuno dos serviços de cuidados, grande ofertante de ocupações.

Capítulo 5. Violência Urbana

Crime Organizado pela Polícia

Marcha soldado, cabeça-de-papel, quem não marchar direito, vai preso pro quartel... Esta cantiga infantil, tão escutada na minha infância pré-ditadura militar, veio à minha memória quando li a declaração do capitão-miliciano, então no mais elevado cargo no serviço público, cujo requisito obrigatório é respeitar a Constituição brasileira, ou seja, a democracia.

Entendi, finalmente, o significado de *cabeça-de-papel*. O soldado não lê esse e nenhum papel!

“Por que sucatearam as Forças Armadas ao longo de 20 anos? Porque nós, militares, *somos o último obstáculo para o socialismo*. Quem decide se um povo vai viver na democracia ou na ditadura são as suas Forças Armadas. Não tem ditadura onde as Forças Armadas não a apoiam”, disse o energúmeno.

Energúmeno significa possesso, estar possuído pelo demônio. É uma palavra de origem grega *energoumenos*, com significado de *endemoninhado*. No sentido figurado, está desnordeado, violento, fanático, exaltado, falando e gesticulando com veemência. Isso desconsidera outros adjetivos mais pejorativos, como imbecil e idiota.

Para dissecação da cabeça-de-papel, vale recorrer a um historicismo. Esse tema da *provocação da violência institucional e criação do Estado como um crime organizado* pode ser analisado por sua origem e desenvolvimento, conforme expostos por Charles Tilly (1929–2008), um dos cientistas sociais americanos mais influentes. Essa história seria um padrão de valor e imporá uma dependência de trajetória influente sobre acontecimentos contemporâneos.

Ao analisar a experiência europeia dos últimos séculos, constatou os fazedores de guerra e os construtores do Estado nacional, como empresários coercivos e egoístas, tiveram maior adequação com o ambiente competitivo em lugar das principais alternativas. Foram:

1. a ideia de *um contrato social*;
2. a ideia de *um mercado aberto*, no qual agentes armados dos Estados oferecem serviços a consumidores dispostos a usá-los;
3. a ideia de *uma sociedade*, cujas normas e expectativas compartilhadas exigem um certo tipo de governo: Monarquista Absolutista no passado e Republicano Democrático no presente.

Tilly faz analogia entre a provocação da guerra, para a construção do Estado nacional, e o crime organizado. O *cabeça-de-papel* costuma fazer alarde da destruição provocada por guerra, seja externa, seja interna, em países descolonizados, para auto justificar-se.

As grandes potências, em especial os EUA, são fornecedoras de armas e organização militar para países pobres. Daí a frequência de *regimes militares ditatoriais* nesses países atrasados em Estado de Direito.

A *exploração coercitiva* desempenhou um papel importante na criação dos Estados europeus. No entanto, a resistência popular à ela forçou os possíveis detentores do poder a conceder proteção e restrições à sua própria ação.

Tilly revela o lugar dos meios organizados de violência no crescimento e na mudança das formas peculiares de governo, chamadas de Estados Nacionais. São organizações relativamente centralizadas e diferenciadas, cujos agentes repressivos reivindicam o poder de controle sobre os principais meios de violência, usados sobre uma população habitante em um grande território contíguo.

"A guerra cria os Estados" – Tilly adota essa hipótese. Banditismo, pirataria, rivalidade entre gangues, policiamento com direito a butim e criação de guerras urbanas são continuidades dela.

Quando os Estados nacionais estavam se tornando as organizações dominantes nos países ocidentais, o capitalismo mercantil armamentista e a construção do Estado se reforçaram mutuamente.

Eu, como economista, acrescentaria à sua reflexão sociológica: *o monopólio das armas e o monopólio da emissão da moeda oficial*

seriam os dois pilares básicos da soberania do Estado nacional. Poder Militar e Poder Econômico se entrelaçam, em alianças entre a casta dos guerreiros e a dos mercadores, mas Poder do Saber e Poder do Obrar são dois outros sustentáculos.

As alianças entre a casta dos sábios – não composta dos sacerdotes como no passado, mas com intelectuais-cientistas do presente – e a casta dos trabalhadores organizados, seja em sindicatos, seja em partidos, civilizaram as sociedades. Isso ocorreu sob forma de *socialdemocracia* na Europa ou *social desenvolvimentismo* na América Latina.

Com um *tom amigável*, a “proteção” evoca imagens do abrigo contra o perigo, fornecido por um sujeito armado. Com um tom agressivo, trata-se de uma *milícia* violenta, no local, para forçar os negociantes e os cidadãos a pagar tributo extra com a finalidade de evitar danos pessoais. *O próprio corpo armado de agentes do Estado ameaça os provocar!*

A milícia no território comunitário oferece menor custo de oportunidade por dar a melhor garantia para a operação inclusive de *ilegalidades* como um ponto de venda de drogas livre de qualquer interferência policial. Ao contrário do discurso miliciano, um policial-militar ao produzir ao mesmo tempo *o perigo* e, a um preço cobrado, *o escudo* contra ele, é um bandido!

Esses agentes de Estado se dão *o direito de extorsão*: ato de extorquir, de retirar alguma coisa de alguém através de violência, chantagem, ameaça etc. Justificam-se: os preços cobrados sob forma de “contribuições” mal cobrem os custos de proteção com armas.

Favelas são comunidades de imigrantes pobres com ocupação de terras alheias através de autoconstrução de moradias sem a presença do planejamento urbano estatal. Com o avanço de políticas públicas em habitação, calçamento, saneamento, eletricidade, saúde, educação e segurança se transformariam em bairros populares. Aliás, como ocorreu em grandes cidades europeias como Londres e Paris, entre outras.

Antes dessas conquistas democráticas, os milicianos criminosos recolhem de cada família, toda sexta-feira, R\$ 50 de *gatonet*, R\$ 60 de internet, R\$ 90 de gás e R\$ 100 pelo gato de luz. Quem não paga

os R\$ 300/semana pode ser expulso de casa, para depois ter seu imóvel alugado por novos moradores.

Sem considerar o custo do transporte clandestino, R\$ 1.200 / mês se aproxima da mediana da renda do trabalho no Brasil! É a servidão "voluntária" sob a forma de "escravidão contemporânea", ou seja, trabalho informal forçado para pagar "serviços públicos" (sic)!

A construção de lajes sobre os imóveis e a grilagem de terrenos são uma fonte de renda importante da milícia. Os policiais com "licença para matar" atuam como sócios investidores ou incorporadores.

Controlam desde a construção até a venda e a locação de imóveis. Os "novos capitalistas" do crime organizado, com essa mobilidade social, podem morar no condomínio Vivendas da Barra em frente à praia da Barra da Tijuca.

No Brasil colonial, o *capitão do mato* foi o serviçal de uma fazenda ou feitoria encarregado da captura de escravos fugitivos. Gozavam de pouquíssimo prestígio social e eram suspeitos de sequestrar escravos, apanhados ao acaso, declará-los em fuga para devolvê-los aos donos mediante o pagamento de recompensa.

Até hoje, o racismo brasileiro propicia, impunemente, "policiais negros capturar e matar jovens negros"!

Tudo isso, destacadamente, a quebra do monopólio da posse de armas pelas Forças Armadas e Polícias Militares e Civis, com muitos membros as contrabandeando informalmente para as próprias milícias e as facções de tráfico de drogas (CV, TC, ADA etc.), é visto com um olhar complacente pelos Poderes constituídos, seja Executivos, Legislativos ou Judiciários.

Afinal, as milícias com *política de clientelismo* vendem também *o curral eleitoral do "gado" de seu território*. Para testar essa hipótese, bastava conferir o mapa eleitoral de notáveis da República brasileira, eleitos no Rio de Janeiro para domínio de postos-chave do Poder Federal em Brasília no período 2019-2022. *'Tava tudo dominado!*

Nos Estados Unidos, a tolerância dos descendentes dos senhores de escravo começou a mudar quando os governos passaram

a perder processos por assassinatos cometidos por seus agentes e a pagar grandes indenizações para vítimas de violência policial. Daí à ameaça do aumento da carga tributária sensibilizou os bolsos dos poderosos capazes de tomar medidas pregadas pelos estudiosos da segurança pública.

Há duas correntes conflitantes sobre *as perspectivas para as seguranças públicas estaduais e respectivas polícias*.

A primeira faz *propostas de desmilitarização e de unificação das polícias militar e civil em uma nova corporação*. Ela inclui o fim do vínculo e do espelhamento organizacional entre PM e Exército e cria o ciclo completo, quando *uma só polícia faz o trabalho preventivo, ostensivo e investigativo*.

A segunda corrente propõe *reformas gerenciais*, tipo “choques de gestão”. Nessa linha entram:

1. o aumento de recursos e de pessoal,
2. a valorização de carreiras meritórias e progressivas de soldado a coronel,
3. a melhoria da formação educacional e cultural,
4. a maior participação da sociedade civil nas políticas de segurança pública e
5. a integração do trabalho das duas polícias: militar e civil.

São alterações nos procedimentos e nas regras de conduta e ação policial, feitas sem mudança do marco institucional atual.

Entre essas propostas não tão excludentes, no entanto, há uma *terceira via*. Um projeto da “bancada da bala”, formada pela extrema-direita bolsonarista. Significaria, na prática, a blindagem definitiva e irreversível das corporações policiais e a obtenção de suas independências plenas.

Corresponderia ao *fim da alternância eleitoral de poder no Brasil*. Caso fosse aprovado, no Congresso Nacional, *a resistência ao neofascismo*, adotado pela democracia eleitoral, ao ser vitoriosa, sofreria um anunciado *golpe de Estado em 2022*. Seria feito por seu braço armado, formal e informal.

Na verdade, *populações vulneráveis já são reféns desses agentes paramilitares do Estado*. Governadores já são reféns – ou cúmplices.

Cárcere: a 18ª 'cidade' mais populosa do Brasil

A *população prisional* no Brasil bateu novo recorde e chegou a 832.295 pessoas no fim do ano passado, segundo o 17º Anuário de Segurança Pública, organizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e resumido em reportagem do Valor (21/07/2023).

O número equivale à população de João Pessoa. Se essas pessoas vivessem em uma cidade, ela seria a 18ª na lista das mais populosas do país, à frente de Natal, Cuiabá e Aracaju.

A maior parte dos presos é negra (68,2%) e tem de 18 a 19 anos (43,1%).

Esse total de presos no país é a soma de pessoas nos *regimes fechado, semiaberto e aberto*, em medida de segurança e em tratamento ambulatorial (para aqueles considerados inimputáveis por doenças psiquiátricas). Também entra na conta quem está em prisão domiciliar, com tornozeleira ou não.

O relatório aponta: 2.453 pessoas presas morreram em 2022. A maior causa está relacionada a problemas de saúde, com 1.430 óbitos, seguida por 400 mortes ainda sem causa esclarecida e 390 vítimas de um assassinato.

O levantamento apontou ainda o país ter 596,1 mil vagas para presos. O sistema tinha no fim do ano passado um *déficit* de mais de 236 mil vagas. Isso indicava uma diminuição de 40 mil vagas em relação ao ano anterior.

Segundo o Fórum, parte dessa queda aconteceu devido a uma mudança na contagem de vagas de alguns estados. No Paraná, por exemplo, não foram contabilizados os presos no *regime de patronato*, o qual presta assistência a quem cumpre pena em regime aberto ou é egresso do sistema carcerário e dorme em albergues.

A porção de *presos provisórios* (sem condenação) caiu 3,2% entre 2021 e 2022. O número ainda é alto. Cerca de um em cada

quatro presos no Brasil está nessa situação, ou seja, 210.687 pessoas.

As mortes violentas no Brasil chegaram ao menor número em 12 anos. A queda desacelerou entre 2021 e 2022, mas mantém uma tendência verificada desde 2018. Foram 47.508 vidas perdidas pelos crimes de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes por intervenção policial.

A taxa proporcional de mortes a cada 100 mil habitantes no Brasil diminuiu de 24 para 23,4. Mesmo assim, *o Brasil ainda concentra cerca de um quinto dos homicídios no mundo.*

A taxa de homicídios dolosos ficou em 19,5, com queda de 2,2% entre 2021 e 2022.

As mortes por intervenção de agentes policiais chegaram a 6.430, com redução de 1,4%.

A Amazônia Legal já havia registrado aumento em homicídios na edição anterior da publicação. Concentrou, no ano passado, uma em cada cinco mortes violentas intencionais.

As informações foram colhidas nas secretarias de Segurança Pública dos Estados. Para os cálculos de população foram usadas estimativas e o número indicado em 2022 pelo Censo Demográfico.

O Estado mais violento do país é o Amapá, com uma taxa de 50,6 mortes violentas intencionais a cada 100 mil habitantes, além do dobro da nacional de 23,4 mortes.

A região Norte apresentou redução de 2,7% no indicador. O Nordeste viu as mortes violentas caírem 4,5% em um ano. O Sudeste teve queda de 2%, com São Paulo mantendo a menor taxa do país: 8,4 mortes a cada 100 mil habitantes. Sul e Centro-Oeste tiveram, respectivamente, aumentos de 3,4% e 0,8% nas mortes.

Entre os crimes componentes do indicador de mortes violentas intencionais, o único com aumento no país foi o de lesão corporal seguida de morte. Passou de 517 casos em 2021 a 610.

Segundo o Fórum Nacional de Segurança Pública, a explicação para a queda de mortes violentas encontra alguns paralelos fora do

país, como o envelhecimento da população, mas a análise se divide em várias hipóteses para a redução.

Um dos principais questionamentos é sobre a ampliação do acesso a armas no governo de extrema-direita (2019-2022). O miliciano no poder creditou a queda de homicídios ao aumento do armamento e a repasses de recursos a estados por meio do Ministério da Justiça.

O presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública refutou a tese e disse: *não havia, no Brasil, uma política nacional de segurança pública*. “Bolsonaro fazia *defesa de ilicitude*, de a ‘polícia ir para cima’, do ‘bandido bom é bandido morto’, mas não fez nada em termos concretos de política pública. Atrasou o desenvolvimento do Sistema Único de Segurança Pública e do Plano Nacional de Segurança Pública, além de represar repasses”.

Armas de Fogo

Em 2022, três em cada quatro assassinatos no país foram cometidos com arma de fogo.

O número de armas de cidadãos comuns foi além do dobro por conta do incentivo ao armamentismo feito pelo então presidente da República, de acordo com o Anuário.

O total de armas com registro ativo no SINARM (Sistema Nacional de Armas, da Polícia Federal) chegou a 1,5 milhão em 2022, crescimento de 47,5% em relação a 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro, quando foi concedido acesso a mais calibres.

A quantidade de armas entre cidadãos comuns foi de 803 mil em 2022, um crescimento de 116% no mesmo período. Com isso, essa categoria passou de um terço do total de armas registradas no país para 51%.

Outra hipótese para a redução de mortes é a migração do crime.

Os números de roubos de cargas, em casas e em estabelecimentos comerciais caíram, estelionatos cresceram. Foram 208 a cada hora no país em 2022.

O total chegou a 1,8 milhão de casos. As quadrilhas estavam preferindo modalidades com menos riscos e mais ganhos.

Uma das razões possíveis também para contribuir no sentido de redução de mortes é *a dinâmica do crime organizado*.

A Amazônia se tornou um campo de disputa, com aumento da violência nos últimos anos em regiões como Norte e Nordeste. Isso porque facções como o PCC (Primeiro Comando da Capital) e o CV (Comando Vermelho) buscaram expandir seus ciclos de domínio de produção e escoamento de drogas, com um rompimento agravado entre 2016 e 2017 e consequência no aumento das mortes.

Locais mais violentos

A Bahia concentra seis das dez cidades grandes e médias com maior taxa de mortes violentas intencionais em 2022. O levantamento revela Jequié (a 370 km de Salvador) ter sido a cidade brasileira com maior média de assassinatos proporcional à sua população, atingindo um patamar de 88,8 mortes por cada 100 mil habitantes. Outras três cidades baianas aparecem na sequência encabeçando a lista: Santo Antônio de Jesus, Simões Filho e Camaçari.

Completam a relação das cidades mais violentas, na ordem, Cabo de Santo Agostinho (PE), Sorriso (MT), Altamira (PA), Macapá (AP), Feira de Santana (BA) e Juazeiro (BA). O levantamento leva em conta os municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, incluindo cidades grandes e médias, segundo tipologia usada pela ONU.

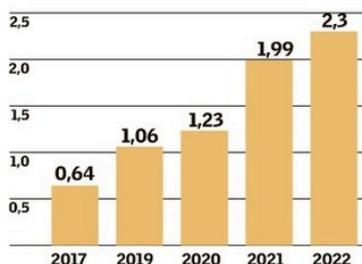
Uma a cada cinco mortes violentas intencionais no Brasil em 2022 ocorreram nos nove estados da Amazônia Legal. O índice é o mais alto do país, embora a região responda só por 13,6% da população brasileira, conforme o Censo 2022.

Retrato da violência

Números do Fórum Nacional de Segurança Pública

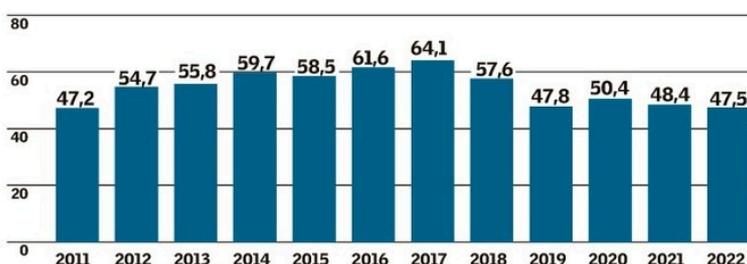
Brasil armado

Registro de armas de fogo, em milhões



Menos homicídios

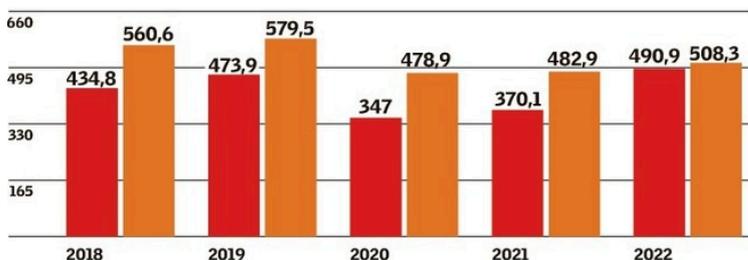
Mortes violentas intencionais, em mil



Patrimônio ameaçado

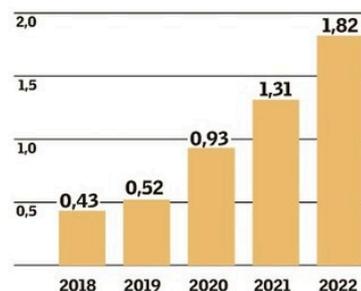
Ocorrência de furtos e roubos, em mil

● Furto ● Roubo



Escalada de golpes

Ocorrência de estelionato, em milhões



Fonte: Secretarias estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Nacional de Segurança Pública

Roubo de Celular

Bahia e Rio de Janeiro puxaram a alta de furtos e roubos de telefones celulares, aponta o Anuário. O Brasil registrou um crescimento de 16,6% neste tipo de crime no período de um ano, saindo de 853 mil casos em 2021 para 999,2 mil ocorrências no ano 2022. A média é de 114 celulares roubados por hora no país, cerca de 2 a cada minuto.

Roubo e Furto de Veículos

Os roubos e furtos de veículo, também considerados crimes contra o patrimônio, cresceram 8% entre 2021 e 2022, com 373.225 ocorrências registradas no ano passado.

Violência em Escolas

As aulas de 669 escolas públicas do país foram interrompidas por episódios de violência em 2021. Tiroteio no entorno, roubo,

vandalismo, ameaça e ataque estão entre os motivos pelos quais as unidades tiveram de parar as atividades letivas. O número de escolas com aulas interrompidas em decorrência de violência representa 0,9% do total.

É muito alarmante: 669 escolas tiveram de parar suas atividades. Significa milhares de estudantes não puderam estudar por risco de serem vítimas de violência. É uma violação muito grave dos direitos dessas crianças e adolescentes.

Estelionato Disparado

O estelionato passou de 1,8 milhão de casos, com crescimento de 37,9% entre 2021 e o ano passado. Já o estelionato eletrônico acelerou, com aumento de 65,2% e chegou a 200,3 mil ocorrências, segundo o Fórum.

Morte Causada por Policiais

O número de mortes causadas por policiais civis e militares em 2022 foi semelhante ao registrado no ano anterior: 6.430 pessoas morreram pelas mãos dos agentes públicos, 1% menor que em 2021. O levantamento aponta: a maioria das vítimas é do sexo masculino (99%), negra (83%), jovem (45% têm de 18 a 24 anos) e foi morta por arma de fogo (99%).

Bahia e Rio de Janeiro se mantiveram na liderança das mortes policiais, com 1.464 e 1.330 casos respectivamente.

Violência contra Crianças e Adolescentes

Todos os tipos de violência contra crianças e adolescentes cresceram no país em 2022. Houve aumento de casos de abandono, maus tratos, lesão corporal e de crimes sexuais. Ao todo são mais de 102 mil menores de idade vítimas de violência no país.

Crimes Sexuais

Os crimes sexuais tiveram maior aumento proporcional em 2022. O estupro é o tipo de crime com o maior número de registros contra menores de 18 anos no Brasil e teve um aumento de 15,3% no ano passado, chegando a 51.971.

As denúncias de *exploração sexual* cresceram 16,4%, passando de 764 para 889, no mesmo período. Também houve aumento de 7% nos registros de *pornografia infanto-juvenil* de 1.523 para 1.630.

Maus-tratos teve crescimento de 13,8%. Os registros passaram de 19.799 para 22.527. Também houve aumento de 14% nos casos de *abandono de incapaz*, passando de 8.197 registros para 9.348.

Os casos de *agressão sexual* cresceram no Brasil em 2022. O ano teve o maior número de casos de estupro registrados da série histórica, iniciada em 2011, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Foram 74.930 vítimas, um aumento de 8,2% na comparação com 2021. A taxa é de 36,9 casos para cada 100 mil habitantes. Os números levam em conta só casos denunciados às autoridades e incluem *estupro* (18.100 casos) e *estupro de vulnerável* (58.820).

Apenas 8,5% dos crimes de estupro são reportados à polícia e 4,2%, ao sistema de saúde.

As maiores altas em relação a 2021 foram no Amazonas (com crescimento de 37,3%), em Roraima (28,1%), no Rio Grande do Norte (26,2%), no Acre (24,4%) e no Pará (23,5%). Apenas quatro estados registraram queda de notificações: Minas Gerais (redução de 8,4%), Mato Grosso do Sul (2,1%), Ceará (2%) e Paraíba (1%).

O levantamento indica crescimento no número de casos de assédio sexual, importunação sexual, perseguição, violência psicológica e divulgação de cenas sexuais sem consentimento. Em 2022 foram registrados 6.114 casos de assédio sexual, alta de 49,7%.

O Brasil teve 27.530 notificações de importunação sexual em 2022, com aumento de 37% em relação ao ano anterior. Entre os crimes sexuais, a perseguição, também conhecida como *stalking*,

teve o maior aumento: 74,2%, indo de cerca de 30 mil casos em 2021 para mais de 53 mil em 2022.

Assim como a perseguição, a violência psicológica também passou a ser crime em 2021 e teve aumento de casos em 2022: cresceram 35,6%.

O Estado de São Paulo registrou 195 casos de feminicídio em 2022, 43,3% acima do ano anterior, quando foram 136 assassinatos de mulheres causados pela condição de gênero, segundo o 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

O Brasil teve 1.400 feminicídios em 2022. Este número representou alta de 6,6% em relação a 2021 (1.300 casos).

São Paulo lidera o registro de ocorrências deste indicador criminal. Na sequência, aparecem Minas Gerais (171), Rio de Janeiro (111) e Rio Grande do Sul (110) tiveram altas, respectivamente, de 10,3%, 30,5% e 14,5% ante 2021.

No país, três em cada dez assassinatos de mulheres são feminicídios. Em São Paulo, a proporção é de 46% dos homicídios de mulheres.

Os dados confirmam uma tendência de alta em todos os tipos de violência contra a mulher no país, como os estupros e a lesão corporal dolosa por agressão doméstica.

A alta de casos se soma ao maior registro de ocorrências sem uma tipificação até 2015, quando foi aprovada lei federal para incluir *o feminicídio como qualificador de homicídio*. O assassinato de mulheres pela condição de gênero como motivação da ocorrência passou a ser considerado *crime hediondo* com penas maiores.

Entre as causas para o crescimento da violência contra a mulher, a pandemia ainda reverbera nessas estatísticas.

Casos de *racismo* tiveram aumento de 68% em 2022, segundo o Anuário de Segurança Pública. Foram registradas 2.458 ocorrências. Em 2021, houve 1.464. Rio de Janeiro, Bahia e Santa Catarina lideram o crescimento das notificações. No Rio, o total de casos saltou de 127 para 312 em um ano.

Em menor proporção, as notificações por *injúria racial* também aumentaram: 10.990 em 2022 ante 10.814 em 2021.

O levantamento não conseguiu todos os dados solicitados juntos às secretarias públicas de Bahia, Espírito Santo, Tocantins, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Casos de *homotransfobia*, enquadrados na lei do racismo, cresceram 54%. Foram 488 ocorrências em 2022, ante 316 no ano anterior.

Agressões contra a população LGBTQIA+ são penalizadas como crimes raciais desde junho de 2019 por decisão do STF.

Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Goiás lideram o aumento. O Rio Grande do Sul teve 119 casos registrados com alta de 77%.

O Fórum computou também os crimes contra a comunidade LGBT+ não inseridos como racismo. Lesão corporal é o mais recorrente, com 2.324 casos somente no último ano. Depois, há homicídio doloso (163 relatos) e estupro (199 ocorrências).

Pernambuco é o estado com mais registros de lesão corporal. No último ano, foram 540. Este valor, no entanto, é menor em relação aos atentados lá registrados em 2021, quando houve 655 casos.

Já homicídios dolosos com LGBTQIA+s vitimados também tiveram seu ápice no Nordeste. O Ceará teve 32 casos em 2022. Isso não é novidade naquela região, já que houve 31 assassinatos nos 12 meses anteriores.

Violência Policial

O livro de intervenção *Bala Perdida: A Violência Policial no Brasil e os Desafios para sua Superação* (São Paulo: Boitempo, 2015) é de diversos autores. Foi publicado em junho de 2015:

- 30 anos após o início da abertura democrática em sucessão à ditadura militar no Brasil,
- 23 anos após o massacre do Carandiru,

- 22 anos após as chacinas da Candelária e de Vigário Geral,
- 20 anos após o massacre de Corumbiara,
- 19 anos após o massacre de Eldorado dos Carajás,
- 13 anos após a chacina de Urso Branco,
- 8 anos após o Massacre no Complexo do Alemão,
- 7 anos após a instalação da primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Rio de Janeiro,
- 3 anos após o massacre do Pinheirinho,
- 2 anos após as Jornadas de Junho,
- 6 meses após a publicação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade,
- 1 mês após violenta repressão à greve de professores no Paraná e
- 14 meses antes da realização dos Jogos Olímpicos 2016 na cidade do Rio de Janeiro.

Idealizada e organizada coletivamente, essa obra lança olhares multifacetados sobre a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. Como diz Marcelo Freixo em seu Prólogo, “o principal desafio para os defensores dos direitos humanos e para quem sonha com políticas de segurança pública baseadas na promoção da cidadania é *superar a oposição entre polícia e direitos humanos*”.

Diante do dramático quadro de violência policial no país, havia o consenso de *desmilitarizar a PM* ser urgente para o Brasil superar o paradoxo de termos em sua democracia uma polícia concebida à semelhança das forças de repressão do regime militar. Todos os democratas queriam *uma polícia exclusivamente civil*, voltada para a preservação da vida, e não preparada para a guerra e a eliminação do inimigo, visto como o cidadão a quem deveria proteger.

Na Apresentação, escrita por Guaracy Mingardi, ele cita o conceito de Max Weber: “o Estado é o agrupamento humano capaz

de reivindicar de forma bem-sucedida o monopólio da violência física legítima”.

No entanto, existem, no Brasil, dois órgãos com legitimidade para usar o chamado de “violência legítima”:

1. *as Forças Armadas*, quando se trata de um conflito com outro país, ou
2. *a polícia*, para manutenção da lei dentro das fronteiras.

No caso da violência policial nas cidades brasileiras, a maior dificuldade está em definir *o que é legítimo*, até onde uma polícia pode ir sem infringir a lei e os costumes. Muitos grupos da extrema-direita neofascista acham legítima toda e qualquer ação policial, inclusive aquelas condenadas pela lei.

Existem dois motivos básicos para justificar, *interna corporis*, a violência policial.

O primeiro é por a lei ser dúbia e deixar margem para interpretação. Em casos assim, os policiais agem de acordo com regras próprias, por vezes infringindo o espírito das leis.

O segundo é alguns policiais extrapolam a lei, atuando de forma ilegal, espancando, torturando ou mesmo executando criminosos ou supostos criminosos. Pior, contam com o apoio dos conservadores.

A maioria dos textos no livro tenta buscar as causas desse comportamento, seja na Sociologia, seja na História ou na Psicologia. Esses autores procuram entender por qual razão as mortes de “suspeitos” ocorrem.

Mostram como o Estado sob a extrema-direita e parte da sociedade brasileira compactuavam com as mortes e a violência em geral. Para isso, os autores discutem *a visão hegemônica do crime e da violência* ao estigmatizar grupos sociais e provocar repressão policial extralegal na periferia ou nas favelas das grandes cidades.

Outros autores adotam três tipos de abordagem:

1. o relato de casos emblemáticos;
2. a análise das vítimas preferenciais da violência policial; e

3. a contagem de corpos, ou seja, quantos morreram pelas mãos da polícia e quem eram eles.

Todos discutem *o que fazer para alterar esse quadro*, através da mudança das leis e/ou dos procedimentos e dos costumes policiais.

Na verdade, a violência policial não é uma exclusividade brasileira, ela ocorre também em outros países. O que muda aqui é o grau dessa violência e, algumas vezes, o motivo. Alguns autores buscam distinguir *o que é específico do Brasil e o que é uma regra geral*.

A maioria tem alguma militância em questões ligadas aos direitos humanos ou à segurança pública.

O ponto de vista de considerar segurança e direitos humanos conceitos excludentes perpassa grupos da extrema direita à esquerda mais radical, mas peca por não entender *o que é segurança pública*. Em uma sociedade democrática, ela é pensada como um instrumento necessário para proteger todas as pessoas (os seres humanos), seus bens e seus direitos.

Uma conclusão quase unânime dos autores é um dos insumos da violência ser *a ausência de democracia real*. Os órgãos de segurança ainda mantêm a cultura da repressão violenta dos tempos da ditadura militar e Guerra Fria no mundo.

Os policiais brasileiros ainda têm uma *visão de capitão do mato*, o caçador de escravos do Império. Mesmo após a Abolição, durante a maior parte do século passado, as classes dominantes contavam com a polícia para proteger seus privilégios, reprimindo os despossuídos.

Só nas últimas décadas as instituições policiais começaram a direcionar seus esforços para atuar como *protetores do cidadão e da cidadania*. Como consequência do longo período quando foram formados e usados como *guarda pretoriana*, ainda hoje uma das características da polícia é *o distanciamento da sociedade*.

Como criar uma polícia comunitária e cidadã com policiais sem noção de cidadania? Para a polícia não se sentir excluída, e não

excluir cidadãos, é necessário um *sentimento de igualdade* incomum no país.

O policial comum acha seu trabalho ser reprimir – e não agradar. Quando se reprime algum comportamento, por mais ilegal, ilegítimo ou impopular ele seja, sempre alguém vai ficar descontente.

Guaracy Mingardi conclui sua Apresentação citando o raciocínio de Aristóteles, há mais de 2 mil anos: “*o ignorante afirma, o sábio duvida e o sensato reflete*”.

Fernanda Mena, no primeiro capítulo, apresenta alguns dados impressionantes sobre *a violência policial brasileira*. Só em 2013, 2.212 pessoas foram mortas pelas polícias brasileiras, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Significa ao menos seis foram mortas por dia, ou um a cada 100 mil brasileiros ao longo do ano.

No mesmo período, a polícia norte-americana matou 461 pessoas. Já as corporações do Reino Unido e do Japão não mataram ninguém.

Aqui há seis vezes mais homicídios se comparado ao número nos Estados Unidos. Também os policiais morrem mais se comparados a qualquer outro lugar do mundo. Nessa dinâmica, em 2013, 490 policiais civis e militares foram mortos em serviço ou durante folgas.

O Brasil é um campeão mundial de homicídios. Em 2013, 54.269 pessoas foram assassinadas no país. Trata-se de uma taxa de 26,9 mortes por 100 mil habitantes.

Por isso, *70% da população do país não confia na instituição militarizada*. O medo diante da polícia também é registrado em cifras: um terço da população teme sofrer violência policial e índice semelhante receia ser vítima de extorsão pela polícia.

As polícias, de fato, não se encontram sós nesse quadro de violência, também sofrem com baixos salários, o treinamento deficiente, a falta de equipamentos e o duro enfrentamento de criminosos cada vez mais organizados e armados. Estes não vacilam

em atirar, na certeza de, ao escaparem vivos de um cerco, dificilmente serão pegos por uma investigação.

Afirma Fernanda Mena, “o embrutecimento dessa polícia é também o da sociedade brasileira, um país onde se banalizaram o assassinato, o racismo, o desrespeito às leis e a corrupção”.

Com o arranjo institucional, vigente desde a ditadura militar (1964-1984), a União tem pouca responsabilidade nos rumos da segurança pública, municípios se limitam a criar guardas civis, enquanto cabe aos Estados o desenho das políticas e o controle das polícias. Nesse contexto, emergiram duas correntes conflitantes sobre as perspectivas para a segurança pública e para as polícias.

A primeira corrente prega *reformas envolvendo mudanças de arquitetura do sistema legal e das instituições*. Nessas, inscrevem-se as propostas de desmilitarização e de unificação das polícias militar e civil em uma nova corporação, sem sobrenome.

Defende o fim do vínculo e do espelhamento organizacional entre PM e Exército e cria o ciclo completo, quando uma só polícia faz o trabalho preventivo, ostensivo e investigativo. Desmilitarizar as polícias compreende a mudança do regime disciplinar, a qual permite prisão administrativa para questões ligadas à hierarquia, à vestimenta e à administração, além da extinção das instâncias estaduais da Justiça Militar. Esta julga policiais em crimes graves, como o homicídio de um PM por outro.

Contra essas medidas insurge a “bancada da bala”, formada por parlamentares da extrema-direita. Pregam medidas como redução da maioria penal, recrudescimento das penas e até pena de morte. Lutam para barrar qualquer andamento de mudanças estruturais.

A segunda corrente de pensamento sobre segurança pública e polícia é a das *reformas gerenciais*. Visariam a incrementar a eficiência dos processos, valendo-se de *choques de gestão*.

Nessa linha mais conservadora entram:

1. o aumento de recursos e de pessoal,
2. a valorização das carreiras,

3. a melhoria da formação,
4. a maior participação da sociedade civil nas políticas de segurança pública e
5. a integração do trabalho das duas polícias.

São alterações nos procedimentos e nas regras de conduta e ação policial feitas sem mudança do marco institucional atual.

Entre esses extremos, Fernanda Mena informa haver *uma terceira via*. Essas propostas não são excludentes. É possível avançar em reformas normativas de modo a garantir a continuidade de determinadas políticas e implementar reformas gerenciais para dar mais eficiência às polícias.

Comum às duas posições do debate é *o imperativo de as polícias trabalharem juntas*, seja unificando-as em uma nova corporação, seja com processos graduais de integração. Cerca de 75% dos policiais civis e militares concordam com isso.

Ter duas polícias foi um acidente histórico, criando essa duplicidade institucional e ineficiência. Em 1970, houve a fusão, imposta pela ditadura, da Força Pública com a Guarda Civil – daí nasceu a atual PM.

Enquanto a Polícia Militar atua na prevenção e no patrulhamento, a Polícia Civil ou Judiciária investiga, tudo com troca de informações mínima. Não há sequer um banco de dados compartilhado entre elas. As polícias se detestam no Brasil inteiro e até sabotam o trabalho da outra.

Pior, a peculiaridade do trabalho policial, com resoluções subjetivas imediatas para situações complexas e imprevisíveis, contribui para desvios de conduta e uso excessivo de armas de fogo. Colocam em perigo tanto o policial como o suspeito.

Há policiais capazes de só agir dentro da legalidade e policiais sempre dispostos a matar intencionalmente. Todos devem ser objeto de programas onde se combinam treinamento com estratégias de supervisão, monitoramento por câmeras e premiação de boas práticas.

A polícia não goza de grande prestígio junto à população por causa da lembrança de antigos abusos. O desafio é conseguir os policiais fazerem uma distinção perfeita entre a razão e o erro – e, sobretudo, lhes fazem falta a amenidade no trato com o cidadão.

Domínio de Territórios pelas Milícias de Policiais Militares

O domínio de territórios pelas milícias no Rio de Janeiro é um fenômeno singular, parte da complexa teia criminal formado no estado ao longo de décadas. No entanto, o descontrole das polícias por parte dos governos, exposta na *alta letalidade policial*, pode facilitar a expansão do problema.

A avaliação é do Bruno Paes Manso, autor do livro *A república das milícias*. Ele é jornalista, pesquisador e escritor brasileiro, formado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, graduado em Ciência Econômica e com mestrado e doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP).

Em nova obra, *Fé e Fuzil*, como mostrarei no próximo capítulo, Manso se debruçou sobre os encontros entre os discursos da fé e da violência. Além de analisar fenômenos como os *traficrentes* do Rio de Janeiro, ele se aprofundou em questões capazes de aproximar mundos gestados nas periferias urbanas do Brasil.

Em entrevista ao UOL (06/11/23), o pesquisador reflete sobre a demonstração de poder das milícias no Rio de Janeiro e traz detalhes do trabalho de pesquisa para escrever o livro recém-lançado.

A dimensão do Rio de Janeiro é muito peculiar, com o domínio de território pelo tráfico de drogas e, depois, pelas milícias detentoras do armamento pesado. A dimensão do desafio do Rio é histórica e profunda.

Desde 2014, há uma *fragilização da institucionalidade* no Rio, uma crise política, desde a prisão do governador Sérgio Cabral e as eleições municipais fortalecendo esses *grupos milicianos*. Ganhavam dinheiro, nas prefeituras, e passaram a eleger parlamentares.

Foram ficando cada vez mais fortes, enquanto os governos eram muito frágeis. Após a intervenção federal, houve a eleição do

Witzel, *impichado* dois anos depois. Assumiu no lugar dele um governador muito frágil, um *outsider* da política apoiador da *família* carioca.

Ele tinha sido eleito vereador com poucos votos. Essa fragilidade política era fundamental para o fortalecimento dos grupos e políticos locais nos territórios. Não à toa, eles apoiaram a reeleição do Cláudio Castro, porque continuaria a ser um governador sem capacidade de lidar com o problema.

No resto do Brasil, começa a acontecer *uma maior participação das polícias na cena criminal dos estados*, o que pode ser visto pela quantidade de homicídios praticados pelas forças de segurança: mais de 6 mil homicídios por ano, durante cinco anos. *É um sintoma do descontrole das polícias por parte dos governos.*

O passo seguinte dessa “carta branca para matar” é empurrar esses policiais descontrolados para o crime. Eles passam a ganhar dinheiro com o poder possuído na cena criminal e a gerir negócios, tanto o tráfico de drogas como a extorsão, venda de segurança privada. Passou-se a se observar isso também em outros estados do Brasil.

Os grupos de extermínio no Rio foram *a semente das milícias*. Os governos têm maior dificuldade de exercer controle sobre as polícias, enquanto as polícias têm maior capacidade de agir e ganhar dinheiro na cena criminal.

Há dúvida *se é pior ou melhor o encontro entre crime e religião* no Rio. Essa confusão dos *traficantes religiosos* acontece lá com um contexto muito específico no Brasil.

Não tem um governo estadual moderno, capaz de garantir leis iguais para todos no seu território. A região metropolitana do Rio é dividida em vários “reinados”, com faziam “os donos de morro”.

São “reis” a exercerem controle armado nesses territórios, impondo suas leis para ganhar dinheiro no mercado da droga, de extorsão e venda de gás entre outros delitos. Disputam, entre eles, o controle desses territórios.

Essas tiranias armadas têm o mesmo objetivo: *enriquecer, tironizar as pessoas desses territórios e ganhar dinheiro*. Se alguém é

contra seus interesses, , eles simplesmente matam. São vários *grupos tirânicos* impondo o silêncio ou a obediência para ficarem ricos.

Então, surge um traficante querendo justificar a legitimidade do seu poder pelo carisma, pelo discurso religioso: – “Eu sou melhor diante os outros”. – “Eu sonhei com Deus, e Deus falou para eu representar o bem”. – “No meu território, ninguém vende *crack*, só maconha hidropônica”. – “Eu uso o dinheiro para construir pontes”.

Começaram a surgir novos discursos e signos para justificar a autoridade e ampliar a legitimidade desses grupos. Isso é muito próprio da crise institucional vigente no Rio. Ela é muito específica.

Quando Bruno Paes Manso pesquisou as milícias no Rio, viu os *traficrentes* ganhando espaço. Isso lhe acendeu um sinal de alerta: *pastores comandavam quadrilhas no Rio!*

No caso específico, ele cita o Vigário Geral e a Parada de Lucas como regiões comandadas pelo *Peixão*. Os criminosos entrevistados usavam a fé para transformações pessoais, privadas. Eles se transformavam, mudavam sua vida, suas relações.

No caso do *Peixão*, ele usava a religião para legitimar seu poder e produzir obediência e autoridade nos bairros sob seu comando. Dizia ter sonhado com Deus, como se fosse um ungido do Antigo Testamento – e ter sido escolhido para lutar em nome do bem.

Esse *uso público da religiosidade*, no Rio, foi muito surpreendente. Passou a ser usado não só pelo *Peixão*, pertencente ao Terceiro Comando Puro, mas pelas milícias também.

Com o bolsonarismo neofascista ganhou uma outra dimensão. Discursos muito truculentos, em defesa de ações violentas, começaram a se misturar com o discurso evangélico do cidadão de bem.

Tinha uma nova cena, da religiosidade e do discurso pentecostal sendo usados para produção de poder, obediência e organização de apoio eleitoral e político. Atuava em defesa do *discurso de uma guerra do bem contra o mal*.

Bruno Paes Manso pesquisou e viu isso estar muito presente no *discurso da batalha espiritual*. Ele se fortalece, nos anos 1980, ao anunciar o mundo na iminência do fim e enxergar o trabalho evangélico como o desafio de converter o máximo de pessoas para a segunda vinda de Jesus na Terra. Afinal, estaria próxima de acontecer...

Quando começou a pesquisa de campo, Manso entrevistava matadores. É muito delicado perguntar para o criminoso sobre os próprios crimes. Precisa ter uma relação de muita confiança – e nem sempre se consegue.

Manso ficou muito impactado com os matadores capazes de fazerem chacinas “sem culpa”. Na época, São Paulo tinha cem chacinas por ano. Os autores de chacinas falavam de uma forma sobrenatural dos homicídios praticados às vezes de 30 a 40 mortos.

Eles diziam: “todos mereciam morrer. Nunca matei nenhum inocente”. Essa convicção de alguns merecerem morrer produzia *ciclos de vingança* entre os jovens criminosos da periferia.

Manso achava isso não ia ter fim. Mas os evangélicos foram ao âmago da história.

A partir do momento quando o sujeito ingressa nessa cena do crime, começa a romper seus laços sociais. Passa a viver em uma solidão tremenda, porque abandona os seus familiares, amigos, e passa a ter só seus aliados, com quem terá conflitos e sentirá medo, paranoia, porque eles também podem te matar. É uma solidão insuportável!

Há esse vazio imenso porque percebe ser *uma vida sem sentido*. Entra nela achando ser capaz de responder ao sistema, antes lhe humilhando, desacreditando de sua capacidade, inclusive da sua masculinidade. Vai provar ser macho, não vai baixar a cabeça para o sistema!

Quando começa a cair nesse buraco e viver sozinho, com todo mundo querendo lhe matar, percebe sua vida não fazer o menor sentido. Está sofrendo à toa e por nada...

Era muito evidente, para o pesquisador, esse “fundo de poço” das pessoas no mundo do crime. Por isso, ele se tocou muito com a

capacidade de reformatação das mentes, de resgatar as pessoas e criar uma identidade, obter uma nova autoestima.

A pessoa inculta começa a se perdoar pelos erros do passado, perdoar as pessoas antes em brigas contra ela e a admitir ter se arrependido, não querer aquela vida nunca mais e vai se dedicar a uma nova vida de amor ao próximo, com novas crenças, a partir da Bíblia. Afinal, como a única saída, abraça *a fé* – e alguns abandonam *o fuzil*.

Tinha todo um formato de discurso, signos e símbolos para permitirem esse resgate. Bruno Paes Manso sempre viu a igreja com muito respeito porque testemunhava sua capacidade de transformar.

Pelo diálogo, ia no âmago da coisa e oferecia uma oportunidade. Era uma “boia de salvação” necessária para as pessoas se transformarem.

Nós, democratas da esquerda, imaginávamos educar os pobres *de cima para baixo*, quando estávamos discutindo a Nova República e a criação de um Estado social-democrata, para alcançar uma sociedade mais justa e civilizada, por exemplo, transformar o Brasil em uma espécie Coreia do Sul, com boas escolas, ou melhor, em uma Dinamarca. Pretendíamos *mudar de cima para baixo a partir de uma organização estatal*.

Não foi o acontecido. Os pobres começaram a se apegar a essas soluções de religião para se integrar e mudar as vidas deles próprios. Na verdade, eram *estratégias de sobrevivência* diante a miséria vivenciada.

A linguagem era deles, os instrumentos eram deles. Essas soluções, tanto nas igrejas quanto nas facções, atingiram uma profissionalização. Essa integração foi um *ajuste de vida* para uma sociedade na qual ter dinheiro é fundamental.

Aprofundarei o estudo de tais pesquisas de Bruno Paes Manso no próximo capítulo. Fazem repensar e entender o Brasil urbano em suas periferias.

Capítulo 6. Teologia da Prosperidade e Partido do Crime

Igreja com Partido e Partido sem Igreja

RELIGIÃO	TOTAL	SEXO		IDADE				
		Mascu- lino	Femi- nino	16 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos ou mais
TOTAL EVANGÉLICA	30	28	32	33	34	33	28	23
Evangélica Tradicional	14	14	14	18	16	16	12	10
Evangélica Protestante								
Evangélica Pentecostal	12	11	13	11	13	13	12	9
Evangélica Neo Pentecostal	2	2	3	2	3	2	2	2
Outras Evangélicas	2	2	2	2	2	2	2	1
Umbanda, Candomblé ou outras religiões afro-brasileiras	1	1	1	2	2	1	1	0
Espírita Kardecista, espiritualista	3	3	4	3	2	4	4	4
Católica	56	57	55	46	49	53	59	68
Judaica	0	0	0	1	0	0	0	0
Outra religião	1	1	1	0	1	1	2	1
Não tem religião nenhuma / Agnóstico	7	9	6	13	10	7	5	3
É ateu/ não acredita em Deus	1	1	0	2	1	1	0	0

RELIGIÃO	ESCOLARIDADE			RENDA FAMILIAR MENSAL			
	Funda- mental	Médio	Super- rior	Até 2 S.M.	Mais de 2 a 5 S.M.	Mais de 5 a 10 S.M.	Mais de 10 S.M.
TOTAL EVANGÉLICA	30	33	24	31	32	25	22
Evangélica Tradicional	11	16	15	13	16	15	13
Evangélica Protestante							
Evangélica Pentecostal	15	12	7	13	12	7	5
Evangélica Neo Pentecostal	2	3	1	2	2	1	2
Outras Evangélicas	2	2	2	2	2	1	2
Umbanda, Candomblé ou outras religiões afro-brasileiras	1	2	2	1	1	2	2
Espírita Kardecista, espiritualista	1	3	8	1	4	7	11
Católica	62	53	50	59	53	52	52
Judaica	0	0	0	0	0	1	1
Outra religião	1	1	2	1	1	1	2
Não tem religião nenhuma / Agnóstico	5	8	11	6	8	10	9
É ateu/ não acredita em Deus	0	1	2	0	1	1	2

RELIGIÃO	TOTAL	NATUREZA DO MUNICÍPIO		PORTE DO MUNICÍPIO			
		Total Região Metropolitana (Capital + Outros)	Interior	Até 50 mil habitantes	Mais de 50 a 200 mil	Mais de 200 a 500 mil	Mais de 500 mil habitantes
TOTAL EVANGÉLICA	30	34	27	24	32	34	33
Evangélica Tradicional	14	17	12	11	16	16	16
Evangélica Protestante							
Evangélica Pentecostal	12	11	12	10	13	13	12
Evangélica Neo Pentecostal	2	3	2	1	2	3	3
Outras Evangélicas	2	2	2	1	2	2	2
Umbanda, Candomblé ou outras religiões afro-brasileiras	1	2	1	0	1	1	3
Espírita Kardecista, espiritualista	3	5	3	1	3	5	5
Católica	56	46	62	69	55	49	45
Judaica	0	1	0	0	0	0	1
Outra religião	1	1	1	1	0	2	1
Não tem religião nenhuma / Agnóstico	7	10	6	4	7	8	11
É ateu/ não acredita em Deus	1	1	0	0	0	1	1

Projeto: PO3978

Base: Total da amostra

Data do campo: 24 e 25/10/2018

www.datafolha.com.br

Na apresentação de Karen Armstrong, no livro *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*, ela chama a atenção para um dos fatos mais alarmantes do fim do século XX. Foi o surgimento de uma *devoção militante*, popularmente conhecida como “fundamentalismo”, dentro das grandes tradições religiosas.

Os terroristas e os neofascistas constituem uma pequena minoria, porém até os fundamentalistas mais pacatos e ordeiros são desconcertantes, pois parecem avessos a muitos dos valores mais positivos da sociedade moderna. Democracia, pluralismo, tolerância religiosa, paz internacional, liberdade de expressão, separação entre Igreja e Estado laico – nada disso lhes interessa.

Os *fundamentalistas cristãos* rejeitam as descobertas da Biologia e da Física sobre as origens da vida. Afirmam o Livro do Gênesis ser cientificamente exato em todos os detalhes, portanto, basta o ler. Os *fundamentalistas judeus* observam sua Lei revelada com uma rigidez maior ainda em relação ao passado.

As *mulheres muçulmanas*, repudiando (ou sendo forçadas a repudiar) as liberdades das mulheres ocidentais, cobrem-se da cabeça aos pés com seu xador. Os *fundamentalistas islâmicos e judeus* têm uma visão exclusivamente religiosa do conflito árabe-israelense. Porém, ele começou como uma *disputa secularista*.

O fundamentalismo não se limita aos grandes monoteísmos. Ocorre também entre budistas, hinduístas e até confucionistas. Os fundamentalistas dessas religiões rejeitam muitas das conquistas da cultura liberal, lutam e matam em nome da religião e se empenham em inserir o sagrado no campo da política e da causa nacional.

Essa *revivescência religiosa* tem surpreendido muitos observadores. Em meados do século XX, acreditava-se o *secularismo* ser uma tendência irreversível.

Esperava-se nunca mais a fé desempenhar um papel importante nos acontecimentos mundiais. Acreditava-se, tornando-se mais racionais, os animais humanos já não teriam necessidade da religião ou a restringiriam ao âmbito pessoal e privado.

Contudo, no fim da década de 1970, os fundamentalistas começaram a rebelar-se contra essa *hegemonia do secularismo* e a esforçar-se para tirar a religião de sua posição secundária e recolocá-la no centro do palco. Ao menos nisso tiveram extraordinário sucesso.

A religião voltou a ser uma espécie de “camisa-de-força” ideológica, em certos países, onde nenhum governo a pode ignorar

impunemente. Por exemplo, em 2018, no Brasil, foi eleito o primeiro presidente da República militar casado com uma evangélica.

Antes, havia a influência do *pensamento positivista* na casta dos guerreiros-militares brasileiros. Influenciou inclusive a Proclamação da República, o Estado laico e a insígnia ("*Ordem e Progresso*") na bandeira nacional.

Após a longa ditadura militar (1964-1984), o oportunista ex-capitão "reformado" (expulso da tropa), para captar votos da extrema-direita – e se enriquecer com sua carreira política –, adotou o lema: "*Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*". Pior, demonstrou intolerância religiosa em seu governo com agnósticos e ateus ao desejar suas submissões a um ente sobrenatural.

O lema positivista completo de Auguste Comte era: "*Amor como princípio e ordem como base; o progresso como meta*". Falta amor, em sua bandeira, ou pelo menos tolerância na Nação brasileira...

Bolsonaro não foi o primeiro militar eleito, porque o general Eurico Dutra foi eleito após a ditadura de Getúlio Vargas (1930-1945). Com repressão, Vargas construiu um Estado Novo brasileiro, assim como na ditadura militar (1964-1984) houve também uma modernização conservadora *a la* desenvolvimentismo de direita.

A afinidade de Bolsonaro com os evangélicos rendeu amplos dividendos eleitorais para o presidente eleito. Nas pesquisas de intenção de voto, em nenhum outro grupo demográfico de raça, idade ou religião a vantagem de Bolsonaro sobre Haddad e Lula, respectivamente, em 2018 e 2022, foi tão gritante.

Entre os evangélicos, eram 70% favoráveis ao pesselista e 30% ao petista, revelou o Datafolha em 10 de outubro de 2018. Entre os católicos, a vantagem era de 51% de Bolsonaro em comparação a 49% de Haddad, um empate técnico.

No Censo de 2010, evangélicos formavam 22% da população do Brasil, a maioria pentecostais. Alguns institutos de pesquisa estimam, em 2022, os evangélicos representarem 34% da população, ou seja, mais de 70 milhões de brasileiros em todas as idades.

PERFIL DA AMOSTRA (Resposta em %)		TOTAL								
		Católica	TOTAL EVANG ÉLICA	Espírita Kardecista, espiritualista ou outras	Umbanda, Candomblé ou outras	Judaica	Não tem religião nenhuma /	É ateu/ não acredita em Deus		
SEXO	Masculino	47	48	44	37	50	60	54	71	
	Feminino	53	52	56	63	50	40	46	29	
IDADE	16 a 24 anos	15	12	17	12	23	26	27	30	
	25 a 34 anos	21	19	24	14	28	23	29	31	
	35 a 44 anos	21	20	23	22	17	25	20	27	
	45 a 59 anos	24	26	23	30	26	19	16	8	
	60 anos ou mais	19	23	14	22	6	6	8	4	
MÉDIA		43	45	40	45	37	36	36	32	
ESCOLARIDADE	Fundamental	33	37	34	9	16	17	21	6	
	Médio	44	43	48	37	53	52	48	41	
	Superior	22	20	18	53	31	31	32	53	
PARTIDO	PT	22	25	16	14	36	5	22	19	
	PSL	6	5	10	5	2	3	4	5	
	PSDB	2	2	2	2	2	2	1	4	
	PMDB/ MDB	2	2	2	1			1		
	PSOL	1	1	1	4	4	3	3	20	
	PDT	1	1	1	3	5	3	1		
	PARTIDO NOVO	1	1	0	3	4		2	6	
	PSB	1	1	1	1	0	3	0		
	Nenhum/ não tem	55	53	58	60	38	65	60	42	
	Nomes e referências	7	8	7	5	4	8	3	1	
	Outro partido	1	0	1		2	8	1	0	
REGIÃO	Sudeste	44	39	48	62	64	49	47	53	
	Sul	15	17	10	14	16	8	13	37	
	Nordeste	27	30	24	12	16	16	23	7	
	Centro Oeste	7	7	8	9	4	6	9	3	
	Norte	8	7	11	3		21	8		
NATUREZA DO MUNICÍPIO	Capital	24	19	25	43	53	41	38	57	
	Outros municípios da Região Metropolitana	16	14	21	14	19	22	16	9	
	Interior	59	66	54	44	29	36	45	34	
PORTE DO MUNICÍPIO	Até 50 mil habitantes	33	41	27	14	7	17	17	12	
	Mais de 50 a 200 mil	21	21	23	17	18	18	21	13	
	Mais de 200 a 500 mil	15	13	17	21	13	8	15	20	
	Mais de 500 mil habitantes	31	25	34	49	62	57	47	56	
RELIGIÃO	TOTAL EVANGÉLICA	30		100						
	Evangélica Tradicional	14		48						
	Evangélica Protestante									
	Evangélica Pentecostal	12		39						
	Evangélica Neo Pentecostal	2		8						
	Outras Evangélicas	2		6						
	Umbanda, Candomblé ou outras religiões afro-brasileiras	1				100				
	Espírita Kardecista, espiritualista	3			100					
	Católica	56	100							
	Judaica	0					100			
	Outra religião	1								
	Não tem religião nenhuma / Agnóstico	7						100		
	É ateu/ não acredita em Deus	1							100	
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	PEA	73	71	74	78	84	85	78	87	
	Assalariado registrado	22	21	21	23	29	31	26	25	
	Assalariado sem registro	7	7	8	5	9	2	6	12	
	Funcionario público	6	6	5	13	7	16	7	9	
	Autônomo regular	9	9	9	11	7	5	9	9	
	Profissional liberal	1	1	1	2	0	1	1	0	
	Empresário	4	4	3	10	0	2	4	9	
	Free-lance/ bico	11	10	12	9	14	16	10	15	
	Estagiário/ aprendiz	1	0	1	1	4		2	4	
	Outros	4	4	4	1	0	12	3		
	Desempregado (Procura emprego)	9	7	11	4	12		10	3	
	NÃO PEA	27	29	26	22	16	15	22	13	
	Dona de casa	8	8	9	5	1		5	1	
	Aposentado	13	15	10	11	7	1	7	2	
	Estudante	3	3	4	4	5	10	6	7	
	Vive de rendas	0	0	0	0			0		
	Outros	1	2	1	0	1	3	0		
	Desempregado (Não procura emprego)	2	2	2	1	1	1	3	3	
	COR	Parda	39	37	45	28	32	43	40	17
		Branca	36	38	29	50	37	29	34	61
		Preta	13	11	14	13	27	13	15	13
Amarela		3	3	3	1	0		3	2	
Indígena		2	2	2	1		4	1	3	
Outras		8	9	7	6	4	11	6	4	
Recusa		6	8	6	1	1	9	3		
ORIENTAÇÃO SEXUAL	Heterossexual	86	85	89	90	79	78	86	80	
	Homossexual/ Bissexual/ Outras	7	7	6	9	20	13	12	20	
	Recusa	6	8	6	1	1	9	3		
RENDA FAMILIAR MENSAL	Até 2 S.M.	43	45	44	16	39	37	36	16	
	De 2 a 3 S.M.	20	18	23	16	18	17	19	7	
	De 3 a 5 S.M.	17	17	16	23	18	5	19	40	
	De 5 a 10 S.M.	11	10	9	24	16	32	15	21	
	De 10 a 20 S.M.	4	4	3	12	4	5	5	4	
	De 20 a 50 S.M.	1	1	0	3	1	3	1	8	
	Mais de 50 S.M.	0	0	0	0	2	2	0		
	Recusa	1	1	1	2	1		2	0	
	Não sabe	3	4	3	3	2		3	4	
	Total em %	100	100	100	100	100	100	100	100	
Base ponderada	9173	5092	2754	313	118	33	682	73		
Total Nos. absolutos	9173	4647	2876	408	165	34	801	100		

No perfil da amostra da pesquisa eleitoral do Datafolha (9.173 questionários), exposta na tabela acima, na véspera do segundo turno da eleição de 2018, havia 56% católicos, 30% evangélicos, 8% sem religião (agnósticos ou ateus), 3% espíritas, 1% religiões afro-

brasileiras, 1% a 2% com religião judaica ou outra. Quanto mais jovem (até 44 anos), maior esse percentual de evangélicos.

No caso dos católicos, invertia: quanto mais velho fosse, gradualmente, elevavam os percentuais de católicos. Entre os mais jovens (16 a 24 anos), havia 15% de agnósticos e ateus, enquanto só havia somente 3% entre os idosos com mais de 60 anos.

Quando aumentava a escolaridade de Ensino Fundamental para Superior caía o percentual de evangélicos e católicos, enquanto elevava o percentual de agnósticos/ateus para 13%. *Viva a ciência!*

O mesmo movimento, provavelmente, devido à correlação entre escolaridade e renda, ocorria por renda familiar mensal: caía a religiosidade quando se elevava a riqueza acima de 5 salários mínimos.

Nas regiões metropolitanas, encontravam-se proporcionalmente mais evangélicos (34%) e agnósticos/ateus (11%) e menos católicos (46%). O interior era mais conservador. Em pequenas cidades, era menor a proporção de evangélicos e agnósticos/ateus e maior a de católicos em relação à média social.

Havia maior proporção de mulheres evangélicas (56%) e católicas (52%). Predominavam os homens entre judeus (60%), agnósticos (54%) e ateus (71%). Na umbanda, candomblé ou outras religiões afro-brasileiras, as frações entre os dois gêneros eram 1/2 a 1/2.

A grande maioria dos agnósticos (74%) e dos ateus (88%) tinha menos de 44 anos. Na população total, até essa idade havia 57% das pessoas.

Os maiores percentuais de pessoas com Ensino Superior (53%) por religiões se encontravam entre os espíritas kardecistas, espiritualistas e ateus. Enquanto na população a proporção era de 22%, entre os católicos era de 20% e os evangélicos era de 18%. Entre as religiões afro-brasileiras e judaica, ambas tinham 31% de seus praticantes com a maior escolaridade.

Se o não alcance desse nível de escolaridade foi definido como sintoma de falta de cultura, os cristãos, sejam católicos, sejam

evangélicos se definem por falta dessa oportunidade. Poucos estudaram...

PERFIL DA AMOSTRA (Resposta em %)								
PARTIDO	TOTAL	Católica	TOTAL EVANG ÉLICA	Espírita Kardecista, espíritualista ou outras	Umbanda, Candomblé ou outras	Judaica	Não tem religião nenhuma /	É ateu/ não acredita em Deus
PT	22	25	16	14	36	5	22	19
PSL	6	5	10	5	2	3	4	5
PSDB	2	2	2	2	2	2	1	4
PMDB/ MDB	2	2	2	1			1	
PSOL	1	1	1	4	4	3	3	20
PDT	1	1	1	3	5	3	1	
PARTIDO NOVO	1	1	0	3	4		2	6
PSB	1	1	1	1	0	3	0	
Nenhum/ não tem	55	53	58	60	38	65	60	42
Nomes e referênci	7	8	7	5	4	8	3	1
Outro partido	1	0	1		2	8	1	0

Quanta à preferência partidária, 55% da população não tinha, mas 22% tinham pelo PT, segundo esse perfil da amostra do Datafolha. No primeiro turno da eleição de 2018, atingiu 29,5%, como já tinha sido registrado em pesquisa do IBOPE.

Entre os católicos, essa preferência se elevava para 25% e entre os evangélicos caía para 16%, provavelmente, pelo efeito da "demonização dos petistas", realizada nos templos e nas mensagens de rede social. Notavelmente, entre os seguidores das religiões afro-brasileiras a preferência petista se elevava para 36%.

Em contraste, o PSL do candidato evangélico, com apenas 6% de preferência, ficava em segundo lugar. Entre os católicos caía para 5% e entre os evangélicos alcançava 10%.

Outro destaque interessante era, entre os ateus, encontrar-se o menor percentual (42%) de "sem partidos". Entre os ateus, 20% optavam pelo PSOL, 19% pelo PT, 6% pelo Partido Novo, 5% pelo PSL e 4% pelo PSDB. Entre o total da população, os tucanos tinham 2%.

Por região, o Sudeste tinha 44% dos eleitores, mas 39% dos católicos. Entre todas as demais religiões, os percentuais eram superiores a 44%, chegando a 64% dos adeptos de umbanda, candomblé e outras religiões afro-brasileiras morarem nessa região. Entre os ateus, 53% moravam no Sudeste e 37% no Sul, no Nordeste moravam 7% e no Centro-Oeste 3%. Não tinha ateu no Norte!

Apenas 24% eram habitantes nas capitais, mas nelas se encontravam 57% dos ateus e 53% dos religiosos afro-brasileiros. No

interior, moravam 59%, mas só tinha, respectivamente 34% e 29%. O restante morava em outros municípios da região metropolitana.

Os *xucros interioranos*, por isso mesmo, sem oportunidades educacionais universitárias, são *incultos e conservadores*. O 8 de janeiro de 2023, em Brasília, demonstrou isso.

De acordo com o maior porte dos municípios se elevavam os percentuais de *habitantes ateus*. Apenas espíritas e espiritualistas acompanhavam essa tendência.

O maior percentual de ateus (87%) encontrava-se na PEA (população economicamente ativa), parcela bem acima dos 73% na população total. Em função disso, entre eles só tinham 13% de donas de casa, aposentados, estudantes, rentistas e desempregados.

Quanto a cor, o contraste entre os ateus e a população total é enorme, respectivamente, 61% e 36% de brancos, 17% e 39% de pardos. No caso de pretos (13%), amarelos (3%) e indígenas (2%), as proporções são bastante similares entre os ateus e a população total.

Quanto à orientação sexual, se declaram homossexuais ou bissexuais 7% da população, mas 20% dos religiosos afro-brasileiros, 13% dos judeus, 12% dos agnósticos e 20% dos ateus. *Viva o corpo livre! Viva a liberdade de pensamento e expressão!*

Finalmente, na renda familiar mensal, há grandes contrastes nas diversas faixas na população e nos ateus. Na população, nas três primeiras faixas até cinco salários mínimos, há 43% [0-2], 20% [2-3] e 17% [3-5]; nos ateus, 16%, 7% e 40%. Entre cinco e dez salários mínimos, nela 11%, neles 21%. Entre vinte e cinquenta salários mínimos, nela 1%, neles 8%.

Enfim, os ateus são os grandes dissidentes na população brasileira ou – *quero crer* –, a vanguarda da liberdade e tolerância religiosa. *Graças a Deus, sou ateu!*

Metanoia contra “Noia” Urbana

Como visto no capítulo anterior, Bruno Paes Manso (1971-....) publicou, em 2023, um livro de leitura obrigatória para quem deseje

entender o Brasil contemporâneo, em especial. Apresenta as condições de vida urbana popular e as consequências socioeconômicas e políticas em *A Fé e o Fuzil: Crime e Religião no Brasil do Século XXI*.

Ele é também o autor do excelente *A República das Milícias* (2020). Mostrou as milícias cariocas constituídas por policiais corruptos, alegando a extorsão se dar pela proteção contra traficantes, bicheiros, matadores, justiceiros, torturadores.

O relato envolve deputados, vereadores, ativistas, militares, líderes comunitários, jornalistas e, sobretudo, as vítimas de uma cena criminal extremamente complexa por ter tantos componentes interativos.

O livro se constrói a partir de depoimentos de protagonistas desse enredo. As entrevistas chocam pelos detalhes dos sucessivos assassinatos. As ligações entre policiais, o tráfico, o jogo do bicho e o poder público se mostram, de forma inequívoca, no Rio de Janeiro.

Na periferia das metrópoles, constituída por autoconstrução de moradias sem planejamento urbano e infraestrutura, o Estado está ausente, exceto pelos policiais para extorsão dos pobres habitantes das favelas. As carências se multiplicam, a violência se propaga de forma endêmica, mas deixa no ar a questão: *qual é a alternativa?*

A resposta, em vigor hoje, é apresentada por Manso em *A Fé e o Fuzil*. Neste país, com urbanização descontrolada da população (87% do total) e cultura política envolta em autoritarismo e corrupção, juntaram-se a Teologia da Prosperidade e o PCC, em São Paulo, para “botar ordem na quebrada”.

No Rio de Janeiro, desde os esquadrões da morte formados nos anos 1960 ao domínio do tráfico nos anos 1980 e 1990, dos porões da ditadura militar às máfias de caça-níquel, da ascensão do modelo de negócios miliciano ao assassinato de Marielle Franco, o autor esclarece uma face sombria da experiência brasileira recente. Nela, a extrema-direita dominou com a presidência de um *sujeito medíocre*, incapacitado para o cargo, de 2019 a 2022.

Manso inicia seu último livro com uma epígrafe esclarecedora da palavra de origem grega *Metanoia*. É formada pela preposição com

significado de “além de, aquilo excedente, acima” e o verbo com significado de “perceber, pensar”. Indica *a mudança de visão, de olhar*.

Ele mostra, de fato, a transformação do caráter, do modelo mental, da consciência, da forma de agir e de se comportar de criminosos e ex-criminosos. Na Teologia, *Metanoia* se relaciona à conversão, ao arrependimento, à sujeição aos mandamentos divinos. Na Psicologia, refere-se ao amadurecimento, ao aprendizado, à cura e autoconhecimento.

Metanoia é o título de seu primeiro capítulo. Manso fazia pesquisas sobre os homicídios em São Paulo e buscava interlocutores para lhe descrever esses contextos violentos. Conheceu um sujeito capaz de abandonar o crime porque aceitou Jesus e aí mudou de vida.

Depois de convertido, ele se tornou missionário na Igreja do Evangelho Quadrangular. Passou a dar testemunhos sobre seu passado no crime, repleto de pecados e atrocidades, para destacar o tamanho do milagre de sua conversão.

O interessante é o autor se apresentar como *agnóstico*, talvez a postura da maioria com formação universitária, mas apesar das visões de mundo serem diferentes, formadas através de filtros de crenças diversas, evitava demonstrar seu *ceticismo* para os entrevistados. Eles se sentiam assim mais à vontade para expor a realidade vivenciada.

Boa parte dos evangélicos, encontrados durante suas pesquisas sobre violência, era composta por *ex-bandidos transformados em crentes*. Entrar em contato com essa religiosidade das periferias paulistas lhe deu acesso a outro mundo, cheio de verdades e normas bem diferentes das pessoas com formação universitária.

Tanto os homicidas quanto os crentes acreditavam em coisas bem distantes do universo da sua patota de classe média e agiam conforme as respectivas leituras feitas do mundo. Se a crença dos homicidas produzia morte, a dos evangélicos procurava evitá-la.

Antes, Manso via esses grupos com *um viés classista*, repleto dos preconceitos típicos de quem observa a cena de uma distância

segura. Tanto bandidos como crentes faziam parte de grupos iletrados e a "tese universitária" era eles precisarem ser mais bem-educados para agir de forma mais racional.

Na grande imprensa, homicídios e chacinas eram noticiados quase sempre a partir de gráficos e tabelas, como se a solução pudesse vir das informações e dos dados fornecidos por sofisticados modelos estatísticos, usados para apontar caminhos institucionais. Caberia aumentar as penas, melhorar as investigações dos assassinatos e o patrulhamento nos bairros perigosos, investir em educação, reduzir a desigualdade, entre outras medidas civilizatórias propostas pelos "çábios" (*sic*) *sem empatia*.

O debate dos "cultos" se dava apenas em torno das políticas públicas mais adequadas. Já a fé dos evangélicos era um assunto menosprezado, apenas tolerada e legalmente garantida, mas não debatida.

Afinal, acreditava-se, sua influência diminuiria com o avanço do processo civilizatório. Manso acreditava nisso, mas estava enganado...

Ele via os homicidas como pessoas sem dar valor à vida, talvez por ignorância ou incapacidade de controlar seus desejos mais perversos. Esse perfil era aparente, mas não captava *a essência da estratégia de sobrevivência de cada qual*, diante da prestação de serviços urbanos com precária remuneração, isto quando se conseguia ocupação.

O jornalismo apenas abastecia os formadores de opinião com informações sobre os criminosos de modo os ajudar a preservar seu lugar reservado "no andar de cima". A cobertura envolvendo os religiosos pentecostais também os vinculava a um grupo de pobres fanáticos, ignorantes, sujeitos a ser manipulados pela falta de escrúpulos de pastores ambiciosos.

Manso compartilhava de parte dessa visão, predominante entre as pessoas do seu meio social, nas redações de jornais. Ao tratar do tema, caberia aos jornalistas, quando possível, denunciar a malandragem daqueles oportunistas a enriquecerem às custas da ingenuidade alheia.

Escrever sobre as igrejas pentecostais exigia o mesmo tom dos relatos sobre estelionatários. Esse ranço policialesco acabou atrapalhando *a percepção de um fenômeno cultural profundo*.

Gostando ou não, "ele tomou o Brasil de assalto sem a elite cultural e econômica se dar conta". Uma nova elite, *inculta* sob os parâmetros universitários, mas *esperta* para definir os rumos dados ao país tomou conta dele!

A elite culta e rica, desde a casta dos sábios universitários até a dos trabalhadores organizados em sindicatos ou pela Igreja católica, mantinha-se afastada dos temas populares e ignorava o humor das massas, originado no mundo pobre e informal das cidades, longe do poder. "Era uma postura arrogante, de superioridade, elitista".

Segundo Manso, "a situação somente começou a mudar quando o poder político e econômico dos religiosos e dos criminosos se tornou incontornável e passou a ameaçar os planos do mundo formal, abrangente de uma população cada vez menor".

Foi quando muitos perguntaram de onde vinha *a força do pentecostalismo e das facções criminosas*. Eles, de diferentes modos, ganhavam influência política e cultural em todo o território.

Entrevistando os homicidas do período, Manso descobriu algo determinante para suas investigações futuras. Para entender como "os excluídos" agiam, primeiro ele precisava conhecê-los, ouvi-los, descobrir suas crenças em transição, como enxergavam e justificavam suas ações, enfim, o dito por eles a respeito delas. Embrenhou na parte da cidade desconhecida pela casta dos sábios intelectuais.

O ato de matar havia se multiplicado por dez, em quase quarenta anos, entre 1960 e 1999, como se fosse um comportamento contagioso. Depois desse longo surto, aparentemente incontrolável, o comportamento letal sofreu um declínio a partir dos anos 2000, quando se iniciou um movimento inverso, com mais de vinte anos de redução de assassinatos.

No fim desse percurso, São Paulo, uma das cidades mais violentas do mundo, se tornou a capital com a menor taxa de homicídios do Brasil. *Por qual razão?*

Os homicidas lhe ajudaram a compreender melhor suas ações e as motivações de seus assassinatos e chacinas. Além de ouvir sobre a trajetória pessoal dos entrevistados, as conversas giravam em torno de duas questões principais: *quem vocês matam e por quê?*

Eles matavam quem os denunciava para a polícia, quem desafiava sua honra, quem praticava assaltos no bairro, quem se aliava a seus inimigos, quem os roubava no crime, quem atrapalhava seus negócios, entre outras razões. A vingança, contudo, era o principal estímulo da multiplicação de violência. Em um *efeito dominó*, sempre haveria alguém querendo se vingar.

A Metanoia representa uma mudança de consciência e de comportamento. Não acontece por ameaça de punição, nem por mera pressão social, mas por convicção pessoal, em decorrência de uma nova crença. Ela faz o sujeito passar a enxergar o mundo de outra forma e a agir conforme ela. Manso narra essa *Metanoia dos excluídos*.

De Policiais Assassinos a Crentes

Bruno Paes Manso, autor de *A República das Milícias* (2020), publicou outro livro de leitura obrigatória para quem deseja entender o Brasil contemporâneo. Trata, em especial, das condições de vida urbana popular e as consequências socioeconômicas e políticas: *A Fé e o Fuzil: Crime e Religião no Brasil do Século XXI* (2023).

Ele entrevistou antigos criminosos e se questionava se o dito era uma mistura de ilusões e autoenganos decorrentes da confusão causada pela própria fé adotada para “a ressurreição”. Esta não era um episódio incomum entre os relatos de conversão mais fantásticos. Seriam “licenças poéticas” do entrevistado para convencer a si próprio?

Havia um fosso cognitivo entre os mundos do entrevistado e do entrevistador. Um era repleto de dogmas e dependente de uma fé sem compartilhamento. Outro só colocava dúvidas e buscava explicações para testar hipóteses apriorísticas.

Exigia o entrevistador ter *empatia*: capacidade de se identificar com outra pessoa, de sentir o que ela sente, de querer o que ela

quer, de apreender do modo como ela apreende. As conversões pessoais (e sociais) fantásticas chamavam a atenção pela capacidade de transformar situações de forma efetiva.

Envolvia arrependimento das pessoas em apuros, abandonadas, sozinhas, e a compreensão verdadeira de sua postura inadequada diante da vida ser uma das causas do seu infortúnio. As igrejas pentecostais abriam as portas para essas pessoas se integrarem a *uma nova rede*, ofereciam verdades para transformar os excluídos em "cidadãos de bem". Para os agraciados com o dom de acreditar nessas verdades, havia a chance de se reinventar de modo a seguir as regras e as expectativas da sociedade.

O perdão servia para anistiar os pecados acumulados, aliviando assim a consciência e fortalecendo o amor-próprio. Tudo depende de uma decisão-chave do convertido: arrepender-se dos erros passados, abandonar a vida de pecado e seguir em frente ao lado de Jesus. Quem se sente à beira da morte abraça a chance com *abnegação*.

Esta expressão é referente à ação caracterizada pelo desprendimento e altruísmo, no qual a superação das tendências egoísticas da personalidade é conquistada em benefício da pessoa por uma causa ou princípio. Ela tem duplo sentido. Quando se refere à crença, trata da renúncia ascética à própria vontade em função de anseios místicos ou princípios religiosos. Quando se refere à filosofia, é o sacrifício voluntário dos próprios desejos ou das tendências humanas naturais em nome de qualquer imperativo ético.

Essas metamorfoses mentais podiam ser feitas sem apelar para o sagrado? Dava para dispensar os pensamentos mágicos? Era possível realizar tal empreendimento a partir de uma educação formal? Como a lógica do pensamento religioso podia ajudar na construção de uma autoridade racional, reconhecida como legítima?

Essa reprogramação mental transforma comportamentos, estabelece novos parâmetros de "certo e errado" e determina outro sentido para a vida. Ocorre "de dentro para fora" porque se vincula à vontade e ao compromisso pessoal, surgidos na mente.

Depois da mudança, a nova crença continua a oferecer saídas inteligentes para problemas complicados. Era preciso, ao mesmo tempo, perdoar e ser perdoado por matadores contumazes.

Exige renunciar à violência para lidar com seus conflitos e parar de usar drogas, de fumar e de beber. Também mudar a forma de se relacionar com as mulheres e costurar uma nova rede de amigos com o abandono da antiga.

A conversão, nesse sentido, se revela como uma *estratégia de sobrevivência*, ao desarmar conflitos por meio de pactos de não agressão. Permite desenvolver uma rede de apoio para empreender – e ganhar a vida honestamente.

Na *Metanoia* (conversão), a pessoa renasce e torna a viver uma encarnação no mesmo corpo, sem precisar morrer. Manso colecionou muitos desses casos porque eram histórias pessoais extraordinárias em contextos urbanos de violência.

Os casos eram os mais variados porque as conversões atingiam grupos, ocupações e classes de renda e riqueza diversas. Muitos ocorriam depois de longos períodos de depressão. Mas também havia os gatilhos das *epifanias* — um recado dos céus, uma voz, um sonho, um acontecimento marcante —, a revelar a urgência da mudança de rumo.

Também policiais passaram a usar a violência para impor suas vontades diante das adversidades, como se assim fossem livres, capazes de fazer suas próprias leis e julgamentos sumários. Na visão desses grupos, o extermínio de bandidos funcionava em duas frentes: fazia desaparecer os jovens considerados perigosos e ensinava obediência aos demais sobreviventes das chacinas policiais.

Foi o caso de muitos *justiceiros* — moradores das periferias paulistanas tornados *matadores*, financiados por comerciantes locais — e de policiais militares. Começaram a matar achando, assim, reduzirem o crime.

Na prática, disseminaram mais violência. Cada morte promovia círculos de vinganças e conflitos. Fizeram as taxas de homicídios explodirem.

Policiais antes honestos acabavam descobrindo corrupções dentro da própria polícia. Mandava os suspeitos para a delegacia de manhã e, à noite, já os encontrava na rua.

Perguntava como tinham saído; eles diziam para ele ir “buscar sua parte do dinheiro com o delegado”. A revolta contra o sistema vai crescendo e com o tempo amadurece a ideia de *executar os suspeitos*.

No processo de autoengano, passa a “matar por idealismo”. Assassina os garotos reincidentes, vistos como incuráveis, porque, em sua perspectiva de *juiz sem contraditório*, deviam sumir do mundo para torná-lo mais seguro.

Após um vacilo como prender, na frente de diversas testemunhas, um suspeito a ser executado, vai para a prisão. Quando passa anos preso em regime fechado, recebe convites para fugir e trabalhar em *quadrilhas formadas por policiais*, com conexões fora do país, especialistas em extorsão, roubo e furto de carros.

Quando vai se adaptando à vida de detento, ao mesmo tempo, vai perdendo contato com “o lado de fora” da prisão. Vê a família se afastar, seus filhos crescem à distância e sua mulher não vai mais visitá-lo. Por esse abandono, aceita o convite dos evangélicos para ir a um culto dentro do presídio.

Ali, “cai na real”: sua vida havia sido um erro, uma imensa ilusão, e sua nova identidade seria moldada pelas novas crenças. Deus teria deixado um manual, a Bíblia, para os crentes seguirem suas instruções.

A história de muitos ex-policiais matadores ao se converterem em crentes, contém certa transformação. Muitos haviam se tornado *exterminadores* por acreditarem os bandidos não terem salvação por serem essencialmente ruins, malvados, sem chance de recuperação. Por isso, deveriam ser eliminados em vez de presos.

Contudo, quando os próprios policiais matadores se transformavam e passavam a acreditar na possibilidade de mudança, passavam a acreditar: *todos devem ter chances de se transformar*. Afinal, “um homem não pode querer assumir o papel de Deus sobre a vida e a morte de outros seres humanos”.

Quando o ex-policial se encontra abatido, sem esperança de escapar da morte, ameaçado dia e noite pelos outros presos,

sentindo-se vulnerável a ponto de tentar o suicídio, passa a estar aberto para mudar suas crenças. Aprende a ter amor pela vida.

Muitos, mesmo depois de convertidos em crentes, sofrem retaliação de criminosos do PCC, em atentados contra policiais, assassinados até na frente da nova família. Eles haviam se transformado, mas o mundo continuava o mesmo.

Outros crentes mais pragmáticos e/ou realistas assumem, por exemplo, uma missão na Cracolândia para trabalhar com as travestis ou transsexuais. Pregam elas não mudarem suas identidades ou orientações, mas deixarem as drogas e as ruas.

Meros fenômenos isolados não ajudam a explicar *alterações estruturais da sociedade*. Com o tempo, contudo, os casos de conversão se mostraram sintomas visíveis de uma *sociedade em mutação*, cujos integrantes tentavam se adaptar aos sobressaltos e mudanças pelos quais o país vinha passando.

Segundo Bruno Paes Manso, em seu livro de leitura fundamental para entender o Brasil urbano, ou mais precisamente, a periferia metropolitana, “a modernidade e a urbanização carregam um passado de escravidão e de violência. Ele nos assombrará por muito tempo”.

Andá com fé eu vou... Que a fé não costuma faiá

Bruno Paes Manso trata, no livro *A Fé e o Fuzil: Crime e Religião no Brasil do Século XXI*, das condições degradantes da vida urbana popular e suas consequências socioeconômicas e políticas.

A modernidade e a urbanização carregam um passado de escravidão e de violência. Com a emigração da vida no campo se cortam os laços familiares e de vizinhança, a relação com a terra, a produção do próprio alimento, os vínculos de interdependência com os grandes proprietários. Tudo passa a fazer parte do passado.

Os migrantes descobrem, nas grandes cidades, é preciso ter muito dinheiro, senão o mínimo para sobreviver de forma apropriada em bairros distantes do emprego, em barracos sem água, luz e esgoto, sem asfalto e sem transporte.

Sem as antigas redes de apoio, é “cada um por si”, em competição desesperada para superar a pobreza. Ganha quem consegue mais dinheiro, não apenas para as necessidades urgentes e concretas, mas também para as conquistas materiais simbólicas. Só elas garantem respeito, status social e protegem de situações violentas e humilhantes.

Muitos ficam pelo caminho, pobres, com fome, sem emprego. Para as pessoas entrevistadas por Manso, “era preciso abrir outra via, mesmo no lado mais escuro da vida. Um atalho no qual a competição fosse menos desigual. A trajetória no crime se qualificava para ser esse desvio. A trapaça era justificável pela injustiça das normas”.

Os machos cheios de testosterona adquirem um ideal de masculinidade urbana, uma postura de insubmissão contra um sistema injusto e violento. “Entre matadores, policiais, grupos de extermínio e criminosos, o sistema funcionava como uma máquina bem azeitada de produzir pecadores, enquanto os pentecostais tentavam faturar oferecendo um antídoto para essas almas”.

O modelo de *Metanoia* (conversão) segue o clássico padrão “antes” e “depois”: antes da nova crença, eu estava perdido; depois de a aceitar, eu me reencontrei e fiquei em paz. As conversões substituem identidades de menor prestígio social por outras valorizadas.

Os testemunhos são reproduzíveis em diversas plataformas: nos cultos, nas prisões, nas escolas, no rádio, na TV, em praça pública, na internet, quase não existem restrições. São frequentes os casos de “ex-mendigos”, “ex-meninos de rua”, “ex-trafficantes”, “ex-líderes de facções”, “ex-sobreviventes do Massacre do Carandiru”, “ex-bruxas”, “ex-travestis”, “ex-drag queens”, “ex-gays”, “ex-lésbicas”, “ex-prostitutas”, “ex-mães de santo”, “ex-macumbeiros”, “ex-satanistas” e “ex-viciados”.

Ao mesmo tempo, geram polêmicas e acusações entre os sem acreditarem na possibilidade de conversão desses sujeitos, esses casos são celebrados pelos devotos, ao glorificarem o poder sobrenatural divino. São comuns, também, as conversões pelas curas de doenças, consideradas milagrosas.

Quando seu processo de Metanoia começa, o novo crente deixa de escutar, diariamente, os três sons, segundo “filósofos de boteco”, inspiradores dos homens ao longo da vida: *o tilintar das moedas, a algazarra das palmas e o gemido das mulheres*. Alguns estavam saturado da sua própria imagem – e criam nova autoimagem.

No geral, Bruno Paes Manso via todas essas mudanças com bons olhos. “Quase sempre os convertidos se tornavam pessoas melhores, porque conseguiram diminuir a voracidade de seu ego para pensar no próximo. No mercado de crenças havia excelentes pacotes de conversões para reduzir o sofrimento e as angústias da vida”.

Essas transformações dependiam da capacidade das pessoas de acreditar cegamente na verdade pregada pelos pastores. Elas se libertavam da identidade anterior causadora de sofrimento, mas se aprisionavam em outra.

Uma das características dessas mudanças, contudo, era *o foco nos indivíduos* e a falta de atenção aos *mecanismos do sistema*. Eles não paravam de produzir pecadores.

As leituras da Bíblia indicavam o caminho no lugar dos debates técnicos sobre políticas públicas e os rumos do país, feitos pela esquerda. A chegada dos pentecostais transformou o debate, passando a girar em torno das *pautas de costumes*. Elas, em tese, em uma república democrática, deveriam ficar restritas ao universo privado.

No entanto, o pentecostalismo não é sinônimo de alienação ou de fanatismo adotado pelos religiosos incultos. A mistura entre crenças privadas e interesse público estava dando as caras na política brasileira. Desde a Constituinte de 1988, as bancadas evangélicas vinham crescendo, contemplando os valores de uma parte da população.

Alguns despreparados para os cargos para os quais foram eleitos diziam “tomar as decisões a partir das interpretações da Bíblia”, muitas delas distorcidas. Em 2018, a confusão gerada pela mistura desses mundos resultou na eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro.

Apesar de não ser evangélico, seu conservadorismo era apreciado por boa parte do grupo. Seu segundo nome era praticamente uma revelação, e sua fama de ungido aumentou depois de ter sofrido um atentado a faca, às vésperas do pleito.

O fato de ele estar vivo, afinal, só podia ser milagre de Deus... Ou obra do capeta?

Ele era um dos políticos mais infames da história brasileira. Nada disso importava, porque o sagrado havia entrado em cena. Estava presente no slogan da campanha: "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos".

Depois dos quatros anos desastrosos, ficou evidente: "o dinheiro e as joias sobretudo!" Mas os crentes praticam o autoengano: *andá com fé eu vou... que a fé não costuma faiá.*

"Traficrentes" no Poder Popular

Quanto ao fuzil, Bruno Paes Manso trata, no livro *A Fé e o Fuzil: Crime e Religião no Brasil do Século XXI* (2023), distingue as facções do crime organizado. Mostra como, a situação no Rio de Janeiro começou a mudar em 2007, quando o Terceiro Comando Puro (TCP) — novo nome do Terceiro Comando, rebatizado por causa de rixas internas — assumiu o controle do varejo de drogas em territórios antes sob o domínio do Comando Vermelho (CV).

Muitas invasões envolveram confrontos violentos, mas o CV nunca mais conseguiu retomar seus antigos territórios. Passaram a ser dominados por um mesmo grupo armado.

Os chefes do Terceiro Comando, e depois do TCP desde sua fundação, *evitavam o confronto com policiais*, uma estratégia bem-sucedida, porque permitiu o grupo ser menos visado pelas forças de segurança. Ajudaria depois a ampliar a possibilidade de *alianças com os milicianos*, grupos formados sobretudo por policiais e agentes penitenciários. Eles seguiam em ascensão para se tornar o grupo criminoso mais poderoso do Rio de Janeiro.

Outra mudança foi, a partir dos anos 1990, símbolos ligados à umbanda, ao candomblé e ao catolicismo, vinham sendo substituídos por representações da fé pentecostal. O processo foi liderado por um

traficante do TCP convertido à Assembleia de Deus dos Últimos Dias. Portanto, o avanço pentecostal ajudava a criar um ambiente de cordialidade na relação com os moradores.

Além disso, evitava-se a todo custo o enfrentamento com a polícia. Em muitos lugares, onde *o pentecostalismo se misturava com o crime e a milícia*, a violência passou a se voltar contra terreiros e seguidores de religiões de matrizes africanas.

Com frequência crime e religião precisam interagir. Manso lembra a espiritualidade aguçada de diversos bandidos famosos. De Lampião aos mafiosos italianos, muitos clamam pela proteção dos céus ou dos santos para suas vidas arriscadas, sempre a um passo da morte.

Ele narra o caso do bando iniciador de um pequeno império teocrático na zona norte do Rio: a antiga "Faixa de Gaza" iria emergir como "o Complexo de Israel". Em 2016, o TCP decidiu avançar sobre o bairro vizinho de Cidade Alta, antes reduto do CV.

Os integrantes da facção rival estavam cheios de dívidas, depois de seguidas apreensões de armas em operações policiais. Foram perdendo a credibilidade com seus fornecedores.

O líder do TCP era um leitor da Bíblia. Acreditava ter recebido uma mensagem de Deus e comparava sua trajetória à de personagens sagrados, nas guerras de conquistas territoriais do Antigo Testamento. Tudo decorria de seu canal direto com o Criador.

A Bíblia e obediência aos desejos superiores dava uma motivação extra, para além dos objetivos financeiros dos traficantes: sua governança tinha lastro nos textos sagrados. As cinco favelas sob comando do TCP passaram a ser chamadas de "Complexo de Israel", fortalecendo o mito em torno de seu líder.

Para marcar o batismo do novo conjunto de favelas, colocou uma enorme estrela de Davi, em neon azul, no topo de uma caixa-d'água, além de hastear a bandeira de Israel no ponto mais alto da comunidade. Era para esses símbolos serem vistos por quem passasse pela avenida Brasil, importante ligação entre bairros no Rio de Janeiro.

Os planos de expansão dos “traficantes” seguiram para a Baixada Fluminense, em direção a comunidades de Duque de Caixas e Nova Iguaçu. Tomaram medidas voltadas para melhorar o cotidiano dos moradores e investiram em pavimentação e coleta de lixo, além de construírem uma ponte para ligar as comunidades, obra adiada pela Prefeitura.

O novo líder, por exemplo, se posicionou contra a comercialização de *crack* na favela. Dedicava-se à maconha de cultivo hidropônico, produto menos prejudicial à saúde dos consumidores, comercializada na entrada da favela abertamente.

A relação dos traficantes cariocas estabelecida com o sagrado era bem diferente das Metanoias dos ex-criminosos paulistas, acompanhadas por Bruno Paes Manso. Eles continuavam ganhando dinheiro com o crime.

Ostentavam seus fuzis para impor autoridade, corrompiam policiais e usavam violência contra os inimigos, vivendo à margem das leis da cidade. Havia criado seu próprio reino, um complexo unificado de cinco favelas com nome e bandeira próprios.

Os “malandros cariocas” resgataram o sagrado e se apropriaram de sua linguagem e símbolos. Afinal, eram cada vez mais populares entre os pobres e os defensores de uma nova ordem à base da violência, ou seja, contra a desordem associada ao CV.

A conversão e o uso da religião estavam ligados com um projeto de poder. Revelava a capacidade de a religião manipular as crenças e produzir poder se houver uma narrativa convincente para sustentá-lo.

A percepção de uma cidade formada por reinos isolados era confirmada pelos dados, apresentados por Bruno Paes Manso. Em 2019, traficantes e milicianos exerciam o controle armado de mais de 75% dos territórios da região metropolitana do Rio!

As milícias se fortalecem com o descontrole das polícias e se aproveitam da pregação do *pentecostalismo punitivista* tolerante à violência fardada. O risco é se propagar no país.

Autoridade, ordem, propósito, redes de apoio. De repente, uma nova forma de poder definia a direção do futuro do Brasil.

Alerta Bruno Paes Manso: “se levado ao extremo, o espírito guerreiro e competitivo pode descambar para a ilegalidade, deslegitimar o Estado de Direito em benefício de um *populismo canhestro e fundamentalista*”.

Mercado da Fé e das Armas

Bruno Paes Manso, no livro *A Fé e o Fuzil: Crime e Religião no Brasil do Século XXI* (2023), expõe a origem de um problema-chave da atual política brasileira. No Congresso Nacional, deputados da Bancada da Bala passaram a “andar de mãos dadas” com os representantes da Bancada da Bíblia, todos concentrados nos mesmos partidos do Centrão.

Boa parte deles e dos pastores atuava em apoio ao ex-presidente neofascista. Enxergavam-no como o comandante militar, submisso a eles, para uma “guerra santa”.

As bancadas da Bala e da Bíblia se aliavam. Enquanto os da primeira ganhavam poder bradando contra o “crime oficial” (não o *oficioso das milícias*), os da segunda levantavam a bandeira contra “os bandidos” ainda não convertidos. Juntas aprovaram o aumento da venda de armas e munições.

Manso mostra, no Brasil, essa transformação emergiu *a partir de bases populares* e de um pacote de crenças mais atraente, para a mobilidade social, diante dos vigentes no *mercado da fé*. Atingiram as *elites políticas*, influenciando as decisões do “andar de cima” e garantindo a seus integrantes postos importantes de comando do Estado brasileiro.

O pentecostalismo alcança pessoas de diferentes classes, cores, gêneros e idades. Alguns grupos, porém, estão mais bem representados entre os fiéis.

Na década de 1980, o catolicismo era a religião de 89% dos brasileiros, enquanto 5,6% eram evangélicos. Em pesquisa realizada em 2019, os evangélicos já eram 31%.

O total de igrejas evangélicas também havia se multiplicado por seis em 42 anos, passando de 30,2 mil em 1990 para 178,5 mil em 2022. Caso o grau de crescimento permaneça o mesmo, segundo

estimativas, o Brasil terá mais evangélicos diante dos católicos em 2040.

O crescimento ocorreu em todos os estados do país. Em 2010, seis deles tinham acima de 30% de evangélicos em sua população: Rio de Janeiro e Espírito Santo, no Sudeste, e Rondônia, Roraima, Acre e Amazonas, no Norte. São Paulo registrava 25%, três pontos acima da média brasileira.

Os oito estados com menos de 20% de evangélicos estavam todos no Nordeste, com a exceção de Pernambuco. A hipótese de Manso é interessante, considerando, a região ter se caracterizado como um polo exportador de mão de obra para o resto do país, concentrando os estados de onde saíram as maiores levas de migrantes. Transformaram a realidade e a cultura de cidades industriais do Sudeste e do entorno da Amazônia.

Os laços entre os habitantes em terras nordestinas, apesar de abalados, não precisaram ser refeitos na mesma dimensão diante os emigrantes para os centros emergentes. Os suportes dos familiares, dos vizinhos, as formas de trabalho, o reconhecimento, tudo permanecia relativamente estável.

Suas identidades não tinham de ser reinventadas e eles não sofriam as discriminações vivenciadas por seus conterrâneos nos centros urbanos. A maioria votou em Lula – e foi responsável pela vitória eleitoral em 2022.

A nova crença, na Teologia da Prosperidade, além de mudar a consciência, altera os comportamentos. Permitem a ampliação de laços e a costura de uma rede de contatos e apoios mais forte, ou seja, um *networking*, principalmente, entre pobres, negros, moradores das periferias urbanas.

Manso recupera também a origem histórica de fenômeno social. Os primórdios estão em “querer ficar rico em São Paulo” – se outra leva de emigrantes não foi bem-sucedida no ex-Distrito Federal, Rio de Janeiro, antes atraente. Todos seriam engolidos pela “cidade grande” – e afastados para suas periferias sem infraestrutura urbana.

“São Paulo e Rio de Janeiro significavam, sobretudo, miragens, armadilhas e ilusões”. Muitas mães não suportam o ambiente de

miséria e solidão. Começam a beber e fogem de casa com outro “namorado”, deixando os filhos abandonados com o pai, também entregue à bebida. Eles crescem na rua e sujeitos ao mundo do crime.

A realidade nas cidades era bem diferente das promessas atraentes para levar as pessoas a migrar. Aquela esperança também se amparava em alguns fatos. No campo havia fome, períodos longos de seca e a economia agrária se encontrava em franca decadência.

Sem reforma agrária, faltava perspectiva para os milhares de pessoas destinadas a perpetuar a história de miséria de seus antepassados escravos. As metrópoles eram a perspectiva de encontrar um novo mundo. Levou milhões de retirantes para as estradas.

As histórias de abandono e desamparo atingiram inclusive filhos de quem conseguiu bicos em metalurgias ou olarias, por exemplo. O contexto de pobreza e de desordem causaram sofrimentos insuportáveis, até mesmo para quem conseguia ter uma família e carreira estável. Por causa das rixas, houve diversos homicídios na periferia, devido à gangues metralhar inclusive famílias e inocentes.

Essas trajetórias de infortúnio foram comuns na *transição do Brasil rural para o urbano*. Somam histórias pessoais de abandono de tudo e partir rumo a um futuro incerto e falsamente promissor, onde a miséria podia ser mais cruel diante da vida anterior.

A maioria dos imigrantes sentia, independentemente do lugar, a pobreza sempre tornar a vida muito mais dura. Nas cidades, sem as redes de proteção da família e dos vizinhos, era ainda pior: dinheiro se tornava mais imprescindível, para a sobrevivência, sem a agricultura de subsistência. Não se ganhava o suficiente para alimentar famílias grandes.

Os meninos desamparados se sentiam sozinhos e acabavam se envolvendo com outros garotos, para morar nas ruas do centro, usando cola de sapateiro e outros tipos de droga.

Segundo Manso, “histórias como essas, de sonhos virados pesadelos, não foram eventos isolados, mas fizeram parte de uma epidemia iniciada nos anos 1930. Contagiou mentes de um Brasil

rural. Queria mudar e via essa possibilidade nos centros urbanos. Eles iniciaram um movimento só arrefecido ao longo da década de 1980”.

Uma *grande onda*, representando a migração interna entre 1930 e 1980, mostra a transformação do antigo país agrário em uma das nações mais urbanizadas do planeta. Em 1920, a população urbana (pouco mais de 3 milhões habitantes) representava 10,7% da população total; em 1980, já era 65%. Hoje, o *grau de urbanização* é estimado em 87%.

Manso mostra a realidade urbana ter sido de intolerância e de conflitos entre dois mundos a conviver nas metrópoles. Um deles, formado por pessoas com o desafio de *aprender a sobreviver nas cidades*, abandonadas à própria sorte. O outro tentava *alçar o país à modernidade*, varrendo o passado agrícola e apostando no desenvolvimento industrial como solução para a sociedade brasileira.

Acabou se tornando, aliás todo o mundo ocidental com a nova divisão internacional do trabalho, uma *economia com predomínio de serviços urbanos precários* para ocupar cerca de 70% da população e gerar uma proporção similar de renda. Daí o diagnóstico de baixa produtividade. A indústria mundial predomina na Ásia por conta da *economia de escala*.

O processo caótico de urbanização do Brasil está associada à história rural do país. Durante as primeiras décadas da República, os donos de engenhos e casas-grandes, herdadas do período colonial e escravista, se reinventaram para manter a influência dos *coronéis* no centro da política nacional.

Suas milícias, formadas por capangas, travavam disputas violentas com outras famílias. Ciclos de vingança se perpetuavam na defesa da honra familiar. Pior, o mundo popular urbano incorporou essa tradição de *rixas vingativas* até a fé e o fuzil botarem ordem na quebrada.

O fator de atração estava no Sudeste, nas cidades com indústrias, empregos, dinheiro e mercadorias, cujo consumo parecia ser sinônimo de felicidade. O Estado desenvolvimentista brasileiro, antes da Era Neoliberal I (1980-2002), investiu em infraestrutura e

atraiu capital estrangeiro para acelerar o crescimento industrial, construindo hidrelétricas, estradas, ampliando portos e ferrovias.

Com o *neoliberalismo*, a palavra-de-ordem inclusive na periferia tornou-se o *empreendedorismo* por iniciativas particulares, embora com a rede de apoio evangélica e/ou do crime organizado. Essa esperança do sucesso imediato, em lugar de “denúncia do capitalismo” e promessa de um futuro idílico longínquo, convenceu as pessoas em luta nos espaços urbanos para não sucumbirem à pobreza, à base de baixos salários ou sem emprego, morando em bairros pobres, morros, favelas e periferias.

“Tanto o avanço dos *evangélicos pentecostais* como o crescimento da violência e o surgimento das *facções criminosas de base prisional* são consequências das ondas desse novo Brasil urbano”, afirma Bruno Paes Manso. Os novos discursos reorientaram o comportamento dos compradores dos *pacotes de crenças, sagrados ou profanos*.

Autoridades se formaram à margem do Estado e produziram *uma nova ordem fundamental para explicar a realidade brasileira*. Foi a alternativa de camadas populares diante amigos, parentes e vizinhos mortos ou presos. Na armadilha do sistema, destruíam uns aos outros. Os ex-criminosos refletiam sobre seus amigos mortos por nada, sem deixar legado, e convertiam à nova fé da Teologia da Prosperidade.

Era Pentecostal: Legado da Era Neoliberal

Bruno Paes Manso, no livro *A Fé e o Fuzil: Crime e Religião no Brasil do Século XXI* (2023), mostra o desafio para os homens da periferia metropolitana, sobreviventes do arriscado modo de vida popular, é encontrar “um rumo profissional para fugir do futuro no crime, os três Cs: *cadeia, caixão ou cadeira de rodas*”.

Os convertidos em crentes recebiam promessa de um “empurrão divino”: a parceria com Deus era um superpoder capaz de os ajudar a vencer, ganhar dinheiro, se curar, sem precisar trapacear ou usar a violência. A nova posição de aliado gera *confiança*,

autoestima e amor-próprio, mercadorias valiosas na sociedade altamente competitiva.

Ao empreender, o homem da periferia convertido pode se tornar um pequeno empresário de sucesso, por exemplo, na construção civil. Reaprende a viver em um mundo novo, pautado e hierarquizado por *valores do mercado de consumo*. Ele se integra e participa de uma rede de apoio mútuo.

O caminho alternativo, apresentado pela elite sociocultural, seria a educação formal e secular. Dentro do universo da classe média com formação universitária, seria um caminho necessário, mas não suficiente para prosperar, inclusive devido à má qualidade do ensino público se comparada à de seus concorrentes dos colégios privados.

Bruno Paes Manso narra: “muitos não se iludiam com as promessas de ascensão a partir do mercado de trabalho e da organização política. As cidades dos anos 1980 enfrentavam uma crise econômica profunda, com inflação crescente e queda no nível de emprego. Governos fragilizados, sem dinheiro nem propostas destinadas a melhorar a vida dos pobres, apelavam para a violência policial e o encarceramento massivo”.

Como a competição com os mais ricos era inglória, o crime surgia como opção para os revoltados. Já a oferta da crença em um poder divino podia favorecer o amor-próprio e trazer satisfação pessoal.

Os pastores exorcizavam o desânimo. Impulsionavam o crente a agir de acordo com os valores do meio urbano.

Prometiam compensações para quem obedecesse aos mandamentos do Pentecostalismo, inclusive benefícios materiais. O passado devia ser abandonado em nome do progresso moral e financeiro no presente.

Nesse discurso, dinheiro e riqueza deixaram de ser tabus, inclusive porque faziam os novos templos se tornarem autossustentáveis. “De acordo com a Teologia da Prosperidade, quanto mais o fiel desse para a Igreja, mais ele receberia de Deus”.

Para fazer frente ao poder do *establishment* hegemônico ao longo da história brasileira, liderado pela Igreja católica e apoiado pela elite econômica e política, denunciava-o como persecutório. Apesar das diferenças doutrinárias, a tendência dos pentecostais era se unir contra esse inimigo comum.

Nesse sentido, o sucesso das novas igrejas influenciava as doutrinas protestantes tradicionais. Não queriam ficar para trás e perder fiéis.

Com o pragmatismo mercantil, foram "se flexibilizando com o tempo, liberando gradativamente as mulheres para cortar os cabelos, usar maquiagem e vestir calças compridas, bem como tirando as restrições a ouvir rádio, assistir TV e ir ao cinema. Suas igrejas embarcaram na comunicação em massa para disputar fiéis".

Os novos templos tornaram-se presença inseparável do ambiente das favelas. Brotavam nas periferias de forma orgânica. Afinal, qualquer um sobrevivente na quebrada ou no presídio podia assumir o papel de líder religioso, caso tivesse carisma suficiente para abrir uma igreja e arregimentar seguidores.

Essas novas autoridades religiosas estavam inseridas nas comunidades e conheciam os problemas locais. Tinham mais habilidade para pensar soluções com seus fiéis e potenciais seguidores com conselhos práticos, motivacionais, em vez de ideológicos e críticos, como eram "os padres marxistas" da Teologia da Libertação.

Os grupos religiosos desenvolvem um Estado de bem-estar social improvisado. Em casos de necessidade de hospital, advogado diante da prisão, combate às drogas, os evangélicos prometem apoio.

Enquanto isso, o discurso do movimento social de esquerda denuncia o capitalismo e o neofascismo. Só aponta uma série de desgraças sem solução concreta e imediata. *O pessoal da favela é conhecedor de desgraça, ele deseja sim conhecer alguma graça.*

Daí o sucesso dos evangélicos entre os mais pobres e o enfraquecimento do discurso da Igreja católica e dos movimentos sociais nas periferias. Hoje, predominam valores da Era Pentecostal,

ligados ao *empreendedorismo*, bem diferente das mobilizações de esquerda para pressionar o governo.

Montar um templo é bem mais simples diante de abrir uma igreja católica ou evangélica histórica. Em boa parte das denominações pentecostais, os templos são alugados, alguns em casas pequenas com cadeiras de plástico.

Os custos mensais podem ser rateados pelos participantes mediante a cobrança do dízimo. Alguns *empreendedores da fé* podem começar em sua própria casa, na garagem, com rodas de oração. Elas se expandem e transformam conforme o interesse do público.

Diagnostica Bruno Paes Manso: “Em vez de anos de estudo em seminários ou conhecimento formal sobre teologia e filosofia, exigidos pelos católicos, o sucesso dos pastores pentecostais depende, sobretudo, da sua afinidade com os problemas dos vizinhos e de sua capacidade de pregar e dialogar para transformar angústia em esperança.

A *baixa educação formal* pode ser, inclusive, um fator de proximidade com seus fiéis, com quem compartilham a linguagem, os sofrimentos e os desafios. Assim, o pastor adquire uma renda para dar continuidade a sua própria obra e uma posição de status e respeito em seu meio social”.

Seu levantamento, feito a partir de dados da Receita Federal com o total de registros de pessoas jurídicas classificadas como organizações religiosas, aponta os 12,1 mil templos de 1982 terem se multiplicado até alcançar a marca de 178,5 mil em maio de 2022. Representa a inacreditável abertura de onze novos templos por dia no período!

Segundo Bruno Paes Manso, o primeiro lugar disparado no *ranking* do total de templos, diante da Assembleia de Deus (43.578 unidades), Batista (19.692), Igreja Universal (7.505), Evangelho Quadrangular (5.586), Igreja Presbiterana (5.132) e Congregação Cristã (5.052), ficou com a soma das pequenas igrejas (78.560). Elas não se enquadram em nenhuma das grandes denominações e estão fortemente vinculadas ao carisma de seu próprio fundador.

Segundo dados do Censo, existem cerca de 1,5 mil denominações evangélicas no Brasil. Esse total não para de crescer...

O processo de decisão da Igreja romana sempre foi mais hierárquico e burocrático, vinculado a uma cadeia de comando de padres a bispos e cardeais até o papa. Essa estrutura engessada e vertical da Igreja romana dificultou sua competitividade no *mercado das crenças*. O total de templos do âmbito pentecostal é *catorze vezes maior* diante do total de igrejas do universo católico.

Bruno Paes Manso apresenta a lógica por trás desse *boom empresarial transcendente dos pentecostais*: parte dos migrantes da zona rural e de seus descendentes, durante o processo de urbanização, tinha construído suas casas e vidas nas periferias das grandes cidades. Encamparam um novo tipo de discurso capaz de dar sentido para o local habitado. Ele lhes permitia consertar os erros passados.

“Reinterpretava a realidade e dava novos significados à miséria cotidiana. Enquanto isso, mitos, regras e valores eram restabelecidos para servir como referência, produzindo ordem em ambiente de desordem violenta. Com o passar do tempo, essas referências foram impregnadas por um discurso belicoso. Inflamava a busca pela prosperidade e pelo autocontrole em nome do triunfo do bem sobre o mal”.

Bastava canalizar a energia vital para vencer tentações do diabo: bebida, drogas, doença, depressão, pobreza, ignorância, falta de vontade. Em compensação, os discursos passaram a ser altamente dogmáticos e autoritários. Sua intolerância não costumavam aceitar pensamentos e crenças diversas.

O estigma de *endemoniado* podia cair também sobre gays, feministas, bandidos, famílias fora do padrão, ateus e comunistas. Já os negros e pobres, caso fossem fiéis, eram valorizados. Isto era uma novidade na sociedade racista e elitista brasileira.

Conclui Bruno Paes Manso: “o discurso da luta contra inimigos deixava de focar na classe e na raça e voltava-se contra os ateus, descrentes, progressistas e defensores de costumes libertários, incluindo também brancos e ricos. Esse redirecionamento deu uma nova unidade a um movimento fragmentado, inventando *um discurso*

ao mesmo tempo popular e conservador. Foi apoiado por ricos e pobres conservadores, angustiados com a velocidade das mudanças nos costumes. Por consequência, a mensagem rapidamente foi adotada por políticos em busca de seus objetivos eleitorais”.

Irmão Vota em Irmão

Bruno Paes Manso, no livro *A Fé e o Fuzil: Crime e Religião no Brasil do Século XXI* (2023), apresenta uma análise da *consequência política da emergência popular do pentecostalismo*. A conquista de cargos nos parlamentos e no Poder Executivo pelos pentecostais cresceu logo após a reconquista da democracia e do anúncio de uma nova Constituição em 1988.

A Assembleia de Deus e outras igrejas orientaram seus fiéis a votar nos candidatos próprios. A ideia de crente não se envolver em política ficou no passado da ditadura militar para dar lugar ao compromisso político: “irmão vota em irmão”.

Com essa “mistura de canais”, a verdade factual, objetiva, possível de ser checada para servir de base para as decisões políticas de políticas públicas, perderia prestígio no Congresso Nacional para os temas transcendentais propostos pela bancada da bíblia.

Todos os pastores pregam a votar em seus candidatos para defender suas leis divinas como legislações no Congresso. Barganhar com governos favores e isenções fiscais, para as igrejas e seus membros, se tornou uma prática tolerada pelos políticos.

Os políticos evangélicos, espalhados sempre em partidos da base de apoio dos governos, foram decisivos para dar mais densidade ao *centrão*, com o pragmatismo oportunista característico dos pentecostais. Apoiavam o governo da vez, em troca de vantagens para suas igrejas e grupos.

“Os evangélicos não estavam na política para revolucionar o sistema ou ser oposição. Afinal, conforme a interpretação de diversos pastores, deviam seguir a Bíblia e obedecer às autoridades.”

Assim, a bancada da bíblia se fortaleceu e se tornou uma presença natural e bem adaptada ao *ambiente fisiológico* do Congresso. Conseguiu o direito das mulheres de decidir sobre a

interrupção da gravidez no Brasil ser um dos mais restritivos do mundo.

O grupo fisiológico também se lançou em busca de benefícios concretos para suas igrejas. Eles negociavam de forma pragmática e conquistavam terrenos para construir novos templos, recursos para entidades sociais religiosas, isenção de impostos, tolerância ao barulho dos cultos e, principalmente, concessões de rádios e TVs.

Quando eram acusados de falcatruas, como lavagem de dinheiro, na época ainda sem poder, os empreendedores religiosos afrontavam o *establishment* e se colocavam como vítimas, perseguidas pelo sistema. Em um país repleto de sonegadores, os investigadores viam os pastores como estelionatários capazes de se enriquecer explorando a fé de pessoas ignorantes. Daí focaram neles – e assim provocaram a mudança de estratégia para conquista de poder e desviar esse foco.

Tomar empréstimos em paraísos fiscais, para onde era enviado o *dinheiro do dízimo*, com o objetivo de ampliar a rede da TV Record, era uma típica engenharia financeira “evangélica” (sic). Feita para burlar o pagamento de impostos, envolvia uma ampla rede de “laranjas”. No fim do inquérito policial, segundo Bruno Paes Manso, a Igreja foi autuada por *crime de sonegação* e teve de pagar multas milionárias.

Um dos seus líderes mais notáveis foi preso, acusado de charlatanismo. Sua igreja Universal era criticada por se aproveitar da isenção de impostos para construir um império empresarial muito além da religião. Envolvia jornais, sites, emissoras de TV, rádio, banco, entre outras empresas.

“Havia falcatruas, mas também perseguição e preconceito. Isto fortalecia a convicção dos pentecostais de ser preciso se infiltrar no sistema para não ser engolido por ele”.

Em um novo mundo da rede social, onde vigora o discurso de ódio entre as polarizações (rentáveis), a retórica dos evangélicos ficava mais contundente conforme eles se voltavam aos *discursos apocalípticos*. O avanço nos debates identitários e de costumes abalava as concepções civilizatórias do mundo dos progressistas.

Os evangélicos passaram a enfrentar as ideologias defensoras dos novos formatos de família, diferentes tipos de gênero, abordagens menos moralistas sobre consumo de drogas e prazer, feminismo. Os crentes neoliberais tiraram os programas econômicos da pauta de discussão durante o processo eleitoral.

No entanto, os pastores evangélicos, adeptos da Teologia do Domínio, pregavam, para chegar ao poder, eles precisavam avançar sobre os “Sete Montes”: *família, religião, educação, mídia, entretenimento, finanças e governo*. As “guerras cristãs” deviam ser travadas nessa ordem, principalmente, na cultura: Gramsci a la Olavo de Carvalho...

As finanças e a economia também sofrem com o discurso ultraliberal dos pentecostais. Veem o Estado desenvolvimentista como um aliado dos adversários. É preciso enxugá-lo para estimular o empreendedorismo daqueles com disposição para prosperar com o auxílio divino – e ostentar o recebimento da graça.

A ideologia respaldada por eles se fortaleceu, a partir de 2016, com o golpe no Brasil e a vitória do Donald Trump. “As redes sociais e seus algoritmos acirrariam a polarização política no mundo e potencializariam o discurso de ódio e o compromisso em torno de objetivos e inimigos comuns”.

O caminho estava pavimentado para Jair Bolsonaro. Visto pelos eleitores incultos como um *outsider*, ele era, na verdade, o representante máximo desse *centrão ideológico e conservador*. Enxergava no Estado um meio para beneficiar seus interesses e de seus parceiros militares e milicianos em torno de negócios ligados ao boi, à bala e à Bíblia.

Ele venceria as eleições com a aura de mito, visto como uma espécie de predestinado por escapar de um atentado à faca nas vésperas da eleição. Era capaz de assumir o papel de comandante da guerra espiritual e da luta anticomunista dos evangélicos.

“Venceria com apoio de uma rede de produção de mentiras e notícias falsas, espalhadas estrategicamente pelas redes. (...) A religião iria misturar de vez os conceitos de mentira e de verdade na esfera pública”, diagnosticou Bruno Paes Manso.

Quanto ao “lado do fuzil”, depois de 40 anos quase ininterruptos de crescimento, nos anos 2000 São Paulo passou a ter uma queda contínua do número de assassinatos. Essa redução seguiria firme e, depois de duas décadas, alcançaria mais de 80% de queda, *transformando a taxa de homicídios paulista na menor do Brasil*.

Homens jovens antes se matavam e se vingavam de seus familiares e amigos mortos. Mudaram a forma de agir, passaram a pensar duas vezes, ponderar, como se tivessem trocado as lentes através das quais enxergavam a realidade. Passaram a se submeter a normas e obedecer a autoridades antes não existentes: as do PCC.

Uma reviravolta mental coletiva desse tipo foi sendo moldada em diversas frentes até deslanchar na geração urbana, nascida em São Paulo, descendente dos migrantes rurais. Ela temia morrer cedo, antes dos 25 anos.

Ao longo dos anos 1970 e 1980 eles não tinham rumo, estavam perdidos, renegavam a cultura rural dos pais, mas não colocavam outra no lugar, restando um vazio limitante. Essa falta de perspectiva entre os homens os levava a canalizar suas forças para evitar ser esmagados pelo sistema, trilhando o caminho violento e suicida do crime.

Como resultado, essa geração de homicidas era perseguida pelos justiceiros de seus bairros e pela polícia. Esta defendia os moradores dos bairros mais ricos.

Refletindo sobre a realidade local, *o hip-hop paulista* se tornaria o principal canal de comunicação a construir e expor uma forma de masculinidade crítica e engajada. Não escondia a raiva, mas defendia a necessidade de se manter vivo. O extermínio dos negros – o *rap* denunciava – era o desejado pelo sistema. Cabia evitá-lo.

Essa nova consciência masculina e periférica dizia respeito também ao compromisso com certas normas colocadas no papel, em 1993, com a fundação do PCC (Primeiro Comando da Capital), a maior organização criminosa do Brasil. A facção surgiu nesse contexto cultural de *reinvenção da masculinidade urbana* e, como as igrejas pentecostais, buscava transformar comportamentos e criar

sentidos de vida a partir de estratégias e de estruturas organizacionais.

Ambas as organizações procuraram administrar o caos e produzir ordem entre os seus membros. Nos primeiros anos de existência, a facção esteve associada à violência, na tentativa de impor suas regras.

O papel principal do grupo era atuar como *uma agência reguladora do mercado do crime*, para criar ordem e previsibilidade em um mundo violento e desgovernado. Elaborou e divulgou suas regras, para montar uma estrutura para punir os desviantes, dentro e fora do sistema penitenciário, e *o mercado criminal se tornar previsível*.

A fé e o fuzil, então, impuseram “a santa paz dos cemitérios”, provisória enquanto durar...

Crime Organizado como Empreendimento

Em 2018, Bruno Paes Manso, jornalista, economista e doutor em Ciência Política pela USP, e Camila Nunes Dias, doutora em Sociologia pela USP e professora da Universidade Federal do ABC, lançaram o livro *A guerra: Ascensão do PCC e o Mundo do Crime no Brasil* (2018).

Fizeram uma reportagem investigativa sobre *a guerra entre as maiores facções criminosas* no Brasil. A partir do dia 1º de janeiro de 2017, quando uma onda de rebeliões nos presídios levou à morte de mais de 160 presos ficou claro a mais poderosa facção brasileira, o Primeiro Comando da Capital (PCC), ter rompido o pacto de não agressão mantido desde sua fundação com o Comando Vermelho (CV), grupo criminoso criado no Rio de Janeiro e com franquias espalhadas em outros estados.

“Aquele conflito não era uma briga qualquer, mas um movimento importante em uma rede costurada desde o início dos anos 1980 com *o objetivo de distribuir drogas no mercado brasileiro e no exterior*”.

Ao longo de trinta anos, a configuração dessa rede se dividiu em dois grandes grupos:

1. os *atacadistas*, articulados nas fronteiras para trazer a droga do Paraguai, da Bolívia, do Peru e da Colômbia e distribuir no Brasil ou enviar ao exterior; e
2. os *varejistas*, vendedores da droga nas ruas de seus estados.

A tarefa dos *atacadistas* era superar os obstáculos no caminho, desde quando a droga deixava uma fazenda no Paraguai, no caso da maconha, ou na cordilheira dos Andes, no caso da cocaína. Era preciso:

1. dispor de capital para investir na mercadoria,
2. articulação política para o suborno de autoridades fiscalizadoras das rotas,
3. contato com pilotos de aviões e
4. planejamento para evitar prejuízos.

Esse conjunto de requisitos os tornava a classe mais preparada e endinheirada no negócio das drogas.

Já os *varejistas*, alvos fáceis, fixos e descartáveis, precisavam lutar pela venda nas ruas, disputando espaço a bala com os rivais e a polícia.

“Nas primeiras décadas do tráfico, dois modelos de negócio marcaram a trajetória do comércio varejista das bocas de fumo brasileiras. Um deles foi o do Rio de Janeiro, onde surgiu com o Comando Vermelho no fim dos anos 1970. Primeiro grupo criminoso organizado do Brasil urbano, o CV passou a distribuir a droga a partir de *uma estrutura vertical e hierarquizada*”.

Nos demais estados do Brasil, incluindo São Paulo, o modelo de negócio foi diferente, mas não menos violento. Pequenos e microtraficantes tiveram relativa liberdade para acionar fontes atacadistas e abrir pontos de venda em seus bairros.

Criaram assim uma *rede de distribuição varejista* onde grupos pequenos ou mesmo indivíduos competiam violentamente por poder

e mercado. Eram mortos pelos rivais, pela polícia, por grupos de extermínio ou mesmo em desavenças banais.

O primeiro empreendedor do varejo da droga capaz de aproveitar o potencial dessa rede pulverizada, mas sob comando central, foi Fernandinho Beira-Mar, associado ao CV do Rio de Janeiro. Ele percebeu a relevância estratégica das fronteiras e das parcerias com grandes produtores, eliminando intermediários.

No fim dos anos 1990, deixou Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, rumo ao Paraguai e à Colômbia para se impor como atacadista. Nos anos 2000, depois da prisão do líder do CV, aproveitando-se dos seus contatos com ele, o PCC aproximou-se dos centros produtores em ações articuladas a partir dos presídios paulistas.

Uma inovação tecnológica tornaria possível essa tarefa, inviável poucos anos antes: *o telefone celular*. “O ingresso do PCC no atacado e suas novas formas de gestão criminal deram início a uma pequena revolução na forma de distribuir drogas no Brasil”.

Os paulistas do PCC diziam que seus crimes serem praticados em nome dos “oprimidos pelo sistema” – e não em defesa dos próprios interesses. Isso os diferenciava do personalismo dos traficantes cariocas.

“Com o PCC, o crime passaria a se organizar em torno de uma ideologia: *os ganhos da organização beneficiariam os criminosos em geral*”. Em vez de se autodestruírem, os criminosos deveriam encontrar formas de se organizar para sobreviver ao sistema e aumentar o lucro.

Os inimigos eram os policiais e os “bandidos sangue ruim”. Estes eram os não submissos às regras impostas pelo Partido do Crime – pelo visto, com ambição totalitária de ser um Partido Único...

“O dinheiro do tráfico bancaria a estrutura burocrática em defesa do interesse de seus filiados. Pular intermediários e chegar diretamente aos fornecedores da maconha e da pasta-base de cocaína era a tarefa estratégica para alcançar esse objetivo”.

Um novo modelo de negócio de drogas foi se consolidando. Ao promoverem a conexão entre diferentes redes nos estados, os presídios desempenharam um papel estratégico. O PCC atacadista passou a distribuir para varejistas de todos os estados brasileiros, criando um mercado nacional de drogas interligado. *Good business...*

Após diversos choques e ajustes, o PCC conseguiu enfim montar *um modelo de gestão*. Conforme o mito da fundação do Comando Vermelho inspirado pela aprendizagem com os presos políticos de esquerda, durante a ditadura militar, também o Partido do Crime se organizou-se em células – as “sintonias” – atuantes nas prisões e nos bairros pobres de centenas de cidades brasileiras.

Essas células foram conectadas e formaram coletivos decisórios em âmbito regional, estadual, nacional e internacional. Cada unidade prisional e cada bairro onde havia o controle do PCC tinha um representante da facção para conduzir os negócios e servir de referência na resolução de conflitos.

Ficaram em São Paulo as duas instâncias máximas do PCC: a Sintonia Geral Final (SGF) e o Resumo Disciplinar, formadas por um seleto grupo de presos, para julgamentos e decisões estratégicas.

Manso e Dias (2018) mostram a hierarquia do PCC, composto por sintonias “temáticas”:

1. a Sintonia dos Gravatas, responsável pela contratação e pelo pagamento de advogados;
2. a Sintonia da Ajuda, atuante na distribuição de cesta básica e demais auxílios a integrantes da facção;
3. a Sintonia do Cadastro, responsável pelos registros de batismo – como são chamados os processos de filiação – e relatórios de punição;
4. a Sintonia da Cebola, responsável por arrecadar a mensalidade paga pelos membros do PCC de fora da prisão;
5. a Sintonia da Rifa, organizadora de rifas para levantar recursos.
6. a Sintonia do Progresso responde pelas atividades envolvendo os lucros da facção e se desdobra em várias outras, como:

- a Sintonia do Bob, atuante no comércio de maconha;
- a Sintonia da 100%, ou seja, da cocaína pura;
- a Sintonia das FMS, encarregada das bocas de fumo;
- da Sintonia do Cigarro, atuante no contrabando e comercialização dessa mercadoria nas prisões, e
- a Sintonia do Jogo do Bicho.

Desde 2014, houve a iniciativa do PCC, ao perceber o domínio do mercado de drogas estar vinculado a seu fortalecimento no sistema penitenciário, de iniciar uma espécie de “guerra fria” no crime. Os paulistas ampliaram suas tropas em diferentes unidades prisionais do Brasil, por meio do batismo de novos filiados.

“Os filiados perdem autonomia, assumem compromissos morais e financeiros, mas ganham a proteção e os privilégios de pertencer ao grupo. Têm advogados para acelerar a progressão da pena, empréstimos de armas e capital para novos crimes, contatos com uma ampla rede de fornecedores de drogas e defesa contra concorrentes”.

Em quatro anos, até o começo de 2018, o PCC ganhou 18 mil membros (3 mil em São Paulo e 15 mil nos outros estados) e passou a ter mais de 29 mil filiados no Brasil, com representantes em todas as unidades da federação.

Em algumas localidades os paulistas ganharam fama de arrogantes e opressores. Eram forasteiros sem respeito dos costumes locais. Fazia parte da ofensiva nos presídios a proibição do uso do *crack* e da pasta-base dentro das cadeias, repetindo a regra bem-sucedida para a diminuição dos conflitos nos presídios de São Paulo.

“Pelas sombras, sem publicidade, conflitos isolados e mortes começaram a pipocar pelo Brasil. Na corrida armamentista, os rivais, como era de esperar, também passaram a se organizar e formar alianças. Com a ruptura declarada, os grupos formaram um *cartel*”.

As articulações de parceria no crime começavam a estruturar a nova cena criminal brasileira. Rapidamente se dividiu em torno desses dois grandes grupos.

O CV, criado no fim dos anos 1970, foi a primeira entre as facções criminosas brasileiras atuais. Anos depois serviria como referência para a fundação do grupo paulista.

O PCC nasceu nas prisões de São Paulo mais de uma década depois. Assumiu o mesmo mote do Comando Vermelho e ainda registrou em seu primeiro estatuto a “coligação” com o grupo carioca.

Como no mundo partidário, logo surgiram dissidências. “Os serviços brasileiros de inteligência identificavam oitenta gangues atuando a partir das prisões, sem o assunto ser debatido pelas autoridades, alheias à relevância desses grupos. Quando os conflitos começaram, elas estavam completamente despreparadas para lidar com a situação”, concluem Manso e Dias (2018).

No seu livro *A Fé e o Fuzil: Crime e Religião no Brasil do Século XXI*, Bruno Paes Manso conta o objetivo de eliminar os focos de resistência e as velhas rivalidades entre bancas e indivíduos das quebradas violentas, assim como a memória de tantas vinganças. Para imperar a igualdade e a justiça no crime, as divindades matadoras não podiam mais existir.

“O PCC inovava na gestão do cotidiano ao exercer *o papel de uma agência reguladora do mercado*, atuando diretamente nas prisões e nas quebradas. Mesmo ilegais, agora havia regras ditadas por uma estrutura inteligente e durável que não estava ligada a nomes ou pessoas, mas a funções”.

Para as leis do Partido do Crime serem cumpridas, os *sintonias* podiam ter missões específicas e atividades, entre outras, referentes a:

1. o varejo do tráfico de drogas (a arrecadação de dinheiro para bancar a estrutura burocrática da facção),
2. a gestão dos novos filiados,
3. a relação com criminosos de outros estados ou países,
4. a obtenção de transporte para a visita de familiares a presídios,
5. a contratação de advogados.

“A estabilidade estrutural e a produção de obediência fizeram o mercado criminal se tornar previsível e seus participantes progredirem. A competição entre os empreendedores ilegais não era mais disputada a balas. A irmandade assumiu o uso da força ampliando as oportunidades de negócios e o *networking* da nova rede criminal”.

Além disso, “a rede de contatos se estendeu para além das fronteiras brasileiras e levou seus integrantes ao mercado atacadista para comprar diretamente dos produtores no Paraguai, na Bolívia, na Colômbia e no Peru, com parcerias na Venezuela. O acesso ao atacado aumentou a quantidade de armas e de drogas disponíveis para serem vendidas aos varejistas nacionais de diversos estados, assim como permitiu estender a exportação para o mercado internacional”.

O papel do Brasil na distribuição de entorpecentes no mundo foi ampliado com:

1. a diversificação dessa rede,
2. a visão profissional de seus membros,
3. o compromisso com as regras e
4. a chegada da facção paulista ao mercado produtor sul-americano.

O PCC conseguiu acessar esse mercado altamente lucrativo, interconectado e menos arriscado, se comparado ao varejo das drogas nas quebradas dos centros urbanos. Enfim, a Bíblia e a bala, ao fim e ao cabo, se tornaram grandes empreendimentos de brasileiros!

Em trinta anos de existência, a facção transformou o mercado de drogas brasileiro. Abandonou o discurso antissistema e se inseriu no capitalismo porque conseguia acumular capital e lavar dinheiro.

“O dinheiro do tráfico de drogas ainda financiava outras atividades criminosas, como roubo de automóveis, furto de caixa eletrônico, contrabando de cigarros, remédios, agrotóxicos, equipamentos eletrônicos, armas, roubo e golpes em celular, e crimes ambientais diversos, como garimpo, exportação de madeira ilegal e

grilagem. O PCC, com seus empréstimos, fazia o papel de um banco”, conclui Bruno Paes Manso nesse livro de leitura indispensável para entender o país.

Igreja Evangélica como Empreendedorismo

Marília de Camargo Cesar (Valor, 06/11/23) publicou reportagem oferecendo ao leitor alguns exemplos individuais de como as igrejas evangélicas se tornaram *polos de empreendedorismo*.

Segundo levantamento do Centro de Estudos da Metrópole (CEM-Cepid/Fapesp), somam-se mais de 110 mil templos no Brasil. Por meio de doações individuais ou de estruturas organizadas de ação social, essas comunidades financiam cursos de profissionalização para os membros socialmente vulneráveis, oficinas de Educação Financeira e promovem os serviços e comércios de seus frequentadores.

Essas são algumas das constatações da pesquisa “*Empreendedorismo Evangélico - Igrejas atuam como polos de formação e fortalecimento de pequenos negócios de redes sociais*”, feita pela consultoria Nosotros, focada em temas do universo evangélico brasileiro.

Para o antropólogo Juliano Spyer, fundador da Nosotros, a pesquisa revela um lado da comunidade evangélica não conhecido por todos os analistas da sociedade brasileira. “Tivemos uma certa ambição de provocar reflexão, porque em geral falamos sobre evangélicos e sobre o dinheiro a partir de uma concepção católica e mais crítica, como se ganhar dinheiro, em si, fosse um pecado”, afirma Spyer.

Ele também é criador do site *Observatório Evangélico*, onde publica artigos sobre temas pertinentes a esse público. “Fala-se muito sobre pastores enriquecidos, mas raramente se fala de comunidades prósperas a partir desse apoio assistencial capaz de ajudar as pessoas a melhorar de vida. Esses *hubs* de empreendedorismo são um processo vivo, em especial para as camadas populares, para quem ou está desempregado ou vivendo na informalidade”, afirma.

A pesquisa foi elaborada com base em entrevistas de várias horas realizadas com 22 evangélicos de diversas denominações, nos

Estados de BA, MG e SP, entre os dias 3 e 7 de abril de 2023. O projeto foi coordenado pelo cientista político Danilo Centurione e pelo antropólogo Juliano Spyer.

Os pesquisadores concluíram: além de atuarem como incubadoras de negócios dos fiéis, as igrejas patrocinam formação profissional e estimulam o consumo de bens e serviços de suas empresas.

“Outra conclusão é: as empresas veem cada vez mais o evangélico não somente como *um perfil religioso*, mas como *um tipo de consumidor*”, afirma Spyer. “É um mundo desconhecido e não habitado pela elite sociocultural, mas representa um terço dos consumidores brasileiros.”

Segundo dados do Datafolha, em 2022, os evangélicos representavam 31% da população, enquanto 50% eram católicos, 9% tinham outros cultos e 10% afirmavam não ter religião.

“Pouca gente tem ideia de falar sobre *economia doméstica* não é nenhum tema extraordinário para um pastor. Isso é parte do ensinado nos cultos, com maior ou menor ênfase. Esta maneira protestante de ver o mundo atua no sentido de os crentes se disciplinarem financeiramente da mesma forma como fazem no campo espiritual.”

O pastor Sidney Costa, presidente da IBMAAlpha, ratifica essa visão. Líder de uma comunidade com 10 mil membros em uma das áreas mais ricas de São Paulo (Alphaville), ele costuma dizer: a missão da igreja, além de pregar o Evangelho, também é desenvolver pessoas.

“Temos responsabilidade de combater a pobreza, o desemprego, a falta de oportunidades. Quando eu abro portas para uma profissional de Carapicuíba, onde ela cobra R\$ 30 por uma massagem, mas aqui ela pode cobrar R\$ 100, ela se sente valorizada e tem oportunidade de crescimento. Isso tudo também é missão da igreja.”

Costa lidera a ONG Foco, de *empreendedorismo social*, com nove negócios para sustentar 13 projetos sociais. Uma das ações, o Cozinha Generosa, distribui 7 mil refeições por mês para pessoas em

situação de rua. “A gente convida a pessoa para sair da rua, encaminha para uma casa de restauração, depois paga um curso e isso possibilita a volta para o mercado de trabalho”, conta o pastor.

A Foco faz outros 15 mil atendimentos sociais por mês, como distribuição de alimentos e remédios para 450 famílias pobres de Carapicuíba. Além disso, 700 mulheres recebem mensalmente kits de higiene e 120 crianças participam do projeto Orquestra do Futuro. “Todo esse complexo vai gerando vida e oportunidades, gerando transformação social”, afirma Costa.

A ética protestante e o espírito do capitalismo, finalmente, chegou ao Brasil com um século de atraso em relação à publicação do estudo de Max Weber em duas partes nos anos 1904 e 1905. É um clássico sobre a ética ascética do protestantismo puritano como berço da cultura ocidental moderna.

Os exemplos de estórias individuais são impressionantes. Um homem viveu oito de seus 47 anos vagando pelas ruas de Cotia, na Região Metropolitana de São Paulo, fumando crack e bebendo. Era apenas um número dentre as *236 mil pessoas em situação “de rua” no país*, segundo dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Até os 31 anos, sua vida era totalmente diferente. Dono de um salão de beleza na Granja Viana, onde atendia clientes de classe média alta, morava em uma boa casa em um condomínio da região e viajava sempre quando podia para sua casa de praia, em Itanhaém, no litoral paulista.

Nessa época, começou a frequentar baladas e raves barra-pesada. Então, teve suas primeiras experiências com maconha, cocaína e, por fim, o *crack*. Quando sua mãe faleceu, ele entrou em depressão.

“Parei de trabalhar. Não ia mais no salão. Fui vendendo tudo possuído. Brigava muito com meu pai, com quem eu morava. Até quando fui para a rua e não voltei mais.”

Um antigo cliente do salão, frequentador de uma Igreja Batista, voltou do exterior e, então, foi procurá-lo. Ao saber ele ter se tornado um morador de rua, decidiu ajudar.

“Ele me procurou durante 20 dias até me encontrar em uma favela de Cotia. Assustou-se quando me viu: eu havia perdido 30 kg e pesava 42 kg. Isaque me perguntou se eu queria ajuda. Respondi sim. Foi quando as coisas começaram a mudar”, recorda.

Levou o amigo para a Missão Cristolândia Aboa, ONG evangélica de recuperação de dependentes químicos, em Osasco. Ali, aos poucos, ele foi se recuperando.

A história não parou por aí. O amigo evangélico pagou para ele um curso de atualização para cabeleireiros (R\$ 2 mil) e a igreja financiou outro, de barbeiro (mais R\$ 2 mil).

O recuperado, para a vida civil, acabou sendo contratado pelo Espaço Mulher e Alfa Barber, salões participantes da ONG Foco, braço de empreendedorismo social da Igreja Batista Memorial de Alphaville (IBMApha). Essa comunidade o acolheu.

Como ele, outro homem com 42 anos também aceitou o convite para sair das ruas e teve a oportunidade de recomeçar. Após passar pelo centro de reabilitação da Cristolândia, começou a trabalhar no restaurante da igreja, fazendo doces e bolos.

Uma “irmã” ajudou-o a pagar um curso de confeitaria, no valor de R\$ 3.200. “Peguei o diploma e fui registrado aqui no próprio restaurante da igreja como confeiteiro. Há um ano passei para a gerência”, conta. “Quando vejo quem eu era, foi um grande privilégio ter tido essa oportunidade de começar tudo da estaca zero.”

Capítulo 7. Consequências Políticas

Avanço Pentecostal nas Periferias

“O preconceito contra o *'crente pobre, fanático e ignorante'* continua no Brasil, enquanto as Igrejas Pentecostais e Neopentecostais avançam de forma acelerada pelos rincões do país e pelas franjas das cidades – em um cenário de polarizações políticas e sociais, intolerância, discursos de ódio cada vez mais frequentes, desigualdade social crescente, agravada pela perda de direitos trabalhistas, previdenciários, entre outros, em um caldo a ferver cada vez mais”, afirma Andrea Dip no livro *Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder* (2018).

Segundo lideranças da esquerda brasileira, as Igrejas têm ocupado um vácuo deixado por ela. Teria abandonado o trabalho de base sustentando durante tantos anos pela Teologia da Libertação e outros movimentos sociais. Optou por concentrar esforços na política institucional durante os mandatos presidenciais de Lula e Dilma.

Aconteceram duas coisas:

1. *a esquerda perdeu o contato com as massas por causa da ilusão de já ter ganhado o poder, mesmo sem ter hegemonia no Poder Legislativo;*
2. *a esquerda desprezou a participação evangélica, nas comunidades pobres, e não se envolveu com elas para ter aliados ali.*

O trabalho dos pastores, antes tinha apelo humanitário, mas passou a ter *conotação político-partidária*. Pior, foram cooptados pela direita, porque atua a partir de um enfoque moralista.

As comunidades cristãs prezam muito o *discurso conservador de costumes*. A direita assumiu-se como a grande defensora dessa moral, privilegiando “a construção e a santificação da família”.

Dada a contínua violência ameaçadora, nas periferias, este temor é explorado pelas religiões evangélicas Pentecostais e

Neopentecostais nas comunidades mais pobres. Daí a direita ganhou a atenção desses pastores e, mais tarde, a *cooperação eleitoral* deles.

O crescimento dessas religiões nas periferias não está necessariamente ligado à promessa de sucesso e prosperidade financeira como é pregada pela Teologia da Prosperidade.

Nas periferias, encontram-se basicamente as famílias empobrecidas e marginalizadas pela imigração do campo e excluídas do sistema capitalista. Seus membros se tornaram 'invisíveis', adotando estratégias de sobrevivência em serviços precários como varrer as ruas, recolher o lixo e outros trabalhos manuais vistos como degradantes.

Não eram vistos como cidadãos. Quando se integraram a uma comunidade religiosa, restava a essas pessoas apenas a alternativa de organização social cada vez mais capitaneada pelas manifestações de fé.

No passado, essas manifestações estavam mais relacionadas a *religiões de matriz africana*, mas agora estas são perseguidas pelos Pentecostais e Neopentecostais. Os excluídos se ligaram cada vez mais a religiões evangélicas para obterem o *sentimento de acolhimento e pertencimento*. Ganharam dignidade pessoal.

O Pentecostalismo surgiu na favela já com uma "tecnologia religiosa" capaz de funcionar para as classes populares. As pessoas encontraram ali *um pronto-socorro de saúde mental*.

Quando a vida estava caótica, precarizada, era impossível as pessoas não terem desejo de *colocar uma ordem na vida*. Aceitavam qualquer centralização, organização, ordenação.

Com isso veio a prática do *conservadorismo*. Mas o fato é: esses templos instituíram um "micro-estado precário de bem-estar social".

Com a falta de espaços de cultura e lazer nas comunidades pobres, as pessoas passaram a frequentar a Igreja Universal perto da casa delas. Isto apesar de desconfiarem de os pastores serem pilantras, enganarem as pessoas, tirarem dinheiro do povo.

Mas lá, aos domingos, não tinha nada para fazer. Ninguém aguentava mais ficar em casa assistindo televisão.

No templo, encontram gente, cantam, fazem amizade, é uma festa! E ainda tem as irmãs para cuidar dos filhos, daí as mulheres antes marginalizadas vão mesmo!

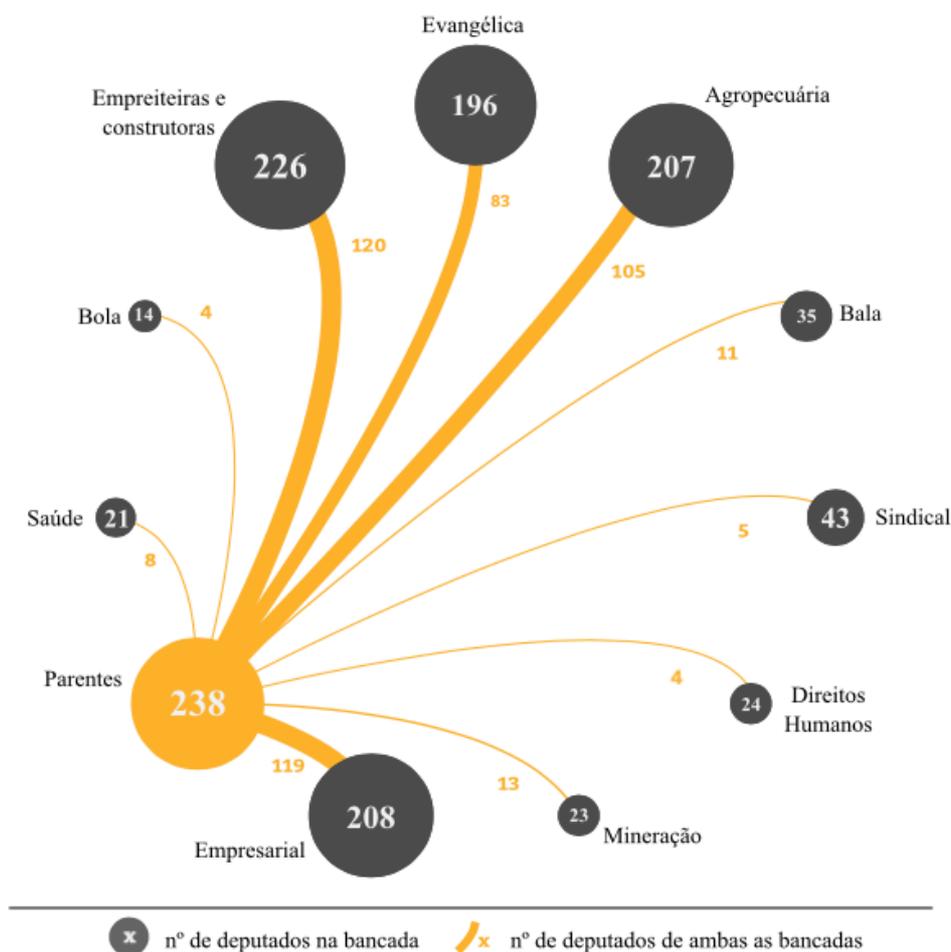
Chegam lá e já se sentem especial. Ninguém as faziam sentir considerada nessa vida de pobreza. Em meio a casas com tijolo aparente, as igrejas são coloridas pelo mutirão de domingo para pintar a igreja, para construir, para limpar.

A religião junta o povo, organiza, congrega. Em um lugar sem nada para divertir, só boteco para os homens, no fim de semana ter um encontro com música, com gente, com um pastor capaz de ouvir e aconselhar, *a pessoa se sente confortada, acolhida e orientada.*

O Pentecostalismo está sendo visto como *o maior movimento auto-organizado dos pobres urbanos no planeta.* É a reação cultural isolada mais importante à *urbanização explosiva e traumática.*

Bancada de Parentes, Dinastias ou Clãs

As bancadas da Câmara dos Deputados



Fonte: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2016/02/Bancadas.html>

A visão da economia como sistema complexo emergente das interações entre seus diversos componentes sociais se afasta do simplório modelo dicotômico do “nós” (pobres) contra “eles” (ricos). “Classes” são também uma construção cultural, mas esta não costuma destacar esse *aspecto extraeconômico* dos valores político-ideológicos relacionados às profissões e/ou ocupações.

Nossas ocupações se relacionam com nossos *valores*. A profissão e a experiência no ambiente de trabalho com colegas corporativos são fundamentais para a formação das atitudes políticas. Por isso, *a estratificação em castas de naturezas ocupacionais*.

Não há, entretanto, uma correlação direta ou causal entre os valores e a posição na estrutura do poder político ou econômico.

Outros atributos da pessoa – ambiente familiar e educacional, nível de escolaridade, faixa etária, opção sexual, ateísmo ou religiosidade etc. – também importam para o posicionamento ideológico.

O Brasil tinha cerca de duas dezenas de *grandes clãs políticos*. Os donatários estão em quase todos os Estados ou “Capitanias Hereditárias”: Pará (Barbalho), Maranhão (Sarney), Ceará (Gomes), Rio Grande do Norte (Maia, Alves), Paraíba (Cunha Lima), Pernambuco (Coelho, Arraes), Alagoas (Collor, Calheiros) Bahia (Magalhães), Minas Gerais (Andrada, Neves), Estado do Rio (Garotinho, Bolsonaro), São Paulo (Tatto), Paraná (Barros, Richa, Requião), Distrito Federal (Roriz).

Estimava-se, em 2014, quase a metade dos integrantes da Câmara e do Senado ter parentes dinásticos, muitos detentores de concessão de rádio e TV. Esses clãs pertenciam à *casta dos oligarcas governantes*.

Seus filhos, netos, cônjuges, irmãos e sobrinhos seguiam a tradição de transferência de poder de uma geração a outra da mesma família. Constituíam uma base parlamentar avessa a mudanças significativas.

Levavam à permanência na sombra do poder de patriarcas por trás dos eleitos. Eram políticos tradicionais desgastados ou até impedidos de concorrer em eleições.

Oligarquia é regime político quando o poder é exercido por um pequeno grupo de pessoas, pertencentes ao mesmo partido, classe ou família. Por extensão, significa a preponderância de um pequeno grupo no poder. No Senado Federal, e até na Câmara de Deputados, por exemplo, perpetuam-se muitos ex-governadores estaduais.

Antes do fim do financiamento corporativo das eleições dos candidatos, os empresários se articulavam em *lobbies* ou com senadores/deputados “devedores de favores” para influenciar decisões do Poder Executivo e/ou do Poder Legislativo.

Face à ameaça de tributação progressiva de rendas e fortunas, heranças e retirada de isenções ou desonerações, além do risco de criminalização, até mesmos os próprios empresários (e procuradores e juízes) passaram a desejar *imunidade parlamentar e autoproteção*.

O IEE (Instituto de Estudos Empresariais) identificou dois grandes grupos de empresários no país:

1. os dependentes da máquina pública para obter privilégios, ligados ao chamado de "capitalismo de Estado neocorporativista", e
2. os detentores de negócios de pequeno e médio portes com pavor de pagamento de impostos ao Estado.

Nenhum tinha um projeto de Nação a defender com impessoalidade no Congresso ou no Poder Executivo.

Como as doações de empresas a campanhas foram proibidas, passaram a ter vantagem eleitoral o candidato rico com patrimônio pessoal suficiente para autofinanciamento eleitoral. Os 13 candidatos à Presidência da República, em 2018, declararam patrimônio somado de R\$ 834 milhões, mas possuíam *de quase nada a quase meio bilhão de reais*.

O mais rico era João Amoêdo (Novo), cuja carreira profissional ocorreu como executivo do setor bancário, com R\$ 425 milhões.

Depois, era o ex-ministro da fazenda Henrique Meirelles (MDB), com R\$ 377 milhões. Ele presidiu o BankBoston e o Banco Central do Brasil.

Seguindo a lista dos presidenciáveis mais ricos, aparecia o João Goulart Filho (PPL) com R\$ 8,6 milhões e José Maria Eymael (DC) com R\$ 6,1 milhões.

Depois deles, vinham Álvaro Dias (Podemos), Jair Bolsonaro (PSL), Ciro Gomes (PDT) e Geraldo Alckmin (PSDB), todos com patrimônio declarado entre R\$ 1 milhão e R\$ 3 milhões.

Fernando Haddad, substituto de Lula em última hora, declarou um patrimônio no valor de R\$ 428 mil, sendo 64% em imóvel.

A candidata da Rede, Marina Silva, declarou ter R\$ 118 mil em patrimônio.

O bombeiro militar Cabo Daciolo (Patriota) apesar de ser deputado federal desde 2015, com salário mensal de R\$ 33,7 mil,

afirmou à Justiça eleitoral não ter nenhum bem. O patrimônio familiar estava registrado em nome da esposa...

Os candidatos não declararam o preço de mercado de seus imóveis do mesmo modo como nas DIRPF. Com isso reduziam bastante o valor do patrimônio pessoal.

Valores pecuniários não são indicadores certos de *valores morais ou éticos*. *Valores político-ideológicos* são mais relacionados às ocupações, isto é, às castas, ou às dinastias. Estas são defensoras tradicionais de suas famílias (clãs) e suas propriedades.

Bancada da Bíblia e Lógica de Ação Mercantil-Religiosa

*“Se tem campanha na igreja
O candidato está errado
Seja na missa ou no culto
Está mal-intencionado
Aquele que pede seu voto
Em um momento sagrado*

*Campanha também não pode
Se for na televisão
Ou no programa de rádio
Da sua religião
Porque não se usa a fé
Pra ganhar uma eleição”*

O Ministério Público Federal do Amapá começou campanha nas redes sociais com versos de cordel intitulado “*Nenhuma Religião Combina com Eleição*”. Tal advertência é necessária haja visto o papel conservador da bancada evangélica no Congresso Nacional.

Por exemplo, quando o presidente temeroso, alçado ao poder no golpe de 2016, preparava uma ofensiva para conquistar votos a favor da reforma da Previdência, ele fazia uma articulação com lideranças de igrejas evangélicas como com o pastor-presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em São Paulo. Temer recebeu também no Planalto o apóstolo fundador da Igreja Mundial do Poder de Deus.

O golpista buscava o convencimento dos fiéis por meio dos pastores. Mas, sobretudo, angariava apoio dos parlamentares

comandados por esses líderes religiosos e integrantes da bancada evangélica na Câmara.

Fabio Murakawa (Valor, 15/01/18) informou os líderes de igrejas evangélicas e partidos ligados a elas terem traçado uma estratégia para ampliarem suas bancadas na Câmara e no Senado a partir de 2019. O objetivo na eleição de 2018 era aumentar de 93 para cerca de 150 o número de deputados federais e quintuplicar, de três para 15, o total de senadores.

A estratégia, no caso do Senado, era lançar apenas um candidato por Estado, evitando dois candidatos evangélicos concorrerem entre si. Naquele ano, 54 cadeiras estavam em jogo no Senado, duas por Estado.

No caso da Câmara, também havia a ideia de fazer uma espécie de “distritão evangélico”, com um ou poucos candidatos ligados às igrejas disputando votos em cada região, independentemente do “partido de aluguel”. Isto era visto como mais difícil de realizar se comparado à eleição ao Senado.

O conselho de pastores tinha condição de mapear as regiões, para saber onde daria para eleger um ou dois deputados representantes de seus negócios. Um desafio era conquistar o eleitor evangélico das regiões Norte e Nordeste, ainda muito fiel ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Com uma bancada maior, os evangélicos pretendiam defender ainda mais uma *agenda conservadora*: antiaborto, contra liberação das drogas e do jogo. Atuariam em prol da chamada “família natural”: um casal heterossexual composto homem e mulher.

Essa coordenação extrapartidária, também negociaria apoio a um candidato a presidente, desde logo, em um eventual segundo turno. Caso eleito, cobraria o apoio.

Na economia, a preferência dos líderes evangélicos era pelo modelo neoliberal, adotado no governo golpista. O “livre-mercado” sem tributação fiscalizada era o ideal para seus negócios obscuros.

Essas conversas sobre a tática eleitoral começaram a se intensificar desde outubro de 2017. Participaram representantes das igrejas batistas, além da Assembleia de Deus, Evangelho

Quadrangular, Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus, Mundial do Poder de Deus, Terra Nova, Fonte da Vida e Sara Nossa Terra, entre outras.

As articulações foram costuradas pelo senador Magno Malta (PR-ES), um golpista ex-candidato a vice-presidente de Bolsonaro.

Conversaram com membros da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana. Eles tinham agendas conservadoras em comum com a dos evangélicos.

Outra frente de mobilização estava na Confederação dos Conselhos de Pastores do Brasil (CONCEPAB), presidida pelo bispo líder da Sara Nossa Terra.

Apesar da força adquirida na pauta conservadora do Congresso, nos anos anteriores, líderes religiosos e políticos da Frente Parlamentar Evangélica se achavam em sub-representações. Citavam pesquisa Datafolha, em dezembro de 2016, ter estimado em 29% o total de evangélicos no país.

O argumento era terem 28% a 33% de representatividade religiosa na população, mas serem ainda 15% do Congresso. Era como este Poder Legislativo tivesse de representar a divisão religiosa da população! Confundiam política e religião!

Consideravam o problema da baixa representatividade mais agudo no Senado, onde o grupo ocupava apenas 3 das 81 cadeiras da Casa. Os evangélicos demandavam um político com perfil articulador no Senado.

Do grau de sucesso da negociação entre as diferentes igrejas dependia o futuro de lideranças importantes, como um pastor da igreja Assembleia de Deus, conhecido por ter presidido a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara. Antes, em 2011, tinha publicado mensagens homofóbicas e racistas em seu Twitter sobre homossexuais e afro-brasileiros.

Em sua trajetória como pastor, chegou a ser denunciado por estelionato pelo procurador-geral da República em 2009. O processo foi remetido ao STF em razão do foro privilegiado. *Tem de manter isso, viu?*

Como político oportunista contumaz, disse na maior cara-de-pau: – “Meu sonho é o Senado. Mas, se não houver uma boa articulação entre as igrejas, não vou trocar o certo pelo duvidoso”.

Depois da campanha nos templos, ele foi eleito para a Câmara em 2014 com 398.087 votos. Foi o terceiro mais votado em São Paulo.

Por qual razão tanta sede pelo poder mundano e abandono do espiritual? As igrejas estão entre *as maiores lavanderias de dinheiro sujo do país*.

Se os fiéis declarassem à Receita Federal o total de dízimos pagos por eles talvez ficasse mais difícil a lavagem. Mas o *lobby* evangélico a defendia. O MP se ocupava só com a perseguição política a Lula.

Uma igreja poderia informar à Receita Federal ter recebido de dízimo qualquer valor desejado, ignorando a diferença com o valor de fato arrecadado dos “fiéis” tementes das pregações. As igrejas declararam à Receita, em 2013, terem recebido em dízimo e doações R\$ 17 bilhões, quase 24% a mais em relação a 2011. Quanto dessa quantia elevada teria sido *lavagem de dinheiro*?

Pelo fato de as igrejas desfrutarem de privilégios fiscais, a Receita Federal não arrecadava nem expunha na internet o “faturamento” das igrejas. Não se sabia, por exemplo, quanto cada igreja obteve dos fiéis e de outras fontes, qual era o destino desse dinheiro, quais das igrejas foram submetidas a auditorias fiscais etc.

Havia suspeita de determinadas igrejas *lavarem dinheiro do tráfico de drogas e de políticos*. Foi confirmada pela prisão pela PF (Polícia Federal), no dia 21/02/18, de dez pessoas suspeitas de colaborar com o tráfico de drogas administrado pela facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) na cidade de Itaquaquecetuba (Grande São Paulo).

Entre os suspeitos, estavam um traficante do PCC e seu irmão, além de um pastor de uma igreja evangélica. *O dinheiro do tráfico era juntado ao dízimo na igreja*. Esta foi construída só para essa função.

Se um traficante de drogas e um político corrupto quisessem lavar o dinheiro sujo, bastava eles criarem uma igreja e declararem ter recebido um montante em dízimos de fiéis inexistentes. Se existiam, não doariam senão um percentual mínimo do registrado por um contador como dízimo.

Não geraria nota fiscal nem seria declarado para imposto de renda, porque igrejas eram (e continuam) isentas. A PF tem de saber como rastrear a procedência dos dízimos.

A *bancada da bíblia* visa principalmente salvaguardar a imunidade tributária aos templos, privilégio alvo de discussões e debates, desde 2015, quando foi realizada campanha popular com petição pedindo *o fim da isenção*.

De acordo com o art. 150, VI da Constituição Federal, é vedado à União, aos Estados, ao DF e aos municípios instituir impostos sobre templos de qualquer culto. Entidades religiosas não sofrem tributação e nem pagam impostos sobre aluguel de imóveis, bens possuídos e serviços prestados.

A justificativa para tal imunidade tributária seria o fato de as religiões serem consideradas como de interesse social e igrejas serem organizações sem fins lucrativos. Teoricamente, não comercializam produtos ou vendem serviços religiosos.

Na prática, a fonte de renda das igrejas inclui, além do dinheiro recebido diretamente dos fiéis, a compra e a venda de imóveis, concessões de estações de rádios, canais de TV etc. Isso sem falar nos rendimentos financeiros com o capital acumulado.

Em um Estado laico não faz sentido dar imunidade tributária a uma parcela das instituições do Brasil apenas porque são religiosas. Qualquer organização usada como negócio, para levar seus líderes ao enriquecimento pessoal, inclusive listados pela revista Forbes, deve ser tributada.

Escândalos envolvendo organizações religiosas motivaram a ação coletiva pelo fim da imunidade tributária a templos de qualquer culto.

Entendeu toda a importância dada à eleição de uma maior "bancada da bíblia"?

Bancada da Bala e Lógica de Ação Militar

Os valores morais são variáveis e podem divergir entre sociedades ou grupos sociais diferentes. Para um grupo de indivíduos uma ação pode ser considerada correta, enquanto para outros agrupamentos esta mesma atitude é repudiada e tida como errada ou imoral.

As ocupações nas Forças Armadas, Polícias Militares e Civis etc., têm os mesmos valores de esportistas: *fama, glória, coragem, honra*. Os guerreiros atacam guerras intermináveis por honra ou vingança por eventual perda de *status social* ou ameaça a seus valores conservadores. Eles se definem, essencialmente, como nacionalistas ou guardiões da Pátria e da Ordem Pública.

Diversas instituições brasileiras, inclusive o crime organizado, controlam a hierarquia e os votos de seus membros, elegem seus representantes e participam do aparelhamento do Estado, ou seja, da distribuição de cargos feita para obter maioria do governo no Parlamento. A alta nos candidatos da chamada "bancada da bala" esboça um cenário capaz de reforçar o *establishment* político. Seu crescimento se destaca face à estagnação de candidaturas femininas e a de não brancos.

Na esteira de candidaturas de militares, como a do capitão reformado (expulso) Jair Bolsonaro (PSL) para presidente, membros de forças de segurança dobraram entre os que disputavam uma das 94 vagas para deputado estadual de São Paulo. O percentual de policiais e militares candidatos um lugar na Assembleia Legislativa passou de 44 (2% do total), em 2014, para 80 (4%), segundo levantamento com base nos dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Em geral, esses candidatos defendiam uma política de segurança mais linha dura: "parar de reconhecer direitos humanos para bandido". Direitos civis e políticos eram ameaçados pelo enfraquecimento do Estatuto do Desarmamento, o reempoderamento dos militares, e o retorno da Justiça Militar para crimes comuns de militares.

Os “intervencionistas” faziam uso de uma interpretação truncada da Constituição de 1988 para afirmar seu pleito de intervenção militar encontrar amparo na legislação magna do país. Um artigo estabelece as Forças Armadas funcionarem “sob a autoridade suprema do Presidente da República” e destinarem-se “à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”.

Nova intervenção militar no Brasil seria antidemocrática e um desastre geopolítico, devido às relações comerciais com outros países. Nem os militares mais lúcidos desejavam repetir o fracasso econômico.

Achavam possível voltar ao poder pela via democrática. Chegaram a protocolar no TSE o pedido de registro de mais uma legenda no Brasil, o Partido Militar Brasileiro, pleiteando o número 38, em alusão ao revólver calibre 38.

Heloisa Starling comentou essas ações coletivas de militares de sair do seu campo profissional específico para se meter na política. “Há uma consequência imediata desse intervencionismo na vida pública nacional: *militar é treinado para a guerra*. Então, na hora que ele se transfere para política, é difícil encontrar um militar capaz de agir de forma não-autoritária porque se é treinado para o conflito da guerra, faz uso da violência e não pode discordar de ordens, tem de obedecer. Afinal, sua vida está em risco”.

As Forças Armadas intervêm na história política brasileira de duas maneiras: ou por meio de *golpes* ou com *candidaturas*. Houve as candidaturas de Eurico Gaspar Dutra, general, e do Henrique Teixeira Lott, marechal, espécie posto de oficial general na Aeronáutica.

Bolsonaro não se encaixava nesse perfil, era um capitão expulso. Exceto o caso de Luís Carlos Prestes, ex-militar líder do Partido Comunista Brasileiro no pós-guerra, nenhum grau intermediário na hierarquia militar tinha antes se candidatado à Presidência da República.

Além do Bolsonaro ter uma história militar nada exemplar, o deputado da bancada da bala não defendia praticamente nenhum valor democrático. Todas suas propostas eram referentes à supressão

de direitos dos outros, à disseminação de violência e à extinção de instituições fundamentais.

Xucro, usava uma anacrônica retórica anticomunista, vigente durante a Guerra Fria (1945-1991). Explorou sua obsessão: "combater o PT".

O interesse corporativo maior da cúpula das Forças Armadas era sugerir mudanças no seu próprio regime de aposentadorias, elevando para até 70 anos, por exemplo, a idade obrigatória a ir para a reserva. Em troca, evitariam a área econômica promover mudanças em seus privilégios, como a alíquota de contribuição em 7,5%.

Segundo a Fazenda, os cerca de 300 mil inativos e pensionistas militares responderam por 44% (R\$ 34 bilhões) do déficit de R\$ 77 bilhões dos servidores da União em 2016. A receita com suas contribuições não passou de R\$ 2,5 bilhões.

O valor pago a inativos, argumentavam os militares, era um encargo da União. Assim, o Ministério da Defesa considerava apenas o pagamento das pensões no cálculo do déficit: R\$ 14,6 bilhões.

O dinheiro da cobrança dos 7,5% de militares ativos e inativos se destinava ao pagamento de pensões, argumentavam, e não ao financiamento das despesas com os militares na *reserva*. Este era o jargão usado para quando eles deixavam a ativa, mas poderiam ser convocados em situações de guerra. Servidores civis da União pagavam uma alíquota de 11% para financiamento da despesa total.

Apesar de rejeitarem a elevação, os militares aceitavam acabar com a isenção para cabos e soldados com menos de dois anos de serviço. Pela proposta em discussão no Ministério da Defesa, a idade para passar à reserva subiria para um intervalo de 55 a 70 anos.

Representaria um aumento de 11 anos para graduações mais baixas e de 4 anos para postos mais altos. Antes, aquelas idades variavam de 44 anos (soldado e marinheiro) até 66 anos (general de Exército, almirante de esquadra e tenente-brigadeiro).

Com o teto de 55 anos para o soldado, estaria garantido um tempo médio de contribuição de 36 anos para esse posto, porque eles ingressavam, em média, com 19 anos. Os soldados passavam para a inatividade com cerca de 25 anos de contribuição, abaixo dos 30

exigidos para militares optarem pela inatividade antes da idade-limite com aposentadoria integral.

Os oficiais davam como certo o tempo mínimo de contribuição ser elevado para 35 anos. O efeito da regra seria pequeno nos postos mais altos, pois a maioria ia para a reserva pela idade-teto.

A *bancada da bala* advogava em favor das regras favoráveis às aposentadorias precoces da corporação, justificadas pelas peculiaridades da carreira. Os membros das Forças Armadas estariam à disposição permanente do Estado e sujeitos, na vida ativa, a deslocamentos por todo o território nacional.

Não podiam sindicalizar-se ou promover greves, embora pudessem se candidatar em licença, *transformando suas instituições quase em partidos políticos*. Não dispunham de FGTS ou remuneração por hora extra.

Contra as regalias de Exército, Marinha, e Aeronáutica, suprimiu-se em 2001, para os novos ingressantes na carreira, a pensão vitalícia para as filhas solteiras.

Entendeu toda a importância dada à eleição de uma maior "bancada da bala"?

Bancada da Bola e Lógica de Ação Mercantil-Corrupta

Havia divergência entre fontes de informações a respeito do tamanho das bancadas BBB. A Publica (Agência de Jornalismo Investigativo) indicava a da bala ter 35 parlamentares, a do boi, 207, e a da bíblia, 196.

Mas havia dupla ou até tripla contagem. Vinte parlamentares atuavam nas três, entre eles, o evangélico, corrupto e golpista Eduardo Cunha.

Nas frentes da "bala" e do "boi" havia 105 deputados ativos em ambas. E 22 congressistas estavam nas frentes da "bíblia" e da "bala" ao mesmo tempo.

Segundo essa fonte, no todo, 373 (73%) dos 513 deputados estavam inscritos em pelo menos um dos três grupos. *As bancadas temáticas superavam em muito o tamanho de cada partido.*

Mas não eram apenas essas três bancadas atuantes na Câmara de Deputados. Há um quarto B: a *da bola* com 14 deputados. Indicava, na vida urbana brasileira, até futebol tinha virado *negócio escuso*.

Por exemplo, notícia de julho de 2015 – um semestre depois da eleição de deputados em 2014 – informava a Câmara já ter aprovado a Medida Provisória (MP) 671, tratando da renegociação das dívidas dos clubes e federações de futebol. Foi após um acordo com o governo, o relator do projeto, deputado do PSDB-RJ, e a *bancada da bola*, ligada à Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

A MP permitiu os débitos, cujo valor era estimado em R\$ 4 bilhões, serem quitados em 240 parcelas. O governo garantiu ainda a correção dos contratos de financiamento das dívidas ocorrer pela taxa Selic – a bancada da bola tentou articular a troca pelo IPCA, índice de correção menor.

Foi autorizado a Caixa Econômica Federal lançar uma loteria-raspadinha, cujo lucro seria dividido com os clubes. Também poderia atuar no mercado de apostas *online*.

O REFIS dos clubes permitiu abater 40% dos juros e 70% das multas aplicadas pela Receita por tributos federais não pagos. O governo apoiou o projeto para melhorar a arrecadação – os clubes deixaram de pagar os impostos à espera do Refis – e apresentar à população uma “medida moralizadora” da CBF.

Os clubes teriam de cumprir regras de governança, transparência, responsabilidade fiscal e adotar um programa de saneamento de suas dívidas para terem acesso ao benefício. Apesar das resistências, foi aprovado o fim da reeleição indefinida dos dirigentes de clubes, federações e CBF.

Os mandatos passaram a ser de quatro anos, com apenas uma recondução. Os clubes, para poderem disputar os campeonatos de sua série, teriam de apresentar certidão negativa de débitos não refinanciados no início do torneio.

Para aderir, as entidades desistiriam de ações judiciais relativas aos débitos. A primeira parcela deveria ser paga até 30 de novembro de 2015.

Além da defesa desses interesses lobísticos dos clubes de futebol, quais eram as contrapartidas pessoais dos membros da bancada da bola: imunidade parlamentar contra processos por corrupção privada? Contra investigação de dinheiro frio (“por fora”) em negociações de jogadores para o exterior? Ou contra o risco da extradição?

Em 2011, autoridades dos Estados Unidos decidiram desvendar *a rede de corrupção na elite do futebol mundial*. Dois anos depois, um brasileiro foi um dos primeiros a serem detidos.

Sua empresa, a Traffic, tinha se transformado em uma das maiores do mundo no ramo de *marketing* esportivo, graças principalmente a um esquema de propinas. Elas beneficiavam os mais poderosos dirigentes das Américas e da FIFA.

Ele formalizou a delação diante de um juiz de Nova York em 2013. O empresário, então com 71 anos, já enfrentava problemas pulmonares e câncer na garganta. Debilitado, ele faria qualquer coisa para escapar da cadeia.

O FBI havia reunido provas de formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, entre outros crimes. A saída, então, foi delatar os seus comparsas. A denúncia levou à queda de dezenas de cartolas, a começar por um ex-presidente da CBF preso nos EUA.

A trajetória do denunciante, antes da criação da Traffic, nos anos 80, revelava alguns componentes interativos para *enriquecimento com o futebol na sociedade espetáculo*. Era o dono da TV TEM, responsável pela retransmissão da Globo para 49% da população do estado de São Paulo.

Fez vários negócios com a TV Globo nas compras e vendas de direitos de transmissão de campeonatos. Caso ela não aceitasse as condições exigidas, negociava com canais concorrentes e marcava as partidas de futebol para disputar audiência no horário nobre contra suas novelas e o Jornal Nacional.

O sucesso na comercialização de placas de publicidades nos estádios o levou a fazer negócios com a CBF mesmo antes da entrada de outro corrupto no poder em 1989. A partir dessa associação, começou a ganhar milhões com a compra e venda de direitos de torneios como a Copa Libertadores e a Copa América.

Adquiria por um valor baixo e revendia com alta margem de lucro. Obtinha a preferência nas negociações porque pagava propinas para dirigentes.

Para evitar a prisão nos Estados Unidos, ele passou a ser um dos principais colaboradores na investigação do *Fifagate*, o escândalo de corrupção na Fifa. Em seus últimos cinco anos – morreu em maio de 2018 – deu depoimentos, gravou conversas com outros empresários e dirigentes e repassou documentos.

Por causa dele, outro ex-presidente da CBF foi banido do futebol e mais um mandatário da entidade foi preso em penitenciária no Brooklyn, em Nova York, à espera de sentença.

O delator explicou aos procuradores como funcionava o esquema de propinas e quem foram os maiores beneficiados pelos seus pagamentos: um brasileiro presidente da CBF, um paraguaio presidente da Conmebol, entre 1986 e 2013, e um argentino presidente da Associação de Futebol Argentino de 1979 até sua morte 2014.

Isso ocorreu até a ascensão de cartolas mais jovens e de países alijados do processo e do dinheiro envolvido. O delator deixou como herança empresas no Brasil, em seu nome e em nome de familiares, cujo valor era estimado em cerca de R\$ 750 milhões.

Uma investigação começou na Polícia Federal no Rio em abril de 2017. Apurava suspeitas de crimes contra o sistema financeiro, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, estelionato e falsidade ideológica, entre outros, supostamente cometidos por três ex-presidentes da CBF.

O inquérito no Rio foi aberto a partir do relatório alternativo da CPI do Futebol, de 2015. Apontou supostas irregularidades envolvendo a CBF e o Comitê Organizador Local da Copa 2014.

No entanto, o inquérito subiu ao STF (Supremo Tribunal Federal) logo três meses depois, em julho de 2017, devido a suspeitas de envolvimento do deputado federal do PP-ES. Os membros da “bancada da bola” tinham foro especial perante essa corte.

Em novembro de 2017, em petição ao relator no STF, a procuradora-geral da República afirmou não haver motivos para manter na corte as investigações sobre os suspeitos sem foro especial. Um ministro acolheu o pedido e determinou o desmembramento em abril de 2018. Este era o tempo vagaroso, em certas causas, da Justiça “cega” brasileira.

Nos termos do pedido da PGR, somente a parte relativa ao deputado permaneceria no Supremo. Pelo foro privilegiado, os candidatos-cartolas almejavam ser eleitos.

Foro privilegiado é um direito dado a algumas autoridades ocupantes de cargos públicos. Esse direito é em relação ao julgamento de processos criminais. Permite os ocupantes desses cargos não serem julgados pela justiça comum em primeira instância.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em maio de 2018, reduzir o alcance do foro privilegiado de deputados e senadores somente para aqueles processos sobre crimes ocorridos durante o mandato e relacionados ao exercício do cargo parlamentar. Com a decisão, deixariam o Supremo Tribunal Federal parte dos cerca de 540 inquéritos e ações penais em tramitação, segundo a assessoria do STF.

Haveria ainda motivação para a existência de uma *bancada da bola* no Congresso Nacional? Sem dúvida, por exemplo, a CBF registrou, de abril de 2017 a março de 2018, mais de R\$ 35,3 milhões em comissões foram para agentes de futebol por transações feitas no mercado nacional.

Aumentou 46,5% em relação ao período anterior, quando as negociações movimentaram R\$ 24,1 milhões. Aumentou também o número de profissionais envolvidos nesse negócio entre atletas, treinadores e clubes: os 330 intermediários cadastrados em 2016 evoluíram para 513.

Esses R\$ 35,3 milhões pareceriam elevados se não estivessem diluídos entre 732 operações informadas pelos agentes. Seria como se cada transação feita tivesse custado pouco mais de R\$ 48,3 mil.

Em um mercado milionário no qual se costumava cobrar 10% de comissão sobre o valor bruto do negócio, era ingenuidade achar esse valor ser verdadeiro. Várias dessas negociações aconteciam por fora, às margens da formalidade.

Na prática, quase nada mudou no modo de fazer as transações. Em vez de ganhar na porcentagem sobre o jogador, o empresário passou a faturar com comissões.

A falta de uniformidade entre as regras dos países e a falta de fiscalização da Fifa gerava um alto número de “negociações não declaradas” – e aumentava o lucro dos agentes e o risco de concessão de propinas para dirigentes.

Entendeu a importância de pertencer à bancada da bola?

Bancada do Boi em Defesa de Interesses Ruralistas

A contrapartida de vida urbana seria a vida rural. Porém, muitos “fazendeiros” moram (bem) nas cidades, quando não são acionistas estrangeiros moradores no exterior. Defendem seus interesses, inclusive para “lavar dinheiro” com tenacidade.

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) promoveu mudanças no sistema de registro de candidaturas na eleição de 2018, restringindo a transparência em relação ao patrimônio dos candidatos. Nas disputas anteriores, os políticos eram obrigados a listar seus bens de forma detalhada, com tipo, descrição e valor, permitindo comparações entre si e com as declarações anteriores.

Os pecuaristas inscritos no Cadastro de Contribuintes do ICMS (CCI) tinham de fazer a Declaração do Resumo de Movimentação de Rebanho e Inventário de Gado. Segundo a Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz), a declaração era obrigatória.

Caso o pecuarista não cumprisse com sua obrigação estaria sujeito a penalidades. Para declarar, o contribuinte precisava preencher um formulário *online*, no site da Sefaz, com todas as

mudanças ocorridas no rebanho no ano anterior, incluindo as entradas, saídas e mudanças de era.

Deviam ser discriminados todos os animais do estabelecimento ou de terceiros, inclusive sob o regime de pasto ou confinamento. Ao não declarar o pecuarista estaria sujeito a multa no valor de apenas R\$ 1.100,00, além de restrições de alguns serviços oferecidos pela Secretaria da Fazenda, como a emissão de nota fiscal avulsa e alteração no cadastro de contribuinte.

Era muito difícil fiscalizar uma boiada. Sempre havia fraude nesse campo.

Lavar dinheiro com rebanhos e fazendas era uma operação fácil. Era comum o uso de imóveis rurais como instrumento de lavagem de recursos financeiros de origem ilegal.

Toda a documentação podia ser falsificada. Em escândalos políticos, vários envolvidos tentaram explicar a origem de seus rendimentos com negócios de compra e venda de gado.

Não eram raros os casos de agentes públicos suspeitos explicarem a origem de seus bens com transações na área rural. Não se tratava só de falsidade material, mas ideológica.

Era possível obter junto às repartições públicas boa parte da documentação necessária e simular negociações inexistentes ou só existentes parcialmente. Chamava-se de “vaca de papel”, “soja de papel” etc.

O proprietário declarava ter tanto de gado ou tanto de produto, fazia a inscrição no órgão competente, obtinha o talonário de notas fiscais, comprava vacinas, simulava a venda e pagava o imposto.

No ramo agropecuário, o controle pelo Estado de processos de lavagem na zona rural era a mais difícil. Eram muitos contribuintes com renda obtida na atividade rural e pouca estrutura para fiscalizar.

A documentação era considerada imprescindível para transações dentro da lei, pois atestavam o cumprimento das exigências sanitárias, garantindo preço e acesso da carne ao mercado formal. Com registros do estabelecimento, de procedência do gado,

nota fiscal, recibos e comprovantes sanitários em mãos era possível até obter a desejada Guia de Transporte Animal (GTA).

O uso de fazendas para “esquentar” rendimentos “frios” era frequente por causa da tributação diferenciada dada ao setor agropecuário. Pela lei, somente 20% da receita originária de atividades rurais estavam sujeitos ao pagamento de Imposto de Renda. Para assalariados, a tributação alcançava quase todos os rendimentos.

Saia barato, portanto, lavar dinheiro no ramo agropecuário, especialmente quando o contribuinte era pessoa física. Muitas vezes, a transação com gado até existia, mas o fraudador subfatura custos, com o objetivo de ampliar artificialmente os lucros.

Assim, abria espaço para “esquentar” rendimentos sem origem declarada. Havia casos de toda a transação ser fictícia, com documentos obtidos a partir de furtos, falsificação ou da conivência de frigoríficos.

Um pecuarista ao comercializar seu gado de um Estado para outro estava sujeito à tributação. No entanto, se ele comercializava direto com um frigorífico, quem arcava com o imposto era o frigorífico.

Muitas vezes este recebia isenção fiscal, como no caso dele ser exportador. De forma geral, em média, somente 5% do faturamento bruto do produtor era destinado à carga tributária.

Os ruralistas justificavam a sonegação com a contumaz retórica conservadora: “apesar da grande arrecadação, o governo não consegue oferecer as contrapartidas esperadas pelo contribuinte”.

No caso do setor agrícola, a melhoria de estradas, portos e toda a infraestrutura seria necessária para um país com a produção agrícola do Brasil.

Um exemplo disso era o frete. Ele tinha seu preço encarecido em boa parte devido ao mau estado de conservação das estradas ou aos pedágios instalados nas rodovias geridas pela iniciativa privada, ou seja, acaba-se pagando duas vezes pelo mesmo serviço.

Além de reclamar de muitos impostos embutidos nos insumos e isso sobrecarregar o agronegócio, a bancada ruralista defendia a renegociação de impostos sobre dívidas, senão o calote das próprias dívidas.

Os pecuaristas diziam sofrer com o custo do transporte, supostamente bi tributado por causa dos pedágios e IPVA, e quando havia transporte de animais de um estado para outro. Somado aos tributos pagos pelos frigoríficos, reclamavam o agronegócio pagar mais de uma vez pelo mesmo produto.

Existiam 373 processos na Justiça contra os 178 parlamentares, um terço da Câmara de 513 deputados. Desses deputados federais em ações penais ou inquéritos, 68 (38,2%) eram integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

O site *De Olho nos Ruralistas* (<https://deolhonosruralistas.com.br>) fez esse recorte de dados a partir de levantamento elaborado em maio de 2018 pelo site *Congresso em Foco*. Este utilizou informações do Supremo Tribunal Federal (STF).

Esses integrantes da bancada do agronegócio respondiam por 152 (38,2%) dos processos. A Frente Parlamentar da Agropecuária possuía, segundo o site da organização, 228 deputados filiados, mas esse era um número bastante flexível.

Quase um terço do total (68 parlamentares, 29,82% do total de membros) respondia a inquéritos ou ações penais. O número de deputados ruralistas sob processos ia além desse subtotal.

Nem todo parlamentar fazendeiro – ou de família latifundiária, dono de empresa agropecuária, defensor sistemático do agronegócio – fazia parte da FPA. O observatório levantou outros sete casos. Somente com esses sete parlamentares – e há outros – o número de ruralistas na lista dos denunciados chegava a 75, ou 43,36% do total.

Um dos exemplos desses parlamentares “sem FPA” era o do Jair Bolsonaro (PSL- RJ). Ele tinha forte atuação contra os camponeses do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e defendia restrições para terras indígenas e quilombolas.

Segundo o relatório *Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdade no Brasil rural*, publicado pela Oxfam,

dados da PGFN mostravam 4.013 pessoas físicas e jurídicas detentoras de terra deverem R\$ 906 bilhões, uma dívida acima do PIB de 26 estados. Cada um desses devedores tinha dívida acima de R\$ 50 milhões.

Segundo dados do INCRA, havia um grupo ainda mais seletivo de 729 proprietários. Eles declararam possuir 4.057 imóveis rurais, somando uma dívida de R\$ 200 bilhões.

As terras pertencentes a esse grupo abrangiam mais de 6,5 milhões de hectares, segundo informações cadastradas no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR).

Em vez de cobrar os débitos, porém, o governo temeroso editou a Medida Provisória nº 733, concedendo mais privilégios ao permitir os ruralistas liquidarem saldo devedor com bônus entre 60% e 95%. Eram exemplos da importância da bancada ruralista em defesa de benefícios algumas das medidas (ou das inoperâncias) do governo Temer:

1. nenhuma homologação de Terras Indígenas;
2. paralisação da demarcação de territórios quilombolas;
3. Lei da Grilagem;
4. redução e parcelamento das dívidas dos ruralistas;
5. MP elaborada com a participação direta do setor do agronegócio para alterar a lei sobre agrotóxicos;
6. preparo da venda de terras para estrangeiros.

Apesar da progressividade do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), em relação ao tamanho e utilização do terreno, sua cobrança era responsável por apenas 0,0887% da carga tributária, em 2014, percentual médio constatado desde os anos 1990.

Os grandes e médios proprietários pagavam o principal tributo no meio rural brasileiro, em média, R\$ 1,52 por hectare em 2010, segundo os dados das áreas totais cadastradas no SNCR.

Entendeu a importância dada à eleição da maior bancada, a "do boi"?

Sonegadores e Conservadorismo

Na campanha eleitoral de 2018, logo após Lula ter sido declarado inelegível, a *bancada do boi* capturou a candidatura de Jair Bolsonaro (PSL) à Presidência. A FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária), braço congressual do setor, declarou apoio na véspera de eleição no 1º. turno ao deputado-capitão da bancada da bala desde 1991.

Participante ativa da base de apoio ao governo golpista, corrupto e aprofundador da crise econômica, seu cinismo político e moral era descarado. "Uniremos esforços para evitar candidatos ligados à esquemas de corrupção e ao aprofundamento da crise econômica brasileira retornem ao comando do nosso país", disse em nota a deputada do DEM-MS, presidente da Frente ruralista.

Predominavam nela os políticos do Centro-Oeste, não por acaso uma região ainda sem a cultura urbana desenvolvida. Entre os interioranos, muitos depredadores dos Três Poderes em Brasília em 08/01/2023, o candidato boçal atingia os maiores índices de intenção de voto.

A FPA dizia reunir 261 de 594 deputados e senadores. Historicamente ligada à candidatura do PSDB e fortemente integrada por membros do chamado Centrão, a mistura partidária conservadora também denominada de "emedebismo", a frente vinha se aproximando de Bolsonaro e sabotando a candidatura de Geraldo Alckmin.

A traição política se deu sem o menor pudor. O capitão contra o MST (Movimento de Sem Terra) já contava com o apoio do presidente da reacionária UDR (União Democrática Ruralista), como conselheiro principal na área rural.

Além da importância econômica, o agronegócio tinha grande capilaridade em Estados onde se necessitava de menos votos para se eleger. A Sociedade Rural Brasileira estimava haver 5,5 milhões de pessoas empregadas diretamente em sua cadeia produtiva no Brasil.

Cada uma delas tinha família e, geralmente, integrava núcleos comunitários regionais, ampliando em quatro ou cinco vezes seu alcance. Predominava ainda o “curral eleitoral”...

Antes de sua eleição já caía a máscara de Bolsonaro. Antes, ele proferia um discurso de rejeição à política tradicional. Depois, já comemorava o apoio do Centrão, majoritário na composição da frente ruralista, e o apoio dos fazendeiros reacionários. Eles compunham o agrupamento social mais refratário ao petismo aliado ao MST.

Houve crescimento do apoio ao candidato conservador principalmente entre eleitoras mulheres, pobres (renda de menos de dois salários mínimos) e evangélicas. Os líderes evangélicos orientaram os votos a favor do conservadorismo dos fiéis durante os cultos, alimentando o sentimento anti-PT e contra a pauta identitária do “elenão”.

O bispo Edir Macedo, dono da Igreja Universal do Reino de Deus, declarou apoio ao capitão reformado no fim de semana anterior à eleição. Logo após, o presidente emérito da Assembleia de Deus também anunciou voto no candidato de extrema-direita. Eram os verdadeiros líderes da bancada da bíblia.

A bancada da bala reunia, oficialmente, 35 congressistas, mas chegava a agregar até uma centena quando as votações envolviam interesses corporativos de policiais militares, civis e federais.

Esse grupo de políticos profissionais defendia mudanças no Estatuto do Desarmamento, com o apoio de setores conservadores da sociedade e da indústria armamentista e de munições. Contava, em particular, com a apreensão da população perante os índices de violência em alta.

O clamor por segurança pública era respondido com a promessa de armamento geral e consequente aumento da violência. Discussões de trânsito, ciúmes e qualquer contrariedade pessoal se resolveriam na bala!

O livro “*How Democracies Die*” [Como as Democracias Morrem], cujos coautores Steven Levitsky e Daniel Ziblatt eram professores da Universidade Harvard, lançado no Brasil pela editora Zahar, apresentou uma tabela, denominada de Teste de Litmus da Democracia.

Originalmente, esse teste era usado na química para medir a alcalinidade ou acidez de uma substância. Se algum dos quatro

indicadores não era respeitado, o *signal de ameaça à democracia* era aceso.

Steven Levitsky esteve no Brasil para dar uma palestra na Fundação FHC. Pesquisou sobre o candidato autoritário e aplicou nele o teste decisivo sobre seu potencial de matar a democracia.

Primeiro indicador: *ele rejeitava as regras do jogo democrático*. Ao longo de sua carreira política, desde 1991, ele sempre elogiou a ditadura militar e contestou a legitimidade da democracia após 1985.

Já tinha defendido o fechamento do Congresso, prometeu o abarrotamento do STF com juízes conservadores nomeados por ele, questionou o sistema de urnas eletrônicas preanunciando não aceitar o resultado eleitoral caso perca, aceitou um general como vice-presidente a favor de um autogolpe.

Logo, não apenas se apresentou de maneira autoritária de forma mais aberta e ofensiva se comparado aos demais “assassinos da democracia liberal” como Erdogan, Orban, Fujimori, Maduro e golpistas do Paraguai. Nenhum deles tinha antes de ser eleito defendido uma ditadura.

Segundo indicador: *ele tinha intolerância frente às diferenças de costumes e incentivava a violência*. Em 1998, Bolsonaro lamentou os militares não terem matado mais 30 mil pessoas, inclusive o então presidente Fernando Henrique Cardoso, incentivou a polícia extrajudicial a matar suspeitos de crimes, acolheu esquadrões da morte (“milícias composta por ex-militares”) no Rio de Janeiro, justificou a chacina de 19 trabalhadores rurais no Pará em 1996, defendeu o armamentismo geral, era contra as lutas feministas, antirracistas e homofóbico.

Terceiro indicador: *negava a legitimidade da existência de rivais partidários*. Denominava-os levemente de corruptos, criminosos, e promete tratar o MST como fosse um grupo terrorista.

Quarto indicador: *a vontade de reduzir a liberdade civil dos adversários*. Bolsonaro endossou, repetidamente, o uso da tortura e matança extrajudicial, inclusive contra ativistas e políticos esquerdistas.

Conclusão: Bolsonaro era uma figura completamente autoritária, distinto dos demais candidatos principais. Entre eles, nenhum era reprovado no teste da democracia.

Como a democracia brasileira podia se proteger contra esse candidato autoritário? Os partidos políticos (PT, PDT, PSB, PSDB, PSOL, REDE) e os políticos democratas, inclusive do PMDB como o senador Requião, desempenhavam papel vital como *guardiões da democracia*.

Diz Levitsky: "O autoritarismo eleito raramente chega ao poder sozinho. Quase sempre, recebe ajuda da elite. Políticos moderados abrem as portas para ele e cometem um erro de cálculo trágico. Enganam-se ao considerar uma aliança com o extremista de direita ser politicamente útil, porque pode ajudá-los a conquistar ou reter o poder, ou talvez a derrotar um adversário ideológico odiado. Eles presumem serem capazes de controlar o extremista, quando ele for eleito. A história mundial prova isso ser um erro calamitoso".

Movidos por uma combinação de medo, ignorância e ambições imediatistas, os políticos moderados não podem apoiar um candidato extremista antidemocrático. Isso, em outros países, já provou ser um *erro de cálculo trágico*.

Esses políticos não só precisam resistir à tentação de se alinhar aos extremistas, mas devem também se dispor a unir forças com rivais ideológicos a fim de garantir a derrota do extremista. Diante de uma ameaça autoritária, os democratas devem se unir ao oponente do autoritarismo, mesmo estando distantes ideologicamente, se ele tem o compromisso com a sobrevivência da ordem política democrática.

Enganava-se quem dizia "o PT é tão ruim quanto o candidato autoritário". O PT governou democraticamente, assim como tinha feito o PSDB durante o governo FHC. Ambos partidos, aliados com PDT, PSB, PSOL, REDE etc., eram pilares da democracia brasileira.

Evangelismo e Antipetismo

Quase metade da população brasileira era classificada como "despolitizada": *ela não era petista nem antipetista*. Votava com o *afeto em valores morais* ou de acordo com o *estado da economia*.

Preocupado em identificar *antipatias partidárias*, e não necessariamente *as simpatias*, como captam os institutos de pesquisa do país, o cientista político Cesar Zucco, da Escola Brasileira de

Administração Pública e de Empresas (Ebape)/Fundação Getúlio Vargas, no Rio, fez uma pesquisa em detalhes sobre *o antipetismo*.

Em entrevista à Malu Delgado (*Valor*, 17/12/2019) concedeu uma entrevista para reflexão política. Zucco, ex-professor titular em Princeton, explicou as conclusões recentes a partir da atualização de estudos antes usados como fontes primárias do livro escrito em coautoria com o professor David Samuels e lançado em 2018: *Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans: Voting Behavior in Brazil*.

Com base em micro dados de pesquisas do Datafolha e Ibope, e sobretudo em *surveys* acadêmicos, os pesquisadores concluíram: de 1989 até aproximadamente 2014, os petistas e os antipetistas eram grupos com grande semelhança sociodemográfica. A partir desta data, no entanto, antipetistas se tornaram mais ricos e mais escolarizados.

A diferenciação crucial veio em 2018, com a predominância de evangélicos entre os antipetistas, conclusão mais recente comprovada por Zucco. “A *coalizão antipetista* era a dos mais ricos, mais escolarizados e evangélicos.”

Questionado se o crescimento gradual do antipetismo inviabilizaria uma vitória eleitoral do PT nos anos seguintes, Zucco achava tudo depender da economia e da capacidade do Partido dos Trabalhadores fazer alianças com o heterogêneo universo das igrejas evangélicas.

A seguir, faço comentários sobre os principais trechos da entrevista.

Cesar Zucco fez um trabalho “quase arqueológico” de levantar pesquisas desde 1989 para obter algumas informações sobre o *universo de antipetistas e petistas*. Certamente o resultado eleitoral – o percentual dos votos válidos no segundo turno da eleição presidencial entre Jair Bolsonaro e Fernando Haddad, em 2018, (55% x 45%) – era diferente de qualquer definição de petismo/antipetismo.

O primeiro ponto, abordado no citado livro, foi o antipetismo não ser um fenômeno recente. Havia pessoas não **optantes** ao dizer “eu não gosto do PT” desde a origem do PT.

Esse discurso de ódio pode ser por *razão ideológica apriorística*. Por exemplo, membros da casta dos militares foram hostis a fim de privilegiaram seus status e/ou privilégios alcançados durante o

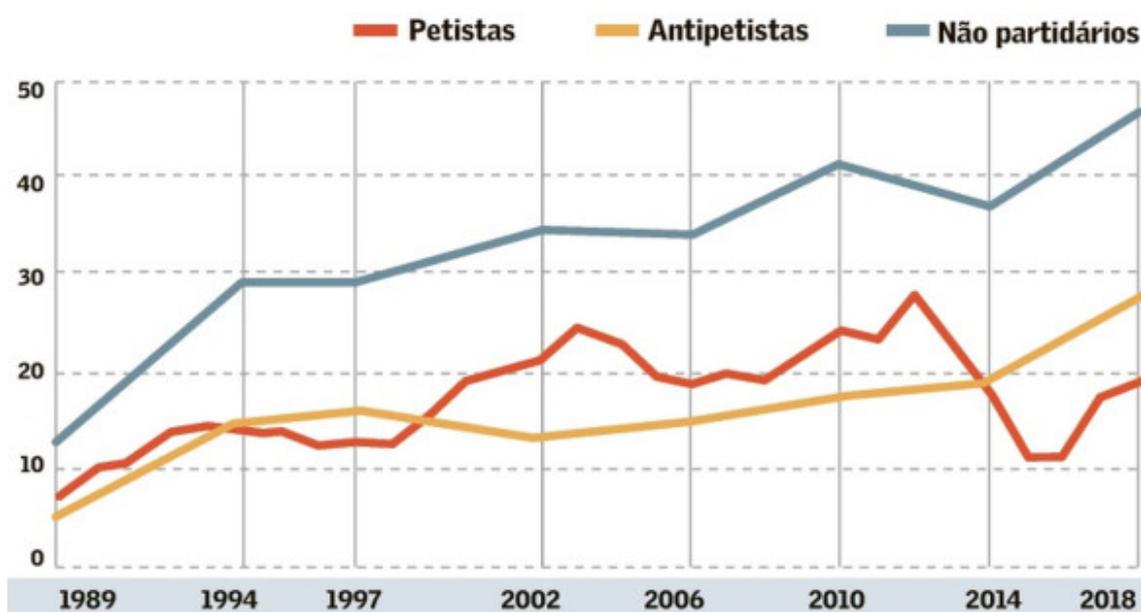
regime ditatorial (1964-1984). Era seu estertor quando o PT foi fundado, em fevereiro de 1980, há mais de 40 anos.

O ódio podia ser também por conflito de interesses em função da assunção da luta de classes binária como bandeira-de-luta, tipo “PT é o partido dos trabalhadores, o resto é burguês”. A casta dos mercadores e seus apoiadores se sentiram hostilizados desde a origem do PT.

Houve momentos, nos anos 90, quando havia mais antipetistas se comparado com o número petistas (ver gráfico).

De 1989 pra cá

Divisão entre PT e anti-PT se arrasta há 3 décadas (% do eleitorado)



Fonte: Cesar Zucco, pesquisador e professor da FGV-Rio, e Condados de Institutos de Pesquisa

Entre 1994 e 1998, o governo FHC recebeu apoio da maioria da população por conta do Plano Real de estabilização inflacionária. Líderes do PT fizeram críticas na “contramão da história”, isto é, ao contrário do desejado por sua base social popular.

Em outros momentos, como em 2012, teve um *pico do petismo*. Houve, depois, uma queda grande com o *impeachment* da Dilma [Rousseff].

Em 2012, houve a “Cruzada da Dilma” contra os juros altos, as altas tarifas de energia elétrica e o preço da gasolina em alta pela elevação da cotação do barril de petróleo. Sua avaliação chegou a 65% de apoio *antes do choque de oferta inflacionário* (quebra de

safra por seca) e elevação dos juros pelo Banco Central em abril de 2013.

Em junho de 2013, explodiram as passeatas (“queremos padrão FIFA” sem aumento de 20 centavos na passagem de ônibus) e a direita “saiu do armário” depois de 30 anos.

O petismo ainda se recuperava com a queda do desemprego ao menor nível histórico e ganhou por pouco a reeleição de 2014, apesar da derrota de 7X1 da seleção brasileira na Copa. Entretanto, cometeu o erro fatal de um estelionato eleitoral ao tentar protelar o golpismo pela aliança com a casta dos mercadores-financistas: o economista neoliberal Joaquim Levy foi uma indicação aceita no lugar o presidente do Bradesco para ministro da Fazenda.

Afastou sua base quando era necessário um contragolpe em bem-estar social para enfrentamento político-ideológico da direita já organizada nas ruas e pregando o golpe com apoio de um “locaute” empresarial. Grandes empresas não-financeiras sofriam o “efeito Lava-Jato” e o choque de juros (14,25% aa durante 15 meses) sobre o alto grau de endividamento bancário. O Partido da Imprensa Golpista (PIG) insuflava os ânimos contra o Partido dos Trabalhadores.

O antipetismo retornou forte em 2018. Para Cesar Zucco, “isso é um processo de longo prazo, não apenas da dinâmica eleitoral”. Juntou dados detalhados para deduzir: “o significado de antipetismo vem mudando com o tempo”.

Segundo Zucco, “nos anos 90, o antipetismo era algo ligado a ‘medo da baderna’. Com o mensalão, em 2005/2006, passou a ser a relação com corrupção”.

Embora tenha se tornado um fenômeno crescente, desde a origem do PT, o antipetismo passou a ter *encarnações diferentes*. A parcela do eleitorado identificada com um lado ou com o outro vinha crescendo com a polarização política-ideológica.

Em 1990, 12% das pessoas eram petistas ou antipetistas. Em 2018 esse número chegou a 45%.

Os votos válidos segundo turno (55% + 45%) significaria 100% das pessoas seriam ou petistas ou antipetistas, o que não é verdade para Zucco.

“Há uma porcentagem grande ou de petistas ou de antipetistas. No Brasil, hoje, não tem nenhum outro grupo comparável a esses

dois em termos de tamanho. Mas estamos falando de, provavelmente, no máximo 50% do eleitorado, com a combinação dos dois. Não diria, portanto, o resultado de 55% X 45%, da eleição, refletir, necessariamente, *antipetismo* e *petismo*".

A polarização eleitoral (e afetiva) estava crescendo. "Antes de 2014, embora existisse grande porcentagem de pessoas petistas e antipetistas, a gente não via a radicalização dessa diferença. Por exemplo: havia coisas estáveis ao longo de todo o tempo, quando a gente olha os *surveys* desde 1989. Desde o início, petistas tendiam a apoiar mais a democracia em vez dos antipetistas. Isso permaneceu estável".

"Ambos os grupos, tanto petista quanto antipetista, têm mais interesses em política em lugar dos não-partidários. Há leve predominância de petistas participando de sindicatos, associações e ativismo, em geral. O que também é estável ao longo do tempo".

Poucos brasileiros militam em causa social. Parece predominar, na pobre população brasileira, inclusive pela falta de educação, informalidade e elevada subutilização da força do trabalho, uma *despolitização* e/ou um *pragmatismo individualista*, tipo "como eu e minha família podemos nós virar", para sobreviver?

Havia uma grande divergência na *avaliação do Lula*: os petistas o tinham sempre em altíssima conta e os antipetistas em baixíssima.

Este era um dado interessante para ser aberto e localizado. Provavelmente, por conta de preconceito, havia diferença regionalista entre o Nordeste-Norte e o Sul-Centro-Oeste. O Sudeste é decisivo.

O "culto à personalidade" encantava parte da esquerda quase como o culto a Jesus Cristo absorvia todos os cristãos. Para esses, a dissidência ao seu culto seria "coisa do diabo"...

Zucco salientou algo visível a olho nu: *a idade*. Os petistas estavam envelhecendo, por conta da maioria pertencer à geração *baby-boom* rebelde, isto é, adolescente nos anos 60.

O Partido dos Trabalhadores não se renovou no mesmo ritmo, inclusive por conta das mudanças no mercado de trabalho de assalariado para "pejotizado" (CPF para CNPJ).

Obviamente, "em 1989 eram em média muito mais jovens em relação aos não-partidários e agora são mais velhos. Os petistas eram proporcionalmente mais homens, e hoje são igualmente homens e mulheres. Os petistas sempre foram menos brancos, mais

pardos e pretos em comparação com os não-partidários. Estes sempre foram [percentualmente] mais brancos”.

Correlação não é causalidade. Mas, em média, a etnia branca possuía mais privilégios sociais. Nela se encontrava a chamada “elite branca” antagonizada pelo PT.

Este sempre batalhou pelo feminismo, antirracismo, contra a homofobia... E até pela ecologia, com uma dúvida existencial, entre ela e a miséria – ou desenvolvimentismo.

Zucco analisa: “é interessante isso, mas, até 2002, *corrupção não era um problema*. Em 2006 e 2010 os dois grupos passaram a dizer *corrupção ser um problema*. Só a partir de 2014 a corrupção passou a ter diferenciação grande entre os dois grupos. Se você pergunta para antipetistas se corrupção é um problema, eles vão dizer ‘sim’, quase todos. Os petistas vão dizer ‘não’. Tem a mudança de idade, demográfica, e percepção de corrupção”.

Com o gradativo afastamento histórico das “paixões exacerbadas” do momento, vai ficando claro: o “grande erro” foi as lideranças do PT ter se aliado com outras lideranças políticas para “jogar conforme as regras”, então predominantes no jogo político-eleitoral brasileiro. Era o financiamento empresarial em “processo de toma-lá-dá-cá” – e embolsar o “resto de campanha” por pessoa física.

Quando sua nomenclatura se descolou de sua base, isto é, dos núcleos de base organizados espontaneamente por grupos de militantes, a bandeira-de-luta de inclusão social significou para alguns membros de sua vanguarda *um enriquecimento pessoal*. Era bom salientar: nem todos se locupletaram tal como os caciques dos demais partidos com pequena tribo. Apenas alguns...

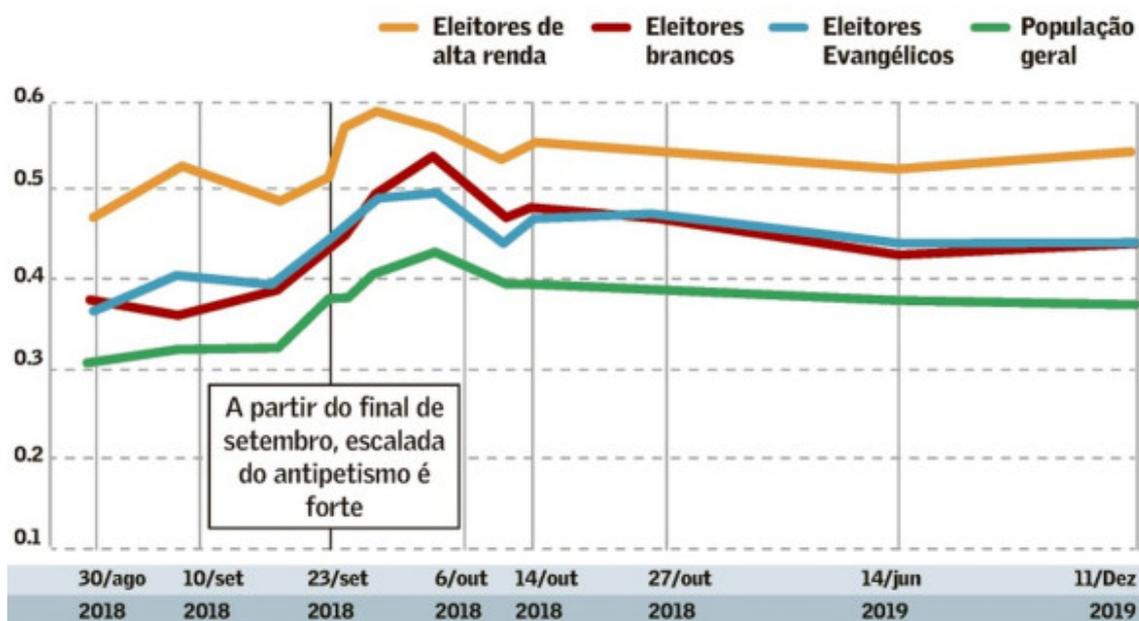
Zucco salientou: “de 2014 para 2018 mudou muito a relação renda e educação. Os dois grupos eram parecidos, petistas e antipetistas. Ambos eram mais ricos, mais bem-educados [escolarizados] em comparação com os não-partidários do Brasil, isto é, a maioria da população”. Depois, os antipetistas se tornaram bem mais ricos e bem mais escolarizados.

Em 1989, a proporção de petistas de alta renda era quase 40%. E mais ou menos também 40% de alta renda eram antipetistas. Em 1994, 2002, 2006 eles ainda são muito parecidos. Em 2002 começam a se separar.

Mas a partir de 2010, os antipetistas foram ficando cada vez mais ricos e mais escolarizados. Em 2014 e 2018, os petistas começaram a ficar mais parecidos com os não-partidários, enquanto os antipetistas são mais escolarizados. Mas o mais impressionante é o impacto da religião (ver gráfico).

Polarização no calor da eleição

Movimento dos petistas e antipetistas de junho de 2018 a junho de 2019



Quanto a essa *correlação entre a religião evangélica e a polarização petismo x antipetismo*, Zucco disse: “não tinha diferença nenhuma em 2002, 2006, 2010. Em 2014 havia pouca diferença entre os dois grupos: os *petistas* eram um pouco menos evangélicos se comparados aos *antipetistas*, mas ninguém destoava muito da média dos não-partidários. Todos os grupos eram mais ou menos iguais.

Em 2018, aconteceu uma diferença enorme. Passou a ter um número muito grande de evangélicos entre os antipetistas. Muito superior ao de petistas. Também, pela primeira vez na história, aconteceu a *identificação com a direita*”.

Nitidamente, na campanha eleitoral, os líderes da casta dos sabidos pastores evangélicos se descolaram da aliança socialdemocrata entre a casta dos sábios e a casta dos trabalhadores. Destacadamente, seus “partidos-de-aluguel” tinham interesse

pecuniário de viabilidade eleitoral e de *marketing* direto com candidato oportunista em termos políticos-corporativos-religiosos.

O capitão reformado sempre se mostrou disposto a abraçar a causa de costumes sociais conservadores e Teologia da Prosperidade com a conquista de benesses para o clã militar. Ele passou a representar os interesses corporativos das bancadas temáticas da bala, da bíblia e do boi: BBB.

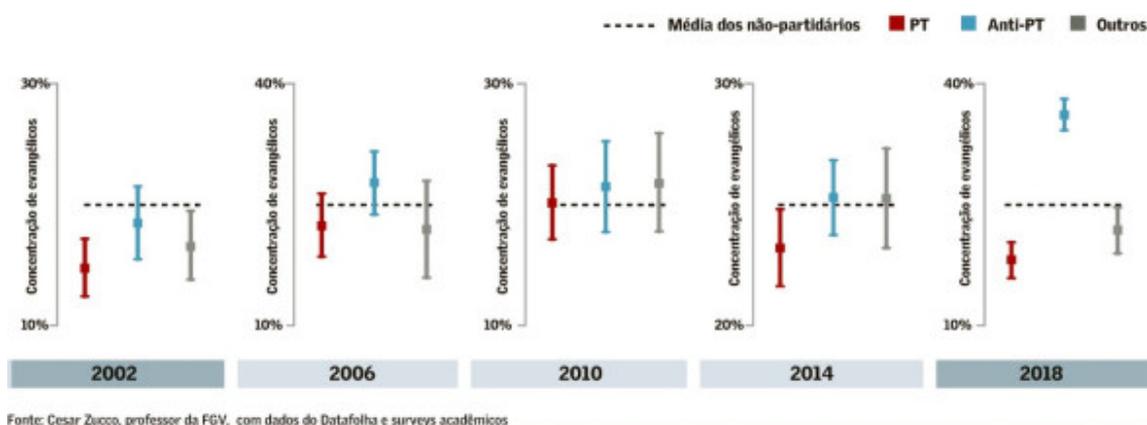
Zucco destacou o fenômeno do “evangelismo da Barra da Tijuca”: “o interessante, no geral, é o seguinte: os antipetistas são mais escolarizados, agora, e proporcionalmente mais ricos. Mas também são proporcionalmente os mais evangélicos. Em geral, os evangélicos estão concentrados em populações mais pobres.

Há bastante contradição nisso, é uma coalizão antipetista estranha. Antes, do ponto de vista sociodemográfico, eram pessoas dos mesmos grupos. A partir de 2014, há uma modificação sociodemográfica nesta polarização. Ela faz a coalizão antipetista dos mais ricos, mais escolarizados e evangélicos. A oscilação de renda e educação começa a aparecer só em 2014.

A *questão dos evangélicos* é um ingrediente trazido nos últimos dois anos. Entre os mais ricos, a proporção de antipetistas chega a quase 60% na eleição, depois caiu. Entre os brancos, cerca de 45%. Entre evangélicos, chegou a quase 50% – e vem caindo. Houve uma polarização muito forte entre uma semana antes da eleição” (ver gráfico).

Evangélicos estão se tornando antipetistas

Fenômeno é claramente detectado na eleição de 2018



Para Zucco, “a polarização eleitoral entre petistas e antipetistas, no sentido quem gosta do PT e quem não gosta do PT, aconteceu e

aumentou desde 1989. Porém, eram pessoas mais ou menos parecidas, do mesmo nível social e mesmo nível de escolaridade. Petistas e antipetistas tinham divergências sobre as prioridades, o conceito de democracia, a prisão do Lula etc., mas não eram extremamente diferentes.

Mas isso, de 2014 para 2018, aumentou muito, seja a *questão renda/educação*, seja em relação à *questão religiosa*, ou seja, 'é um copo meio cheio, meio vazio'. Houve uma continuidade do processo de polarização eleitoral, vindo de muito tempo, mas tem um significado possivelmente diferente nos últimos anos".

Paradoxalmente, pode ter ocorrido "uma cuspidinha no prato onde comeu". Com a massificação do Ensino Superior, tendo ocorrido mais em ensino privado de péssima/má qualidade em conteúdo, mas servindo para obter empregos com recebimento de renda mais elevada, o *individualismo típico neoliberal* auto atribuiu a si todas as conquistas e aos "outros" (pressupostos "diferentes") todos os fracassos. Em Economia Comportamental, isso é chamado de *Viés Heurístico da Auto Atribuição*.

Pior quando ele se somou ao *Viés da Validação Ilusória*: os crentes na Teologia da Prosperidade só passaram a falar com quem pensa da mesma maneira, citavam matérias e reportagens confirmatórias de suas decisões. Deviam ter contatos com pessoas ou fontes questionadoras de suas projeções, fazendo-os refletir a respeito de pensamentos alheios.

Porém, ao invés de buscarem dados e informações capazes de mostrar erros, só procuravam casos de modo a mostrar estarem certos. O dogmático não recebia questionamentos e, portanto, não revia suas análises de maneira criteriosa.

Afinal, *havia a ascensão do antipetismo ao longo das décadas ou apenas ele se reconfigurava?* Zucco disse as duas coisas terem ocorrido. "Como diriam os economistas, tanto na *margem extensiva*, quanto na *margem intensiva*. Tem mais gente antipetistas – e eles parecem ser mais antipetistas se comparados a antes".

No dado do Ibope de dezembro de 2019, registram-se 35% antipetistas e 22% de petistas, ou seja, ambos grupos abarcavam cerca de metade da população. O gráfico do Zucco com os grupos de petismo e antipetismo mostrava a soma dos dois grupos chegar também perto de 50%.

Quase metade do eleitorado ou é uma coisa, ou é outra. Zucco mencionou: “nenhum outro partido chega nem perto do universo desses dois grupos [petismo x antipetismo]. O que existe é *PT e anti-PT*. Não tem mais para ninguém”.

A *ascensão do antipetismo*, na análise de Zucco, porquanto os ricos e escolarizados eram minoria, não se explicava por isso.

“Essa *ligação religiosa e a pauta de costumes* é a maior explicação para isso. É um elemento novo fortalecendo muito essa dinâmica. Ela não existia antes. Essa pauta de costumes tão radicalizada nós nunca tivemos antes no Brasil.

Isso faz algum sentido, porque o governo do capitão joga por aí. Teoricamente, os mais pobres deveriam ter votado mais no PT, mas não votaram por causa dos evangélicos”.

“O alinhamento das igrejas parece ser uma coisa importante. Não sabemos se é uma coisa orgânica e se terá continuidade, porque as igrejas já estiveram de um lado e do outro. O governo está sinalizando querer manter esse grupo na coalizão antipetista.

Não sou especialista em religião, mas as próprias igrejas não eram tão radicais antes. Não sabemos muito bem se é só *uma oportunidade de mercado*, se é fruto do embate entre catolicismo e evangelismo. A maior parte dos evangélicos são pentecostais e neopentecostais, a gente não consegue separar os tradicionais dos não-tradicionais”.

As narrativas, símbolos, tradições e histórias sagradas das religiões se destinam a dar sentido à vida ou explicar a sua origem e do universo para quem não tem educação científica. As religiões propiciam derivar a moralidade, a ética, as leis religiosas ou um estilo de vida preferido por conta de carência de ideias sobre o desconhecido na natureza, inclusive na natureza humana.

Seu culto aproxima o homem de entidades a quem são atribuídos *poderes sobrenaturais*. São vigilantes, porque são *onipresentes, oniscientes e onipresentes*, embora exista uma contradição lógica em prever o futuro e, então, deixar de ter o poder de mudá-lo.

Essa crença, baseada na fé ingênua, supostamente, permite superar o sofrimento e alcançar a felicidade eterna... E na Terra via Teologia da Prosperidade.

Religião se conflita com Partido? Ambos compartilham entre seus membros um conjunto de princípios, crenças e práticas de doutrinas baseadas em “livros sagrados” (como *A Bíblia* ou *O Capital*), unindo seus seguidores em uma mesma comunidade moral, chamada Igreja ou PT?!

Todos os tipos de religião têm seus fundamentos, algumas se baseiam em diversas análises filosóficas capazes de explicar, sem maior questionamento, tipo Adão e Eva, *o que somos e porque viemos ao mundo*. Outras se sobressaem pela fé inquestionável.

Também há aquelas com extensos ensinamentos éticos. Configuram uma ideologia de *coesão social* em lugar da exigência de *coerção pela força militar*.

Religião, no sentido figurado, significa qualquer atividade realizada com rígida frequência. Difere da crença privada por ter um *aspecto público*.

A maioria das religiões tem comportamentos organizados, incluindo hierarquias clericais. Distingue de Partido por uma definição mais rígida do exigido na adesão a um programa ou filiação.

As reuniões regulares ou serviços para fins de veneração ou adoração de uma divindade diferem de manifestações de ruas para seus praticantes?

A prática de uma religião pode também incluir sermões, comemoração das atividades de um deus ou deuses, sacrifícios, festivais, festas, transe, iniciações, serviços funerários, serviços matrimoniais, meditação, música ou outros aspectos religiosos da cultura humana.

Há *shoppings* religiosos para acolher “os desamparados”, ou seja, o rebanho de solitários predispostos até a pagar dízimos por autoilusão encantadora de pertencimento a uma comunidade.

O desenvolvimento da religião assumiu diferentes formas em diferentes culturas. Algumas religiões colocam a tônica na *crença*, enquanto outras enfatizam a *prática*. As primeiras focam na experiência religiosa subjetiva do indivíduo, enquanto as últimas consideram as atividades da comunidade religiosa como mais importantes.

As religiões têm partidos e redes de TV, isto sem falar em *isenções fiscais* capazes de enriquecer pessoalmente seus líderes.

Estes buscam execrar seus competidores, líderes capazes também de arrebanhar parte de seu “rebanho em potencial”.

Aqueles incapazes de popularizar seus partidos se definem como “partidários do centro”. Muitos candidatos defenderam uma “terceira via”, no Brasil, para fugir da polarização binária entre o ilusório extremismo do Lula e a extrema-direita governamental.

Alegando metade da população não ser nem petista nem antipetista, seriam todos os não-partidários potenciais eleitores deles! Pensamento Tico-e-Teco...

Zucco reconheceu não saber qual é a preferência política desse pressuposto “centro” pelo seguinte: “grande parte desse pessoal, não sendo uma coisa e nem outra, são *os não-partidários*. Em geral, eles não prestam atenção em política, têm menos instrução, não se mobilizam.

Os residuais simpatizantes de outro partido é um universo muito pequeno. O grande grupo é de não-partidários. Eles não se declaram nem de um lado e nem de outro.

O que essas pessoas pensam e querem, como se alcança essas pessoas, não está claro. Os partidos não têm uma ligação fácil com essas pessoas. Eles não estão na igreja, não estão nos sindicatos, não são trabalhadores formais”.

Zucco não escapa do “economicismo” – a economia determinante da política – ao afirmar “muito provavelmente *o que determina o voto é a economia*. Se a economia está melhor eles votam com o governo, se está pior votam contra o governo”.

A Política depende da Economia, devido à influência das condições econômicas sobre a popularidade do governo e as chances da reeleição. Os eleitores tendem a atribuir ao governo a responsabilidade pelo estado da economia.

Assim, há maior probabilidade de eles apoiarem o governo (e de votarem a favor da situação) quando a economia está indo bem e há maior probabilidade (em comparação com a tendência normal) de eles votarem na oposição quando a economia apresenta resultados desfavoráveis.

Mas também *a Economia depende da Política*, por exemplo, quando a alocação de recursos, ou seja, o uso destinado aos recursos disponíveis, é influenciada, em muitas áreas, pela intervenção governamental. A intervenção pode ser tão forte a ponto de ser muito

difícil analisar se a alocação de capital (via impostos, subsídios, reserva de mercado etc.) e a distribuição de renda (previdenciária, regional etc.) são afetadas por outros fatores.

Quanto à estabilização, as flutuações dos ciclos de negócios, a inflação e o desemprego, os desequilíbrios do balanço de pagamentos, são claramente influenciadas pelas políticas fiscal, monetária e cambial, além do controle da mobilidade do capital.

Alguém à margem dessa polarização no Brasil hoje representa quase metade da população. Ela, de fato, não é nem uma coisa, nem outra. Provavelmente eles não são nem petista, nem antipetista. Zucco imaginava: "eles votam com afeto, com a economia".

Nesse caso, seria *votar por pragmatismo* em um programa de governo supostamente favorável a si e ao seu clã familiar. Porém, como não se vê no debate público-eleitoral brasileiro nenhum confronto entre programas das alianças partidárias, por exemplo, os "projetos para o Brasil" entre social-desenvolvimentistas e neoliberais, a dedução parece ser *os valores, a moral e a religiosidade dos candidatos contar mais*.

Isto sem falar nas alianças pecuniárias com os líderes pregadores de "ideologia-religiosa" em seus púlpitos e/ou templos...

Essa estratégia eleitoral de pregar votos em templos evangélicos mudou tudo a respeito de *antipetismo*. Há quatro anos poucos cientistas sociais anteviam isso claramente. Não é óbvio, no entanto, se isso continuará na mesma direção, pois aos pastores interessam boas relações com o governo da ocasião.

O próprio PT começa a fazer acenos sobre a necessidade de conversar com evangélicos, embora uma parte do partido achar não valer a pena, pressupondo já ser "território perdido". Os evangélicos são um grupo crescente da população brasileira.

Antes da eleição em 2022, a hipótese era todos eles estarem indo só para um lado. Mas isso foi contestado. Nem todos foram para esse lado conservador.

É um grupo muito difuso, com várias igrejas. É possível algumas forças começarem a contestar esse espaço. Projetar para frente 'tudo vai continuar tudo igual' é difícil.

O futuro a Deus pertence... Este é o comentário típico quanto ao futuro incerto por ser resultante de decisões interativas de milhões

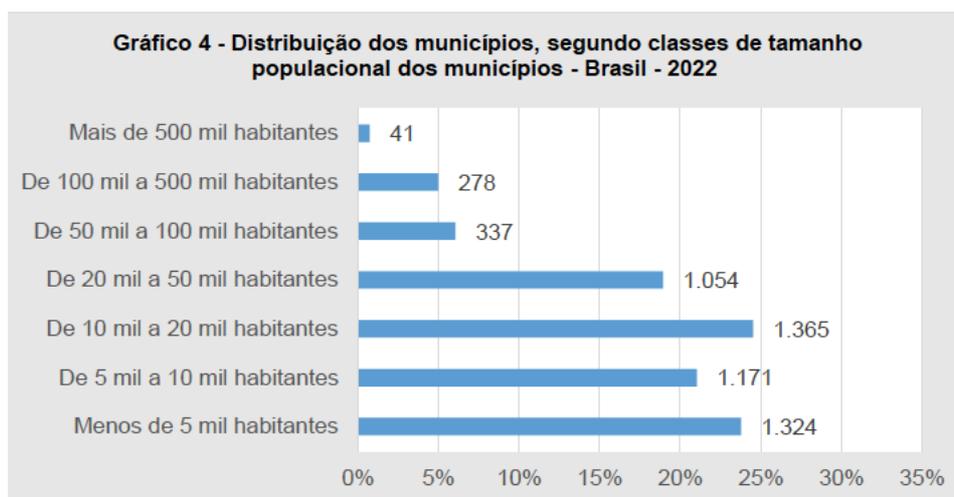
de eleitores. Só o sobrenatural contraditório entre a onisciência e a onipotência poderia explicar.

Considerações Finais

Pesquisa apoiada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário calculava 36% da população brasileira ser rural. Esse percentual maior considerava a aplicação de um *conceito de rural* defendido pelos sociólogos.

De acordo com o levantamento, como só existe o *conceito de urbano* na legislação, a ruralidade acaba sendo definida por exclusão. O argumento é 90% dos municípios brasileiros terem menos de 5 mil habitantes, mas esse dado é falso.

Em 2022, eram 1.324 cidades com menos de 5 mil habitantes, 22% do total de 5.570 municípios brasileiros. Lá viviam 2% da população brasileira (4.234.044 habitantes)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Do total de municípios do país, um pouco menos da metade (2 495 ou 44,8%) possuía *até 10 mil habitantes*. Nesses municípios residiam uma população total de 12.784.312 pessoas ou apenas 6,3% da população do Brasil. Sociologicamente, quem briga contra os números” apela e afirma: deveriam ser considerados *zonas rurais – e não urbanas*.

Ora, 115.645.134 pessoas (ou 57,0% da população) residiam em apenas 319 municípios, evidenciando a concentração da população nos municípios com mais de 100 mil habitantes.

Considerando a população na força do trabalho (107,6 milhões), no fim do 1º. semestre de 2023, com 99 milhões de pessoas ocupadas, eram apenas 8,341 milhões na agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, ou seja, 8,4% do total das pessoas ocupadas segundo a PNADC do IBGE.

As participações médias dos distintos segmentos da cadeia produtiva, de transporte e comercialização no total do agronegócio se estendem para serviços urbanos: insumos para a agropecuária (5%); produção agropecuária básica ou primária (23%); processamento da agroindústria (31%); e agrosserviços (41%).

Essa maioria mesclada demonstra a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, ao utilizar a metodologia de classificação do setor de serviços definida pela *Standard Industrial Classification*, classificação esta formulada por especialistas reunidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), tem de *rever seus conceitos*.

Para apurar as estatísticas das cadeias produtivas alongadas e capazes de ultrapassar as fronteiras dos tradicionais setores primário-secundário-terciário são necessários novos conceitos. Dentre as 59 divisões de atividade econômica da CNAE, 26 caracterizam *o setor de serviços*.

Se cabe falar em *agroindústria*, não caberia falar em *agrosserviços* e *servindústria*, por exemplo, em atividades de transporte, informática e telecomunicações?

Afinal, conforme demonstrado aqui, neste estudo, não são os serviços urbanos *o grande desaguadouro das estratégias de sobrevivência*, por mais precárias sejam elas, de 87% da população brasileira moradora em cidades?

As leituras dos livros de Bruno Paes Manso propiciam uma visão inédita sobre o que está acontecendo nas periferias das metrópoles. Ele demonstra empatia com entrevistados e incentiva o leitor universitário a despir seus preconceitos para entender o fenômeno social.

Os socialmente excluídos optaram pela *mobilidade social aqui-e- agora* em lugar da *promessa de um futuro*, seja no paraíso católico,

seja no comunismo utópico. A Teologia da Prosperidade superou a Teologia da Libertação.

Tanto os evangélicos quanto os criminosos tornaram-se *empreendedores*. No Rio de Janeiro, os “grupos econômicos” (facções) são concorrentes – CV X (TCC + milícia). Em São Paulo, há uma aliança tácita entre o pentecostalismo e o crime organizado (Primeiro Comando *do* – e não *da* – Capital).

O PCC, para acumulação de capital, organizou até sua inserção no tráfico internacional de drogas, ganhando em dólares e “lavando o dinheiro” em serviços públicos como transporte urbano, por exemplo. Ao “botar ordem nas quebradas”, para bom andamento dos negócios, exerce o papel da polícia na periferia.

O neoliberalismo aparenta dominar corações e mentes na periferia – não no centro urbano, exceto na Faria Lima... Para tanto, houve um papel decisivo de uma inovação tecnológica: *os celulares nos presídios*. Foram permitidos pelo governo do Estado para baixar a mortandade em São Paulo?

As ideias de esquerda e direita são termos referentes a posições no espectro político. Ideias de *esquerda* se definem pela *busca da igualdade social* por não a considerar natural. A “sorte do berço”, para alguns, com qualidade de vida e herança parruda, impõe *política compensatória* para os demais.

Sua preocupação principal, então, é a *promoção da igualdade social e econômica*. A esquerda busca reduzir as disparidades de renda e proporcionar igualdade de oportunidades. Para tanto, acredita em uma intervenção mais ativa do Estado na economia para corrigir desigualdades e garantir serviços sociais, como saúde e educação, para todos.

Seu foco está na *proteção dos direitos sociais*: defende os direitos civis, igualdade de gênero, direitos LGBTQ+, e outros direitos sociais como parte fundamental da justiça social. Para a mudança social, apoia *políticas progressistas*, como o casamento igualitário, políticas ambientais, e medidas de inclusão social. Busca criar uma sociedade mais justa, onde os benefícios e ônus sejam compartilhados de maneira mais equitativa.

Em oposição, as ideias de *direita* se pautam por considerar as desigualdades individuais serem naturais. O *individualismo* enfatiza a responsabilidade individual e a autonomia, argumentando os indivíduos necessitarem de liberdade para buscar seus interesses sem interferência excessiva do Estado.

Daí sua preocupação principal é defender o livre-mercado ao impor um papel limitado do Estado na economia. Pressupõe as livres iniciativas serem os meios eficientes de alocação social de recursos escassos, ou seja, “os competentes se estabelecem”. Isso preservaria a liberdade individual dos empreendedores. O *liberalismo econômico* acredita na eficácia do *mercado livre* para o crescimento econômico e a inovação.

Para controlar revoltas e proteger a propriedade privada de poucos, a direita se pauta na manutenção da ordem social e a segurança. Enfatiza a importância da lei dura e do autoritarismo político para manter a estabilidade social.

Seu *conservadorismo social* leva à manutenção de valores tradicionais. Está associada à preservação de valores morais antigos, incluindo questões como família e religião.

Quando a esquerda no governo analisa *as principais políticas para diminuir a desigualdade social*, percebe ser um desafio muito complexo, requerendo uma abordagem multifacetada dos seus múltiplos componentes interativos. Para promover maior equidade e justiça social costuma pregar *a redistribuição dos fluxos de renda*, quando desconhece *a desigualdade dos estoques de riqueza* (financeira e imobiliária) ser muito maior – e mais difícil e arriscado de serem ameaçados.

Grosso modo, a *distribuição de renda* no Brasil é: metade dos trabalhadores tem rendimentos abaixo da mediana em torno de um salário-mínimo, a renda média de todos está em R\$ 2.921, um graduado em Ensino Superior em boa Universidade pública recebe inicialmente cerca de 5 salários-mínimos (R\$ 6.600) e entra no decil dos 10% mais ricos. Com mestrado ganha em torno de R\$ 9 mil e com doutorado R\$ 13.200 (10 salários-mínimos), entrando no grupo dos 5% mais ricos. No fim da carreira (já idoso), atinge 30 salários-mínimos (R\$ 39.600) e se situa no centésimo do 1% mais rico.

Para comparar, 70% dos servidores públicos recebem menos de R\$ 5 mil, 20% daí até R\$ 10 mil, 5% daí até R\$ 15 mil, 4% daí até R\$ 27 mil e o 1% restante chega até R\$ 41.650. Os CEOs de empresas, por sua vez, recebem uma remuneração média anual de R\$ 15,3 milhões, incluindo, além dos “salários”, os bônus. Esse valor é 2,9 vezes o montante recebido pelos demais membros da Diretoria, os quais alcançam em média R\$ 334 mil mensais, ou seja, um salário anual de R\$ 4 milhões, sem considerar os bônus.

Os dados do *Global Wealth Report 2022* apontam, no ano anterior, o Brasil tinha 266 mil milionários. O *estoque de riqueza médio* dos brasileiros mais ricos era o seguinte: 1% tinha R\$ 4,6 milhões, 0,1% em torno de R\$ 26,3 milhões – e 0,01% só R\$ 151,5 milhões!

A ANBIMA, em meados de 2023, registrou 157 mil contas do *Private Banking* com média R\$ 12,8 milhões; no segmento do Varejo Tradicional, eram 133 milhões contas com estoque médio de R\$ 13.272 (dez salários-mínimos). O Varejo de Alta Renda eram 15 milhões de contas com média R\$ 100 mil. Evidentemente, essa *média per capita* é enganadora, pois muitos idosos da Classe Média Alta se tornam milionários em reais sem atingir a faixa do *Private Banking* de milionários em dólares.

Embora a influência dos movimentos sociais possam se expandir com a democracia, isso raramente acontece em detrimento de grupos de interesses poderosos. Na verdade, esses grupos organizados em *lobbies* se beneficiam mais com a democracia em comparação a grupos maiores sem organização política para ações coletivas.

Governos democratas gastam em programas sociais destinados aos necessitados da população. Ao mesmo tempo, mantém os interesses de grupos numericamente pequenos, mas com grande poder político. Essa contradição se aguça em governo de Frente Ampla.

A esquerda luta por implementação de *políticas fiscais progressivas* para tributar mais os indivíduos de maior renda e fornecer benefícios fiscais para os de renda mais baixa. Mas o Congresso Nacional barra ou não a implementa com celeridade, por

exemplo, a tributação de lucros e dividendos e a mudança da estrutura tributária regressiva.

Programas de transferência de renda direcionados a grupos mais vulneráveis também desempenham um papel importante para diminuição da pobreza, bem como de acesso à educação de qualidade com investimento em sistemas educacionais abrangentes e acessíveis. Isso inclui garantir educação pré-escolar de qualidade, acesso a escolas bem equipadas em todas as comunidades e programas de bolsas de estudo para estudantes de baixa renda. A *política de cotas em Universidades públicas* é um excelente exemplo.

A implementação de *sistemas de saúde universalmente acessíveis* (como o SUS) deve ser acompanhada de qualidade igual para todos. O acesso universal a cuidados de saúde, medicamentos e serviços preventivos contribui para reduzir as disparidades de saúde e, por extensão, obter as condições físicas para ter oportunidades de trabalho.

O mercado de trabalho deve ser *inclusivo*, com promoção de políticas em combate à discriminação no local de trabalho e garantidoras da igualdade de oportunidades. Iniciativas para reduzir as disparidades salariais de gênero e minorias são exemplos.

Quanto ao *trabalhismo*, o fortalecimento dos sindicatos para a negociação coletiva busca garantir condições de trabalho justas, benéficas e benefícios adequados. Isso contribui para equilibrar o poder entre executivos da cúpula e trabalhadores da base.

O desenvolvimento de *políticas habitacionais*, para garantir moradia acessível para todos, talvez seja o meio mais eficaz para aumento da riqueza ("casa própria") das famílias de baixa renda. Isso inclui programas de habitação social, regulamentações para evitar a especulação imobiliária e incentivos para construção de moradias a preços acessíveis.

Deve ser acompanhado da *facilitação do acesso a crédito e capital* para empreendedores de comunidades de baixa renda. Iniciativas para promover o empreendedorismo e o desenvolvimento de pequenos negócios podem contribuir para a criação de riqueza em comunidades desfavorecidas. Não soluciona, socialmente, mas ajuda a muitos.

A implementação de *programas de inclusão social*, abordando questões específicas enfrentadas por grupos marginalizados, como pessoas com deficiência, minorias étnicas e LGBTQ+, a direita não aprecia. Mas é uma *questão civilizatória!*

Os *programas de combate à pobreza* fornecem assistência direta a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade. Isso pode incluir programas de assistência alimentar, habitação subsidiada e serviços de cuidados infantis.

Por fim, a garantia de *equidade ambiental*, para comunidades de baixa renda, evita a poluição ambiental e promove o acesso a ambientes saudáveis com saneamento. Geralmente, a combinação de todas essas abordagens é necessária para alcançar resultados significativos na redução da pobreza e/ou da desigualdade social.

Posso ainda citar a empregabilidade e o treinamento profissional para atender às demandas do mercado de trabalho; o salário mínimo adequado; segurança social e redes de proteção para famílias de baixa renda; seguro-desemprego e pensões para um suporte financeiro essencial; promoção da inclusão financeira por meio do acesso a serviços bancários e microcrédito; apoio ao desenvolvimento de pequenos negócios e empreendedorismo por meio de programas de treinamento, acesso a crédito e incentivos fiscais; implementação de políticas para o desenvolvimento rural sustentável, incluindo investimentos em infraestrutura e diversificação da economia local; garantia de acesso à tecnologia e conectividade com a promoção da inclusão digital.

Embora tenha *inviabilidade política* de ser aprovada no Congresso Nacional uma *explícita política da desconcentração de renda e riqueza*, essas políticas públicas do Poder Executivo eleito estão adaptadas às especificidades do atual contexto. Implicitamente, afetando diversos componentes, levam a alcançar *a meta estratégica de diminuição da pobreza no Brasil*. Dificilmente haverá uma diminuição da *desigualdade social*, de maneira significativa, no horizonte de vida das gerações vivas...

Este estudo teve o propósito de demonstrar a complexidade desse objetivo principal: *diminuição da pobreza*. Apresentou seus muitos componentes, em especial, no Brasil urbano.

Bibliografia

ALVES, José Eustáquio Diniz. *Demografia e Economia nos 200 Anos de Independência do Brasil e Cenários para o Século XXI*. Rio de Janeiro: Escola de Negócios e Seguros – Diretoria de Ensino Técnico, 2022.

ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*. São Paulo; Companhia das Letras; 2001.

BELLOS, Alex. *Futebol: O Brasil em Campo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

BRENNER, Neil. *Espaços da Urbanização: o urbano a partir da teoria crítica*. São Paulo: Letra Capital Editora Ltda, 2018.

CAMARANO, Ana Amélia (org.). Nadya Araujo Guimarães e Luana Simões Pinheiro. O Halo do Cuidado: desafios para medir o trabalho remunerado de cuidado no Brasil. in *Cuidar, Verbo Transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil* Brasília: Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (DISOC/IPEA), 2023.

CIA World Factbook. 2020.

CORTELLA, Mario Sergio e RIBEIRO, Renato Janine. *Política: para não ser idiota*. São Paulo: Papyrus, 2010.

DIP, Andrea. *Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *17º Anuário de Segurança Pública*. 2023.

GRANDAMY, René & FOURASTIÉ, Jean. *La Physiocratie: Théorie Générale du Développement Économique*. De Gruyter Mouton, 1973.

IBGE. *Censo Demográfico*. 2022.

MADDISON, Angus. *Contours of the World Economy 1-2030 AD: Essays in Macro-Economic History*. USA: Oxford University Press, 2007.

MANSO, Bruno Paes e DIAS, Camila Nunes. *A guerra: Ascensão do PCC e o Mundo do Crime no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2018.

MANSO, Bruno Paes. *A Fé e o Fuzil: Crime e Religião no Brasil do Século XXI*. São Paulo: Todavia, 2023.

MANSO, Bruno Paes. *A República das Milícias*. São Paulo: Todavia, 2020.

MARTINE, George; CAVENAGHI, Suzana; e ALVES, José Eustaquio Diniz. *Urbanização e Declínio da Fertilidade: Aproveitando a Mudança Estrutural*. IIED, dezembro de 2013.

McKINSEY GLOBAL INSTITUTE. *Urban world: Cities and the rise of the consumer class*. 2012.

MEDEIROS, Marcelo. *Os ricos e os pobres: O Brasil e a desigualdade*. São Paulo: Companhia das Letras, out 2023.

MINGARDI, Guaracy e outros. *Bala Perdida: A Violência Policial no Brasil e os Desafios para sua Superação*. São Paulo: Boitempo, 2015.

PIKETTY, Thomas. *O Capital no Século XXI*. São Paulo: Intrínseca, 2014.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

TILLY, Charles. *Democracy*. Epublibre, 2007.

Obras do Autor com *links* para *download*

Fernando Nogueira da Costa – *Economia e Política Argentina* – nov 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Análise de Complexidade via Consistência entre Fluxos e Estoques* – out 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Macroeconomistas Comparados: Keynes X Kalecki* out 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Keynes, Filósofo Social* set 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Financistas Comparados: Hyman Minsky e Ray Dalio*. setembro 2023.

Fernando Nogueira da Costa – *Aprendizagem Humana com Aprendizagem de Máquina para Abordagem Sistêmica Financeira*. julho 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Finanças*. maio 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Capitalismo Financeiro Tardio*. maio 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Ciclos Históricos Longas Ondas e Tendências Demográficas*. mar 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Cartilha de Finanças Pessoais*. 2023

Fernando Nogueira da Costa – Tradução de Clara E. Mattei. *A Ordem do Capital*. nov 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Escrituração do Patrimônio Financeiro*. nov 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Fatos e Dados contra Mentiras Eleitoreiras*. out 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Livro Negro do Desumano*. out 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Rede de Apoio e Enriquecimento* set 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Von Mises e Ciclo de Crédito*. agosto 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Efeito Rede em Sistema de Contabilidade de Riqueza*. agosto 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Cartalismo e Finanças Funcionais*. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – Tradução de *Complexidade e a Arte da Política Pública*. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – Tradução de *Grande Reversão Demográfica*. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Tempo e Dinheiro em Compras e Vendas a Prazo*. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Bancos: Financiamento e Missão Social*. junho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Inflação e Transmissão da Política de Juros*. junho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *La Banca Brasileira – Sistema Bancário Complexo*. maio 2022.

Fernando Nogueira da Costa - *Liberalismo X Esquerdismo*. abril 2022

Fernando Costa. *O Banqueiro Comunista*. Versão Livro. março 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Diagnóstico do Estado Atual da Economia Brasileira*. fev 2020.

Fernando Nogueira da Costa – *Regras ou Arbítrio na Fixação da Taxa de Juros – Padrões e Ruídos*. fev 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Fontes e Usos de Dados – Renda – Despesas – Dívida – Aplicações*. fev 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Economia como Componente de Sistema Complexo Adaptativo*. fev 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Dívida Pública e Dívida Social*. jan 2022

Fernando Nogueira da Costa – *The Economist – Seis Grandes Ideias*. dez 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Economia da Complexidade Comportamental Institucional e da Felicidade* – dez 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Segredo do Negócio Capitalista* - nov 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Transdisciplinaridade* - out 2021

Fernando Nogueira da Costa - Tradução de Extratos do Livro de Karen Petrou - *Motor da Desigualdade*. 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Post-Keynesianism and Horizontalism*. Reedição bilíngue do original publicado em 2001.

Fernando Nogueira da Costa. *Socialismo e Democracia* segundo Schumpeter. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Evolução Sistêmica Financeira*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. Tradução de *Futuro do Emprego*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Ortodoxia X Heterodoxia na Economia*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Formação e Mercado de Trabalho de Economistas*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Economia de Mercado de Capitais à Brasileira*. agosto 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Política e Planejamento Econômico*. julho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Política Econômica e Planejamento* Volume I. julho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Política Econômica e Planejamento* Volume II. julho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Socialismo*. junho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Conduzir para não ser Conduzido – Crítica à Ideia de Financeirização*. maio 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Estudo do Plano Biden*. Blog Cidadania & Cultura. abril 2021

Thomas Piketty e outros. Tradução de extratos de: *Clivagens Políticas e Desigualdades Sociais*. abril 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Castas e Párias*. Blog Cidadania & Cultura. março de 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Finanças Comportamentais para Trabalhadores*. Blog Cidadania & Cultura; março de 2021.

Fernando Nogueira da Costa. *Cartilha de Finanças Pessoais*. Blog Cidadania & Cultura; março de 2021.

Fernando Nogueira da Costa. *Por Uma Teoria Alternativa da Moeda*. Tese de Livre Docência, defendida 1994 e reeditada em março de 2021.

Fernando Nogueira da Costa. Tradução Comentada do livro de Richard Hildreth. *História dos Bancos*. março 2021.

Fernando Nogueira da Costa. Tradução de Resumo do livro de John Zysman. *Governos Mercados e Crescimento – Sistemas Financeiros e Política Industrial*. fevereiro 2021.

Fernando Nogueira da Costa. *Bancos e Banquetas: Evolução do Sistema Bancário com Inovações Tecnológicas e Financeiras*. janeiro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Aprendizagem e Ensino de Economia*. dezembro 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Tradução e Resumo da História de Wall Street*. novembro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Breve História Comparativa de Bancos de Negócios*. Blog Cidadania e Cultura, novembro 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Metodologias em Economia: Apostila com Extratos de Traduções*. outubro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *O Trabalho: Capital Acumulado*. julho de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Grande Depressão Deflacionária*. junho 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Vamos Salvar o Brasil*. junho de 2020

RAY DALIO e outros. Tradução: *Populismo – Falar em Nome do Povo*. Junho 2020.

RAY DALIO. Tradução: *Crise da Grande Dívida*. 2019.

Fernando Nogueira da Costa. *Mercados e Planejadores Imperfeitos*. Blog Cidadania e Cultura; maio de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Bancos Estatais sob Estado Mínimo*. Blog Cidadania e Cultura; abril de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Pensamento Sistêmico sobre Complexidade*. Campinas Blog Cultura e Cidadania; abril de 2020

Fernando Nogueira da Costa. *Capital e Dívida: Dinâmica do Sistema Capitalista*. março de 2020

Fernando Nogueira da Costa (org.). *Economia em Documentários: Coletânea de Textos para Discussão em Seminários*; março de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Economia em 10 Lições – 2a. Edição* fevereiro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Economia Monetária e Financeira 2a. Edição* Revista janeiro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Ciclo: Intervalo entre Crises*. 2019

A Professora (Maria da Conceição Tavares) e seu Livro. 2019

Fernando Nogueira da Costa. *Estado da Arte da Economia*. 2019

Fernando Nogueira da Costa. *A Vida está Difícil. Lide com Isso*. 2019

Fernando Nogueira da Costa. *Cartilha de Finanças Pessoais*. 2019.

Fernando Nogueira da Costa. *Crônicas Econômicas: debater, bater rebater e combater*. 2018

Fernando Nogueira da Costa. *Pensar o Brasil no século XXI*. 2018

Fernando Nogueira da Costa. *Intérpretes do Brasil*. 2018

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Sociologia e Comportamentos*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Política*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História Geral*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História dos Povos*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História do Brasil*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Finanças*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Economia Mundial*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Economia*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Ciência e Filosofia da Mente*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Biografia e Futebol*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Arte de Comunicar*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Arte do Roteiro*

Fernando Nogueira da Costa – *Complexidade Brasileira: Abordagem Multidisciplinar*

Fernando Nogueira da Costa – *Métodos de Análise Econômica*

Fernando Nogueira da Costa – *Ensino de Economia na Escola de Campinas – Memórias*

Fernando Nogueira da Costa. *Bancos Públicos no Brasil. São Paulo: Editora FPA - Coleção FENAE; 2016.*

Fernando Nogueira da Costa – *Ensino e Pesquisa em Economia*

Costa, F.N. (coord.), Costa, C.A.N., Oliveira, G.C. – *Mercado de Cartões de Pagamento no Brasil – 10.09.2010*

Fernando Nogueira da Costa – *Banco do Brasil 200 Anos 1964-2008*

Sobre o Autor

Fernando Nogueira da Costa é Professor Titular do IE-UNICAMP, onde é professor desde 1985.

Participou da direção estratégica de empresa pública como Vice-presidente de Finanças e Mercado de Capitais da Caixa Econômica Federal, entre fevereiro de 2003 e junho de 2007. No mesmo período, representou a Caixa como Diretor-executivo da FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos.

Publicou os livros *Ensaio de Economia Monetária*, em 1992, *Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista*, em 1999, finalista do Prêmio Jabuti, *Economia em 10 Lições*, em 2000 – esses dois com segunda edição digital –, *Brasil dos Bancos*, em 2012 pela EDUSP (Primeiro Lugar no XVIII Prêmio Brasil de Economia do COFECON - Conselho Federal de Economia em 2012 e finalista do Prêmio Jabuti 2013 na área de Economia, Administração e Negócios), *Bancos Públicos do Brasil (FPA-FENAE, 2016)*, *200 Anos do Banco do Brasil: 1964-2008* (2008, edição eletrônica), *Métodos de Análise Econômica* (Editora Contexto: 2018); *Ensino de Economia na Escola de Campinas: Memórias* (IE-UNICAMP: 2018); *Complexidade Brasileira: Abordagem Multidisciplinar* (IE-UNICAMP; 2018). Disponibiliza em seu blog cerca de cem livros digitais de sua autoria ou de traduções. Escreveu muitos capítulos de livros e artigos em revistas especializadas. Coordenou e escreveu capítulos do livro sobre *Mercado de Cartões de Pagamento no Brasil* (ABECS).

Palestrante com inúmeras palestras em Universidades, Sindicatos, Associações Patronais, Bancos etc. Coordenador da área de Economia na FAPESP de 1996 a 2002.

Publicou artigos em jornais de circulação nacional. Atualmente, posta em conhecidos sites como GGN, Fórum 21 e A Terra é Redonda.

Seu blog (<http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/>), desde 22/01/2010, recebeu quase 10 milhões visitas.